



GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

10

2001 - Departamento de Geografia



ISSN - 1414-7416

GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

Revista da pós-graduação em Geografia

Nº 10

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch
Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert
Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Suplente de Chefe: Prof. Dr. Heinz Dieter Heldemann

Departamento de Geografia - Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Humana)

Coordenador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

Departamento de Geografia - Coordenação da Pós-Graduação (Geografia Física)

Coordenador: Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro
Vice-Coordenadora: Profa. Lylian Coltrinari

**Coordenadores da GEOUSP - Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia FFLCH da USP**

Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos Prof. Dr. Felisberto Cavalheiro

Comissão Redatorial

Amélia Luisa Damiani Eduardo Yázigi
Claudio Roberto Duarte Sandra Ana Bolfe
Yuri Tavares Rocha

Comissão Científica

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)	Alfredo Perez Gonzáles (Univers. Complutense de Madrid)
José Bueno Conti (USP)	Cristina Helena Rocha Augustin (UFMG)
Jurandy Luciano Sanches Ross (USP)	Eliseu Sposito (UNESP/Presidente Prudente)
Nídia Nacib Pontuschka (USP)	Helmut Troppmair (UNESP - Rio Claro)
Silvana Maria Pintaudi (UNESP - Rio Claro)	Mario Panizza (Università Degli Studi di Modena)
Pablo Ciccollela (Universidade de Buenos Aires)	Tereza Barata Salgueiro (Universidade de Lisboa)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Secretária Geral

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Revisão

Lilian Brazão / Lilian Garrafa

Diagramação/Editoração

Agnaldo C. A. Borghetti

Ilustração da Capa

Sérgio Sdrous

Revista Publicada pelo Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo



SUMÁRIO

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos

Artigos

- José Borzacchiolo da Silva **9** O Estatuto da cidade e a Reforma Urbana no Brasil
- Jorge Luiz Barbosa **27** A cidade caótica: ideologia e simulação da crise da sociedade urbana
- Sidney Gonçalves Vieira **41** A sobrevivência do capitalismo e a revalorização do centro de Lisboa – Revitalização da Baixa Pombalina
- Maria Cristina Cacciamali **77** Informalidade, flexibilidade e desemprego – necessidade de regras e de políticas públicas para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania
- Aluísio Wellichan Ramos **91** Desindustrialização na metrópole paulistana – o caso da Água Branca
- Adriana Botelho **113** Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço em um contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital
- Neusa de Fátima Mariano **127** O lugar do caipira no processo da modernização
- Andrea de Castro Panizza **137** Experimentação de parâmetros ITS (intensidade, tonalidade e saturação) – aplicação na imagem Landsat TM 5 do Parque Estadual da Serra do Mar, Núcleo Picinguaba, SP, Brasil

Notas de Pesquisa de Campo

- Tarik Rezende de Azevedo e Frederico Luiz Funari **147** Desempenho de registradores digitais de temperatura e umidade do ar em abrigo meteorológico padronizado – estudo comparativo preliminar visando o uso em trabalhos de campo
- Tarik Rezende de Azevedo e José Roberto Tarifa **165** Miniabrigo meteorológico aspirado do Laboratório de Climatologia e Biogeografia e seu uso no estudo geográfico do clima

Resenhas

- Rita de Cássia Ariza da Cruz **177** Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal

Notícias de Encontro

- Maria de Fátima Almeida Martins e William Rosas Alves **181** A prática na geografia e a geografia na prática

Intercâmbios

- Francesco Adamo **185** Collaboration as a route to SME competitiveness

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

- 203** Teses de Doutorado
217 Dissertações de Mestrado

SUMMARY

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos

Articles

- José Borzacchiolo da Silva **9** The Statute of the City and the Urban Reform in Brazil
- Jorge Luiz Barbosa **27** The chaotic city: ideology and crise's simulation in urban society
- Sidney Gonçalves Vieira **41** The capitalism survival and the revalorization of Lisbon centre – Baixa Pombalina's revitalization
- Maria Cristina Cacciamali **77** Informality, flexibility and unemployment – the necessity of rules and public policies for labour market and the practice of citizen ship
- Aluísio Wellichan Ramos **91** Desindustrialization in the metropolis of São Paulo – Água Branca case
- Adriana Botelho **113** From fordism to flexible production – the production of space in a context of changes in capital strategies of accumulation
- Neusa de Fátima Mariano **127** "Caipira's" place in the modernization process
- Andrea de Castro Panizza **137** Experimentation of ITS parameters (intensity, tonality and saturation) – application to Landsat TM5 image of Serra do Mar State Park, Picinguaba nucleus, SP, Brazil

Notes on Fieldwork

- Tarik Rezende de Azevedo e Frederico Luiz Funari **147** The performance of digital registers of temperature and air humidity in a standardized meteorological shelter – a preliminary comparative study aiming its use in field works
- Tarik Rezende de Azevedo e José Roberto Tarifa **165** Meteorological micro shelter, developed in the laboratory of climatology and biogeography, and its use in geographic studies of climate

Review

- Rita de Cássia Ariza da Cruz **177** For another globalization: of the only thought to the universal conscience

Notices About Congresses

- Maria de Fátima Almeida Martins e William Rosas Alves **181** The practice in the geography and the geography in practice

Interchange

- Francesco Adamo **185** Collaboration as a route to SME competitiveness

Defented Theses

203

217

EDITORIAL

A CAPES DE NOVO! Na GEOUSP número 4 iniciamos um questionamento a propósito da avaliação realizada, por uma Comissão da CAPES (formada por colegas da Geografia) escolhida para avaliar os programas de pós-graduação em Geografia no Brasil.

A atitude desta comissão gerou, neste Departamento, uma extensa polêmica sobre o sentido e as bases nas quais deveria se basear uma avaliação séria e acadêmica. Algumas questões nortearam este debate: QUE PROPOSTA DE UNIVERSIDADE SUSTENTARIA A AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL? SERIA POSSIVEL PENSAR EM PARÂMETROS E MODELOS RÍGIDOS PARA AVALIAR AS CIÊNCIAS HUMANAS? SERIA POSSÍVEL APLICAR OS MESMOS PARÂMETROS PARA TODOS OS CAMPOS DE CONHECIMENTO? QUAL SERIA, NESTE CONTEXTO, A ESPECIFICIDADE DA GEOGRAFIA?

Tendo como ponto de partida o Relatório de Avaliação da CAPES, daquele ano, iniciou-se, primeiramente, no Departamento de Geografia da FFLCH-USP, um debate sobre o processo de avaliação, que acabou sendo aprofundado no âmbito nacional a partir da coordenação da ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia.

Deste debate, o colegiado de pós-graduação em Geografia elaborou um documento com os parâmetros norteadores da avaliação dos programas capazes de contemplar a pluralidade das posições teórico-metodológicas que estão na base da constituição do pensamento geográfico brasileiro, sem aprisionar a pesquisa num modelo hegemônico. Como conseqüência, a avaliação se imporia a partir de uma crítica séria e profunda dos programas, de modo a fortalecer a pesquisa geográfica, enquanto trabalho acadêmico, que se propõe desvendar a realidade brasileira e pensar o futuro. Este do-

cumento serviu de base ao trabalho da comissão de avaliação coordenado pela professora Lucia Girardes.

Uma segunda conseqüência deste debate foi a escolha, pelo colegiado, dos membros que deveriam compor a próxima comissão de avaliação, com o compromisso desta ser implementada pela representante de Geografia na CAPES.

Foi assim que a comissão eleita iniciou um longo, conseqüente e sério processo de avaliação que incluiu visitas a todos os programas de pós-graduação no Brasil, com o objetivo de conhecê-los melhor. Foi assim que conversaram com professores e alunos, visitaram as bibliotecas dos programas, mantiveram contato direto com os laboratórios de pesquisa e com os trabalhos de pesquisa, realizados no território nacional. Coube, também, a esta comissão fazer um acompanhamento de dois relatórios anuais dos programas, que somadas as visitas permitiram uma avaliação impar.

Qual não foi nossa surpresa quando soubemos que o CTC da CAPES havia desconsiderado a avaliação dos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, realizado pela comissão. Mais ainda o CTC se julgou no direito de "sabatinar" (uma expressão usada por um de seus membros) nossa representante de forma pouco acadêmica e bastante autoritária.

O CTC também encaminhou um documento, em um tom bastante desrespeitoso, colocando em dúvida a lisura da comissão avaliadora; afirmando que a área avaliou-se mal e que deveria normalizar seus parâmetros com as demais áreas. Cabe salientar que a comissão de Geografia nega ter tido parâmetros diferenciados em relação às outras áreas. Nossa representante também teria recebido um tratamento pouco respeitoso da representante da Área de Humanidades professora Maria Arminda Arruda

da nossa FFLCH-USP, o que nos causa estranheza e profunda revolta. Afinal, se os médicos são incapazes de entender a importância da Geografia no desvendamento da realidade brasileira esta não deveria ser ignorada pela representante da área de Ciências Humanas no CTC.

Fica o relato de nossa representante que julgou ter sido tratada de modo indigno pelo CTC que, claramente, deu aos programas de pós-graduação tratamento diferenciado, possibilitando a conclusão que nossa disciplina foi tratada como "ciência de segunda classe"

E nós que acreditávamos estar longe os tempos da ditadura!

Nossa proposta é que os programas de pós-graduação, em Geografia no Brasil, se unam para refletir sobre o comportamento do CTC da CAPES e seus possíveis desdobramentos. Convém não esquecer que se as áreas estão sujeitas a um tratamento diferenciado, isto, certamente, prejudicará as verbas de pesquisa para a Geografia, já que o comportamento do CTC parece apontar para o fato de que não há "excelência em Geografia"

Ana Fani Alessandri Carlos



ARTIGOS

O ESTATUTO DA CIDADE E A REFORMA URBANA NO BRASIL

José Borzacchiello da Silva*

RESUMO:

A Geografia Urbana brasileira incorporou a discussão em torno do Estatuto da Cidade, permitindo reativar a análise científica da luta pela Reforma Urbana e reacender toda a dimensão teórica e metodológica do direito à cidade, contido em práticas políticas e ações mobilizadoras da sociedade brasileira na busca insistente pelo direito de morar e viver dignamente na cidade, fazendo-a mais justa e democrática. O Estatuto da Cidade, nome como ficou conhecida a Lei 10.257/01, que estabelece diretrizes da política urbana e dá outras providências, fixa parâmetros para aplicação do capítulo da política urbana da Constituição Federal, definindo princípios e objetivos, diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana a serem utilizados, principalmente, pelo Poder Público municipal. Envolve também, entre outros assuntos, instrumentos jurídicos de controle da especulação imobiliária, capazes, ao menos, de atenuar o caos generalizado que tem sido morar em nossas cidades. A retomada da discussão em torno da Reforma Urbana traz à tona itens que compõem a pauta de demandas sociais reprimidas, que evidenciam a necessidade de se realizar uma releitura geográfica da cidade e do urbano, que permita sua redefinição, concebendo-a enquanto ambiente e, buscando nela, um novo sentido para a vida gregária.

PALAVRAS-CHAVE:

Cidade, Estado, direitos, reivindicações, cidadania.

ABSTRACT:

Brazilian Urban Geography incorporated the discussion around the Statute of the City, allowing to reactivate the scientific analysis of the fight for the Urban Reform and to relight the whole theoretical and methodological dimension of the right to the city contained in political practices and mobilizations actions of the Brazilian society in the insistent search for the right of to live and to live worthily in the city, making it just and democratic. The Statute of the City, name as it was well-known Lei 10.257/01, that establishes guidelines of the urban politics and gives other providences, attempts to fasten parameters for application of the chapter of the urban politics of the Federal Constitution, defining beginnings and objectives, action guidelines and instruments of urban administration to be used, mainly, for the municipal Public Power. It also involves, among other subjects, juridical instruments of control of the urbanland speculation, at least in view of attenuate the widespread chaos that has been to live in our cities. The retaking of the discussion around the Urban Reform set up several topics that represent repressed social demands. It evidences the need of a new geographical reading of the city and of the urban which allows its redefinition, as conceiving it while environment, and looking at her for a new sense for agregation life.

KEY WORDS:

City, State, rights, claims, citizenship.

I - Introdução

No Brasil, a luta pelo acesso à cidade tem sido constante. Fundamentada na noção de direito¹, essa luta mantém uma dinâmica e intensa mobilização, evidenciando as contradições do sistema social do país regido por política econômica concentradora e excludente. A persistente busca por uma cidade mais justa e democrática, ecoa na discussão em torno da Reforma Urbana, amalgamada por segmentos sociais antagônicos, portadores de compreensão e discursos diferentes sobre a cidade enquanto espaço social complexo. A intensificação por esta busca, dá-se, exatamente, num momento em que se evidencia uma falência sem igual do Estado, enquanto gestor, com denúncias de corrupção e improbidade administrativa, acentuada por um colapso de algumas das principais funções urbanas, presentes em diversas escalas no contexto da cidade brasileira. Até agora, a intervenção deste Estado tem priorizado, nas áreas urbanas, alguns setores para dotá-los de infra-estrutura, equipamentos e serviços para alguns em detrimento das necessidades e demandas da maioria.

Objetivando estabelecer diretrizes federais para a política urbana, o Congresso Nacional aprovou a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001, autodenominado Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e envolve, entre outros assuntos, instrumentos jurídicos de controle da especulação imobiliária, capazes, ao menos, de atenuar o caos generalizado que tem sido morar nas cidades brasileiras. A aprovação da Lei amplia a discussão em torno da Reforma Urbana, trazendo à tona itens que compõem a pauta de demandas sociais reprimidas, e evidenciam a necessidade de se realizar uma releitura da cidade na perspectiva de sua redefinição, concebendo-a enquanto ambiente e, buscando nela, um novo sentido para a vida gregária.

O Estatuto da Cidade, apresentado em 1989, foi aprovado e encaminhado à Câmara

dos Deputados em 1990, quando recebeu a apensação dos projetos que então tramitavam naquela Casa, prioridade conferida, regimentalmente, às proposições que já contavam com parecer do Senado Federal. Basicamente, a Lei estabelece diretrizes gerais para a política urbana, regulamenta o capítulo de política urbana da Constituição Federal e institui instrumentos para a gestão das cidades pelos Municípios. O Estatuto da Cidade permite reacender a discussão do modelo brasileiro de urbanização, reconhecido como contraditório, injusto e conflitante.

II - A realidade brasileira

A maior parte da população brasileira mora, hoje, nos grandes centros urbanos. Segundo o IBGE, quando da realização da Contagem da População, em 1996, mais de 78,36% dos brasileiros moram nas cidades, as quais concentram, também, inúmeros e complexos problemas diretamente relacionados à qualidade de vida dessa população. Nas cidades, é gerada a parte significativa da riqueza brasileira e mundial.

Os problemas das cidades e as suas respectivas soluções guardam forte paralelo com os dilemas do campo. No centro da questão da reforma urbana está o tema da propriedade, assim como no centro da questão agrária no país está o tema da propriedade rural. A concentração da terra nas cidades e a construção do desenho das cidades, sob a ótica dos interesses contidos na expansão urbana, são problemas no cerne dos quais se situa a questão da propriedade.

Em sua trajetória, a cidade no Brasil tem sido local de construção e destruição simultânea de experimentação, adquirindo imagens extremamente cambiantes, com mudanças aceleradas de sua estrutura, forma e perfil. Essa cidade, quase um laboratório, aberta às novas propostas e intervenções, torna-se cada vez mais

excludente e perversa. A cidade, no Brasil, tem no pobre e na pobreza, atores de primeira linha. O país, na condição de industrializado e subdesenvolvido, possui um significativo contingente de pobres. Pobres que não encontram na cidade formal e legal as suas referências. O produto urbano desta cidade legal e formal não permite aos pobres, em sua maioria, o alcance, inclusive, da razão da cidade por meio de suas três qualidades inerentes: identidade, estrutura e significação conforme LYNCH (1970)²

Esta cidade negada vai ser buscada, mesmo que parcialmente, na intensa mobilização popular. A Lei Nacional do Uso do Solo Urbano, representa, neste sentido, uma grande conquista. A luta pela reforma urbana inscreve-se num processo constante de ação e reflexão, procurando construir novos sujeitos históricos, portadores de direitos sociais, aptos a combater as formas dominantes de exclusão econômica e social.

III – A cidade em questão

A percepção do acesso à cidade como um direito de praticá-la, vivenciá-la ultrapassa a sua condição de unidade social complexa, nos moldes da gestão urbana convencional. Na verdade, o uso social da cidade impõe a dominância de práticas participativas capazes de permitir situações que conduzam a um processo de intercâmbio entre sua base administrativa, a respectiva sociedade nela existente e a infraestrutura construída. Sob este prisma, a cidade e o meio ambiente urbano em seu conjunto são concebidos e analisados como resultado dos diversos processos de interação entre as instâncias e subsistemas, contendo o humano, o social, o natural e o construído sob a égide do administrativo³.

A discussão em torno da Reforma Urbana no Brasil atingiu seu ápice em 1988 com expressiva participação popular e respaldo parlamentar, fundados na constatação da inca-

pacidade das cidades brasileiras de acolher e acomodar todos os que engrossam o fluxo migratório campo-cidade. Esta incapacidade física de acolhimento somada à ausência de uma disposição política para discutir a gravidade da situação das cidades, provocou a emergência de uma questão urbana sem igual no país, adquirindo esta maior efervescência no período da última Constituição. O Movimento Nacional de Reforma Urbana, constituído por representantes do movimento popular e participantes de entidades profissionais em torno de uma proposta para a Constituição Federal elaborada e promulgada em 1988, exerceu papel preponderante na organização e mobilização de forças que conduziram a manifestações expressivas no cenário político, com ganhos significativos para a população urbana do país. A pauta de discussão, em seu conjunto, colocou em evidência alguns pontos centrais, dentre eles:

- A função social da propriedade e da cidade;
- Participação popular na definição e gestão das políticas referentes ao urbano;
- Uso capião especial de imóvel urbano para propriedade até metros quadrados⁴.

O processo de elaboração e aprovação da Constituição, precedido de ampla organização e mobilização, acusou e apresentou ganhos na medida em que aqueles pontos básicos estão presentes hoje não só na Carta Constitucional mas também, de forma mais detalhada, em várias Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais e Planos Diretores.

No que se refere ao uso mais social do solo urbano, uma série de instrumentos legais, voltados para a melhora da qualidade de vida das cidades e que possibilitem o controle das iniciativas públicas e privadas sobre o urbano, foi aprovada pelo legislativo em suas diferentes esferas. Destacam-se dentre os instrumentos:

- 1 – Tributários – IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, progressivo no tempo para as áreas ociosas.

- 2 - Jurídicos - Edificação compulsória, desapropriação, discriminação das terras públicas e regularização de loteamentos ilegais e áreas faveladas.
- 3 - Urbanísticos - Criação de zonas especiais de investimentos públicos e maiores exigências para aprovação dos loteamentos.
- 4 - Participação Popular - Mecanismos como emendas populares que podem ser apresentadas no âmbito do Legislativo e dos Conselhos Municipais instituídos em várias prefeituras do país, onde a sociedade civil participa, por seus representantes, na definição dos Planos Diretores.

Ainda no que tange à participação popular, os instrumentos legais expressam o reconhecimento formal das necessidades e direitos da população pobre das áreas urbanas.

Dentre elas, evidencia-se a questão do acesso à moradia que pressupõe:

Urbanização e regularização fundiária das áreas faveladas e loteamentos ilegais.

Programas de construção de moradias populares por parte dos estados e municípios.

- Utilização das terras públicas ociosas para assentamentos da população de baixa renda.

O advento da participação popular, conforme os preceitos das conquistas sociais deste final de século, enfatiza os princípios basilares em relação à vida nas cidades:

- 1 - Direito à cidade;
- 2 - Gestão Democrática da cidade;
- 3 - Função social da cidade e da propriedade.

Essa concepção de cidade ensejou uma ampla discussão de sua dimensão política, contida nos preceitos da democracia, agregando administradores, políticos, lideranças comunitárias, assessores de *Ongs* e demais agentes envolvidos na gestão urbana na perspectiva do território. Buscando êxito nas negociações, alicerçado pelo insistente desejo social dos cidadãos, estes agentes estavam credenciados a

apresentar novas propostas, sempre em versão atualizada, na certeza de que as conquistas significariam, verdadeiramente, uma vitória da participação efetiva da sociedade na busca, compreensão e ajuste da e na cidade.

Nos últimos anos, os movimentos sociais organizados registraram várias conquistas no contexto político brasileiro, sendo a maior, na verdade, a incorporação da visão política da questão urbana em contraposição à concepção tecnocrática dominante nas décadas anteriores.

A maior visibilidade adquirida pela questão urbana desnudou a situação de penúria dos trabalhadores urbanos, moradores em sua grande maioria de bairros subequipados em habitações precárias e em longínquas periferias, onde a ausência de condições de vida dignas, entre outros aspectos, expressam-se concretamente no território. Os fulcros e enrugamentos territoriais testemunham o moderno processo de industrialização que o país experimentou nos últimos 50 anos, com a formação de uma massa de trabalhadores de baixos salários, inseridos numa sociedade de fortes apelos de consumo.

A precariedade da habitação⁵ e de seu entorno, no Brasil, ganha realce com o aumento acentuado de favelas e cortiços, além do crescimento do número de pessoas que não possuem moradia fixa e que moram nas ruas.

Sabe-se que a relação emprego e renda exclui parcela expressiva de trabalhadores dos programas habitacionais oficiais. O salário mínimo brasileiro é um dos mais baixos do mundo, (atualmente 180 reais - mais ou menos 70 dólares), incompatível com a relevância internacional do país que tem um PIB situado entre os dez maiores do mundo. Contraditoriamente, a distribuição de renda no Brasil é uma das mais injustas do planeta.

Aqui, há uma forte relação entre o processo de industrialização, urbanização e concentração fundiária no campo. Luta-se por terra no campo para o trabalho, na cidade, por emprego e casa para morar. O modelo contraditório da urbanização brasileira fortalece a apar-

tação e o conflito. Ele nega, na verdade, os preceitos de qualidade de vida digna e manutenção das referências culturais estruturantes, necessários na construção do caráter e da identidade da população. A gestão oficial prioriza áreas restritas nas cidades para assentamento de infra-estrutura e equipamentos destinados aos setores dominantes em detrimento das necessidades básicas, materiais e imateriais, da maioria dos trabalhadores.

Os pressupostos para reverter este quadro da política urbana no Brasil apoiavam-se em princípios norteadores e normas básicas, edificados a partir da discussão com a sociedade civil, mediante consulta a suas entidades, especialistas e parlamentares. Cumprindo esta feita, a determinação constitucional (art. 21, inciso XX, da CF) diz que compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos. Exigia, especialmente, a aprovação de uma lei que instrumentalizasse os municípios para que pudessem cumprir, de forma eficiente, o seu papel de principais sujeitos e beneficiários da política urbana.

IV – O Estatuto da Cidade

O Estatuto da Cidade⁶, nome como ficou conhecida a lei que estabelece diretrizes da política urbana e dá outras providências, fixa parâmetros para aplicação do capítulo da política urbana da Constituição Federal, definindo princípios e objetivos, diretrizes de ação e instrumentos de gestão urbana a serem utilizados, principalmente pelo Poder Público municipal.

No que tange aos ganhos, o Estatuto da cidade contém outros instrumentos que foram por ele disciplinados. Eles têm um expressivo peso na redefinição de uma nova cidade, consoante aos anseios e desejo da população.

Os ganhos contidos no Estatuto da Cidade explicam sua longa tramitação. O encaminhamento do Projeto de Lei teve forte reação dos

setores ligados à especulação imobiliária. De 1988 até sua aprovação, o Projeto de Lei foi enviado para exame às diversas Comissões da Câmara Federal de acordo com os temas abordados. Distribuído originalmente à Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior (depois subdividida em Comissão de Viação e Transportes – CVT – e Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior – CDUI), e à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (CCJR), a proposição teve audiência solicitada pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CEIC) e pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias (CDCMAM).

Somente em outubro de 1997, o Estatuto da Cidade logrou ser aprovado na forma de um Substituto na primeira das comissões, a CEIC. A CDCMAM, por seu turno, aprovou o projeto no final de 1998, também na forma de um Substitutivo, que aproveita o texto da CEIC e o aperfeiçoa com algumas emendas. A CDCMAM requereu e obteve a redistribuição do projeto, motivo pelo qual o seu parecer tem o *status* regimental de parecer de mérito.

Coube a CDUI, tida como principal comissão de mérito, a análise geral da matéria tratada pelo PL 5.788/90 e seus apensos.

A aprovação do Estatuto da cidade foi uma grande vitória da sociedade civil, especialmente dos movimentos sociais urbanos. Sua ação reguladora auxiliará as administrações municipais que contarão com um importante instrumento para intervir na estrutura e dinâmica dos centros urbanos.

Cabe ao Estatuto da Cidade um papel fundamental no processo de reestruturação e requalificação urbana das cidades brasileiras. Ao instituir e disciplinar antigas demandas expressas em questões, como IPTU progressivo, desapropriação com pagamento em títulos e usucapião urbano, ele cumpre um inestimável papel social. A grande conquista é a possibilidade do usucapião coletivo, o que permite a concessão de títulos de posse para as comunidades faveladas em loteamentos clandestinos, entre outras. O usucapião

especial, coletivo de imóvel urbano, será declarado pelo juiz, mediante sentença, na qual será atribuída igual fração ideal de terreno a cada possuidor, independentemente da dimensão do terreno que cada um ocupe, salvo hipótese de acordo escrito entre os condôminos, estabelecendo frações ideais diferenciadas. O projeto divide-se em três títulos:

- 1 – Princípios e Objetivos;
- 2 – Política Urbana;
- 3 – Disposições Gerais.

1. Princípios e objetivos

- 1.1 Definições
- 1.2 Função Social da Propriedade

Neste item, a lei define a política urbana, a garantia do direito à cidade, urbanismo e direito urbanístico, enumerando os objetivos da política urbana, entre eles o direito dos agentes coletivos à cidade; a distribuição social dos serviços públicos e equipamentos urbanos; e a ordenação da ocupação, do uso e da expansão do território urbano de acordo com a função social da propriedade. Em seguida, estabelece os requisitos para o cumprimento da função social da propriedade imobiliária urbana, vinculando-o ao atendimento das exigências do plano diretor. Dispõe, ainda, sobre os casos de abuso do direito e da função social da propriedade, entre eles a retenção especulativa do solo urbano.

2. Política urbana

- 2.1 Diretrizes Gerais
- 2.2 Políticas Setoriais
- 2.3 Instrumentos da Política de Desenvolvimento Urbano
- 2.4 Plano Diretor
- 2.5 Equipamentos Urbanos e Comunitários
- 2.6 Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas

Nesta segunda parte, a lei dispõe sobre as diretrizes gerais que deverão orientar a política urbana, destacando-se a gestão democrática, o atendimento ao interesse social, a ordenação e o controle do uso do solo urbano, a adequação dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e o cumprimento da função social da propriedade. Define como políticas setoriais a ordenação do território, o controle do uso do solo, a participação comunitária e o desfavelamento. Enumera os instrumentos da política de desenvolvimento urbano, dispendo sobre o parcelamento, a edificação e a utilização compulsórios, o direito de preempção, o direito de superfície e o usucapião especial coletivo. Nos dispositivos referentes ao plano diretor, são definidos o processo de elaboração, as diretrizes essenciais e o conteúdo básico. Determina que o plano diretor e os planos municipais de desenvolvimento serão elaborados pelo Poder Executivo municipal, submetidos à Câmara de Vereadores, que os aprovará por quorum qualificado. Prevê a criação de uma agência social de habitação para gerenciar a política habitacional. O Município Metropolitano é definido como aquele que coordenará a gestão de sua respectiva região metropolitana, do Prefeito Metropolitano e do Conselho Deliberativo. A adesão do Município à região metropolitana, segundo a proposta, implica compromisso de participação no planejamento conjunto, na observância das prioridades aprovadas pelo Conselho Deliberativo e na contribuição para a cobertura dos gastos comuns.

3. Disposições gerais

- 3.1 Do Conselho Nacional de Política Urbana
- 3.2 Disposições Finais

O Poder Executivo está autorizado a transformar o então existente Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) em Conse-

Iho Nacional de Política Urbana (CNPU), tendo por finalidade manter estudos permanentes sobre o processo de urbanização, de acompanhar a execução dos programas da agência de habitação, de sugerir aos Estados e Municípios instrumentos de política urbana. Entre outras atribuições, assegura a participação popular no CNPU.

V - O Estatuto da Cidade e política urbana

A aprovação do Estatuto da Cidade, além de realçar todo o mérito que ele contém no que concerne a seu caráter de instrumento de regulação urbana e disciplinamento das cidades, garante e incentiva o retorno às discussões capazes de reavivar o debate sobre a questão urbana. De recente inserção no contexto político do país, a questão urbana ainda é pouco merecedora de atenção por parte das autoridades públicas. A reconstituição histórica da recente política urbana brasileira remonta ao período do governo João Goulart, em 1963, quando houve a primeira tentativa federal de sistematização e intervenção mais consistente neste setor – resposta às fortes pressões populares. No conjunto das reformas de base ocorridas nesse período, foi realizado o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, dando origem ao SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. O golpe de 1964 redireciona a política urbana, enfocando a questão pela vertente habitacional e financeira. Nesse ano é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) que estabelece uma política de financiamento para a habitação. A ação do BNH será determinante no redesenho da cidade brasileira, favorecendo a formação de amplos espaços periféricos constituídos pelos enormes conjuntos habitacionais. As políticas adotadas aceleram o processo especulativo do mercado urbano de terras, inflaciona os custos de material de construção, além de comprometer número considerável de famílias com longos períodos de financiamento da moradia. O

conjunto de políticas voltava-se para o mercado formal de trabalho, deixando à sua própria sorte um enorme contingente de trabalhadores informais. A favelização e o cortiçamento acelerado das grandes e médias cidades foram uma das rápidas respostas geradas por este equivocado procedimento político. O advento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) foram básicos para o fortalecimento do BNH. A partir do final da década de 1960, o BNH torna-se instrumento financeiro essencial na estratégia desenvolvimentista do regime militar.

Na conjuntura histórica brasileira, no bojo do “milagre econômico” a década de 1970 se destaca. Durante ela, surgem os pólos de desenvolvimento e a institucionalização das regiões metropolitanas. O reconhecimento oficial da intensidade dos fluxos demográficos em direção às grandes cidades revela a composição da nova fisionomia do País. Em 1973, são criadas as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza e, em 1974, a região metropolitana do Rio de Janeiro. Completa esse período, a inserção de um capítulo sobre a questão urbana no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

As cidades espraiam-se, ampliando demasiadamente sua área. Eclodem os problemas ambientais urbanos com a destruição ou comprometimento acelerado dos recursos naturais. O BNH é o carro-chefe, o principal agente público do processo acelerado de urbanização, vitória da ideologia oficial de incentivo ao acesso à casa própria, num quadro de acentuado déficit habitacional. O mercado ampliado dá respostas à forte demanda por habitação, serviços públicos e equipamentos coletivos de consumo, incrementando a construção civil. O aumento acentuado do predomínio do governo central nas decisões políticas nacionais contrasta com o paulatino esvaziamento da autonomia dos estados e municípios. A centralização

do poder e a crença na capacidade do planejamento em dar respostas aos grandes problemas nacionais e gerar o esperado desenvolvimento, reforçam e mantêm a concentração da expansão industrial nos grandes pólos tradicionais⁷

Os primeiros sintomas de mudança ocorrem com o encaminhamento ao Congresso pelo Executivo do Projeto de Lei 775/83. "Lentos sinais de abertura política, em resposta à forte pressão política e popular ao regime militar" O grande ganho repousa no princípio da função social da propriedade e no estabelecimento de uma política urbana em consonância com a realidade do país.

Há consolidação dos movimentos sociais com forte participação popular, apoio da Igreja por meio da CEB's e da organização sindical. O encaminhamento do projeto, inscreve-se entre as primeiras vitórias da sociedade civil sobre o regime militar. O contexto político alimentava um amplo debate nacional com a organização e fortalecimento dos partidos de esquerda. A luta pela reforma urbana se consolidava, seguia o rastro das reivindicações de toda ordem que colocava o país em ebulição. O povo nas ruas clamava por melhores condições de vida, onde a moradia tinha papel preponderante.

A derrota do movimento "Diretas Já" frustrou o movimento popular, partidos de esquerda, mobilização estudantil e organização sindical. Segue-se a "Nova República" com promessas e decepções. Com a mesma rapidez que cria, extingue, o Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU), que durou um ano. Durante sua existência provocou e gerou grande interesse social e destacava a importância que a questão urbana ganhava com a lenta redemocratização do país. A efervescência dos movimentos sociais urbanos com intensa organização e mobilização das comunidades não foi suficiente para impedir o desmanche de tudo que fora institucionalizado até então. Essa desmontagem sem igual impediu a presença do urbano institucionalizado na pauta política nacional.

Só em 1988, quando foi promulgada a nova Constituição Brasileira, as demandas sociais, vislumbrando uma cidade melhor, são tratadas de forma mais conseqüente. No título *Da Ordem Econômica e Financeira*, um capítulo é consagrado à política urbana e detalhado em seus artigos 182 e 183.

Promulgada a Carta Constitucional de 1988, o senador Pompeu de Souza apresentou o Projeto de Lei do Senado 181/89, denominado Estatuto da Cidade, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais de política urbana. Aprovado no Senado Federal, o projeto vai para a Câmara dos Deputados em 1990, na forma do Projeto de Lei 5.788/90 e, infelizmente, passa a ter uma tramitação extremamente lenta.

A lenta tramitação do projeto é interrompida em 1997, com forte influência das entidades, políticos e militantes que participaram do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). O projeto volta a ganhar fôlego e retorna à pauta do Legislativo. Após intenso debate na CEIC, é apresentado o primeiro Substitutivo na Câmara dos Deputados. Como resultado de um trabalho do movimento social organizado, o Executivo Federal passa a demonstrar interesse na matéria por meio da então Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento e, o empresariado urbano, aos poucos, começa a perceber o Estatuto da Cidade como instrumento importante no desenvolvimento de seus interesses econômicos.

Após a aprovação na CEIC⁸, a proposição é enviada a CDCMAM, na qual é aprovado outro Substitutivo que aperfeiçoa o texto da comissão anterior, sobretudo em relação à questão ambiental.

O Estatuto da Cidade disciplina instrumentos fundamentais para a regulamentação da Constituição Federal.

O parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios, com base no artigo 182, § 4º da Constituição, são um dos principais instrumentos para limitar ou mesmo impedir a re-

tenção de terrenos urbanos ociosos. São fundamentais no barateamento dos custos de implantação e manutenção de infra-estrutura, equipamentos e serviços urbanos e no aumento das densidades, coibindo a especulação e manutenção dos onerosos vazios urbanos.

O IPTU progressivo no tempo, também previsto na Lei, no artigo 182, § 4º, da Constituição, é uma sanção compulsória vinculada ao não cumprimento do parcelamento, da edificação ou da utilização do solo urbano.

A desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, semelhante à realizada para fins de reforma agrária é outro instrumento previsto pela Lei cuja efetivação se cumpre como seqüência da aplicação dos dois anteriores.

A Lei dispõe também sobre o usucapião especial urbano, relativo ao artigo 183 da Constituição Federal. O Estatuto da Cidade avança ao permitir a figura do usucapião coletivo. Seu papel é básico na promoção da regularização fundiária nas cidades.

A Lei trata ainda do Plano Diretor, previsto no artigo 182, § 1º, da Constituição concebido como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana⁹

Além de regulamentação constitucional, o Estatuto da Cidade disciplina os seguintes instrumentos:

- Direito de superfície: permite dissociar o direito de propriedade do terreno e o direito de propriedade de edificação. O proprietário urbano poderá conceder a outrem o direito de superfície do seu terreno, por um tempo determinado ou indeterminado, mediante escritura pública averbada no Cartório de Registro de Imóveis. Visa fundamentalmente a flexibilidade e utilização dos terrenos.
- Transferência do direito de construir: faculdade atribuída ao proprietário do imóvel urbano, autorizada por lei municipal, de exercer o direito de construir em outro local ou alienar um direito ainda não exercido.

Transferência onerosa do direito de construir: estabelecimento pelo Município de um coeficiente de ocupação de solo autorizada sob pagamento. Permite ao Poder Público a cobrança pela utilização mais intensa da infra-estrutura urbana instalada na proximidade das operações imobiliárias.

- Operações urbanas consorciadas: compõe-se de um conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo poder público municipal, com a participação dos proprietários, moradores e usuários e de investidores privados, com o objetivo de alcançar, em uma área, transformações e melhoras urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental.
- Direito de preempção: na concepção do Estatuto da Cidade, dispõe sobre a preferência do Poder Público na compra de imóveis urbanos, visando a assegurar a formação de um estoque de terras públicas sem a necessidade de desapropriação.

Alguns desses instrumentos foram incorporados nos substitutivos elaborados pelas comissões técnicas, a partir dos projetos apensados e de planos diretores municipais já propostos ou aprovados e são fundamentais na criação de melhores condições de vida para os cidadãos. Entretanto, o Estatuto da Cidade ainda é limitado no que tange ao alcance de condições necessárias a uma vida socialmente justa e ambientalmente saudável, compreendendo uma gestão urbana que envolva, inclusive, conquistas na área do sistema de saneamento básico pela gerência adequada dos resíduos sólidos, captação, tratamento e abastecimento d'água, coleta e tratamento do esgoto, além da universalização desses serviços.

A administração pública não ultrapassou os limites da política de intenções e não obteve, portanto, repercussões práticas sobre o processo de urbanização caótico no Brasil, contribuindo para a permanência de determinados critérios de intervenção sobre a vida urbana

que redundam em recorrentes fracassos e na execução das estruturas administrativas responsáveis pelo planejamento.

A partir desse intenso e abrangente trabalho com os diferentes setores da sociedade, foram ampliados no Substitutivo as disposições sobre o Plano Diretor e as regiões metropolitanas, introduzidos em capítulo específico sobre gestão democrática. Foi disciplinado o instrumento da outorga onerosa de alteração de uso, estabelecendo o rito sumário para as ações de usucapião especial urbano, prevendo expressamente a utilização da ação civil pública com vistas à reparação dos danos causados à ordem urbanística. Este prevê diferentes tipos de sanções. São inovações importantes:

No processo de discussão do parecer, houve várias propostas de inserção no texto do Substitutivo de matéria referente à organização das regiões metropolitanas, como a obrigação de constituírem-se conselhos administrativos, fundos metropolitanos, etc. O entendimento foi que dispositivos com esse tipo de conteúdo seriam inconstitucionais, razão pela qual não foram inseridos.

No difícil trâmite do Estatuto da Cidade, certos temas geraram muitas polêmicas, exigindo uma complicada negociação:

Gestão democrática: Não obstante o Substitutivo da CDCMAM conter algumas referências à participação popular na gestão urbana, não tratava o tema com a importância necessária. Foi proposta que a gestão democrática passe a constituir um capítulo específico, que explicita os instrumentos a serem utilizados e que enfoque a gestão orçamentária participativa.

- Usucapião especial urbano: Foi previsto o "rito sumário" para ação judicial relativa ao usucapião especial de imóveis urbanos. A morosidade processual excessiva tem hoje impedido a concretização do direito à moradia.
- Outorga onerosa de alteração de uso: não se justifica a concessão da outorga one-

rosa apenas ao direito de construir. A alteração de uso do solo, mediante contrapartida a ser prestada pelo beneficiário, é também um instrumento importante.

- Ação civil pública: Prevista expressamente com vistas à reparação de danos causados à ordem urbanística. Não obstante, a Lei da Ação Civil Pública já prevê a sua utilização para a defesa de interesses difusos e coletivos, o Ministério Público tem enfrentado problemas para fazê-lo aplicar em caso de questões urbanísticas. Trata-se de medida que fortalecerá sobremaneira a intervenção do Ministério Público.
- Sanções: Tanto o PL 8.788/90 como os substitutivos aprovados na CEIC e na CDCMAM são omissos em relação às sanções aplicáveis nos casos de infrações a suas determinações. Na Lei aprovada foram previstos diferentes tipos de sanções. Será nula, por exemplo, a lei que instituir o Plano Diretor sem participação popular em seu processo de elaboração. As ações e omissões graves do Prefeito caracterizar-se-ão como improbidade administrativa.

A negociação exigiu vários ajustes em pontos do Substitutivo da CDCMAM. Destacam-se as alterações feitas nos dispositivos que tratam da taxa de juros na desapropriação/sanção prevista pelo art. 182 da Constituição Federal que, injustificadamente, beneficiava o infrator, e da definição de subutilização do solo urbano, que não previa a hipótese de descumprimento da legislação cabível. Essas, como a maioria das inovações propostas no Substitutivo, resultam do processo de discussão sobre a reforma urbana.

A Reforma Urbana no Brasil é uma necessidade. O Estatuto da Cidade é um caminho. É bem verdade que este volta-se mais para os aspectos fundiários, sendo omissos no que concerne às questões capazes de redefinir e redesenhar as cidades brasileiras. É inegável seu

papel na garantia de vida digna em nossas cidades. Para efetivá-la, é fundamental assegurar a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização. A sua concretização depende de fatores diversos, entre os quais se destaca o amplo engajamento da sociedade com o interesse social. Se avançamos agora no aspecto fundiário da cidade, garantindo lugar para todos, cabe continuar a luta em busca de um completo estatuto que contenha solução para questões fundamentais, como saneamento básico, habitação, transporte e segurança pública. Um Estatuto da Cidade completo só poderá ser produzido com a participação efetiva da população. As antigas estruturas de poder têm que se ajustar às novas demandas sociais que incluem a gestão urbana participativa como essencial. Construir cidades bonitas, limpas, funcionais e justas é uma tarefa difícil. Sua execução depende ainda da ação da sociedade na defesa de Planos Diretores corretos e adequados às necessidades da comunidade e para obtenção de investimentos nas áreas mais carentes detectadas pela comunidade.

VI - Carta das cidades: uma conquista coletiva

A Carta das Cidades é um documento aprovado na plenária final da I Conferência das Cidades realizada no período de 1 a 3 de dezembro de 1999, na Câmara dos Deputados, organizada pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior. A Carta estabeleceu diretrizes básicas voltadas para o aperfeiçoamento das políticas públicas na área do desenvolvimento urbano. A transformação das diretrizes e dos instrumentos tratados pelo Estatuto da Cidade em lei federal foi um passo necessário nesse processo. A Conferência das Cidades em Brasília reuniu trabalhos e reflexões de várias organizações da sociedade civil, especialistas e parlamentares, que estabeleceram as bases de uma Carta das Cidades.

O documento submetido à discussão e deliberação dos presentes na Sessão Plenária e de Encerramento da Conferência das Cidades foi aprovado por unanimidade. Ele constata, expressa e denuncia o injusto processo de urbanização brasileiro, excessivamente seletivo e concentrador, incoerente com os pressupostos de uma sociedade verdadeiramente democrática. Ao contrário do que se esperava, o processo se acirra neste final de século, sob a égide da globalização, atingindo através da exclusão expressivo contingente da população urbana. O aperfeiçoamento das técnicas de marketing e de publicidade amplia e vulgariza a difusão de produtos, redimensionando o mercado. Neste contexto, a cidade, em seu conjunto, é tratada como mercadoria. A I Conferência das Cidades conclama e reafirma a mobilização popular como instrumento de defesa de Reforma Urbana, condição legal de garantia do *direito à cidade*.

A seguir, a íntegra do documento e os comentários necessários à sua compreensão como instrumento de reforço à implantação da Reforma Urbana no Brasil.

Carta das cidades

- I A I Conferência das Cidades, realizada no espaço privilegiado do Parlamento, com a presença de participantes de todos os Estados da Federação, provenientes de organizações da sociedade civil e institucionais, vinculadas às questões urbanas, manifesta ao governo e à sociedade brasileira o sentido de urgência das transformações indispensáveis para que o País encontre o rumo da construção de um ambiente humano, socialmente digno, efetivamente democrático e culturalmente rico para a população.
- II A cidade brasileira é o retrato perfeito de uma sociedade que se construiu e

se reproduz sobre a exploração e a opressão da imensa maioria da população. Este modelo contou com um Estado que investiu pesadamente no fomento e na estruturação do desenvolvimento urbano-industrial, mediante políticas cujo resultado foi uma cidade mais desigual, mais segregada.

- III - Esta situação urbana tem sua origem num conjunto articulado de questões oriundas de problemas estruturais do País, como a concentração de renda, a migração do campo para as cidades, a inconsistência da política fundiária, a baixa taxa sobre a propriedade imobiliária ociosa, o escasso investimento público na provisão de infra-estrutura e na produção habitacional – fatores que favorecem os comportamentos especulativos sobre a função social do solo urbano.
- IV - A financeirização da economia submete os ritmos de vida da humanidade e da natureza, degradando a cidadania, depredando o meio ambiente e o patrimônio cultural, ignorando a memória como elemento construtivo e significativo para a compreensão e gestão das cidades, desagregando e ameaçando a sobrevivência das populações tradicionais (índios, pescadores, caiçaras, povoações ribeirinhas, etc.). Com a reestruturação econômica e a globalização, as cidades são progressivamente integradas em estratégias mundializadas, que produzem formatos de cidades homogêneas (*shopping centers*, etc.). Sistemas de comunicação e informatização nos integram ao primeiro mundo a um custo social gravíssimo, descaracterizando as instituições públicas, os movimentos sociais e tornando descartáveis setores produtivos excluídos pelos novos parâmetros.

- V - Tal modelo é responsável pela realidade em que vive a população brasileira, demonstrada pelos índices de desemprego (6 milhões de brasileiros perderam o emprego na década de 1990, conforme dados do IBGE); pelo número elevado de trabalhadores sem carteira profissional assinada; pelo aumento da população, vivendo em favelas, cortiços, loteamentos clandestinos, nas ruas e sob as pontes; pela violência urbana e rural; pelo imenso contingente de crianças abandonadas; pelos massacres generalizados; pela redução crescente da mobilidade, fruto do modelo individual de transportes, pesado e oneroso, e de leis de zoneamento que mantêm a força de trabalho em áreas longínquas, gerando o caos nos trajetos, deslocamentos demorados e agressivos que implicam em perdas de recursos, tempo e vidas humanas. Um modelo perverso, enfim, que gera individualismo, implicando na elevação da hostilidade e na decadência dos valores da solidariedade, humanidade e cooperação urbana.
- VI - O Estado brasileiro foi historicamente marcado pela desigualdade e pelo uso dos bens públicos em benefício de classes já privilegiadas. Investimentos socialmente concentrados e oriundos das relações de troca de favores e clientelismo reduziram e continuam reduzindo o acesso da maioria da população a direitos básicos. Nos anos 90, essa situação piorou. Houve mudanças na relação Estado-sociedade civil, aumento do déficit público, desmonte das políticas sociais, privatização de bens e serviços públicos, agravamento da crise social, endividamento dos governos estaduais e municipais, imposições internacionais, perda de direitos conquistados na Constituição de 1988,

disputa entre níveis de governo, bem como a emergência de novos representantes das velhas elites brasileiras no desenho de políticas urbanas, acentuando as lógicas empresariais e de negócios e transformando os direitos sociais em mercadoria.

- VII - A cidade brasileira também é o lugar da luta, o lugar da constituição de movimentos organizados que querem transformá-la. É o lugar da construção da cidadania, conquistada a partir de experiências concretas de solidariedade e da elaboração coletiva de projetos alternativos. Não obstante, na atual política centralista, inúmeros municípios têm fortalecido a democracia e o atendimento das necessidades de parcela significativa da população, a partir da experimentação e afirmação de novas formas de planejamento e administração pública. Apesar da cultura da competição, os excluídos da produção formal vão criando laços de cooperação, articulando e estruturando na prática a economia popular, pressionando por políticas públicas que interfiram no mercado e que possam garantir trabalho e renda.
- VIII - Para reverter o processo crescente da produção da pobreza, desigualdade e exclusão social, bem como de degradação humana e ambiental, é necessário adotar metas claras, visando alcançar reformas estruturais para um novo modelo de desenvolvimento, como já é apontado por vários documentos do movimento popular e democrático, entre eles o Manifesto do Movimento em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho, construindo uma ação comum de entidades, sindicatos e partidos políticos, na perspectiva da edificação da unidade no curso das lutas.

IX - A I Conferência das Cidades busca oferecer ressonância à voz dos que lutam e sonham que é possível construir espaços de convivência com um novo perfil. Em nome dessas aspirações e das múltiplas possibilidades oferecidas pelo exercício da cidadania, afirma-se a perspectiva da construção de cidades estruturadas para a plena satisfação das exigências materiais e espirituais de seus habitantes.

- X - A I Conferência das Cidades reafirma e assume para si as deliberações da Conferência Nacional de Saneamento e propõe à sociedade brasileira, de imediato:
- A formulação de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, inscrevendo, entre outras políticas públicas, o desenvolvimento urbano, no sentido de assegurar a articulação das dimensões ambiental e social, e sua integração ao conjunto das políticas e planos para o País, suas regiões e cidades.
 - Para viabilizar a execução deste projeto nacional de desenvolvimento, no que se refere à política urbana, impõe-se a reversão do panorama atual relativo à alocação de recursos, inclusive do BNDES e FINAME, para habitação, saneamento, transporte público de massas e infra-estrutura urbana. É necessária a previsão – e efetiva aplicação – nas leis orçamentárias dos três níveis de governo de um volume significativamente maior de recursos a fundo perdido. Mesmo admitindo a relevância da participação dos recursos privados, cumpre-nos evidenciar o histórico papel alavancador do desenvolvimento urbano representado pelos recursos públicos, exigindo-se também melhor utilização dos recursos orça-

mentários, mediante a sua conjugação com outras fontes (FGTS, recursos do BNDES, da CEF e de organismos multilaterais), voltadas em especial para financiamento das classes e camadas de baixa renda da sociedade.

- Reafirmação da Reforma Urbana, substrato e garantia do direito à cidade, à função social da propriedade e à moradia, como direitos fundamentais das populações urbanas e dos indivíduos, contribuindo para a promoção do desenvolvimento material, social e cultural de uma pátria de brasileiros e, assim, promovendo a efetiva melhora da qualidade de vida.
- O estabelecimento de um novo pacto Federativo, que vede a centralização e concentração de recursos financeiros pela União, restabelecendo os recursos e as prerrogativas dos Estados e Municípios e a plena retomada das atividades de interesse local, assegurando às cidades o direito inalienável de formular e executar suas políticas públicas, tornando disponíveis, ainda, os programas federais de desenvolvimento urbano para efetiva aplicação municipal.

A democratização do planejamento e da gestão das cidades, com ênfase nos mecanismos que garantam o interesse público, o acesso à informação e o controle social sobre os processos decisórios das políticas e dos recursos públicos, nos vários níveis, assegurando a participação popular em geral, mediante a realização de orçamentos participativos, entre outros instrumentos e, em âmbito nacional, a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, com efetiva participação da sociedade.

- O apoio irrestrito à luta pela Reforma Agrária como parte integrante do esforço voltado para o desenvolvimento nacional, ao lado da Reforma Urbana, e à oferta de serviços públicos às vilas e às pequenas localidades rurais, a exemplo da eletrificação rural, saneamento e outros instrumentos de conforto, saúde e estímulo à cidadania, oferecendo consistência a uma política de emprego e elevação da qualidade de vida dos trabalhadores rurais – protagonistas da produção de alimentos crescentemente importados –, tornando mais atraente a vida no campo e gerando consequente impacto positivo nas cidades.
- A ampliação da política de preservação urbana, reforçando o papel dos organismos federais, estaduais e municipais do setor, como instância de proposição, implementação e articulação de políticas públicas, desenvolvendo seus instrumentos financeiros-urbano em ações que fomentem e articulem os diversos aspectos relativos à defesa do patrimônio cultural (históricos, artísticos, educacionais, etc.). A realização de um seminário nacional para discussão e elaboração do Sistema Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural, com a participação de representantes dos três poderes da República, dos movimentos sociais afins, *Ongs* e empresas interessadas.

No plano legislativo, a aprovação definitiva do Estatuto da Cidade foi uma grande vitória. Sua longa trajetória se inicia com o encaminhamento do PL 5.788/90, do Senado, aprovado posteriormente, nas comissões de mérito da Câmara dos Deputados. Ficou pendente de manifestação da Comissão de Constituição e Justiça e do Senado; da PEC 601/98,

que introduziu o direito à moradia na Constituição Federal; do PL 2.710/92, de iniciativa popular, que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia popular; da PEC 169/93, que trata dos recursos do SUS; a inserção na proposta de Reforma Tributária da destinação de recursos vinculados do Imposto Seletivo para o transporte urbano; regulamentação dos artigos do Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937, que trata da preservação do patrimônio cultural brasileiro e define as atribuições do IPHAN. Apresentou-se como uma exigência o cumprimento da Lei n.º 8.899/94, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.

A Agência Habitat, da ONU, já iniciou o processo preparatório do encontro de avaliação da Conferência de Istambul, a realizar-se em 2001. Os compromissos firmados pelo governo brasileiro, como signatário da Agenda Habitat, não foram implementados e nem sequer planejados.

A I Conferência das Cidades exige que a sociedade civil seja chamada para a retomada imediata da Agenda Habitat.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior estabelece o compromisso de realizar anualmente a Conferência Nacional das Cidades, precedida por conferências organizadas nos Estados e Municípios pelas assembléias legislativas e câmaras municipais, articuladas com as entidades e movimentos da sociedade civil. A III Conferência das Cidades será realizada em outubro, na cidade de São Paulo.

A I Conferência das Cidades conclama à ampla mobilização popular em defesa de Reforma Urbana, do direito à moradia, ao transporte, ao saneamento, à infra-estrutura, enfim, do direito à cidade.

Esse documento, como se vê, é um marco histórico na insistente luta do cidadão pelo acesso pleno à cidade.

A dimensão do direito à cidade, assume forma de uma "revolução urbana" pelo controle da "vida cotidiana" dentro da estrutura territorial do Estado capitalista¹⁰

O advento do espaço técnico científico informacional, segundo SANTOS (1985), permite uma rediscussão da cidade quanto ao teor de tecnologia investido nela e a repercussão deste investimento em sua posição hierárquica regional, nacional e internacional. O estabelecimento de redes informacionais independentemente da hierarquia urbana tradicional, coloca em xeque o papel social das inversões tecnológicas concentradas em setores modernos das cidades.

A complexidade do urbano com territórios mais aquinhoados que outros revela um intenso processo de mundialização que acelera esta dupla extensão da cidade, tanto de suas dimensões físicas quanto de suas potencialidades econômicas. As demandas sociais deslocam-se do campo, passam pelas cidades médias, e ampliam-se na direção da metrópole. Esse amálgama de carências X reivindicações faz nascer novos modos de gestão da cidade, objetivando uma melhor mobilização do conjunto de atores sociais que a compõe. As estruturas urbanas, por sua vez, galvanizam-se nos espaços, formas e objetos. No seu entorno, coexistem formas espaciais e estruturas representativas de distintos grupos, processos e períodos histórico-sociais, estabelecendo-se relações que vão desde a harmonia e tolerância, à exclusão. Nesta direção, a história das cidades está posta na perspectiva do enfrentamento dessas relações que se expressam no seu entorno natural e construído.

A Reforma Urbana e todo seu corolário buscam e dão sentido à cidade, mesmo quando discutida no âmbito de sua gestão e permanência enquanto unidade concreta, fluida e dinâmica. A cidade, o sentido de existência e de resistência permeiam a questão dos interesses dos diversos grupos que a compõem e que provocam o surgimento de novas formas de gestão urbana democrática nos seus antigos e novos territórios. Este processo leva em conta, de um lado, vários tipos de expansão do espaço da cidade que permitem diversas formas de apreensão na sua administração. De outro,

deve-se sempre levar em consideração os níveis impostos pela mundialização da economia e da identidade, isto porque a metropolização necessária para a captação de fluxos, repousa sobre uma política de afirmação de identidade do pólo urbano na circulação mundial. Em contraponto, as enormes franjas periféricas com baixo ou nenhum componente globalizado, com suas formas mais precárias que tomam e buscam estas conquistas de margens, tornam-se, cada vez mais importantes para sua imagem de espaço de conflito.

A luta pela Reforma Urbana e o advento do Estatuto da Cidade emergiram dentre os vários modos de gestão democrática da cidade, muitos surgidos de uma verdadeira revolução molecular no seio das organizações e mobilizações populares que foram experimentados no Brasil, em especial, o da implantação de políticas públicas de micro-urbanização em forma de "mutirão", que pretendiam integrar à cidade assentamentos humanos irregulares, como favelas e áreas de habitação subequipadas, socialmente marcadas pela precariedade. No quadro administrativo, a progressiva mistura de gestões públicas e privadas de serviços urbanos que foram municipalizados ou comprados pelas multinacionais, conduzem à necessidade de se estabelecer políticas de proteção às populações marginalizadas dos bairros informais da metrópole. A busca do sentido da cidade, neste contexto de globalização e gestão social urbana, como domínio de segmentos marcados pela pobreza, permite verificar os níveis de complementaridade existentes entre a cidade e os modos inovadores de gestão.

O surgimento dessas formas inovadoras de gestão urbana democrática nos novos territórios de conflitos da cidade tem várias conseqüências. De um lado, leva em conta vários tipos de expansão do espaço da cidade que provocam diversas formas de confronto entre povo e poder e impõem um desafio à sua administração. Por outro lado, na discussão de

cada caso, observa-se que vários são os níveis impostos pelo avanço da sociedade no que concerne ao direito a uma cidade concebida e construída como um meio ambiente saudável. Na conjuntura em que se insere a Constituição de 1988, favorece toda mobilização popular em prol da Reforma Urbana. Acresce as conquistas decorrentes da rápida circulação de idéias e propagação dos movimentos em virtude dos avanços técnicos-científicos informacionais, extrapolando a própria globalização da economia, permitindo a construção, cada vez mais acelerada, de vínculos identitários que ultrapassam os limites do local.

O quadro de conjuntura reforça a idéia de escassez face aos vários processos vivenciados neste final do século com o recrudescimento da vida metropolitana, intimamente comprometida com condições ambientais insatisfatórias para a maioria da população. Nas últimas décadas, o surgimento das grandes cidades e uma nova configuração metropolitana, dominada pela pobreza urbana, modificou sobremaneira a dinâmica demográfica interna das cidades brasileiras, enquadradas num processo de formação de anéis periféricos e expansão de bacias metropolitanas nos moldes do que ocorre em outros países do Terceiro Mundo. Aqui, essa configuração adquire feições semelhantes ao processo ocorrido na Europa do pós-guerra com uma dinâmica que evidencia e proporciona uma fluidez populacional para as periferias urbanas, especialmente as metropolitanas, revelando toda a trama da gestão urbana onde interesses em conflito resvalam pela lógica da especulação imobiliária.

Esses vínculos agregados ao urbano que estende o sentido da cidade, ultrapassando seus limites, ampliando sua influência e importância, sugerem a compreensão da cidade como unidade social complexa, conforme os preceitos de uma gestão urbana participativa. Ao mesmo tempo, reforça a partir dessa concepção a premissa da discussão do Estatuto da Cidade, no contexto da Reforma Urbana no Brasil.

VII - Considerações finais

O Estatuto da Cidade contém uma série de instrumentos legais inovadores voltados para a melhora da qualidade de vida das cidades. No seu conjunto, trata-se de uma Lei que se destaca por induzir mais que normalizar as mais diversas formas de uso do solo e o controle das iniciativas públicas e privadas sobre o urbano. A Lei privilegia, fundamentalmente, os aspectos fundiários urbanos. Os instrumentos urbanísticos contidos no Estatuto são: os *tributários* – IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano progressivo no tempo para as áreas ociosas; os *jurídicos* – edificação compulsória, desapropriação, discriminação das terras públicas e regularização de loteamentos ilegais e áreas faveladas; e os *urbanísticos* – criação de zonas especiais de investimentos públicos e maiores exigências para aprovação dos loteamentos. Culmina com a Participação Popular, com mecanismos como emendas populares que podem ser apresentadas no âmbito do Legislativo e dos Conselhos Municipais instituídos em várias prefeituras do país. Aí a sociedade civil participa, por meio de seus representantes, na definição dos Planos Diretores.

Ainda no que tange à participação popular, os instrumentos legais expressam o reconhecimento formal das necessidades e direitos da população pobre das áreas urbanas, evidenciando-se a questão do acesso à moradia que pressupõe Urbanização e regularização fundiária das áreas faveladas e loteamentos ilegais; programas de construção de moradias populares por parte dos estados e municípios; e utilização das terras públicas ociosas para assentamentos da população de baixa renda.

Nossa história urbana registra um extremo maltrato de nossas cidades. A Lei do Estatuto da Cidade é uma grande conquista e sinal de novos tempos na construção de cidades mais justas, humanas e bonitas – dignas de seu povo. O Estatuto da Cidade constitui o ponto de partida, um passo importante na pesquisa pela solução dos problemas urbanos. Há, contudo, necessidade não apenas do aparato legal, mas também de substancial disposição para aplicá-lo às cidades brasileiras. No mais, parece que o principal consiste na satisfação das expectativas, as mais gerais da sociedade. Dito de outro modo, de um Brasil social e economicamente desenvolvido.

Notas

- 1 BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e Democracia. In: *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, n.33, São Paulo: CEDEC, 1994.
- 2 LINCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. Buenos Aires, Infinito, 1970.
- 3 SILVA, José Borzacchiello da. O Paraíso Perdido: uma discussão sobre o discurso da crise da cidade. In: DINIZ, José Alexandre; FRANÇA, Vera Lúcia A. *Capítulos de Geografia Nordeste*. Aracaju – NPGEO, p.89-101, 1998.
- 4 Ver: *A Função Urbanística do Usucapião de Norma*. Lacera e Lúcia Leitão, Recife, 2000 (mimeo).
- 5 BRAGA, Elza Franco. *Os labirintos da habitação popular (conjunturas, programas e atores)*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- 6 Para garantir uma melhor compreensão do artigo, manteremos, na medida do possível, na forma original, passagens do Projeto de Lei 5.788/90.
- 7 Consultar: *A Reforma Urbana e o futuro das cidades*. Deputado Inácio Arruda, Brasília, Câmara dos Deputados, 2000.
Ver: *Estudo Técnico Específico sobre o PL 5.788/90 da Consultoria Legislativa*, de autoria das consultoras Maria Sílvia Barros Lorenzetti e Suely

- Mara Vaz Guimarães de Araújo, de fevereiro de 1999.
- 8 Consultar o Substitutivo Adotado pela Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior para o PL. 5.788/90.
- 9 LEFÈBVRE, H. *La Pensée marxiste et la ville*, 1972, Paris, Casterman; 2 *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos, 1968; 3 - *Critique de la vie quotidienne*, Paris, L'Arche, 1946, Apud SOJA, E. W. *Geografias Pós-Modernas*, Rio, Jorge Zahar Editor, 1993.
- 10 SANTOS, Milton. *Espaço e Método*, São Paulo, Nobel, 1985.

Bibliografia

- BRAGA, Elza Franco. *Os labirintos da habitação popular* (conjunturas, programas e atores), Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha, 1995.
- CONSTITUIÇÃO: República Federativa do Brasil, 1988.
- DURAND-LASSERVE, Alain. *L'Exclusin des Pauvres dans les Villes du Tiers-Monde*. Paris, l'Harmattan, 1986.
- GODART, Francis (Organizador). *Le gouvernement des villes*, Paris, Descartes & Cie, 1997.
- LAMIZET, Bernard; SANSON, Pascal. *Les Langues de la Ville*, Paris, Éditions Parenthèses, 1997
- LEFÈBVRE, H. *La Pensée marxiste et la ville*. Paris, Casterman, 1972.
- _____ - *Le Droit à la Ville*, Paris, Anthropos, 1968.
- _____ - *Critique de la vie quotidienne*, Paris, L'Arche, 1946.
- _____ - *A Revolução Urbana*, Belo Horizonte, Editora UFMG, trad. de Sérgio Martins, 1999.
- LINCH, Kevin. *La imagen de la ciudad*. Buenos Aires, Infinito, 1970.
- PIGEON, Patrick. *Ville et environnement*, Paris, Néditions Nathan, 1994.
- REMY, Jean; VOYÉ, Liliane. *LA VILLE: Vers une Nouvelle Definition*, Paris, l'Harmattan, 1992.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*, São Paulo, Nobel, 1985.
- SILVA, José Borzacchiello da. *Os Incomodados não se Retiram*, Fortaleza. Multigraf, 1992.
- _____ - *A Relação ONG e Sociedade Civil*. In: *Caderno de Desenvolvimento Infantil*, Curitiba, v.1, n.2, p.15/21.
- SOJA, E.W. *Geografias Pós-Modernas*, Rio, Jorge Zahar Editor, 1993.
- SOLER-COUTEAUX. *Droit de l'urbanisme*, Paris, Dalloz, 2.ed, 1998.



A CIDADE CAÓTICA: IDEOLOGIA E SIMULAÇÃO DA CRISE DA SOCIEDADE URBANA

Jorge Luiz Barbosa

RESUMO:

O presente artigo objetiva desenvolver uma reflexão crítica a respeito das atuais mudanças na sociedade e suas implicações na paisagem urbana. Buscamos as possibilidades de entendimento das transformações contemporâneas no espaço urbano e das representações do caos em que se explicita o grande *shopping center*, no qual o visual da cidade se transformou.

PALAVRAS-CHAVE:

Espaço, paisagem, representação, caos, urbano.

ABSTRACT:

This article objectes to develop a critical reflexion on the present changes in society and its implications in the making of urban landscape. We search the possible ways in understanding the contemporary transformation in the urban space and the representations of the chaos in wich is explicit the big "shopping center" the city visual became.

KEY WORDS:

Space, landscape, representation, chaos, urban.

O novo século vem sendo anunciado por duas expressões recorrentes: caos e crise. Tais expressões vêm sendo utilizadas, em larga medida, para definir o estágio atual das grandes metrópoles. A visibilidade do colapso do planejamento urbano que se mostra incapaz de evitar o crescimento "desordenado" das cidades, os processos de "desindustrialização" reordenando a estrutura profissional urbana, as elevadas densidades demográficas associadas à insuficiência dos serviços básicos e o crescimento das migrações multiétnicas, são exemplos quase comuns que definem os sintomas do caos provocado pela crise das grandes aglomerações humanas.

Todavia, o amálgama caos/crise que proclama a falência da Metrópole é acompanhado por postulações que anunciam o surgimento de novas formas e conteúdos do espaço urbano. Estas se distinguiriam do modelo arquetípico de espaço organizado sob a insígnia do urbanismo racionalista e globalizador. Essas projeções urbanas, inclusive, já recebem nomes próprios: cidade pós-industrial, cidade informacional, cidade da inovação, cidade do conhecimento etc. Todos esses nomes espelham metaforicamente projetos de cidade e aludem às novas estratégias urbanas que começam a ser implementadas como instrumentos de realização de

uma nova organização espacial da economia e da política.

O propósito do presente ensaio é buscar desvelar a tessitura de novas hegemonias de reordenamento da sociedade urbana contemporânea, processo que vem encontrando na imagem da "cidade caótica" o seu apelo de legitimação política, econômica e estética. Para tanto, exploraremos visões distintas do significado do caos e suas relações com as práticas de reestruturação do espaço urbano em curso.

A estetização da paisagem como negação do caos

A cidade contemporânea como expressão do caos tornou-se uma imagem banal, reproduzindo-se tanto nos meios de comunicação de massa como nas artes plásticas e visuais e, mais recentemente, ganhando páginas nos trabalhos acadêmicos. Isto nos parece uma demonstração inequívoca do vigor da imagem *cidade caótica*, para hegemonizar as representações e interpretações das contradições da sociedade urbana da atualidade. Contudo, não estamos tratando de um jogo de imagens marcadas por aforismos niilistas pós-modernos. A imagem *cidade caótica* vem assumindo um papel significativo na condução de práticas sociais de reordenamento das cidades, cujas conseqüências mais imediatas já começam a se evidenciar, como a produção de novas formas de hegemonia social por meio da remodelação do espaço urbano.

Desenvolver uma crítica radical às representações e interpretações banalizadas da "cidade desordenada" – portanto, caótica – não significa negar que vivemos em um período marcado pelo aguçamento das contradições e conflitos sociopolíticos. Entretanto, é preciso estar atento às leituras correntes da cidade a partir da imagem caos. Estas parecem estar sempre empenhadas em nos apresentar a

cidade como um fermento detestável de desintegração de laços sociais e como espaço da degradação mais profunda da civilidade.

Tais leituras desenham as cidades, sobretudo as cidades-metrópoles, como espaços em decadência, por meio dos quais a pulsão da violência e da morte domina as experiências cotidianas e, com freqüência, significam apelos ao outro extremo da situação: lei, ordem e segurança. Geralmente reclamada pelas classes médias urbanas, a tríade lei-ordem-segurança conforma uma nova fonte de ideologias que estão na base das intervenções urbanas discricionárias da atualidade, cujos fundamentos ideológicos recorrem com insistência à recuperação dos laços sociais/culturais partidos pela anomia do *caos urbano*.

Reclamar uma nova ordem urbana capaz de restaurar a paz do convívio social se tornou um dos mais vigorosos clichês legitimadores das estratégias urbano-arquitetônicas que apelam à restauração e à revitalização das cidades por meio das intervenções pontuais e específicas. Estas sinalizam o abandono das concepções outrora modernas de "remodelações urbanísticas globais" em função da valorização da *comunidade local*. Afirma-se uma nova e pragmática postura urbanística que é definida a partir da argumentação de que é "impossível cuidar das cidades como um todo" sobretudo das grandes metrópoles, "vítimas de seu próprio gigantismo". Portanto, há poucas surpresas na atual ressonância das concepções que definem a cidade como um mosaico de fragmentos e seu cortejo de intervenções urbanas seletivas, orientadas para o resgate – pela requalificação dos lugares – da *memória cultural*, dos *laços de identidade*, da *singularidade histórica*, enfim, da *vida comunitária*, elos considerados indispensáveis para reconstituir a civilidade, a paz social, o progresso e, evidentemente, atrair bons negócios, tecnologia e empregos. Configuram-se táticas difusas e descontínuas que radicalizam desigualdades socioeconômicas e revelam, no

seu percurso de afirmação, o seu propósito nada oculto de promover o “mercado global” de estilos de vida, serviços e imagens.

Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas que investem na construção de novas centralidades urbanas, a partir de novas hierarquias socioespaciais que se realizam não mais em função de uma (mega) metrópole global expandida, mas em termos de sua dissipação, como um sistema de signos, formas, objetos e funções que se espargiu em diferentes escalas planetárias.

Novos imperativos de eficiência e rentabilidade começam a ganhar corpo nos dispositivos urbanísticos destinados a realizar a *performance* mimetizada dos lugares. A racionalidade econômica redefine o monumentalismo arquitetônico para erigir uma *ética do mérito*, em que o agradável e a segurança jogam papéis decisivos. Nesse percurso, torna-se cada vez mais acirrada a competição entre as cidades, agora mediada pela mobilização do espetáculo – a cenografia gestinária contra o caos – destacando-se em tal estratégia a construção de prédios imensos e *shoppings centers* luxuosos, estilização decorativa de bairros e avenidas. Incluem-se também nesse movimento performático a realização de festivais culturais e eventos esportivos como instrumentos de atração de investimentos financeiros e requalificações urbanas, a exemplo de Atlanta e Sidney (Jogos Olímpicos) e de Lisboa (EXPO 98).

Um novo sentido é atribuído às cidades. Estas não são mais lugares para se habitar. As cidades são tratadas como “ambientes visuais”, como se fossem imensos videoclipes publicitários. É nessa direção que se investe e se (re)vestem as cidades com o *design clean* do mobiliário urbano – cabines telefônicas, abrigos de ônibus, caixas postais, luminárias, bancos, lixeiras – destinado a modernizar/disciplinar o uso (mercantil) da paisagem, por meio da concessão de espaços públicos às corporações privadas (a empresa francesa JC Decaux já obteve

concessões para atuar em 23 países). Prefeituras de diversas cidades passam, então, a recortar áreas da cidade e ceder aos interesses das firmas de *design urbano*. E, como contrapartida da criação, instalação e manutenção dos objetos criados, as empresas podem utilizar o “espaço” para fins publicitários. Painéis eletrônicos, *backlights*, luminosos digitais e *banners* recortam horizontes para anunciar seus produtos. Serviços bancários e comerciais, perfumes, refrigerantes, jeans e as modelos das revistas pornográficas desfilam pelas ruas e avenidas transformadas em grandes cenários de exibição. A paisagem é convertida, sob o primado da circulação de imagens, em um *capital móvel* do consumo seletivo e de massa.

Fazendo da paisagem um valor de troca, as corporações empresariais tornam as cidades um grandioso acúmulo de espetáculos publicitários, onde a produção intensiva de imagens é um veículo indispensável à realização dos negócios. O urbano passa a responder diretamente pela estetização da economia política, recodificando o espaço abstrato do mercado no circuito da produção/circulação urbana das mercadorias sob a forma de imagens visuais. Relação que ganha maior visibilidade e coerência quando observamos o encurtamento do ciclo de vida de bens e serviços promovidos pelo emprego crescente da tecnologia e pela expansão do *marketing*: instrumentos propagadores de um consumo cada vez mais voraz e veloz como condição de realização do lucro. Não precisamos de muitos esforços para perceber como as cidades, sobretudo as grandes metrópoles, estão sendo convertidas em hipermercados de símbolos do fetichismo das mercadorias – processo revelador de uma forma particular de *empresariamento* da paisagem como exercício de controle discricionário do espaço urbano e como condição de reprodução do capital.

O novo *design* do mobiliário urbano é introduzido não somente como suporte de um processo intensivo de veiculação, banalização e

realização do mundo das mercadorias. O *design* urbano também compreende o esforço de doar às cidades uma imagem de estabilidade e ordem, necessária e coerente à nova dinâmica do mercado capitalista. É preciso dotar o espaço urbano de um conjunto de representações e situações capazes de constituir lugares excitantes, atraentes, criativos e, o mesmo tempo, seguros para investir, jogar, apostar e consumir. Esse processo de reestruturação urbana vem impondo às cidades um catálogo de formas repetitivas e diluidoras das diferenças socioculturais qualitativas. No seio dos espaços padronizados tudo se torna equivalente e intercambiável e, como nos alerta ÍTALO CALVINO (1990a), decretam contraditoriamente amorfia que pretensamente afirmam combater:

"(...) Nos lugares em que as formas exaurem as suas variedades e se desfazem, começa o fim das cidades. Nos últimos mapas do atlas, diluíram-se as retículas sem início nem fim, cidades com a forma de Los Angeles, com a forma de Kioto-Osaka, sem forma."

É construído um arquétipo de "cidade pós-moderna" como um palimpsesto que se reproduz pelo mundo afora. Nem Nova York ou Los Angeles, muito menos Paris ou São Paulo podem ser tomadas como referência. Talvez todas elas misturadas. Ou provavelmente Cingapura. Cidade-clichê do capitalismo financeiro, com suas torres de vidro e aço lançando suas sombras sobre os bazares indianos e chineses. Cidade-pastiche, onde a velocidade dos carros luxuosos mistura-se ao cheiro de incenso das ruas. Cidade-real, onde a luxúria do dinheiro ocidental aparece entrelaçada à brutal pobreza orienta (TRIGO, 1989, p.203-220).

Dessa mesma matriz urbanística são os esforços de reconstituição das singularidades histórico-culturais dos lugares, que não ultrapassam mais o seu papel de *remake* da pai-

sagem. A recomposição de fachadas de casas e prédios consideradas tradicionais, a organização de corredores culturais e bairros estilizados com cores e formas do passado emprestam à paisagem um certo sentido bucólico (e *retrô*). No entanto, a pretensa recuperação da "memória histórica" revela-se como um processo de *mu-seificação* estético-mercantil de ruas, praças e bairros, cujo propósito maior é servir mais como *playground* cultural para a expansão da indústria do turismo do que propriamente revitalizar ou consagrar tradições populares. Não é uma raridade o patrimônio histórico e cultural ser transformado em um álibi para expulsão de populações locais e, assim, estabelecer novos usos às formas tradicionais. O Pelourinho (Salvador-BA) é um caso exemplar desse processo de substituição social, pois a *requalificação urbanística* implicou a transferência de 90% dos seus antigos moradores.

O *design* urbano e revitalização estética das lembranças apontam para um novo momento da *arte pública*, pois, ao projetar e realizar novos jogos sógnicos na paisagem, participa na (re)funcionalização estimuladora de projetos imobiliários privados. Por meio da força dos apelos estéticos *do revival arquitetônico do ferro fundido e tijolos vermelhos*, reproduzem-se as práticas mercantis de reapropriação classista do espaço, inclusive dos espaços considerados marginais e/ou decadentes. Fauniel Hall e Fau Pier (Boston), South Street (Nova York) e Princess Street (Glasgow) são expressões da construção de paisagens-clichê que combinam o falseamento do passado com o domínio privado dos yuppies.

O *mapa* das cidades com as suas significações complexas e inesperadas começa a ser reduzido a um mero catálogo de sítios e situações transformados em espetáculos de uma *arte pública* cúmplice da atual reestruturação mercantil do território urbano. Por outro lado, a grafia indesejável das diferenças presentes no espaço urbano é diluída ou apagada no esforço de doar *alma às cidades da amorfia*.

Contudo, o embelezamento estratégico da paisagem combina e exige dispositivos disciplinares capazes de garantir controle e a repressão de situações inesperadas. Não causa espanto que a estetização da paisagem seja acompanhada do desenvolvimento de uma engenharia *soft* de segurança que, do uso do GPS até as câmeras de vídeo, vigiam e registram o movimento cotidiano em diferentes escalas espaciais e em territórios selecionados da cidade. Estamos diante de técnicas “discretas” e “silenciosas” que fazem da captura e da exposição de imagens visuais o seu recurso geoestratégico de esquadramento dos comportamentos sociais e, a partir daí, impõem a disciplina aos corpos e às ações no espaço urbano. A estetização da paisagem combina-se com o controle e a vigilância dos corpos estranhos e rebeldes, com o objetivo de figurar uma cidade da ordem em oposição ao caos. O *urbanismo décor* revela sua face oculta: um poderoso instrumento de regulação coercitiva da vida social nas cidades.

As novas práticas urbanísticas em favor da identidade local caracterizam-se por sua retórica de substituir as instituições disciplinares em crise – a casa, a escola e a empresa – que teciam a complexa capilaridade da dominação social. A cidade é socialmente instrumentalizada para responder à nova disciplinarização dos corpos, constituída pelo jogo catódico de imagens simulacionais e pelo aprofundamento da fragmentação social do espaço. A reificação das relações sociopolíticas reproduz-se nas cidades como expressão do fetichismo de um mundo convertido em imagens. Imagens que se banalizam e logo se degeneram no ato de sua difusão massificante, para serem imediatamente substituídas com o mesmo teor generalizante da ilusão de um presente perpétuo... sem futuro. A imagem-clichê do caos como recurso mimético de ordenamento territorial da cidade institui-se para desativar a potencialidade social das lembranças, pois a lógica fragmentária do

caótico encerra a imaginação em passagens labirínticas e se impõe com o apagar da memória social depositada nas ruas, nas fachadas dos prédios, jardins, praças, becos e vãos que compõem o complexo mosaico das cidades.

Formas homogêneas começam a definir a organização material e estética do espaço, reprimindo e condenando as diferenças para estabelecer um processo *standartizado* de consumo como modo de vida. Esse movimento imprime uma perda progressiva de nossas pequenas histórias e, com elas, perdemos também nossas vinculações com a vida na/da cidade.

Forma e ideologia do caos na reprodução da hegemonia social urbana

Com a estetização da forma urbana recrudescer o tratamento estratégico do espaço como reprodução de hegemonias sociais. Estas se impõem pela demarcação social de territórios exclusivistas de bem-estar e segurança, a exemplo dos condomínios fechados e edifícios-fortaleza. Revelam-se os registros de reiteração da segregação social urbana, alimentada por radicais contradições sociais que, na atualidade, assumem a expressão suprema da *gentryfication* de pedaços da cidade diante do crescente empobrecimento econômico de imensas parcelas da população urbana. Esse movimento é definido por um conjunto de práticas sociais que BOAVENTURA SANTOS (1999, p.103) identifica como uma forma fascista de sociabilidade, produto da privação de direitos políticos e sociais característicos do *apartheid* urbano:

“Trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas de natureza do estado hobbesiano. As zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem

sob constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neo-feudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (...). A divisão entre zonas selvagens e zonas civilizadas está a se transformar-se num critério geral de sociabilidade, um novo espaço-tempo hegemônico que atravessa todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais e que por isso é comum à ação estatal e não estatal."

Essa cartografia urbana é permanentemente alimentada através dos apelos à normatização da cidade diante do caótico e resulta na produção/organização de estratégias locais de afastamento dos indesejáveis – migrantes pobres, população de rua, deserdados do mundo do trabalho –, como também as de isolamento e de contenção de territórios considerados perigosos (favelas e periferias) e, sobretudo, como negação às reivindicações e exigências sociais dos pobres em relação aos seus direitos à cidade.

As práticas de *apartheid* urbano amparam-se no objetivo, sempre pretense, de defender o cidadão-consumidor da "barbárie" instaurada pela desintegração do tecido social e das ameaças de não-governabilidade da cidade caótica. Tais ações discricionárias são notoriamente acompanhadas pela violência policial do Estado e das corporações privadas de segurança, com objetivo de garantir a "civildade" local e privada na cidade. Trata-se de processo ideológico-policial que vem definindo situações de exceção e "estados de sítio" que são decretados nas ações de controle e repressão sobre determinados lugares das cidades, sobretudo nos espaços populares, como favelas, subúrbios, periferias e quarteirões étnicos.

Podemos afirmar que a atual busca de invenção da "vida comunitária" – a partir do redesenho ou requalificação dos lugares –

recria uma forma de ordenamento territorial urbano que tende a uma forte repartição de populações, reforça a segregação de convivências e, no seu limite mais dramático, anula possibilidades de se criar novos sentidos para a própria vida na cidade. Entretanto, a imagem do caos como representação da crise urbana conforta e naturaliza a hierarquia social e sua morfologia espacial e, principalmente, mascara a radicalidade das desigualdades sociais ao banalizar a decomposição da civilidade diante da hegemonização econômica do território urbano e de seus efeitos perversos de limitação das possibilidades de uso da cidade fora da esfera de produção/consumo urbano dominante.

Para SENNETT (1988), cidade e civilidade possuem raízes comuns. A civilidade se constituiria no ato de tratar os outros como se fossem estranhos e, ao mesmo tempo, tecer relações de convivência social. Apesar de esse comportamento sugerir uma certa distância, é na sua presença que a cidade se torna um estabelecimento humano onde os estranhos se encontram. A geografia pública de cidade começa a ser delineada quando o desejo de viver com o(s) outro(s) se torna uma prática comum e ganha o abrigo institucional necessário. Assim, a cidade se configura, por excelência, como um espaço de encontro entre diferentes e desconhecidos, contribuindo para que os seres humanos se tornem mais ricos de experiências no seio da vida societária.

Contudo, assevera SENNETT (1988), as idéias e as práticas do *viver em comum* vêm corroendo a relação cidade-civilidade, em função da redução da experiência comunal ao idêntico e ao próximo. A escala do privado se impõe e reduz as relações sociais nos marcos de concepção degradada de comunidade. Os considerados como forasteiros, desconhecidos e dessemelhantes tornam-se criaturas a serem evitadas ou rejeitadas pelo *exclusivismo comunitário*. O ato de compartilhar as experiências societárias é recortado pelas decisões sobre quem pode e deve pertencer ao território "comunal"

Metáforas geográficas passam a justificar o abandono da solidariedade sociopolítica em favor de imagens coletivas fundadas na etnicidade, no *quartier* e na região. Essas imagens geralmente sinalizam a perda da identidade política e social em favor de concepções exclusivistas e reacionárias:

"A comunidade se tornou ao mesmo tempo um retraimento emocional com relação à sociedade, e uma barricada territorial no interior da cidade. A guerra entre a psique e a sociedade adquiriu, assim, um foco verdadeiramente geográfico, que veio substituir o antigo foco do equilíbrio comportamental entre o público e o privado. Esta nova geografia é a do comunal versus o urbano; o território dos cálidos sentimentos e o território da indiferença" (SENNET, 1988, p.366).

Portanto, não estamos tratando exclusivamente de um período marcado pelo aprofundamento da separação entre o público e o privado, mas sim de um esvaziamento da cidade como espaço de mediação entre essas duas esferas da sociabilidade humana. A cidade perde o papel de um espaço de encontros entre próximos e distantes, capaz de iluminar as diferenças do ato de viver em sociedade. A desmontagem da indistinção entre o público e o privado é expressão mais radical da crise da sociedade urbana contemporânea. Indistinção que a ideologia do caos oculta e os dispositivos urbanísticos atuais insistem em reproduzir com suas intervenções locais e discricionárias.

A tessitura dos acontecimentos demonstra que estamos diante de uma reconfiguração espacial das cidades; descontínua, é verdade, porém reconfiguração. A segmentação espacial das intervenções urbanas está fundada nas mudanças de concepção de mundo e suas implicações na reprodução das relações sociais. Enquanto isso, o modelo urbano dos modernos

reinventava o espaço geométrico por meio da criação de um centro, ponto de fuga para onde um feixe de linhas retas convergiam e faziam o predomínio do mapa sobre o território e deste sobre a paisagem. Os chamados pós-modernos ensaiam a pragmática de uma cidade policêntrica, onde o território não é mais garantia da duração da paisagem e o mapa é um rascunho sempre provisório e incerto das relações sociais, tornando a cidade um território da hiper-realidade da mercadoria: *"nada de relevo, de perspectiva, de linha de fuga, mas uma tela total onde os painéis publicitários e os produtos na sua exposição ininterrupta jogam como signos equivalentes e sucessivos"* (BAUDRILLARD, 1980, p.8). Enquanto a primeira concepção recebia sua gênese do sujeito universal (cartesiano) autocentrado na Razão, a segunda é expressão dos estilhaços do indivíduo do contrato social: o consumidor. DAVIS (1989, p.94) aponta, sem sutilezas, as atuais mudanças nas concepções e práticas do urbanismo:

"Onde quer que o arranha-céu 'clássico' tenha romantizado a hegemonia da burocracia corporativa e da produção de massa, a torre pós-moderna tornou-se apenas um pacote de espaço padronizado pronto para ser embrulhado para presente ao gosto do cliente."

Os recursos empregados para a mimetização das cidades incluem a recombinação de estilos variados, constituindo uma acumulação de cenários pasteurizados que confessam no *visual eclético e arrojado* a sua completa falta de estilo. Assim, colunas góticas e pórticos barrocos podem se misturar com arcos otomanos em edifícios com fachadas de vidro fumê que, por sua vez, se assemelham às pirâmides egípcias. Tudo se parece com nada. Dispersão, fragmentação, citação e colagem são as novas palavras de ordem para substituir a consciência histórica por um repertório de simulacros da

crise estética e cultural em que mergulhamos. Afinal, em uma sociedade hegemônica pelo capital dinheiro, o princípio dominante da forma é não ter forma alguma... é tornar-se equivalente geral. E, assim como as imagens, os produtos e as coisas também não são feitos para durar:

"Quando esses prédios descartáveis se desfizerem, novos cenários se erguerão por entre as velhas (novas) ruínas. A falta é o fruto da efemeridade urbana, e esta surge ao flunar incessante do homem em torno de si mesmo e sua existência largada no espaço/tempo" (TRIGO, 1989, p.20).

Aqui reside um aspecto fundamental para nossa reflexão: a proliferação de uma cultura autoritária e narcísica que oblitera as possibilidades de criação de identidades concretas. A efemeridade da paisagem urbana é fruto e semente de uma sociedade em que a submissão torna-se uma forma de prazer e o gozo transforma-se em dever, sobretudo por meio do consumo de objetos e imagens. Para os indivíduos cada vez mais auto-referentes, a satisfação das necessidades converte-se em uma resposta incessante (e enganosa) à insatisfação e/ou irrealização dos desejos colonizados pela sensualidade da mercadoria. O indivíduo flana em torno de si mesmo, ou melhor, em torno de suas necessidades que, na verdade, foram e são programadas e dirigidas por outrem: a falta nunca é preenchida. O narcisismo que daí resulta não reconhece a existência do outro, a possibilidade do outro e, evidentemente, não admite qualquer encontro ou presença do diferente, delimitando, inclusive, indivíduos e grupos sociais que são considerados (moral e socialmente) como supérfluos. Entende-se o porquê do reforço à clivagem territorial entre ricos e pobres, semelhantes e estrangeiros, idênticos e diferentes, que consagra o *apartheid* no espaço urbano contemporâneo.

Por outro lado, o tempo e o espaço aparecem estilhaçados no cotidiano das cidades, pois a produção/consumo de objetos e imagens é voraz. Sua exigência máxima é fluidez; a fluidificação do tempo e do espaço com o objetivo de garantir o processo de acumulação ampliada de lucros econômicos. As técnicas da velocidade são instrumentalizadas para o fluir constante das trocas, constituindo circuitos que reduzem distâncias físicas para a realização da mais-valia, porém radicalizam as distâncias sociais. Sob essas condições, a existência social migra sem sair da fixidez das relações exclusivistas, porque perde seguidamente suas referências concretas de existência, cada vez mais recodificadas no espaço abstrato do mercado e nas distinções de *status* no consumo material e simbólico dominante em nossa sociedade. Por outro lado, a fluidez do processo de produção/consumo requer paisagens em constante mutação, desvinculadas de identidades historicamente construídas e disponíveis para a representação estética da mercadoria. Revela-se então o sentido "totalizador" das intervenções urbanísticas que tanto privilegiam escala local: transformar a paisagem em uma esfera do consumo visual, cada vez mais abstraída da lógica de (re)produção mercantil do espaço urbano.

Sob a égide de uma identidade abstrata e efêmera edificada pela cultura narcísica, o ato de viver na cidade torna-se cada vez mais mecânico e programado, promovendo um processo inaudito de reificação das relações sociais que conformam a profunda crise da esfera pública, cujo significado mais explícito pode ser observado no desapego e na ausência de compromisso com a vida social e no enfraquecimento dos atos e comportamentos de caráter mais coletivo no espaço urbano.

Enquanto a nova lógica de reprodução ampliada do capital e as forças de dominação social ganham vigor na cidade, a imagem do caos despolitiza a sua radicalidade opressiva e naturaliza os conflitos sociais. Assim, as contradições espaciais abertas nas cidades podem

ser vistas e localizadas pelo ângulo da técnica e da ideologia que, sem muitas sutilezas, legitimam o neopragmatismo urbanístico que se arrega a ser o salvador do *civitas*.

A estetização do mercado como positividade do caos

Entretanto, o caos não é apenas uma forma imediatamente negativa através da qual se constitui um certo “olhar” sobre a forma da cidade. O caos recebe também o *status* de conteúdo inerente às novas condições urbanas, e que comprovaria, ao contrário da posição anteriormente descrita, a fertilidade e a dinâmica do sentido da vida na cidade. *Se o caos é o mal-estar da sociedade urbana, ele também pode vir a ser um futuro bem-estar*, e, assim, assumir um papel positivo no reordenamento do espaço urbano.

Em voga nas chamadas ciências exatas e biológicas, a teoria do caos se constituiu como um modelo explicativo, a partir do reconhecimento da imprevisibilidade, da irregularidade e aleatoriedade dos fenômenos que, até então, pareciam pertencer a uma ordem fechada e padronizada dos acontecimentos. E, curiosamente, o próprio caos e todo o seu cortejo de inderavibilidade e incerteza responderia, ocultamente, por um outro tipo de ordenamento presente no universo.

Transposto sem muitas sutilezas para o plano das ciências sociais, o caos é tomado como um “modelo explicativo” da cidade contemporânea e, ao mesmo tempo, um sentido inerente ao próprio conteúdo do urbano da *pós-modernidade*. O caótico seria, então, a marca emblemática e o selo de qualidade da cidade neste início de século (?!). Trata-se, portanto, da aceitação da turbulência como modo de vida e como momento da existência viva da *urbis*! O caos é revisto. É elevado à condição de fonte inesgotável da vida e de toda mudança.

Como teoria explicativa e *aura mágica* da cidade, a imagem reciclada do caos nos

induz a acreditar na possibilidade de valorização da iniciativa pessoal e todo o seu corolário de autodeterminação individual na vida em sociedade. Essa mesma matriz retórica serve para defesa da individualização necessária dos lugares perante a ordem abstrata e generalizante de qualquer *ilusão* de totalidade. No discurso de positividade do caos, sua existência é entendida como descontinuidade, como ruptura com as estruturas “inertes” e como inspiração dos indivíduos contra a *matéria informe e monótona* constitutiva de conjuntos ou expressões geográficas mais amplas (cidade, região e país são tomados como meras entidades abstratas). Assim, no pseudomodelo teórico do caos, a indeterminação e aleatoriedade são concebidas como salvaguardas para romper com todas as hierarquias reguladoras e as ordens fechadas que negam o livre-arbítrio e, principalmente, a livre-ação do indivíduo para viver e fazer suas oportunidades. Trata-se da celebração do indivíduo que, para sobreviver na “selva neoliberal” de cada dia, precisa desenvolver táticas exclusivas e sempre adaptáveis ou flexíveis de sobrevivência diante da competição predatória, traço comum à nova estrutura profissional urbana, demarcada pelas atividades de serviços, publicidade, seguros, informática e finanças. O caos significa viver permanentemente na incerteza do dia seguinte e fazer dessa experiência uma fonte inesgotável da criatividade humana (!?). É viver em plena estetização do mercado de força de trabalho, cujos critérios de inclusão são balizados pelo *espírito competitivo*, pela *rentabilidade pessoal* ou pela *performance individual*.

O discurso imagético do caos induz, no plano das práticas sociais, aquilo que hoje subjaz na ordem das redes globais da finança e da informação, em que as ações são cada vez mais velozes e suas conseqüências pouco previsíveis. As cidades, na condição de lugares privilegiados nas tramas dos circuitos mundializados, precisam ser adequadas a esse novo modo e ritmo de reprodução do capital, em que a

velocidade é a marca e a imprevisibilidade parece ser a tônica. A fórmula para o sucesso das cidades parece ser simples: assumir a potencialidade criativa do caótico para candidatar-se ao mercado e ao dinheiro tornados globais. O individualismo e a habilitação para o livre mercado encontram uma estranha correspondência estético-funcional que se realiza como espaço por meio da seleção de lugares, evidentemente adaptados às condições sempre mutantes do ambiente técnico e financeiro da competitividade empresarial. Emerge uma nova moral e uma nova norma de existência urbana que contamina as mais diversas escalas das relações sociais. O ressurgimento do darwinismo social poderia encontrar terreno mais fértil?

Nesse sentido, a lógica do caos é valorizada e proclamada como campo de oportunidades contra a *vida padronizada e reguladamente massificante* da cidade. O caos revela-se como fonte da incerteza fertilizadora e estímulo de realização da liberdade individual (!?). Finalmente parece que estamos libertos da angústia gerada pela indeterminação do dia seguinte e, mais do que tudo, a valorização do caótico "*alivia e suaviza a disposição das sociedades capitalistas dos últimos tempos e lhes dá, simultaneamente, a expectativa tensa e relaxada de viver uma ética e uma estética de riscos sempre novos*" (MENNINGHAUS, 1996, p.136). O truque de prestigeador consiste em dar a impressão de que fazemos escolhas livres, quando na realidade estamos submetidos às hierarquias e normas de produção e consumo de uma sociedade supostamente permissiva, porém violenta e autoritária na sua nervura neoliberal. E, ainda assim, acreditamos na magia de horizontes abertos e da existência do imponderável como futuro, mesmo diante da rápida caducidade e obsolescência do mundo programado pelo consumo (material e simbólico) dirigido.

Essa nova "sociabilidade" preconizada pela aceitação da indeterminação do caos acomoda-se perfeitamente à insegurança comum à flexibilização do mercado de trabalho, bens e

capitais, como também responde no plano ideológico pela (re)totalização do espaço homogêneo que radicaliza a dispersão dos corpos (segregação territorial) e a desintegração da vida social (trabalho, cultura, ludicidade, sexo, prazer e gozo). Em função desse novo/velho projeto de hegemonia social, a cidade "democrática" deve se inspirar no caos, estar aberta às novidades para desembaraçar-se da história e acatar a "*volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas*" (HARVEY, 1993, p.258). Essas novas condições configuram o novo tipo de *empresariamento* econômico e cultural do espaço urbano que se fundamenta na localização menos rigorosa de serviços infra-estruturais de energia e informação, além de se caracterizar por uma rápida obsolescência técnica das atividades de produção e estruturação do consumo.

Nos quadros desse novo *empresariamento* do espaço urbano, a intervenção na escala local torna-se prioritária, pois os lugares se configuram como espaços flexíveis de alocação de provisões e recursos mais adaptáveis ao movimento de circulação do capital multinacional. Novas hierarquias urbanas se constituem a partir das escolhas locacionais, mesmo que estas apenas signifiquem pequenas variações em termos de relações contratualistas entre as empresas e a força de trabalho, de regulação e investimento governamental, de infra-estruturas de produção e de mercado consumidor. Tais ações estratégicas exemplificam o atual poder coercitivo do capital, hoje muito mais exigente e discriminatório no que diz respeito às suas bases materiais e ideológicas de (re)produção e de consumo urbano.

A competição na escala dos lugares acirra e aprofunda a competição no interior das redes urbanas e, ao mesmo tempo, torna-se mais predatória, pois se realiza de modo cada vez mais coercitivo, fragmentário e pouco previsível. Explica-se porque a instabilidade tornou-se a marca comum das grandes metrópoles, e

a ideologia da positividade do caos urbano a sua fonte legitimadora.

Sitiada pela imagem modelar do caos, a cidade é pura descontinuidade, e sua estrutura incerta e fragmentária é condizente com o fim da história, ou melhor, com a negação de toda a sua historicidade. Para uma "sociedade da incerteza permanente" somente é possível uma "cidade de riscos permanentes". As cidades nada mais representam do que aglomerados de ilhas de infortúnio e/ou de prosperidade cuja duração é sempre imprevisível. Daí é possível argumentar, como certos sociólogos de sucesso editorial e prestígio acadêmico, que vivemos em um "mundo urbano sem cidades" ou proclamar que habitamos "cidades sem cidadãos" sombriamente redefinidas por guetos, hordas e tribos. Tais argumentos que fazem tábula rasa das lutas, anseios e sonhos de uma cidade mais bela e igualitariamente democrática, mas contribuem para dar cobertura ideológica às ações e relações imediatistas, narcísicas e individualistas. Estas demonstram-se completamente desprovidas de sentido coletivo de criação da vida e, por isso, são confessadamente incapazes de constituir um projeto social mais amplo de cidade e cidadania. Talvez seja mais reconfortante para o vezo pequeno-burguês olhar a cidade como um aglomerado de cacos do que ver as resistências cotidianas dos sem-teto e sem-emprego. Vencendo pela saturação invasora no nosso cotidiano, a imagem do caos deixa distante a cidade que habitamos, para nos impor a condição de nômades amedrontados, solitários e sem rastros. Por outro lado, o domínio "tátil" da imagem da cidade caótica resulta da nossa própria tolerância política e intelectual com a fragmentação da vida.

Os ideólogos da "irregularidade promissora" do caos convidam-nos a aceitar o inevitável, a incerteza e o imprevisível como parte da certeza de nossa existência e, mais radicalmente, naturalizam as condições/contradições histórico-geográficas da cidade. Da imagem do caos elabora-se um jogo de simulacros de dominân-

cia tátil, que faz mais palatável a desregulamentação da economia e das relações de trabalho, a privatização do patrimônio que deveria ser público (incluindo-se neste item não somente os equipamentos e meios infra-estruturais do abastecimento urbano, como também as ruas, as praças e os jardins), e a transferência para o espaço do mercado das questões de qualidade eminentemente sociopolítica e cultural. Acumulação flexível e indivíduo flexível são faces de uma mesma moeda. Desse modo, a estetização do mercado e a ideologia do caos combinam-se e misturam suas tinturas no *geist* neoliberal.

É possível identificar, sem muito esforço, que se conserva no novo pragmatismo urbanístico a política (e a ideologia) que define o espaço como vazio e passível de ser preenchido com objetos, fluxos e redes de relações. É essa concepção conservadora que impõe isotopias arbitrárias como estratégias que reproduzem a fragmentação do espaço e esvaziam o sentido mais pleno de habitar uma cidade.

Superando os limites da imagem do caos como representação do sentido da cidade

Ocultada na nuvem a-histórica do caos, a cidade tende a perder a sua condição de registro da tensão permanente entre a racionalidade geométrica imposta ao espaço e o emaranhado de existências humanas (CALVINO, 1990b) e resume-se a um cenário reificado de fragmentos. Contudo, os impasses, conflitos e contradições da sociedade revelam-se teimosamente no urbano – expressão da estrutura totalizante do modo de (re)produção e acumulação capitalista – e, em particular, na cidade, que é seu nódulo de tensões.

Embora reconheçamos os limites das imagens do caos, podemos tomá-las pelo avesso para mudar radicalmente os seus sentidos correntes e explorar o abismo entre a simulação e a expressão da cidade contemporânea.

A cidade caótica parece demonstrar, simultaneamente, a remodelagem das condições de reprodução do capitalismo e as resistências, nas fimbrias do cotidiano, ao processo brutal e pluri-escalar das mudanças impostas ao espaço pelo regime burguês de acumulação de riqueza e poder. É nessa perspectiva que a cidade pode assemelhar-se ao caos, ou melhor, ao espaço catástrofe, expressão conceitual de HENRY LEBESGUE (1978) que designa a ruptura, a clivagem, a desestabilidade e, ao mesmo tempo, o momento de passagem de uma espacialidade para outra.

Portanto, a cidade é uma escrita de práticas socioespaciais diferenciadas e antitéticas que, em última análise, exprimem e renovam a radicalidade do conflito entre a apropriação social e a propriedade privada. São duelos entre a transgressão e a dominação social colocados em pauta, de modo mais radical, no processo de *apartheid* territorial em curso nas cidades. Estamos diante de rumos distintos colocados em causa sob a aparência do caos, porém escritos e vividos como forma e conteúdo do espaço geográfico. É com essa marca que a força dos lugares emerge nas cidades e redefine o caos em termos de movimento e contradição, superando sua imagem banalizada de desordem e a dialética rarefeita da fragmentação.

Se os lugares são componentes estratégicos do instrumental urbanístico em vigor, também são a expressão das resistências, dos conflitos e das tendências manifestas do real. Nos lugares os corpos ganham fala e movimento, é deles o pedaço porque é o tempo do vivido. O conteúdo da apropriação e uso do espaço tem um sentido corpóreo, fazendo dos lugares mundos preenchidos em contraposição às identidades abstratas da hegemonia cultural que precisam decretar o vazio para se estabelecer e reproduzir suas inscrições. Nos lugares opõem-se o corpo concreto como potencialidade da vida e a imagem simulacional como reprodução da privação do espaço social, redimensionando os conflitos entre o real e o simulacro na ordem urbana da atualidade.

A qualidade dos lugares define diferentes níveis de articulação social e cultural. Assim é possível apreender que os lugares complementam-se nas suas diferenças, traçando relações de coexistência. Neles o diverso mostra sua face diante das forças econômicas e culturais de homogeneização. É por meio dos lugares que o vivido reacende suas ações e paixões para exprimir o particular no acontecer hegemônico e reivindicar seu direito à cidade. Portanto, o lugar também escreve um mapa-múndi e revela a sociedade por inteiro – nas suas contradições, privações e lutas sociais –, fazendo da cidade uma síntese de nossas práticas políticas. Aqui reside um fundamento essencial que o velho e o novo urbanismo ainda não podem suprimir: o espaço como materialidade diferencial. Cada lugar só se realiza na presença de outros, seja por oposição ou coesão solidária que os vincula em um conjunto mais amplo. Portanto, da cidade globalizada constituída a partir de um rizoma multipolar que se estende como uma alegoria dramática da homogeneização de formas e funções urbanas planetárias, poderão emergir novas e radicais expressões de cidadania, capazes de combinar as escalas mundializadas e locais de lutas políticas. Abrem-se, portanto, as possibilidades da tessitura de novas relações entre sujeitos concretos, tornando-os atores que se reconhecem diante de reivindicações comuns e a partir de identidades socioespaciais.

O lugar é geografia, como afirma RICHARD SENNET (1999), porque é um espaço para a política. Contudo, o uso do pronome “nós” só assume potência transformadora quando estabelece uma relação de pertencimento, quando cria os lugares de encontro e faz a distinção entre o que é comunidade e o que é barricada territorial ou gueto que se ergue contra a cidade. Essas distinções fazem dos lugares um terreno onde as estratégias sociais ganham significado e verdadeiramente se esclarecem como esfera da política. E é indispensável

lembrar que o discurso e a prática política possuem a propriedade de revelar a identidade dos sujeitos sociais.

Os lugares são espaços do agir e da participação nos destinos da cidade. Configuram a possibilidade de recriação do espaço público, pois resultam do encontro entre próximos e distantes, entre conhecidos e desconhecidos e entre semelhantes e dessemelhantes: um espaço de visibilidade para a fala e para a ação de homens e mulheres concretos que revelam o que somos e, principalmente, quem somos.

A cidade possui – na sua qualidade de ser um constructo complexo de lugares – um sentido político explícito, porque ela é a expressão da vida de homens e mulheres que buscam construir seus destinos, os quais, por força da sua concretude espacial, se encontram entrelaçados. Portanto, precisamos acreditar na nossa capacidade de criação de um sentimento mais coletivo de reconhecimento público da cidade como espaço da vida e, a partir daí, cons-

truir um processo radical de reapropriação ética e estética da *urbis*. Estamos diante de um desafio inadiável: a criação de um projeto de cidade capaz de encaminhar a superação da rudeza da realidade social e alienação dos simulacros que a *metropolização globalizada* impõe. Isto requer o aprofundamento da crítica intelectual a respeito do ato de viver na cidade, necessariamente associado aos esforços políticos de ampliação dos *espaços de visibilidade* na ordem urbana contemporânea. E, nesses dias marcados pela desesperança, é sempre bom lembrar, com Walter Benjamin, a possibilidade de um outro futuro:

"O dia jaz cada manhã como uma camisa fresca sobre a nossa cama: esse tecido incomparavelmente denso, de limpa profecia, assenta-nos como uma luva. A felicidade das próximas 24 horas depende de que nós, ao acordar, saibamos como apanhá-la."

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. "La fin de la modernité ou l'ère de la simulation" In: *Encyclopaedia Universalis*. Paris: Encyclopaedia Universalis France, vol.17. 1980, p.8.
- CALVINO, Italo. *As Cidades Invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.126.
- CALVINO, Italo. *Seis Propostas para o Próximo Milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990b.
- DAVIS, Mike. A Renovação Urbana e o Espírito Pós-moderno. In: *Revista Espaço & Debates*, n.27, 1989, p.94.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993, p.258.
- HARVEY, David. "Flexible accumulation through urbanization: reflections on 'post-modernism' in the American city." *Antipode*, vol.19, 1987.
- LEFÈBVRE, Henri. *De l'Etat*. Paris: Union Générale d'Éditions, tome III, 1978.
- MENNINGHAUS, Winfried. "Mitologia do Caos no Romantismo e na Modernidade" *São Paulo: Estudos Avançados* (10) 27. USP, 1996, p.136.
- SANTOS, Boaventura Santos. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: OLIVEIRA, Francisco (org.) *Os Sentidos da Democracia*. São Paulo: FAPESP/Vozes, 1999, p.103.

SENNETT, Richard. *A Corrosão do Caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRIGO, Luiz G. Godoi. "A Perda e a Falta" In: *Paradigmas Filosóficos da Atualidade*. São Paulo: Papyrus, 1989.



A SOBREVIVÊNCIA DO CAPITALISMO E A REVALORIZAÇÃO DO CENTRO DE LISBOA - REVITALIZAÇÃO DA BAIXA POMBALINA¹

Sidney Gonçalves Vieira*

RESUMO:

O artigo apresenta considerações de natureza teórico-metodológica ao utilizar o referencial apresentado por Henri Lefèbvre acerca da sobrevivência do capitalismo e do método de investigação. A este respeito se entende que o capitalismo transforma-se ao longo do tempo para garantir sua hegemonia, havendo uma re-produção das relações de produção. Retomando a dialética, se analisa as diferentes temporalidades do presente, identificando os marcos nas relações sociais desmontando a aparente simultaneidade da realidade, quando se abre a possibilidade para a realização de um futuro ainda virtual. A cidade de Lisboa é investigada sob esta lógica, em um estudo de caso que busca a identificação destes elementos conceituais, onde o processo de revalorização do centro se mostra como um tema farto para a verificação dos pressupostos trabalhados.

PALAVRAS-CHAVE:

Lefèbvre, centro urbano, revitalização urbana, sobrevivência do capitalismo, Lisboa.

ABSTRACT:

The article presents considerations of theoretic-methodological nature by using the referential presented by Henri Lefèbvre, concerning the survival of the capitalism and of the investigation method. To this respect one understands that the capitalism changes along the time to guarantee your hegemony, having a re-production of the production relationships. Retaking the dialectic, it is analyzed the different temporalities of the present, identifying the marks in the social relationships, disassembling the apparent simultaneity of the reality, when it opens up the possibility for the accomplishment of a still virtual future. The city of Lisbon is investigated under this logic, in a case study that looks for the identification of these conceptual elements, where the process of revalorization of the downtown is shown as a full theme to the verification of the worked presuppositions.

KEY WORDS:

Lefèbvre, urban center, urban revitalization, survival of capitalism, Lisbon.

Introdução

A cidade de Lisboa vem se desenvolvendo em torno do sítio inicial desde antes da formação de Portugal. A partir de sua origem pré-histórica, o local onde atualmente está Lisboa já

foi ocupado por inúmeros povos, sendo que a época romana foi a que primeiramente exibiu uma cidade importante, só comparável novamente à muçulmana nos séculos VIII a XII. Depois, com a formação de Portugal, sua preeminência política e econômica foi referendada

*Professor Assistente do Departamento de Geografia e Economia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Planejamento Urbano e Regional, FAU/UFRGS. Aluno do Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de Rio Claro, orientado pela professora Dra. Silvana Maria Pintaudi.

pela instalação dos principais equipamentos e serviços do império. A importância do porto e do comércio desenvolvido no seu entorno e para o interior, foram elementos fundamentais na definição do espaço e das relações que ocorreram ao longo do tempo na cidade.

A Lisboa que observamos hoje é uma cidade que transpõe em muito o sítio inicial. Em sua área verdadeiramente metropolitana, ocupa as duas margens do rio Tejo e se alastra paulatinamente em todas as direções. É cada vez mais a capital cosmopolita de Portugal, abrigando não apenas uma concentração muito grande de pessoas, equipamentos e serviços, mas, fundamentalmente, o imaginário e as relações que a transformam na principal cidade do país.

O centro de Lisboa, constituído especificamente pela Baixa, é uma área cuja produção se deu a partir da reconstrução levada a efeito após o terremoto de 1755. Historicamente reconhecido como o local do comércio tradicional na cidade, desde antes do abalo sísmico, é o repositório da imagem de um centro tradicional, perfeitamente identificável no espaço e na concepção da cidade. Planejado para seu tempo, sofre hoje com a ampliação de seu limite e disputam a hegemonia com as novas centralidades e com as novas formas comerciais produzidas no presente.

Este artigo analisa o centro de Lisboa sob a luz do método dialético proposto por Henri Lefèbvre, cuja fundamentação é apresentada logo na primeira parte do documento, e analisa perspectivas para o processo de revalorização ora em curso, levando em conta as características e tendências das formas comerciais existentes na atualidade.

1. A Fundamentação teórica e metodológica

1.1 As metamorfoses do Capital

Nesta parte apresenta-se, em linhas bastante gerais, a fundamentação teórica do

trabalho, o respaldo obtido por intermédio da bibliografia dedicada ao assunto. O objetivo é o de contextualizar o estudo dentro de uma determinada lógica, a fim de que se torne compreensível a argumentação, o direcionamento e a conclusão dos raciocínios com os quais se esteia o pensamento proposto.

Analisa-se a idéia de que o capitalismo, enquanto modo de produção, não permanece o mesmo todo o tempo, mas evolui durante o seu desenvolvimento, sendo capaz de ir se transformando para permanecer hegemônico. Mas, nas transformações pelas quais passa, alguns de seus elementos são mantidos nos seus caracteres fundamentais, de modo que seja possível identificá-lo enquanto tal, pela essência.

A mercadoria é um destes elementos que sofreu mutações desde sua forma original, de modo a aparecer hoje não apenas como um bem necessário à satisfação de necessidades, mas também como uma necessidade criada para o consumo. O caráter essencial, relacionado ao consumo, permanece presente, a mutação ocorrida lhe garante a sobrevivência. A mercadoria tem de ser vista não apenas em sua versão original, mas também naquilo em que se transmutou, pois permanece mercadoria, mesmo não sendo o que era antes.

Tais mutações só se tornam possíveis porque o modo de produção é capaz de produzir para a sua própria reprodução, que na verdade trata-se de uma re-produção, uma vez que o resultado de sua produção é justamente a condição primeira também de sua reprodução. Assim, a re-produção não pode ser entendida como uma repetição da produção, mas sim como uma produção nova, que toma como base o produto anterior, mas ao refazer-se, transforma-se, produzindo sempre para a sua sobrevivência, em contínua transformação. É o que acontece com as relações de produção no capitalismo, que se re-produzem para, mudadas, permanecerem.

Neste movimento constante da sociedade, a re-produção das relações de produção

garante a sobrevivência do capitalismo, mudado, transformado, adaptado. É preciso estar atento para poder perceber em que direções caminham as mudanças, para saber identificar suas transformações. Ou seja, é preciso acompanhar as transformações para identificar no que elas resultarão, tornando possível reconhecer, no novo, os elos que se prendem às formas anteriores, percebendo não o extermínio do velho, mas sua mutação e sobrevivência.

No momento atual, observamos uma tendência da sociedade em direção à homogeneização, garantida pelo processo de globalização da economia. No entanto, tal tendência tem conduzido os lugares a reforçarem suas singularidades na busca da sobrevivência, enquanto individualidades. Este paradoxo, resumido na tendência à abolição do lugar e a conseqüente reafirmação da singularidade dos lugares, tem sido capaz de gerar uma dialética fundamental para o entendimento dos lugares nos dias de hoje, que conduz à revitalização do passado, como uma das formas mais eficazes de garantir a singularidade. Neste contexto a memória da cidade aparece não como um movimento anacrônico, em prol da preservação de prédios ou monumentos, mas como uma tentativa importante de firmar a identidade dos lugares, em um mundo cada vez mais global e homogêneo. A produção de uma imagem urbana voltada para este imaginário do passado torna capaz a revitalização de espaços que aparecem como elementos novos, mas que na verdade são as transformações de velhas formas, em mercadorias novas para o consumo, cuja necessidade é gerada pelas relações de produção reprodutivas.

1.2 A memória da cidade e o lugar

O tema da memória da cidade é preciso ser entendido no contexto que vivenciamos na atualidade, no que diz respeito à produção e consumo do espaço, sob a lógica da mundialização da cultura e da globalização da economia.

Entretanto, há uma tendência entre os analistas em considerar de forma exagerada a globalização como um fato incontestável e invariavelmente onipresente. Mas é preciso cuidado para não colocar no mesmo nível questões que devem ser diferenciadas por sua natureza. Assim, embora a tendência à globalização seja, de fato, observável em quase todos os elementos do real, é preciso não atribuir a ela ações que têm origem em outros fundamentos.

A verificação de uma homogeneização dos produtos e do consumo não pode ser vista sem as nuances peculiares de cada caso. Nem tudo é produto e consumo globalizados. Há o lugar e todas as relações que na maior parte das vezes se apresentam como uma contestação ao global, a partir de uma reafirmação de valores particulares. Mesmo quando se verifica a tendência à homogeneização, trazida pela globalização, verifica-se que sua ocorrência apresenta pequenas variações impostas pelas idiossincrasias do lugar. Além do mais, o lugar é propriamente o território onde se verifica em concreto o global, e ele não se produz nem se consome sem a ocorrência dos fatores eminentemente locais, que lhe dão sentido concreto e real.

Certamente, não há que se contestar a brilhante constatação de AUGÉ (1994), no que se refere à produção de espaços que guardam a mesma significação em todo mundo. A sugestão que faz de que esses lugares adquirem um significado global é irretocável. Tais lugares, criados à imagem do mundo, merecem mesmo ser chamados de não-lugares. Não possuem uma identidade, não se relacionam com o entorno, não são frutos deste ou daquele lugar. Na verdade, são um produto de uma cultura que não pertence a um só lugar, mas sim a todo o mundo. Trata-se do oposto do lugar da intimidade, reconhecido pelo cidadão. É oposto ao lar, à residência. É imenso, é público ou privado, mas essencialmente é despersonalizado. É lugar de passagem, de velocidade, e que pode ser facil-

mente reconhecido nos aeroportos, rodoviárias, grandes cadeias de hotéis e supermercados. São um lugar padrão. As relações estabelecidas nesses não-lugares são garantidas por padrões de comportamento, de acesso e identidade, que conferem ao sujeito uma espécie de *status* global, de alguém que pertence ao todo, um todo que pode estar, neste caso, em qualquer parte.

Mas esses lugares, ou não-lugares, não devem se confundir em qualquer lugar. Nem tudo o que se produz e consome no presente é homogêneo e fruto de uma tal cultura mundializada ou de uma economia globalizada. Há ainda razão para o local e há mesmo nos lugares manifestações tão próprias de uma cultura, que se manifestam tão fortemente nos espaços produzidos e consumidos, que não podemos relegá-las a um plano de inferioridade. Por vezes, tais manifestações nos são tão familiares e importantes que parecem fazer parte de um padrão generalizado, quando não passam de uma manifestação particularizada.

A direção apontada por ORTIZ (s/d, p.58), nesse caso, é bastante prudente. Ele reconhece todas as características desses lugares produzidos à semelhança de uma cultura universal, mas faz algumas ressalvas. Trata do espaço como um "conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados" Parte da idéia de que o "local" se situa no interior dos países, imaginando, idealmente, três dimensões. Primeiro, temos a dimensão própria do local, onde se manifestam as implicações das histórias particulares a cada localidade. São realidades que não estão articuladas com outras histórias, mesmo quando inseridas no mesmo território nacional. Na verdade são partes desconectadas do todo, onde os aspectos marcadamente regionais afloram com maior intensidade. Depois, em um segundo nível, temos as histórias nacionais, que definem os planos locais a sua maneira. Agora há o estabelecimento de conexões, permitindo, então, falar de um espaço comum no interior de fronteiras bem delimitadas. Em uma terceira dimensão, encontramos

a mundialização, atravessando os planos locais e nacionais, cruzando histórias diferenciadas. Nesse sentido, segundo o autor:

"A civilização da modernidade-mundo se caracteriza, pois, como sendo simultaneamente uma tendência de conjunção e de disjunção de espaços. É isso que nos faz percebê-la como sendo marcada por duas direções, uma voltada para o singular, outra, para a diversidade. Essa sensação de bifurcação de sentidos nos leva a imaginá-los como vetores antagônicos (diz-se comumente, na discussão sobre a globalização, que os localismos são a sua antítese). Eis a compreensão equívoca do que está acontecendo. Sincronicamente, conjunção e disjunção são partes do mesmo fenômeno" (ORTIZ, op. cit., p.58).

Assim, o autor sugere a idéia da transversalidade para definir a mundialização, e por conseqüência, o espaço. O que permite tratar de alguns temas (cultura-mundo, cultura nacional cultura local, por exemplo) como sendo integrantes de unidades estanques, diferenciados hierarquicamente e interagindo entre si. Sustenta, portanto, que não existe oposição imanente entre local/nacional/mundial. ORTIZ (s/d) salienta que: *"A mundialidade-mundo somente se realiza quando ela se 'localiza', conferindo sentido ao comportamento e à conduta dos indivíduos. Nesse sentido, a oposição entre mundial/nacional/local, um dado do senso comum, é um falso problema"* (ORTIZ, op. cit., p.59).

No mesmo sentido, para CARLOS (1996), a globalização também só se materializa concretamente no lugar onde *"se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem, todavia, anularem-se as particularidades"* (CARLOS, op. cit., p.15).

A autora também reitera a tendência à homogeneização, manifestada pela sociedade urbana que hoje se produz, reconhecendo no lugar a possibilidade de articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É no lugar que podemos perceber “as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo” (CARLOS, idem, p.15).

O lugar aparece, assim, como a base de reprodução da vida, onde se dão as relações dos indivíduos com os espaços pelos modos de uso. É, verdadeiramente, o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido pelo corpo. Tem que se levar em conta que a dimensão social da história emerge mesmo é no cotidiano das pessoas, no relacionamento com o outro e com o lugar. É no lugar que temos que analisar o modo como é produzida a existência social dos seres humanos.

Nesse universo é que nos movemos. Em primeiro lugar sob a lógica da re-produção das relações sociais de produção, que nos leva a compreender o real no seu momento presente, não como um sistema próprio e com regras definidas e acabadas. Entendemos a realidade como movimento, onde observamos a perpetuação de relações de produção transformadas em novas relações, do mesmo modo que observamos a produção do espaço, não de uma forma original, mas a partir de uma dada base, que nos garante então uma verdadeira reprodução do espaço. Toma-se, assim, por base o produto do processo produtivo em curso, como ponto de partida para uma nova produção, com o significado de que, na essência, as relações de produção estão se re-produzindo, para garantir a permanência da essência. Então, o novo é criado, não a partir de um marco inicial completamente original, mas sim a partir de um produto que é resultado, também. Assim ocorre a re-produção das relações sociais e do espaço.

A produção e o consumo do espaço, aos quais se faz referência, não se dão em abstrato, mas no concreto das relações de produção, e, portanto, se verificam em um lugar determinado. Esse lugar é hoje um produto do mundo, mas não sem as influências do local. Na verdade, esse lugar é justamente onde se pode visualizar e vivenciar a articulação possível entre o mundial e o local.

Numa tal perspectiva, a questão da memória da cidade surge como um tema atual, em função das relações que são estabelecidas entre o lugar, local da manifestação material de uma cultura, e o mundial, representado pela tendência à globalização e aos valores de uma cultura mundializada. O retorno ao passado tem o sentido de reafirmar a história local, o que, aparentemente, significaria um antagonismo ao movimento em direção ao mundial. Isto não é verdadeiro, se admitimos a idéia de que faz parte de um só processo.

No contexto estabelecido, o estudo dos centros tradicionais das cidades pode oferecer um interessante cadinho, onde é possível experimentar todos estes elementos. Mesmo as cidades modernas já revelam, pelo violento e rápido crescimento a que são submetidas, áreas deterioradas em função das novas exigências e padrões de uso. As cidades mostram, invariavelmente, um centro mais “antigo” que não atende às necessidades de crescimento, sobretudo nas grandes cidades dos países em desenvolvimento, onde o processo de urbanização é marcadamente mais assombroso.

Na paisagem urbana, de modo geral, um dos elementos de maior destaque é justamente o do espaço construído, onde se revelam os contrastes existentes. Esse contraste está presente desde o tipo de uso dado ao solo, até as diferenças de uso dentro de cada parcela do solo urbano. Isso ocorre porque a cidade é uma concentração de pessoas que realizam atividades diversificadas, concorrentes ou complementares, em função da divisão social do trabalho. Além do mais, o processo de produção

do espaço não se dá de maneira igual, refletindo as diferenças existentes na sociedade. No final das contas, o que irá determinar a dinâmica de utilização do solo será mesmo o valor do solo. Justamente a dinâmica de utilização do solo, segundo CARLOS (1994), conduz, de um lado, à redistribuição de áreas já ocupadas, levando a um deslocamento de atividades e/ou habitantes, e de outro, à incorporação de novas áreas que importam em novas formas de valorização do centro e/ou das áreas centrais, que passam a ser ocupadas por casas de diversão noturna, pensões, hotéis de segunda classe, zonas de prostituição. Isso faz com que os chamados "bairros ricos" localizados próximos às áreas centrais, sofram uma mudança de clientela; os antigos moradores "fogem" para áreas privilegiadas mais afastadas, surgindo os bairros-jardins, as chácaras, os condomínios "fechados". É a moradia como sinônimo de *status* (CARLOS, op. cit., p.51).

É essa dinâmica que define, também, a revalorização do centro e sua conseqüente reutilização. O processo urbano caracterizado pela especialização funcional das áreas internas e uma segregação de usos e classes sociais, também é apontado por SANCHEZ (1986) como responsável pela "construção do novo espaço de um lado; e, de outro, pela adaptação, assimilação ou aproveitamento do espaço urbano herdado dos modos de produção anteriores" (SANCHEZ, op. cit., p.11). Ao analisar a recuperação dos bairros de *Santa Caterina* e *El Portal Nou*, em Barcelona, o autor evidencia com clareza as mudanças de uso, de valor e dos habitantes no espaço urbano, evidenciando o jogo capitalista na ocupação e apropriação do espaço urbano.

Além do mais, o projeto modernizador do século XIX apregoava a rejeição do passado e a esperança no futuro, contribuindo para que o fardo da história (como disse HEGEL), ou o peso paralisante da história (como disse MARX), referências aplicadas à influência do passado na Europa, fosse bem menor no novo mundo. Mas

atualmente a situação é diversa e o espírito preservacionista já atinge até mesmo cidades bem novas, que se preocupam em garantir a sobrevivência daqueles elementos que possam assegurar a sua identidade futura.

Não podemos nos iludir, contudo, e achar que todos os movimentos de preservação/recuperação/restauração são movidos por essa causa. É importante salientar, como o faz também ABREU (1996, p.4), que a imagem urbana é também uma mercadoria, que em muitos casos pode significar lucro, principalmente com o turismo. Para esse caso, servem os exemplos das cidades européias já industrializadas que "retornaram" à condição de burgos, como motivo de atração de turistas. Em outros casos, a herança histórica é uma verdadeira criação do presente, como ocorre com *Saint Augustine*, na Flórida, que é um verdadeiro parque de diversões, reproduzindo a colonização seiscentista espanhola.

A memória que se quer tratar aqui é, em todo caso, um elemento marcante no cotidiano das cidades, seja qual for o motivo que move sua recuperação. Assim, cabe defini-la com mais precisão. Trata-se de uma memória coletiva, no sentido de que o lugar é o *locus* do coletivo, do intersubjetivo. Diferencia-se, portanto, da memória individual, que é uma categoria biológica e psicológica que diz respeito à armazenagem de informações, em um indivíduo. O que nos interessa discutir é a memória compartilhada, a memória de um lugar, de uma cidade, que é, portanto, coletiva. É claro que se terá que partir da memória individual para entender-se a memória coletiva, porque a partir dos registros da memória individual se poderá chegar ao resgate de elementos importantes do passado, que já desapareceram de outras formas.

Para HALBWACHS (1990), a memória coletiva "é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo" (HALBWACHS, 1990, apud ABREU, op. cit., p.6). Sem negar a importância do indivíduo, para ele a capacidade de

lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas sim pela aderência do grupo do qual ele fez parte àquele espaço. Um espaço, portanto, em que se habitou, em que se trabalhou, em que se viveu, enfim. Ou seja, um espaço que foi compartilhado por uma coletividade, durante certo tempo.

HALBWACHS, citado por ABREU, lembra que *"a memória coletiva é também uma corrente de pensamento, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência de um grupo"* (ABREU, Idem). Não há uma oposição entre o presente e o passado, assim como também não significa que tudo o que ocorreu seja preservado.

É bom lembrar, também, que a memória urbana está sempre se transformando, em decorrência dos grupos que a guardam na lembrança desaparecem. E, mais ainda, que nem toda a memória da cidade está inscrita em formas materiais. Na verdade se eterniza muito mais nos registros e nos documentos, que servem, enquanto memória histórica, para contextualizar as formas materiais resultantes do passado.

A cidade é um dos lugares em que os indivíduos e os grupos sociais, de maneira geral, se ligam entre si. As relações sociais estabelecidas por um grupo ou classe referidas a um determinado lugar é que fazem surgir uma memória social. A cidade comporta, portanto, muitas memórias de dominação, de cooperação ou de conflito. Isso impossibilita que seja restabelecido o quadro da totalidade das memórias da cidade, mas aponta para o caminho da possibilidade de recuperação de muitas dessas memórias.

Para que se estructurem plenamente é necessário que a memória individual e a memória coletiva estejam ancoradas no tempo e no espaço. O mesmo ocorre com a memória das cidades. Portanto, uma metodologia segura terá que se estear na História e na Geografia, ao mesmo tempo, para cumprir com êxito a

tarefa de recuperação da memória da cidade. Sem uma se perderá o tempo, sem a outra, o espaço.

Ao se tratar da memória das cidades é imprescindível definir com clareza do que se está tratando. Nesse aspecto, ABREU assinala sua preferência por termos consagrados, como "memória urbana" e "memória da cidade" como designativos do passado de uma determinada cidade. Parece que "memória da cidade" é mais claro para designar isso, ainda que seja enganoso pensar que a cidade possa se "lembrar" de algo. Mas os termos vingaram para significar não as lembranças dos indivíduos, mas sim "ao estoque de lembranças que estão eternizadas na paisagem ou nos documentos de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade" (ABREU, op. cit., p.10).

2. As diferentes temporalidades históricas do presente

As relações sociais, tais como as observamos no presente, têm uma aparência que, à primeira vista, pode confundir a análise do real, se levarmos em conta apenas a sua coexistência atual. Há a necessidade de datação das relações sociais, no sentido de que se identifiquem as suas origens. O que observamos no presente é a coexistência de relações sociais com datas diferentes e que estão, assim, em descompasso e desencontro.

Segundo MARTINS (1996), Lefèbvre retornou a Marx para compor esta noção. Na verdade, trata-se de um retorno ao núcleo da explicação do processo histórico em Marx, a relação entre o homem e a natureza, quando o homem altera a natureza e modifica suas próprias condições de vida, na busca pelo atendimento de suas necessidades, mudando, por consequência, a sua relação com a natureza também. Remete-se, assim, à noção de formação econômico-social, tema ocasionalmente recorrente na

obra de Marx, que busca dar conta da sedimentação dos momentos da história do homem. Já está presente nesta redescoberta o interesse de Lefèbvre pela datação histórica, e o reconhecimento das diferentes datações das relações sociais.

A noção de formação econômico-social representa tanto um segmento do processo histórico quanto o próprio conjunto do processo histórico. É uma noção que comporta o princípio explicativo de totalidade, e ao mesmo tempo, de unidade do diverso. No entanto, o diverso não é, necessariamente, contemporâneo, pois a noção de formação econômico-social em Marx e Lênin carrega também a noção de desenvolvimento desigual, assim como também engloba a sobrevivência de estruturas e formações anteriores na própria estrutura capitalista.

A lei que rege o desenvolvimento desigual também rege a formação econômico-social, e indica que as forças produtivas, as relações sociais, não avançam de acordo com o mesmo ritmo histórico.

Para MARTINS (1996):

"Lefèbvre entende que a desigualdade dos ritmos do desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não o torna senhor do que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação que subjuga em renovada sujeição o seu sujeito" (MARTINS, 1996, p.19).

O homem é alijado das condições materiais de seu desenvolvimento. Elas existem, mas não cumprem o destino de fazer do homem o objetivo do próprio homem. A coisificação que se verifica nas relações sociais aliena o homem em relação à sua obra, que ganha a aparência de coisa e objeto e não aparece como sujeito de sua obra. O homem, deste modo, aparece como objeto e não como objetivo daquilo que faz.

A partir destas considerações, Lefèbvre avança. Reconhece a existência de uma dupla complexidade da realidade social: horizontal e vertical. Trata-se de uma concepção teórica e metodológica da realidade, onde se identificam, por um lado, as distinções existentes no presente, por intermédio da complexidade horizontal, e, por outro, as diferentes datas das relações no passado, por intermédio da análise da complexidade vertical. E, mais do que isto, desvendam-se assim as aparências da realidade.

Sob este ponto de vista, tem-se um instrumento metodológico. O método regressivo-progressivo de que nos fala Lefèbvre. Por intermédio deste instrumento, capaz de identificar no presente as diferentes temporalidades da história, pode-se analisar o real, sobrepondo-se à concepção de contemporaneidade das relações sociais. Se aparecem juntas no presente, as relações sociais, para serem entendidas de maneira correta, precisam ser datadas, precisam ter suas origens vinculadas a uma determinada época, para que se demonstre que a coexistência delas no tempo atual esconde a gênese de processos diferentes, no passado.

A aplicação deste método permite observar em uma dada cidade uma realidade complexa e, por vezes caótica e confusa, como de fato se apresenta. Mas é uma realidade cujas relações sociais embora apareçam simultâneas, não o são. Por vezes, perdemos a noção de que no social e no econômico, hoje coexistem muitas relações de datas diferentes. Não se pode explicar o presente pela análise pura e simples do que temos hoje. É preciso voltar no passado, datar as origens, para poder mostrar as contradições e suas possibilidades de superação. O espaço produzido nos séculos passados, que divide a rua com o espaço produzido no presente, por exemplo, são apenas aparentemente simultâneos e contemporâneos. No movimento de ritmo rápido que se verifica na metrópole tudo fica submisso ao presente, numa simplificação que só serve para mistificar o espaço e aliená-lo cada vez mais na relação do homem com a

natureza. Se não decomposmos a realidade social e a analisamos sob a ótica da aparente contemporaneidade e simultaneidade de relações sociais de diferentes datas, não a compreendemos verdadeiramente. Por isso, a proposição de Lefèbvre é instigante e verdadeira. Revive a essência do próprio pensamento metodológico de Marx: a da lógica dialética. E é esse o método que aca-
tamos aqui.

2.1 Descrevendo o visível: a aparente simultaneidade e contemporaneidade das relações sociais no presente

LEFÈBVRE (1978, p.61-77), assim expôs sucintamente os desdobramentos de sua concepção. A complexidade horizontal da realidade social é reconhecida num primeiro momento, a partir da descrição do visível. Neste momento o pesquisador deverá reconstituir a diversidade das relações sociais, identificando e descrevendo o que vê. Trata-se mesmo da descrição, não de uma descrição empírica, mas sim, orientada por uma informação teórica. Aqui, o tempo de cada relação social não aparece, não é identificado. É quase um levantamento de dados descritivos da realidade, onde as relações são apresentadas sem a preocupação de relacioná-las com uma data ou origem.

A bem da verdade, este momento do método resgata uma categoria bastante cara aos geógrafos, qual seja, a paisagem. Afinal, os elementos da paisagem guardam em si a aparência da realidade. São mais do que isto, é verdade, mas em um primeiro momento é o que mostram: a aparência.

Cabe aqui um desvio na análise até agora encaminhada para ampliar mais este debate, acerca de uma perspectiva simbólica na Geografia e o valor subjetivo do espaço.

A Geografia, ao longo do tempo, tem evoluído em seu relacionamento com a realidade, de modo que a ciência que temos atualmente não é mais aquela que em outros tempos caracterizou o

pensamento geográfico. A evolução do pensamento, a mudança no próprio modo de produção e o avanço tecnológico colocam novas formas de ver o mundo. A realidade pode ser captada por distintos modos, inclusive aqueles que fogem da lógica cartesiana da razão e se aprofundam numa fantasia mágica da imaginação.

A emoção nos dá uma perspectiva simbólica na análise do espaço que não pode ser desconsiderada. A sociedade atual privilegia a imagem e todo o significado a ela associado. Ao interpretar a realidade espacial, a Geografia deve estar atenta às considerações da Semiótica, que introduzem a interpretação da linguagem dos signos como uma decorrência obrigatória das relações sociais que ocorrem no presente.

A cada dia ganha maior notoriedade a interpretação dos significados presentes nas formas espaciais, uma vez que elas são capazes de retratar a experiência de quem as produziu. Os ensinamentos propostos por CANEVACCI (1993) e FERRARA (1988), entre outros, nos conduzem a uma valorização cada vez maior da perspectiva simbólica, com ênfase para o emocional, até em detrimento da razão, na análise do espaço produzido. A análise do campo semântico, proposta por Lefèbvre (1961), qualifica altamente as potencialidades transformadoras presentes nas imagens.

Uma outra perspectiva que está colocada para análise do espaço é a consideração do valor no espaço, da qual trataram muito bem MORAES e COSTA (1987), assim como LIPIETZ (1988). O que fica claro, desde logo, é o embate existente em torno desta perspectiva.

De um lado, a consideração objetiva do valor no espaço. Nesta direção aparecem os questionamentos relativos ao uso do solo, à renda fundiária, à distribuição de equipamentos e serviços, entre outros relacionados à apropriação e produção material no espaço. Nesta linha, a Geografia vai se relacionar intimamente com a Economia Política e com o Urbanismo.

De outro lado está a consideração subjetiva do valor no espaço. Agora, são pertinentes

as questões da percepção, da sensibilidade, da vivência, da modernidade, entre outras que privilegiam a ação do sujeito. É a consideração estética da paisagem, do simbolismo. Trata-se da apropriação individual do espaço. A Geografia, aqui, comungará com os ensinamentos da Psicologia, da Sociologia e da Semiótica, entre outras ciências. São levantadas questões relativas ao poder, à alienação e à segregação.

Aceitando a postura teórico-metodológica que privilegia a historicidade dos processos e dos seres, reconhece-se a importância das questões subjetivas e do próprio homem como ser concreto, definidor da história. Subjetividade e objetividade não se opõem nesta perspectiva, estão presentes na realidade social. A ação humana sofre influências histórico-sociais que, no entanto, não anulam as motivações de sua consciência. A produção da cidade, como espaço do homem, é fruto de conhecimentos histórico-econômicos e fruto da consciência individual que está cheia de sentimentos, de fantasias, de interesses, de necessidades, enfim, de considerações subjetivas. Deste modo, as representações do espaço, ou seja, a forma como os homens se vêem no mundo, estão presentes na produção do espaço urbano. A cidade é um produto material deste complexo de ações objetivas (determinações histórico-sociais) e subjetivas (valores, crenças, etc.).

2.2 Decompondo o real: o procedimento analítico-regressivo

Neste ponto, mergulhamos na complexidade vertical da realidade social. Na proposição de LEFÈBVRE (1978), verificamos agora a coexistência de relações sociais com datas desiguais. A realidade deve ser analisada, decomposta. Agora o papel do pesquisador será o de datar exatamente as relações sociais, identificando sua idade e época, pois cada elemento da cultura material e espiritual tem sua data.

O que no primeiro momento parecia simultâneo e contemporâneo é descoberto agora

como remanescente de época específica. De modo que no vivido se faz de fato a combinação prática de coisas, relações e concepções que de fato não são contemporâneas (MARTINS, op. cit., p.21).

É o momento de fazer a reconstituição das relações sociais, vale dizer, da própria realidade, para encontrar suas origens específicas no passado. No caso deste estudo, equivale a recompor o quadro atual do centro, a partir do retorno àqueles momentos que o definiram. A realidade social do presente, que se mostra simultânea, deve ser decomposta para que se possa encontrar a datação de suas relações sociais. Não se admitirá mais a contemporaneidade das relações sociais, como se fossem frutos do presente. É preciso investigar para determinar a data de seu surgimento. Somente assim poderá ser possível desmascarar a aparência da paisagem, tornando-a representativa do espaço, enquanto produto da sociedade.

2.3 As possibilidades das contradições não resolvidas

O terceiro momento do método preconizado por LEFÈBVRE (1978) foi chamado de histórico-genético, onde se deve fazer o estudo das modificações trazidas à estrutura em questão, já datada pelo desenvolvimento posterior e por sua subordinação a estruturas de conjunto. É a tentativa de retornar ao que foi anteriormente descrito, com a finalidade de reencontrar o presente, no entanto elucidado e compreendido, vale dizer, explicado (LEFÈBVRE, op. cit., p.71). A elucidação do percebido se dá pelo concebido teoricamente e define as possibilidades do vivido. Nesse momento é possível descobrir que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário, na concepção lefebvriana de contradição, os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades (MARTINS, op. cit., p.22).

Quando se descobre a gênese contraditória das relações e concepções que perduram no tempo até o presente, se descobrem também as contradições ainda não resolvidas, as alternativas que nunca foram levadas a cabo, as necessidades insuficientemente atendidas, as virtualidades não realizadas. É justamente na gênese dessas contradições que se localizam as possibilidades ainda não realizadas. *“Porque é o desencontro das temporalidades dessas relações que faz de uma relação social em oposição a outra a indicação de que um possível está adiante do real e realizado”* (MARTINS, Ibidem).

É no interior de cada indivíduo e da sociedade de um modo geral que se agita a coexistência de modos, mundos e concepções que são apenas aparentemente contemporâneos. Aparentemente porque se manifestam no presente, são simultâneas. No entanto a idade do que existe não corresponde à contemporaneidade da superfície. Esta contemporaneidade da superfície, horizontalizada, pode ser desmistificada pelo resgate das concepções das relações que não foram incorporadas pelo poder, que permaneceram bloqueadas, portanto, enquanto virtualidades. Aí se localiza o projeto de transformação do mundo, na práxis, onde se pode criar um universo mais real, menos submisso à aparência contemporânea. A importância da datação dos marcos fundamentais no estabelecimento das relações sociais está justamente na possibilidade de apontar os resíduos sem destruí-los, pura e simplesmente, mas aproveitando-os para uma possibilidade de práxis revolucionária.

3. Descrevendo o presente

3.1 Lisboa, a capital

Lisboa, a capital de Portugal é, na verdade, uma área metropolitana que engloba 19 municípios. Em 1991, a população total desta área era de cerca de 2,5 milhões de habitantes,

em uma área com 3.128 Km². A distribuição da população é observada tanto ao norte quanto ao sul do rio Tejo, sendo que deste total o município de Lisboa, propriamente dito, possui 678.888 habitantes, representando mais de um quarto do total. A área não pode, entretanto, ser vista apenas em suas parcelas municipais, pois funciona como um conjunto, um verdadeiro aglomerado urbano único. Em alguns pontos, sobretudo ao norte, é praticamente impossível perceber a separação entre alguns municípios, a não ser que se recorra às tênues descrições legais.

A região, como um todo, concentra o maior número de atividades em comércio, serviço e equipamentos do país. É a sede das principais empresas nacionais e possui representação de quase todas as empresas internacionais que operam no país. Está dotada de uma rede de transportes interligados, que atende a toda a região, conectando os municípios por intermédio de distintos modos. A rede de metrô possui quatro linhas, que ligam boa parte da urbanização ao norte do Tejo em uma estrutura nitidamente radiocêntrica que converge para os bairros centrais da Baixa e Chiado.

Apesar da evidente existência espacial de uma única área metropolitana, do ponto de vista político e administrativo o tratamento não existe, mantendo a consideração municipal acima da estrutura regional observada. Este fato, a par de se constituir em uma ficção, impede o tratamento integrado de questões importantes para a sociedade local. A separação do entendimento das políticas públicas e do planejamento como um todo, considerando indistintamente a abrangência municipal, é uma força opositora ao desenvolvimento regional integrado. No entanto, em que pese toda a influência política e administrativa vigente na condução das instituições, a sociedade se percebe como integrante de uma única região, perfeitamente integrada à concepção metropolitana, muito mais do que às concepções parcelares que se faz nos municípios.

O centro de Lisboa apresenta as características de um centro metropolitano. O afluxo da rede de transportes, da localização do comércio, de um variado oferecimento de serviços e de grande parte do estamento político e administrativo da capital do país, conferem ao centro o *status* de centro principal dentro da área metropolitana. Além do mais, historicamente, a Baixa possui o reconhecimento do centro originário da vida metropolitana. Contudo, esta situação não é permanente nem tampouco definitiva.

O centro de Lisboa, entendido como a área que compõe a Baixa, ainda guarda os elementos que o definem como tal. A presença maciça do comércio varejista, de restaurantes, de profissionais liberais e de um padrão construtivo muito característico destes ramos, garantem esse reconhecimento. As ruas movimentadas pela população em compras, o trânsito lento de um número bastante elevado de automóveis e a estrutura física existente atestam no mesmo sentido. A Baixa constitui, indubitavelmente, o centro comercial de Lisboa e da região metropolitana. Este fato é facilmente comprovado quando se observa que a percepção que as pessoas têm de um centro seja coincidente com o que se observa nesta área: a sociedade reconhece a Baixa como centro. Apesar disso, a competição com novos espaços e formas comerciais já abala a hegemonia existente.

Originariamente, combinando as funções defensivas e as facilidades de relacionamentos conferidas pelo sítio do porto, a cidade se desenvolveu ao longo do rio. Como muito bem descreve SANTOS:

"Vista do estuário do rio, a cidade é como um grande anfiteatro. Construída em socacos nas encostas das colinas, o centro antigo oferece um privilégio notável: de muitas ruas e edifícios pode desfrutar-se de um amplo panorama com variados pontos de vista sobre a cidade e seus arredores" (SANTOS, 2000, p.19).

A partir do Castelo, no topo da colina, onde se concentrou de início, cercada pela muralha, a administração pública e militar geriu a cidade. Mas o aumento da importância das atividades econômicas da população não pode ser contido por esta área, e logo o crescimento desbordou para as vizinhanças, no bairro da Alfama e ao longo do rio, e posteriormente para a outra margem. Os séculos XIII e XIV assistiram ao desenvolvimento da região baixa da cidade, que foi gradualmente sendo ocupada por igrejas, conventos, mosteiros e outras instituições que formaram ocupações individualizadas, sempre em torno do centro, no oeste e no norte, principalmente.

A expansão para o norte sofreu uma inflexão bastante importante no final do século XIX, seguindo duas importantes direções marcadas pelo curso de dois vales que convergiam para a Baixa. Assim, foram duplicadas as rotas que convergiam do meio rural e serviam para o abastecimento e o consumo na cidade, marcando profundamente o desenvolvimento urbano posterior. A abertura da avenida da Liberdade, em 1879, primeiramente, e da avenida Almirante Reis, posteriormente, marcou estes novos caminhos.

Em um momento posterior e distinto a ocupação das Avenidas Novas e do planalto foi consolidada. A cidade tornou-se adaptada para a nova divisão social do trabalho e para a nova estrutura de classes existentes (BARATA SALGUEIRO, 1996, p.45-52). O crescimento da cidade garantido pelos imigrantes depois da II Guerra Mundial foi facilitado pela existência de inúmeras áreas urbanas desocupadas e pela existência da zona rural periférica. Os primeiros subúrbios apareceram graças às facilidades das linhas de ônibus, e os trens ajudaram a formar povoados ao longo das principais estações. Junto às principais conexões, do outro lado do Tejo, surgiram povoados também, nas localidades onde estão as ligações mais rápidas com Lisboa.

Com a inauguração da ponte sobre o Tejo, em 1966, o lado sul teve um desenvolvimento importante, garantido também pelo desenvolvimento dos meios de transporte por estradas de rodagem. Modernamente, as rápidas estradas e a nova ponte Vasco da Gama, facilitam a metropolização, induzindo a integração regional. As tendências de expansão de Lisboa são reconhecidas:

“Quanto a Lisboa, cuja área metropolitana se distribui pelas duas margens do Tejo, os eixos preferenciais de urbanização dirigem-se para norte e nordeste, um no litoral, outro pelo vale do Tejo, atravessam os distritos de Leiria e Santarém e tendem a aproximar-se, evoluindo a distribuição de tipo axial para a de mancha. A estrada de ligação à fronteira espanhola é outra linha de progresso da influência de Lisboa” (BARATA SALGUEIRO, 1992, p.58).

Ainda assim, com todo o crescimento observado, o que se torna garantido é o aumento da importância do centro de Lisboa como centro metropolitano. Em que pese o desenvolvimento de outros centros regionais e sub-regionais, a Baixa Pombalina mantém sua hegemonia, mesmo considerando as transformações funcionais observadas juntamente com o desenvolvimento e o crescimento urbano regional.

3.2 A Baixa: o centro de Lisboa

Do ponto de vista estrutural, pode-se visualizar um centro historicamente desenvolvido na Baixa, mas que já hoje compete com outras áreas que apontam diferentes formas de expressão da centralidade no espaço metropolitano e com as novas formas comerciais, nomeadamente os *shoppings centers*. Em Lisboa o desbordamento do centro, forçado pela cons-

tante densificação de usos na Baixa e pelas novas investidas capitalistas de cunho comercial e imobiliário, produziu um adensamento dos antigos caminhos formados nos vales. O eixo mais importante se consolidou ao longo da avenida da Liberdade, em direção noroeste, e logo a partir deste desdobramento foi se assentando uma área de intensa atividade terciária nas chamadas Avenidas Novas, a partir da Praça Marquês de Pombal em direção à avenida da República e todo o seu entorno. Nesta região vivencia-se o “novo centro” de Lisboa, caracterizado por um urbanismo mais moderno, de aruamentos largos, edifícios altos e um sistema dotado de toda a infra-estrutura exigida pelas novas características tecnológicas do capital. Nesta área o espaço responde às demandas colocadas pela fase atual do modo de produção, está adaptado a este período e não constitui um entrave ao seu desenvolvimento. Ao contrário, perfeitamente novo, produzido sob a lógica atual, trata-se de um espaço verdadeiramente feito para funcionar como lugar de ocorrência das novas relações sociais e das suas respectivas formas. É um centro em franca competição estrutural e funcional com a Baixa, pois rivaliza em termos de oferta de imóveis, sempre mais adaptados aos anseios atuais, assim como se apresenta mais identificado com as formas comerciais preconizadas sob a lógica de um espetáculo.

A par disto, as centralidades geradas pelos *shoppings centers*, que surgem a partir de 1985, com o Centro Comercial Amoreiras, é repartida com o Centro Comercial Colombo, e o Centro Comercial Vasco da Gama, na área da cidade de Lisboa e outros centros de importância regional. Estes sim, templos da mercadoria e do consumo, encarnam a forma síntese encontrada no presente para satisfazer ao ideário imposto por uma sociedade cujas relações sociais de produção estão largamente assentadas no “ter” e no “parecer”

Assim, a hegemonia única e radioconcentradora da Baixa vão diminuindo para dar

lugar a uma lógica que já não sustenta mais a existência de um único centro. O declínio da importância funcional, estrutural e do próprio imaginário ligado à Baixa está colocado neste período de transformações, capitaneado pelas investidas do capitalismo e do modelo de desenvolvimento em curso. Na Baixa se vivencia um espaço cuja produção não é atual, mas cujo funcionamento tenta, de todo modo, se adaptar às condições exigidas. As velhas formas comportam novas estratégias, e nos velhos prédios preservados da Baixa se desenvolve o comércio tradicional e suas várias tentativas de oferecer o novo. As formas tentam se adaptar, nos limites restritos da legislação que preserva o patrimônio histórico, e as novas relações sociais de produção vão ganhando espaço nas velhas formas do espaço central. Mas o conflito não está apenas na adaptação das formas às novas estratégias de consumo é preciso modificar também o imaginário que permeia o local e as mentes de seus proprietários. A Baixa ainda é o centro do comércio tradicional, retrato de sua degradação. Revitalizar a Baixa Pombalina implica, necessariamente, na definição de um papel para este centro no conjunto metropolitano em que está inserido.

Cabe aqui uma nota sobre a percepção que se tem da paisagem e do espaço na Baixa e do significado que tem a questão da revitalização neste caso específico. A área da Baixa é toda caracterizada por um padrão construtivo regular, do ponto de vista arquitetônico. Todos os imóveis parecem repetir o mesmo padrão e, num primeiro olhar, as nuances que diferenciam uns dos outros não são percebidas. As diferenças estão em detalhes técnicos, em requintes artísticos e outros elementos da estrutura que ficam subsumidos na visão de conjunto. Mesmo o traçado das ruas é repetitivo, ortogonal e regular. Na verdade, a simetria só é interrompida pela alteração na largura das ruas e pelo espaço destinado às calçadas. Algumas ruas são largas e outras estreitas, não de forma aleatória, como se verá mais adiante, mas de

acordo com um plano muito bem concebido. Mas, de qualquer forma, o elemento marcante de todo o conjunto é a monumentalidade e a regularidade, seja das construções, seja do próprio traçado das ruas. Trata-se de um casario em bom estado de conservação, pelo menos ao rés-do-chão e nas fachadas. Não há alterações significativas nos elementos originais da estrutura arquitetônica, pois até mesmo os elementos visuais dos anúncios e letreiros com os nomes comerciais dos estabelecimentos obedece a uma regularidade condizente com o padrão dos edifícios, nada destoando. Até mesmo grandes estabelecimentos de franquias multinacionais amoldam-se ao padrão e restam confundidos com os elementos locais. Não há espaço para as diferenças. O movimento na rua é significativo tanto de veículos, sobretudo automóveis particulares, mas também um grande número de ônibus, quanto de pessoas, consumidores entre vitrines, turistas sob *flashes* fotográficos. Em nada a paisagem da Baixa lembra uma zona degradada ou em deterioração. Não há nada que se assemelhe ao abandono dos imóveis históricos ou ao confuso comércio de rua das cidades brasileiras. Não há lixo amontoado nas calçadas, nem pessoas jogadas pelo chão ou insegurança pairando no ar. Enfim, há uma realidade que reflete um outro padrão cultural, econômico e social. Desse modo, o sentido da revitalização da Baixa não é o mesmo que o da revitalização do centro de uma de nossas grandes cidades. O que se observa em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador ou Porto Alegre é uma situação diversa, onde a perda de valor do centro é sentida imediatamente na paisagem, nos elementos que se mostram degradados, deteriorados, mutilados, enfim, deixados de lado, em que pese a vitalidade que os anima. Em Lisboa é diferente. Não se visualiza à primeira vista a degradação do centro porque ela não se mostra nos aspectos visuais, não pode ser percebida pelos sentidos objetivos. Precisa ser conhecida pela análise do espaço. É necessário fazer uma análise que

considere as relações existentes naquele espaço, que finalmente possa nos levar a concluir sobre os elementos que declaram a perda de valor e de vitalidade da área. Somente penetrando no interior dos prédios isto será possível, e ainda assim, não no interior imediato, nos grandes salões depois das vitrinas ou nos pequenos, mas às vezes luxuosos e quase sempre muito bucólicos bares e cafés que proliferam em todos os cantos. Será necessário subir as escadas e chegar aos andares superiores, onde quanto mais se sobe mais se vislumbra a destruição. Portanto é preciso se levar em conta que a desvalorização da Baixa não significa exatamente uma degradação explícita como muito bem conhecemos, mas se trata de um acontecimento discreto, que atua no interior dos prédios, nas relações entre as pessoas e que aos poucos tem erodido sorrateiramente a vida e o valor da Baixa. Nem por isto é algo menos importante ou que provoca menores estragos na estrutura locacional urbana.

3.3 As relações sociais presentes na Baixa

Logo chamam a atenção para as diferenças existentes nas intenções dos diversos agentes presentes na Baixa. São notáveis o declínio da função residencial e a preponderância do terciário. De outra parte, a estrutura arquitetônica preservada nos edifícios de herança pombalina salta aos olhos, insinuando, por vezes, uma influência na composição funcional da área, por outras, um condicionamento à sua revitalização. Evidenciam-se, assim, as relações que deverão ser estabelecidas entre os distintos interesses ali existentes. Residentes, agentes de comércio e serviços e proprietários são atores que possuem lógicas distintas, e seus projetos e estratégias vão colocando no espaço o resultado destas relações.

Em estudo bastante detalhado sobre a Baixa, o Departamento de Obras da Câmara

Municipal de Lisboa, efetivado em 1994, apresenta um trabalho *"sobre a estratégia de actores da Baixa pombalina, pretendendo identificar as conflitualidades e consensualidades neste espaço tão central na cidade, para potenciar a definição de uma estratégia de acção colectiva"* (GUERRA, 1999, p.X).

A delimitação física da área é de suma importância para todas as referências que se farão ao longo deste trabalho. Acata-se, aqui, a delimitação apresentada pela Câmara Municipal de Lisboa, que especifica as freguesias, edifícios e quarteirões que fazem parte da Baixa. A área engloba toda a freguesia de São Nicolau. Também a integra parte da freguesia da Madalena dividida pelo recenseamento de 1981, em 16 quarteirões, sendo que pertencem a esta área apenas 3, que correspondiam em 1991 a 46,1% dos edifícios com habitação, 50,5% do total dos alojamentos, envolvendo 50,3% da população residente da freguesia. Da área da freguesia de Santa Justa, dividida pelo recenseamento de 1981 em 31 quarteirões, 6 pertencem à área em estudo, contando com 12,4% dos edifícios com habitação, 11,7% dos alojamentos, e 13% da população residente na freguesia. Para traçar um perímetro mais exato da área envolvida especifica-se as ruas que a limitam:

"a norte, Largo D. João da Câmara, Largo do Regedor, Largo de São Domingos pela Rua D. Antão Vaz da Almada, Travessa Nova de São Domingos pela Rua D. João das Regras até ao Poço do Borratém; a este, poço do Borratém, Rua da Madalena até a Rua da Alfândega; a sul, Rua da Alfândega até a Rua do Arsenal; a oeste, Rua Henriques Nogueira, Rua do Comércio, Largo de São Julião, Rua Nova do Almada, pelas traseiras do número 70 da rua Nova do Almada até o número 61 da rua do Crucifixo até o número 124, Rua do Ouro, pelas traseiras do número 219 da Rua do

Ouro até a Rua do Carmo número 54, pelas traseiras do número 77 da Rua do Carmo contornando os limites do convento do Carmo até a Calçada do Carmo, Largo Duque do Cadaval.” (GUERRA, op. cit., p.14-15)

No estudo referido está caracterizada a progressiva decomposição da estrutura funcional da Baixa, onde a habitação é progressivamente substituída por escritórios e armazéns. Sobretudo desde 1984, é possível observar uma grande transferência de imóveis residenciais para outras funções, sendo evidente que as atividades terciárias compuseram uma identificação clara para a Baixa. A transferência do uso habitacional para o terciário tem observado lógicas diferenciadas no tempo e no espaço, ao longo do período observado. A maior perda da ocupação residencial se verificou mesmo nos anos 80, em termos absolutos, mas não se deu de igual modo em todas as freguesias que compõem a Baixa.

Os usos na Baixa estão distribuídos do seguinte modo: 36% comércio, 31% serviços, 15% habitação, 7% prédios desocupados, 6% armazéns, e 5% com utilização desconhecida (TAVEIRA, 1993). Sendo evidente a terciarização da área, é fundamental considerar a dinâmica do espaço econômico, principalmente analisando as possibilidades e os recursos dos agentes envolvidos, assim como seus interesses e práticas na transformação da área.

3.3.1 Os comerciantes

A observação sistemática corrobora as análises efetivadas anteriormente, sobretudo quando se comprova a diversificação e a especialização do comércio na Baixa. A substituição progressiva do uso habitacional para outros usos, principalmente comércio e serviços, induziu o comércio cotidiano alimentar a uma forte qualificação, ou a substituição do comércio tipi-

camente cotidiano pelos ramos dedicados ao vestuário e calçados, assim como de eletrodomésticos e artigos para casa, como também restauração e supermercado (principalmente para uma população exterior).

Os serviços bancários e ligados a instituições financeiras aparecem com certo destaque. Se não fazem uso dos amplos espaços que dispõem em outras áreas, podem utilizar a imagem histórica da baixa, o que frequentemente faz com que novas agências se instalem ainda na Baixa.

A característica do capital instalado na Baixa é eminentemente local, com pequena internacionalização. Via de regra, são empresas pequenas, pouco qualificadas, que se reduzem a um único estabelecimento. Predomina a locação dos imóveis.

GUERRA (op. cit., p.20) aponta que o traço mais marcante da política comercial existente na área é o da estagnação, caracterizada não pela vontade em abandonar o negócio mas sim pela falta de adaptação ao contexto econômico e social. Dotados de uma estrutura de recursos humanos muito ligada à estrutura familiar, os comerciantes estão impossibilitados de adotarem práticas mais modernas de comercialização, tais como ampliação do horário comercial, não fechamento em horário de almoço, abertura nos finais de semana, entre outras. As dificuldades de investimento nas melhorias do estabelecimento são grandes, dado as características do próprio prédio, aliado a outros fatores, como o parcelamento reduzido dos lotes, o que obriga a negociação com vários proprietários. O fraco desempenho da atividade comercial na Baixa é sempre atribuído a fatores conjunturais, como recessão, diminuição do poder de compra, desemprego, entre outros. No entanto, reconhecem com facilidade o declínio da importância da área frente aos novos espaços na cidade.

A partir do reconhecimento do declínio da Baixa começam a ser enumerados os fatores de insatisfação e os obstáculos que se tem à

revitalização da área. A insegurança, trazida pelo deserto noturno em que se transforma a Baixa, e os problemas de estacionamento, pelo tráfego intenso e desordenado, são os principais problemas apresentados. De um modo geral, os comerciantes da Baixa sentem a necessidade de uma culturalização da área. Esta se daria com o oferecimento de equipamentos e serviços de lazer e cultura, o combate à desertificação, pelo reforço da função habitação e a melhoria urbana, pensada pelo combate à degradação do património histórico e pela revisão do trânsito e do estacionamento.

3.3.2 Os moradores

O perfil da população residente pode ser visualizado pelo Recenseamento de 1981 e 1991. O que se observa é um sensível envelhecimento da população residente, que sofreu um decréscimo surpreendente nas últimas décadas. É notória a pequena capacidade de intervenção destes residentes na alteração do quadro geral da área. Então é preciso analisar sua ação em conjunto com a lógica da ação dos proprietários.

Do ponto de vista demográfico, utiliza-se um panorama que leva em conta a totalidade das freguesias de São Nicolau, Madalena e Santa Justa, tomando ainda as freguesias de

Mártires e Sacramento, nos seus limites, para corroborarem na análise.

A observação dos quadros 1 e 2 permite analisar as discrepâncias existentes entre as tendências de crescimento verificadas na Baixa, relativamente ao restante da cidade. Observa-se que o máximo crescimento demográfico na zona da Baixa foi observado nas duas primeiras décadas deste século. Ao contrário, em 1991, apenas cerca de 20% da população então residente é observado.

Na freguesia dos Mártires, já em 1890 se verificava o pico da ocupação demográfica. O decréscimo constante daquela população apresenta a cifra de 12,8% no ano de 1991.

As freguesias de São Nicolau e Santa Justa passaram por processos semelhantes, atingindo o máximo de população residente em 1911. Depois, as perdas sucessivas de residentes são enormes, apresentando índices de 86,1 e 82,3%, respectivamente, em 1991, evidenciando o abandono a que se submetem.

Na freguesia do Sacramento, o crescimento populacional avança até mais tarde, sendo 1940 o ano que marca o máximo de sua ocupação residencial. Também as perdas observadas são menores que nas demais freguesias, sendo observado em 1991 o índice de 78,2%.

Quadro 1: Capacidade de ocupação máxima observada

Freguesias	Ano	Máximo de população residente	Perdas em 1991 relativamente ao máximo	
			Absolutas	Relativas (%)
São Nicolau	1911	10.428	8.980	86,1
Santa Justa	1911	6.706	5.554	82,8
Madalena	1940	2.871	2.345	81,7
Mártires	1890	3.131	2.730	87,2
Sacramento	1940	5.362	4.195	78,2
Lisboa	1981	807.937	144.543	17,9

Quadro 2: Evolução da densidade da população residente 1981/1991

Freguesias	Área (Km ²)	População residente		Densidade populacional		TCM
		1981	1991	1981	1991	
São Nicolau	0,25	2.535	1.448	10.140,0	5.792,0	-42,9
Santa Justa	0,24	2.260	1.152	9.416,7	4.800,0	-49,0
Madalena	0,11	1.004	526	9.127,3	4.781,8	-47,6
Sacramento	0,08	1.973	1.167	24.662,5	14.587,5	-40,9
Mártires	0,10	683	401	6.830,0	4.010,0	-41,3
Lisboa	83,85	807.937	663.394	9.635,5	7.911,7	-17,9

Fonte: INE, Recenseamentos da População.

No que diz respeito às densidades populacionais médias, convém observar que somente a freguesia de Sacramento, no ano de 1991, apresentou valor superior ao da cidade, ainda que o decréscimo na taxa de crescimento médio tenha sido bastante maior em Sacramento do que na média de Lisboa. Santa Justa e Madalena já possuíam, em 1981, densidade populacional média com valores próximos aos da cidade, sendo o valor verificado em Mártires inferior. A freguesia de São Nicolau apresentou valor superior ao da cidade como um todo em 1981, sendo mais significativa a desproporção a favor da freguesia do Sacramento, que é envolvente da baixa. De qualquer modo, todas as freguesias consideradas tiveram taxa de crescimento populacional com valores negativos entre cerca de 40 e 49%, enquanto na cidade como um todo este número não atingiu 18%.

3.4 As estratégias de apropriação na Baixa

É notável, portanto, o esvaziamento residencial da Baixa. A desertificação progressiva a que se submeteu esta área da cidade pode ser atribuída ao êxodo para outras zonas da cidade ou para a periferia, e também aos

fatores naturais, como o envelhecimento e morte dos residentes. O certo é que permaneceram na Baixa aquelas pessoas menos favorecidas, com rendas muito baixas e com casas bastante degradadas.

As características da estrutura sociodemográfica da Baixa, apontadas pelos sucessivos recenseamentos, podem apontar para as possibilidades de recuperação da área. O que se observa com respeito à dinâmica demográfica aponta para uma diminuição drástica da população jovem residente e um substancial aumento da população idosa. Nas freguesias de São Nicolau, Madalena e Mártires, por exemplo, a faixa de residentes com idade superior aos 60 anos já chega a 30% do total da população residente, enquanto em Lisboa esta faixa representa apenas 18,8%, evidenciando que o envelhecimento na Baixa é muito mais acentuado que na cidade como um todo (GUERRA, op. cit., p.25 e segs).

De outro modo, todo o decréscimo populacional e o envelhecimento da população residente observado na Baixa contrasta com o crescimento nos níveis de escolaridade. Por sua vez, todas as alterações em curso, principalmente nos anos 80, alteraram a estrutura da população ativa, observando-se uma distribuição ge-

neralizada dos residentes entre profissões pouco qualificadas e um aumento da população em situação de aposentadoria.

Outros dados da pesquisa efetivada pela Câmara Municipal de Lisboa evidenciam características importantes dos residentes e sua relação com o espaço da Baixa. Em geral, os residentes têm opiniões essencialmente positivas quanto à satisfação, por morarem no local. Em que pese o estado degradado do imóvel habitado (freqüentemente com problemas de infiltração e umidade além de problemas no teto, soalho, varandas e janelas), e a impossibilidade relativa de melhoras, causada principalmente pelos baixos níveis de renda dos seus ocupantes, a satisfação é garantida pelo valor que conferem à centralidade e à acessibilidade da Baixa onde as casas se localizam. Além disto, o gosto pela casa é corroborado por fatores subjetivos ligados à atividade desenvolvida e à memória, face à casa e à história que nela viveram (GUERRA, *idem*).

A mobilidade espacial da população residente é evidenciada pelo tempo de moradia na Baixa, quase sempre superior a 21 anos. Apesar de todo o apreço pela casa, a maioria aceitaria mudar, mas preferencialmente para outro imóvel na própria Baixa. No entanto, a imobilidade desta população está condicionada mesmo pelo progressivo envelhecimento a que estão submetidos, que conduz a uma inalteração de seu padrão econômico, tendo em vista tratar-se de uma população em fase sedimentada no ciclo de vida familiar e profissional, afetando diretamente o seu poder de compra. É preciso considerar, também, a falta de interesse na alteração das referências geográficas e pessoais deste tipo de residente.

Como a maior parte dos imóveis é alugada, acima de 95% em todas as freguesias, a conservação se dá às expensas dos locatários, que se limitam a reparos de manutenção, sendo as obras de cunho estrutural pouco realizadas.

A insatisfação dos residentes só aparece quando levam em conta o barulho e a poluição

existentes no local, e mais ainda o excesso de trânsito e o estacionamento desordenado, a degradação dos prédios e dos espaços exteriores, bem como a ausência de espaços recreativos e de lazer e a falta de segurança à noite. A compensação se verifica na satisfação pelas vantagens oferecidas, como a existência de um comércio diversificado e de serviços médicos e farmacêuticos em número razoável, embora seja preciso considerar que o número de comércio de primeira necessidade seja insuficiente.

A entrada de novos residentes na Baixa é muito pouco verificada. A maior parte dos residentes ratifica o padrão estabelecido logo na reconstrução da área, ou seja, a de se tratar de imóveis para obtenção de renda para os seus proprietários (na freguesia de São Nicolau existem apenas 22 proprietários ocupantes de imóveis).

Um perfil dos proprietários da Baixa, estabelecido na investigação efetivada pela Câmara Municipal de Lisboa, evidencia seis tipos de proprietários: individuais (43%), coproprietários (24%), empresas (24%), bancos (5%), seguradoras (2%), e instituições públicas e para-públicas (2%). É uma estrutura de proprietários bastante envelhecida, onde se observa que mais da metade possui mais de 50 anos, sendo elevada a porcentagem com mais de 70 anos. A aquisição dos imóveis se deu por compra, principalmente no grupo dos novos proprietários, e herança, sobretudo no grupo de proprietários com mais de 60 anos. A venda dos imóveis em frações é dificultada pelo regime vertical das propriedades. A quase totalidade dos edifícios está ocupada por serviços e habitação nos últimos andares, o que dificulta a venda, preferencial aos ocupantes. Ao levar em conta a necessidade de intervenção na Baixa, para a promoção da sua reabilitação/revitalização, ainda que não se considerem responsáveis pela degradação existentes, os proprietários apontam a consideração dos seguintes fatores:

- “Uma clara definição da política camararia para a Baixa, com a promoção de uma habitação mais qualificada e de obras que combatam a degradação dos edifícios; Uma gestão racionada e integrada da circulação, com a criação de meios flexíveis de gestão do tráfego, articulado com o transporte público, com a circulação a pé, assim como com o estacionamento; A animação do espaço público da Baixa, como espaço de cultura e de lazer; Aumento da segurança e controle dos focos de marginalidade na Baixa” (GUERRA, idem, pp.34-5).

Assim, resumidamente, estão referidas as principais características da Baixa. Uma área que, considerando as freguesias de São Nicolau, Madalena, Santa Justa, Mártires e Sacramento, ocupa menos de 1% da área de implantação da cidade de Lisboa (0,9%), da população residente (0,7%) e dos alojamentos da cidade (0,7%). As cinco freguesias contam com um total de 4.694 residentes, 676 edifícios e 2.101 alojamentos familiares, dos quais 500 edifícios (74%) são principalmente residenciais. A função habitação está distribuída por 252 edifícios dos 411 existentes, sendo que na principal freguesia, a de São Nicolau, 58,6% dos edifícios são considerados principalmente residenciais. A locação dos imóveis predomina em 95% dos casos em todas as freguesias. O crescimento máximo da população residente observado nas duas primeiras décadas deste século só conta com 20% deste total em 1991. O aumento substancial da população idosa e a diminuição da população jovem traduzem a alteração na estrutura etária observada.

Estes dados apontam para caminhos a serem considerados ao se tratar de medidas que desencadeiem um processo de revitalização da Baixa. A caracterização dos agentes envolvidos no processo será fundamental para o entendimento das relações sociais envolvidas e a conseqüente possibilidade de apropriação do espaço.

Foi com base neste quadro empírico que a Câmara Municipal de Lisboa elaborou uma análise prospectiva das intervenções possíveis na Baixa (GUERRA, ibidem). A partir do “método de cenários” proposto por Godet (1993), onde depois de se construir um quadro de “estratégia de atores” são confrontadas as relações de força com os projetos dos atores envolvidos. Finalmente, o método descreve a evolução do sistema sob a forma de “cenários” quando então considera as evoluções prováveis das variáveis-chave e o comportamento dos atores (hipóteses consideradas). A síntese da construção dos cenários sugere o seguinte:

- *“no que se refere à ocupação funcional, os peritos incluídos nesta amostra, tendem claramente a desvalorizar a procura futura de espaços para bancos e outras instituições financeiras na Baixa pombalina, e a valorizar a sua vocação comercial, dando, quando muito, o ‘benefício da dúvida’ relativamente à procura habitacional;*
- *no que se refere à reabilitação é notória nestes resultados a dependência deste acontecimento relativamente à iniciativa quer da CML/Administração Central (com maior ênfase), quer dos proprietários – a reabilitação não é possível sem estas fontes de financiamento; os cinco enquadramentos podem ser divididos em dois grandes grupos: o primeiro associado à reabilitação (probabilidade + ou – de 50%), o segundo associado à não reabilitação (probabilidade + ou – de 30%)”* (GUERRA, op. cit., p.85).

O grupo de cenário associado à não-reabilitação certamente segue a estagnação demonstrada com relação aos projetos efetivamente realizados na Baixa. O retrocesso na procura de espaços habitacionais e terciários na

Baixa, a falta de revisão da legislação de locação e o papel de relativa passividade da Câmara Municipal de Lisboa constituem fatores importantes na adesão a este grupo. Seriam cenários aceitáveis, considerando ser preferível a possibilidade de não intervenção, a intervenções desordenadas. Entretanto, a deterioração a que se submetem os imóveis sugere muito mais a ação pontual, de conseqüências quase sempre desastrosas, que um projeto de conjunto.

O primeiro grupo, elencado pela pesquisa citada, está mais próximo do que se pode considerar desejável para a Baixa. Mas quanto à consideração da reabilitação a ser efetivada há que se levar em conta o entendimento diverso que há sobre o assunto, mesmo entre os peritos que a consideram plausível. De um lado, há os que consideram a reabilitação como uma proposta que inclui a preservação da estrutura arquitetônica tal como existente e o mais próximo possível do modelo pombalino, incluindo a preservação da estrutura de "gaiola". De outra parte, há os que consideram a reabilitação como uma ação que se dedica à preservação da imagem do bloco pombalino, com a preservação das fachadas e estruturas externas em muito maior relevo que a estrutura interna dos imóveis e da técnica que a caracteriza.

De qualquer modo, apoiados no método e na pesquisa realizada, os autores apontam para a necessidade de não se poder intentar a requalificação com base apenas na dinamização de uma função especificamente. Afinal, comércio, habitação e serviços, nomeadamente, estão inter-relacionados e *"determinam a morfologia e a vida colectiva desse espaço. É a partir do cruzamento dessas funções e da sua relação com a especificidade urbanístico-arquitetónica da Baixa, que se pode promover a redescoberta do seu património e da sua urbanidade"* (GUERRA, idem, p.88). Portanto, a reabilitação terá que trabalhar, necessariamente, com a reabilitação das funções, das formas e da própria imagem do centro, levando em conta a sua heterogeneidade de formas e funções com valor simbólico e imobiliário, e a relação de força entre os atores envolvidos.

4. Os marcos do passado

A revitalização da Baixa Pombalina e a conseqüente revalorização do centro de Lisboa estão associadas intimamente com o valor histórico que esta área possui para a cidade. A construção do imaginário acerca do centro comercial tradicional, e todas as representações a ele relacionadas, estão ligadas a este espaço físico construído e sua respectiva carga simbólica. É a Baixa que possui o significado de centro em Lisboa. É a área que guarda a carga histórica da concentração funcional do comércio e também de seu valor virtual. Portanto, para falar em revalorização do centro em Lisboa é imprescindível caracterizar a Baixa.

Ao decompor a realidade presente e sua aparente simultaneidade, é fundamental reconhecer os marcos que balizam as relações atuais. Neste sentido, é importante reconhecer que a área a qual se está reportando possui diferentes significados ao longo do tempo e não é indiferente analisá-la em uma época qualquer. Aqui importa estabelecer as relações existentes entre o passado específico que, a partir de determinadas relações sociais de produção, foi capaz de gerar uma identidade específica para o espaço. Esta identidade, ao mesmo tempo em que se mostra como resultado, é também motor de outros processos, capaz de influenciar novas relações por meio da incidência de seus valores expressos fisicamente e cujas representações povoam o imaginário do presente. Assim, importa retomar a construção deste espaço, resgatando sua concepção e identificando as características que subsistirão no tempo, até nossos dias, interagindo na produção do cotidiano.

4.1 O surgimento da Baixa Pombalina

A Baixa Pombalina tem início, do ponto de vista de sua estrutura espacial, com a reconstrução de ampla área devastada pelo terre-

moto que assolou Lisboa em 1 de novembro de 1755. Os relatos anteriores já mostram que Lisboa possuía um grande emaranhado de ruas, traçado entre um amplo espaço ao norte, o Rossio, que se abria para os campos e os arredores, e um outro ao sul, o Terreiro do Paço, nas margens do rio. A área do centro comercial, já no século XV, se localizava nesta região, a Baixa, correspondendo às paróquias da Madalena, São Julião e São Nicolau.

"A Rua Nova, aberta paralelamente às muralhas ribeirinhas no fim do século XIII, era famosa pela riqueza dos seus negociantes, sendo um dos centros mais importantes da actividade comercial. Lado a lado coexistiam edifícios de um só piso com outros de quatro, o que também sucedia nas ruas vizinhas. A cobertura do Cano Real (esgoto a céu aberto) na Rua dos Ourives do Ouro em 1466, permitiu o desenvolvimento comercial também nesta área" (SANTOS, op. cit., p.30).

À época da tragédia, a população de Lisboa era estimada em 250.000 habitantes, sendo que, das várias cifras apresentadas, calcula-se que cerca de 10.000 pessoas morreram na catástrofe. As áreas mais atingidas eram as mais densamente construídas: a área central da Baixa, o Bairro Alto, pelo oeste, e a colina do Castelo, pelo leste. Com o rei em Belém, onde permaneceu, coube ao Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, em 1759, e Marquês de Pombal, em 1769, conduzir as iniciativas que resultariam na reconstrução da área arrasada. Ainda em novembro de 1755, é mandado fazer um levantamento e registro das propriedades nas zonas destruídas da cidade. Em 3 de dezembro de 1755 é definido um perímetro para a cidade e se proíbe a construção para além deste limite, evitando a fuga da população.

O engenheiro-mor do reino, Manuel da Maia, encarregado de estudar soluções para a área afetada, apresenta um conjunto de cinco soluções possíveis, que podem ser separadas em dois grupos: o primeiro previa a recuperação da cidade tal como era antes, com um alargamento das ruas, edifícios novos e um padrão de altura mais baixa para os imóveis a serem construídos. O segundo previa a reconstrução da cidade, num caso em uma área totalmente nova (para os lados de Belém), e em outro caso arrasando o que havia sobrado da cidade na sua parte mais danificada, a Baixa, com sua posterior reconstrução regida por um planejamento novo (FRANÇA, 1989).

Em 1758 foi aprovado o plano para a reconstrução de Lisboa, elaborado por Manuel da Maia com a colaboração de Eugênio dos Santos e Carlos Mardel. Na verdade esta é a equipe responsável pela reconstrução da área que ficará conhecida como a "Lisboa Pombalina". Em 12 de junho de 1758, Pombal envia ao Regedor das Justiças, encarregado de por em prática as ações planejadas, o Plano para a Reconstrução da Baixa de Lisboa. Ficam definidas as ruas principais: a Rua Nova ou Rua Nova d'El Rei, atual Rua do Comércio, e as duas outras que ligam o Terreiro do Paço e o Rossio, Rua do Ouro e Rua Augusta. Estas ruas terão largura de 60 palmos, sendo que 10 palmos de cada lado serão destinados aos passeios, e no meio da rua será construído um coletor de esgoto subterrâneo. O desenho das fachadas das ruas nobres é definido como idêntico ao da Rua Nova, que deverá ter por referência as futuras fachadas da Praça do Comércio. A Rua da Prata, de forma indireta, será incluída entre as principais, por fazer a ligação também entre o Rossio e o Terreiro do Paço. As demais ruas, travessas, teriam a largura de 40 palmos, também dotadas de passeio de cada lado, e as fachadas comportariam apenas janelas em todos os andares acima do rés do chão. São feitas considerações quanto à localização dos proprietários de acordo com o que se observava antes

do terremoto e as compensações serão feitas palmo por palmo, sendo cada área nova igual à antiga (SANTOS, op. cit., p.73 e segs).

Com efeito, como bem o salienta Salgueiro, "a reconstrução da Baixa apresenta aspectos de extrema modernidade, pois constitui o que hoje poderíamos apelidar de operação integrada" (BARATA SALGUEIRO, 1992, p.175). Levou em conta a realidade social e econômica, estava dotado de um plano de ocupação do solo inovador, possuía projetos-tipo para os edifícios, continha as normas para a sua construção e foi presidida por um gabinete do Regedor das Justiças.

"Os projetos dos imóveis não se limitavam ao aspecto das fachadas, mas impunham também a organização dos edifícios e fogos. Manifestando-se os autores sensíveis às questões de saneamento, estabeleceu-se uma rede de esgotos e todos os fogos dispunham de pia na cozinha" (BARATA SALGUEIRO, ibidem).

A regularidade da malha retangular que se faria construir é quebrada pela variação na largura das ruas, mais largas as principais do que as secundárias que só aparecem a partir do terceiro quarteirão a partir do sul. As demais partes da malha possuem 40 quarteirões retangulares, mais compridos no eixo norte-sul, e os 12 quarteirões anteriores possuem orientação leste-oeste, os outros 3 quarteirões que fecham a malha são quadrados.

A Praça do Comércio garante a monumentalidade do conjunto. Substituindo o Terreiro do Paço Real, aniquilado pelo cataclisma, viria homenagear a função comercial, e a categoria que foi determinante no período pombalino. Denominada de Real Praça do Comércio, na mais pura tradição europeia, comporta a estátua equestre do Rei D. José, para garantir o adjetivo real que acabou não sobrevivendo. A

grande monumentalidade deste conjunto é garantida pela sua qualidade rítmica, como salienta FRANÇA.

"Elementos celulares simples, arcos que se multiplicam nas três faces dos edifícios contínuos, em galerias mais profundas na face norte do que nas faces nascente e poente definem a arquitetura de Eugênio de Souza enobrecida pelos dois pavilhões terminais e pelo arco triunfal donde parte a Rua Augusta, principal do sistema da Baixa" (FRANÇA, op. cit.).

A Praça do Comércio passa a ser o novo centro oficial da capital e do governo do país. É mesmo a expressão da obra da reconstrução. Nela está traduzido todo o espírito da época pombalina

No outro extremo do conjunto, ao norte, está o Rossio que não resulta hoje como no projeto original. O Palácio da Inquisição foi substituído, após o incêndio que o destruiu em 1836, pelo teatro de D. Maria II, em estilo neoclássico. O hospital que fora previsto, a leste, foi substituído por prédios de aluguel. E, ainda nos terrenos destinados ao hospital, surgiu uma feira, a Praça da Figueira, importante local para abastecimentos. Também o Passeio Público, construído a partir de 1764, modificou o traçado primitivamente planejado, oferecendo ares românticos que fogem à racionalidade do pombalismo.

Todo este conjunto não gozava, entretanto, da consideração que se lhe tem hoje. A reconstrução da Baixa, nestes moldes, atendia muito mais aos padrões imediatos das necessidades que ao estilo idealizado então. A preocupação com a solução dos problemas enfrentados também colaborou para que seus realizadores se ocupassem mais na própria obra que na sua divulgação ou propaganda (BARATA SALGUEIRO, 1992, p.178).

Das várias sugestões de fachada apresentadas é interessante observar a riqueza dos detalhes do projeto escolhido por Pombal. A estrutura e a composição das fachadas são idênticas e as pequenas variações traduzem na verdade a rígida hierarquia que se queria impor, consoante com aquela hierarquia prevista para as ruas. O tipo da "frontaria" muda com o tratamento dado aos vãos e às suas cantarias.

O modelo mais rico, assinado por Eugénio dos Santos, apresenta as vergas de cantaria das janelas, recortadas, e a do último andar mostra uma pequena cornija, pegada à cimalha, e outros detalhes que o tornam mais ornamentado que os demais. É o padrão estabelecido para as três ruas nobres que sobem da Praça do Comércio até o Rossio. A rua dos Fanqueiros e a de S. Julião terão imóveis de outro tipo, com as vergas empobrecidas de detalhes, com as cantarias retas e sem o falso rodapé que liga as janelas no tipo anterior. Ainda um outro padrão pode ser reconhecido nas ruas mais curtas e mais estreitas da Baixa, onde as janelas são "rasgadas" no primeiro piso e as cantarias dos vãos são simples retângulos com uma redução do enquadramento das águas-furtadas. Ainda é possível observar formatos híbridos, resultado da sobreposição de tipos. O importante a observar é que nenhuma fantasia é deixada aos construtores que têm proibido a construção de degraus, consoles, mísulas, gelosias ou outros detalhes exteriores. No interior, a programação também é rígida: sem pátios, com escadas estreitas, átrio pequeno, sem corredores (FRANÇA, op. cit., p.40 e segs). Assim são programados os chamados "prédios de rendimento" na Baixa, em última análise, razão mesmo da própria reconstrução. Trata-se de um papel normativo, onde as fachadas se repetem monotonamente. O "prédio pombalino" na verdade, cede lugar ao conceito de bloco, com unidade programada e aí reside a razão utilitária da reconstrução.

Ao lado destes prédios observamos as "casas nobres" como uma preocupação existente no projeto. Sem onerar em demasia o pro-

grama, certos prédios poderiam ter os portais ornados, sem prejudicar o ordenamento previsto. Mas a maioria dos nobres e ricos comerciantes, que perderam as instalações palaciais, preferiu construir em Benfica ou mesmo em Sintra, daí ser compreensível a quase inexistência dos palácios nesta área, sendo este tipo de imóvel pouco caracterizador da própria cidade, neste período.

Outro aspecto a salientar na estrutura dos imóveis reconstruídos na Baixa diz respeito ao processo técnico utilizado. Com o trauma do terremoto, era preciso reconstruir com segurança. Inicialmente Manuel da Maia insistiu nos prédios com altura máxima de dois andares, mas rendeu-se aos argumentos da rentabilidade necessária a observar. Tendo os prédios três ou quatro andares, havia dificuldades técnicas na época, para garantir a estabilidade da construção ante a possibilidade de novo abalo. A solução encontrada foi empírica, mas funcional, trata-se do sistema dito de "gaiola"

"A gaiola define-se como uma estrutura de madeira que, pela sua elasticidade, se adapta aos movimentos do solo sacudido por um sismo, resistindo de pé e desprendendo-se das alvenarias que podem (ou não) cair, sem que o prédio inteiro se desmorone" (FRANÇA, idem, p.56).

Assim ficava definido o padrão que caracteriza a Baixa Pombalina. Uma padronização que toma como tipo o "quarteirão" definido em quadrículas de ruas. A hierarquia do plano estava estabelecida com base na largura e nos usos das ruas principais, secundárias e travessas, ao qual foi adicionado um esquema de desenho de fachadas dos edifícios, reforçando a hierarquia e transformando a rua em um elemento urbano fundamental do plano.

É impossível não perceber que o projeto contemplava, na verdade, a construção de uma cidade em que as funções estavam todas cuida-

dosamente arrumadas, de forma hierarquizada, como bem o salienta Carvalheira:

"A Praça do Comércio representava o estado e, nos seus edifícios ficavam os serviços de administração. Os dois primeiros quarteirões (...) alojavam os escritórios de companhias, bancos, representações, etc. Os restantes destinavam-se a habitação enquadrada segundo a sua relativa posição hierárquica ao longo dos eixos longitudinais. O Rossio era o fórum da cidade e a Praça da Figueira o local de abastecimento" (CARVALHEIRA, 1999).

Portanto, está presente uma representação simbólica da cidade, com base em um modelo geométrico que reproduz uma manifestação divina. Esta concepção e seu corolário significado político podem ser apontadas como uma das razões que levaram os esforços e os financiamentos a se desviarem da Baixa nos anos finais do século XVIII. Apesar de tudo, seguindo a orientação original, o conjunto foi erguido até meados do século XIX.

O desenvolvimento da cidade nos períodos posteriores não provocou a alteração estrutural do projeto, senão de suas funções primeiras. A Baixa passa a ser procurada para a instalação dos escritórios de companhias, de agências, de escritórios de todo o tipo. Estes vão ocupar preferencialmente os primeiro e segundo andares dos edifícios, justamente os mais nobres de cada prédio. Os andares superiores continuam sendo habitados para residência, sendo mais baixo o nível social, à medida que se sobe cada andar. A saída dos moradores mais ricos, dos andares mais baixos, é que permite a ampliação dos estabelecimentos comerciais, contribuindo em muito para a "modernização" da área, que se mantém até o final dos anos 60 do século XX. Será a partir dos anos 70 que a hegemonia da Baixa começará a ser

confrontada com a importância de outras áreas urbanas, novas centralidades. A partir daí se pode falar então em um processo de degenerescência, estagnação, degradação e desvalorização da Baixa.

4.2 As mudanças recentes na paisagem comercial de Lisboa

Estabelecida como marco de referência para análise do centro de Lisboa, a Baixa Pombalina necessita ser acompanhada em suas alterações, para que se possa compreender o sentido de sua revitalização. Desde a sua construção a área consolidou-se como o centro comercial de Lisboa, cujo valor hierárquico nunca foi questionado até que se alterassem as relações sociais responsáveis pela produção do espaço. O crescimento da cidade e o desenvolvimento de novas formas comerciais é que serão os motivos para a modificação deste quadro. Os acontecimentos que se passam em torno da Baixa, alimentados pela nova dinâmica comercial experimentada em Lisboa, serão capazes de alterar profundamente o quadro comercial da cidade, interferindo no papel reservado à Baixa e sua conseqüente participação no cotidiano urbano. Tem-se, então, um novo marco, produzido pelas relações que geram outras centralidades na cidade.

É fácil reconhecer as mudanças sofridas na paisagem comercial de Lisboa. A perda da hegemonia da Baixa Pombalina como único centro de comércio é bastante evidente, desde que começam a surgir novas formas de comércio, associadas aos modelos do *shopping center* e do *hipermercado*. BALSAS assinala muito bem o fato de que o desenvolvimento deste tipo comercial fora do centro provoca impactos nas formas tradicionais de comércio das áreas centrais estabelecidas, provocando problemas de ordem econômica, social, urbana e de desenvolvimento (BALSAS, 2000).

Os anos 80 do século XX serão o grande divisor de águas na estrutura comercial de

Lisboa, pois foi a partir daí que se passaram a sentir as influências, tanto na organização espacial, quanto na dimensão e na estrutura das ofertas do comércio. PEREIRA identifica um período que vai desde 1985 até 1995 como uma primeira fase destas mudanças (PEREIRA, 2000). Neste decênio, o que ocorre de mais importante é a emergência de dois centros secundários, Amoreiras e Av. de Roma/Guerra Junqueiro, que propiciaram possibilidades alternativas de localização e consumo do comércio mais qualificado, tradicionalmente instalado na Baixa. Ao mesmo tempo, em outras áreas como Benfica, Alvalade, Lumiar e Olaias surgiram ou foram reforçados os centros de bairro, também fora do centro tradicional. Todas estas mudanças alteraram, por via de consequência, o sentido dos fluxos, até então unicamente centrípetos, para movimentos inversos e, posteriormente, multidirecionais (Idem, p.16). A competição da periferia com o centro na disputa pelos consumidores marcará de forma definitiva o desenvolvimento da estrutura comercial de Lisboa. Entre 1995 e 2000 situa-se uma segunda fase destas alterações. A evolução neste período é marcada pela afirmação de grandes pólos comerciais periféricos, nomeadamente o Centro Comercial Colombo e o Centro Comercial Vasco da Gama, mas também pela tentativa de relançar o centro tradicional como centro, pela consolidação das áreas comerciais existentes e pela dispersão do uso comercial. Assim, assiste-se a um reforço da estrutura polinucleada na cidade, uma dispersão que se materializa de diferentes maneiras: primeiro provoca ao mesmo tempo a diversificação e a aproximação da oferta e do consumidor e a concorrência entre os centros tradicionais e os novos espaços comerciais; em segundo, a consolidação de apoios locais à escala do bairro; e, finalmente, o aparecimento de unidades isoladas com um poder de atração muito diferenciado (Ibidem).

O Centro Comercial Colombo foi responsável pelo aparecimento de uma lógica bipolar até então inexistente, colocando de um lado

a liderança exercida pelo comércio da Baixa e de outro aquele centro comercial. Já CACHINHO, ao analisar os impactos dos centros comerciais, apontava para as possibilidades de relacionamento com os centros tradicionais:

“A influência que os centros comerciais exercem na configuração dos padrões espaciais do comércio a retalho provém em grande parte da sua localização. Em função do local de implantação, estes tem demonstrado ao longo do tempo em vários países, que tanto são susceptíveis de participar no movimento de descentralização da actividade comercial, com consequências nefastas para o centro da cidade, como pelo contrário contribuir para a sua concentração, reforçando o poder de atracção da área central” (CACHINHO, 1991, p.173).

No mesmo estudo, o autor já vaticinava o futuro para o caso concreto de Lisboa:

“Dado o atraso económico das forças produtivas e o baixo poder de compra da população no nosso país, a revolução comercial suburbana só agora começa a dar os primeiros passos através da implantação dos primeiros hipermercados e ao invés do que ocorreu em outros países, os centros comerciais pouco tem participado do processo” (Idem, p.176).

A grande constatação que se pode evidenciar diz respeito ao poder de atração exercido pelos centros comerciais e pelos estabelecimentos localizados em grandes superfícies, sejam eles periféricos ou intramuros. O *shopping center* é uma forma comercial que povoa o imaginário urbano atual e compete com a cidade na sua forma de ser. As ruas, as praças, os locais de encontro, as representações

lúdicas e de lazer, antes diversificadas na forma pública da cidade, podem todas ser substituídas agora na forma privada do *shopping center*.

De qualquer modo, a par dos *shoppings centers*, a cidade experimenta, de um modo geral, inovações nas formas comerciais cuja tendência demonstra uma clara divergência com as formas tradicionais até agora experimentadas. O consumo, pautado pelo espetáculo, tal como tem sido a orientação mais observada, compete com as formas tradicionais e força uma nova organização espacial da cidade, cada vez mais competitiva entre si, mais difusa e fortemente embasada em estratégias que extrapolam a lógica do comerciante individualmente considerado. Neste universo é que se tem de tratar dos projetos de revitalização.

5. Apontando possibilidades

5.1 Seguindo o rumo dos acontecimentos

Encontrar soluções fáceis para o problema complexo da revalorização do centro de uma cidade não é, com certeza, uma tarefa simples. O dinamismo do comércio e de todas as relações correlatas, o crescimento urbano sempre progressivo e toda uma variada gama de fatores que intervém sobre o desenvolvimento e o crescimento urbano apresentam um funcionamento bastante dinâmico, dialético e praticamente imprevisível. As soluções que devem ser tentadas são sempre soluções contingenciais, relativas a um caso específico e particular, não podendo ser aplicáveis de plano em outros casos. Isto porque as especificidades de cada situação criam possibilidades infinitas de soluções. Mais ainda, a interveniência de fatores estritamente localizados, como o valor histórico de uma determinada área, só pode ser avaliada a partir de considerações específicas. Entretanto, é possível reconhecer também, al-

gumas formas de comportamento comuns, que se mostram como tendências tanto de relações de oferta e consumo quanto de produção espacial. Assim acontece com as novas formas do comércio e com o respectivo comportamento dos consumidores. desse modo, algumas padronizações tornam-se possíveis e habilitam à generalizações.

Uma das generalizações possíveis no que diz respeito às novas formas do comércio diz respeito a sua espetacularização, ou seja, a tendência observável em transformar todas as formas de comércio em alguma variante do espetáculo, entendido também como espetacularização da mercadoria. Neste sentido, a mercadoria é apresentada sob a ótica de um espetáculo, de uma relação entre o que ela é e o que ela pode parecer. Vende-se mais a imagem da mercadoria que a própria mercadoria em si. O que ela proporciona em termos de imagem, de significado, de valor simbólico é por vezes mais significativo que sua própria utilidade. É a lógica do parecer.

Para este tipo de mercadoria, as formas de comércio tradicional não oferecem as mesmas possibilidades de exposição que as novas formas que foram criadas em consonância com esta nova apresentação dos produtos. O *shopping center* é a melhor forma de apresentação destes produtos. Ali a mercadoria é mostrada dentro de um jogo cênico, de uma estrutura lúdica e de uma concepção imaginária capaz de salientar a importância simbólica que possui a mercadoria. A loja é concebida como uma estratégia para criar necessidades a partir de um determinado produto. O espaço que se cria é um espaço fantasioso, irreal. É mesmo uma virtualidade e, por isso, não possui vínculos com o local imediato, mas com uma lógica que está presente em todos os lugares, a do consumo.

Do ponto de vista pragmático, estas alterações observáveis na sociedade, sob a

ótica da concepção teórica do comércio, produz realidades materialmente específicas. Os fatores que provocam as modificações na estrutura comercial são amplamente conhecidas, como a mudança nos hábitos de consumo, ocasionada pelas alterações dos padrões de mobilidade, pela mudança na concentração de população nas grandes cidades e por outras tantas que provocaram a fatal transformação das formas comerciais. Em qualquer caso, todas estas determinantes conduziram, via de regra, para a criação dos hipermercados e dos *shoppings centers*, como no caso português. BALSAS, em outro estudo, afirma que os novos estabelecimentos tiveram boa aceitação pelos consumidores, em face de colocarem uma oferta muito variada de produtos a preços inferiores, em que um único local de compra e um ambiente confortável e limpo, se tornam mais do que uma necessidade, o resultado num ato de lazer (BALSAS, 1999). Todas estas constatações conduzem à inevitável necessidade de alteração da forma de comércio tradicional do centro, para competir com as novas formas de comércio e as novas polaridades desenvolvidas por estes centros comerciais.

A viabilidade dos centros das cidades passa a ser considerada a partir da sua viabilidade como centro comercial, ou, dito de outro modo, o comércio no centro passa a ser utilizado como um instrumento de planejamento urbano capaz de assegurar a vitalidade das áreas centrais. Ainda que não esteja completamente esclarecida relação existente entre as novas formas comerciais e a degradação do centro das cidades, a possibilidade de que o contrário, ou seja, sua revitalização esteja intimamente ligada à sua viabilidade comercial, parece ser amplamente aceita. Assim as políticas de planejamento urbano colocam o urbanismo comercial, como uma peça importante na capacidade de intervenção sobre as áreas centrais degradadas, ou em processo de degradação.

De um modo geral, podem ser identificadas algumas estratégias comuns que visam

a recuperação dos centros urbanos, em que pese as diferenças existentes entre as cidades. BALSAS, analisando diversos exemplos, arrola dois importantes conceitos básicos, citados por PAUMIER (1988), que considera centrais a todas as intervenções no centro das cidades:

“Criação de um mercado diversificado – O centro das cidades deve possuir uma variedade de usos complementares entre si, numa área suficientemente compacta, de modo a permitirem movimentos pedonais que criem um ambiente social interessante e que suportem actividades económicas lucrativas.

Criação de um local de qualidade – O centro das cidades deve possuir uma estrutura e um edificado urbano que propicie uma actividade pedonal confortável, adequada, visualmente interessante e segura” (PAUMIER, 1988, apud Balsas, op. cit. p.69).

Ainda seguindo BALSAS (Idem), apontamos, a seguir, a análise que fez sobre os *Business Improvement Districts*, para o caso dos estados Unidos da América, e o dos *Towns Centre Management Schemes*, para o caso da Inglaterra, como tentativas de revitalização do comércio do centro das cidades.

As áreas chamadas de *Business Improvement Districts* – BID – (Áreas de Desenvolvimento Econômico), podem variar desde pequenas ruas comerciais até extensas áreas centrais, que são formadas e controladas por proprietários numa área específica. O objetivo principal é garantir mecanismos por meio dos quais os proprietários possam contribuir financeiramente para serviços adicionais nas áreas públicas que envolvem seus edifícios. São, portanto, organizações privadas sem fins lucrativos diretos, que podem cobrar uma taxa a todos os proprietários comerciais de uma determinada área, com o objetivo de apresentar melhorias

nas áreas públicas do entorno. Com efeito, os BID geralmente oferecem serviços que complementam os serviços públicos existentes, tornando o centro das cidades mais competitivo em relação às áreas mais modernas produzidas na cidade.

Por seu turno, os *Town Centre Management Schemes* – TCM – (Gestão dos Centros das Cidades) procuram encontrar uma estrutura organizacional que permita o estabelecimento de parcerias e cooperação entre os setores público e privado, com a finalidade de melhorar ou preservar a qualidade dos centros. Os TCM baseiam-se em práticas de planejamento tradicional e em atividades promocionais, complementadas por iniciativas específicas voltadas para a segurança, manutenção e agradabilidade dos espaços públicos em áreas comerciais.

5.2 Por uma política para o comércio urbano

A revitalização da Baixa Pombalina e a conseqüente revalorização do centro de Lisboa não irão acontecer por acaso. E pouco poderá se contar, também, com as iniciativas atuais dos comerciantes, proprietários e usuários da área, infelizmente. Por diversos motivos de ordem particular os interesses divergentes não encontram um ponto de apoio comum no qual se embasar. Será necessário intervir positivamente sobre a área para evitar que sua degradação se alastre. As relações sociais existentes na Baixa não deixam antever nenhuma iniciativa capaz de reverter o quadro instalado.

Os comerciantes, ainda que reconheçam alguma degradação e demonstrem algum grau de preocupação, não tomam nenhuma providência capaz de propiciar uma mudança. Em muito por culpa da mentalidade arraigada em um passado em que nada era preciso fazer, esperam que os negócios melhorem por conta própria. Das análises e das observações efetivadas, conclui-se que os comerciantes não reconhecem

um estado de degradação muito preocupante, embora reconheçam a diminuição do volume de negócios. Atribuem este fato aos mais diversos fatores, como a queda do poder aquisitivo, a alta dos preços, mas muito raramente o relacionam com a perda de competitividade para outros centros na cidade. Quando se apresentam possibilidades de intervenção que necessitem da sua participação, com alguma alteração no funcionamento do seu estabelecimento, em geral agem com contrariedade. Na verdade preferiam que os outros se adequassem à sua lógica, principalmente no que se refere ao horário de funcionamento e aos dias de abertura do estabelecimento. Enfim, a participação dos comerciantes no processo de revitalização da Baixa se limita a intervenções menores, que possam refletir em lucro imediato e que nunca dependam de um investimento próprio. Portanto, ainda não possuem a percepção do problema na ótica de sua generalidade e na perspectiva a médio e a longo prazo, que certamente acarretará maiores prejuízos. No entanto, a mobilização destes atores é importante para o funcionamento de uma intervenção eficaz.

No que diz respeito aos escritórios existentes, demandam por melhoras no espaço físico. São intervenções muitas vezes proibidas pelas restrições impostas ao patrimônio protegido. A impossibilidade de adequação destes espaços às demandas dos serviços e das tecnologias possíveis de serem utilizadas acarreta uma falta de incentivo para permanência na área. Neste aspecto, outras zonas da cidade passam a ter atrativos importantes e capazes de provocar uma mobilidade que conduza ao abandono progressivo da Baixa, pelos escritórios que mais demandam por novas tecnologias e espaços modernos.

Na mesma linha de argumentação estão as sedes das grandes empresas e dos grupos financeiros. Albergadas em espaços que se tornaram exíguos para suas atividades, acabam por concentrar as atividades centrais em ou-

tros escritórios, provocando um esvaziamento na importância das sucursais instaladas na Baixa.

Por sua vez os moradores se ressentem de condições para melhorarem adequadamente a qualidade das habitações que ocupam. Em parte pelas imposições restritivas aplicadas aos imóveis, mas sobretudo pela falta de condições para investimentos mais onerosos, sobretudo aqueles que implicam em modificações estruturais. O caso é agravado pelo grande número de locatários que reside no local, que menos ainda se interessam em promover reformas às suas próprias expensas. O resultado é o abandono cada vez mais evidente das moradias na Baixa e/ou suas substituições por pessoas de poder aquisitivo cada vez menor, o que muito ajuda para a manutenção e agravamento da falta de investimentos nos imóveis.

Portanto, uma política de revitalização da Baixa precisa equacionar todas estas variáveis. Levar em conta as necessidades e possibilidades dos proprietários, dos locatários, das empresas com escritórios e, sobretudo, dos comerciantes. Mas não se pode pensar em iniciativas individuais e desconectadas: a Baixa necessita de uma gestão unificada. O Poder Público pode muito bem incentivar determinadas ações, desenvolvidas por intermédio de entidades representativas dos usuários, seja a que título for, mas fundamentalmente precisa definir uma política de intervenção.

5.3 Apontando possibilidades

Novamente recorre-se a BALSAS para analisar alguns casos em execução (BALSAS, op. cit. p.58 e segs). Na Europa Ocidental e na América do Norte, com a mesma preocupação de revitalizar áreas comerciais, estão em curso programas desta natureza.

O *Main Street Program*, em execução em mais de 850 cidades de 34 estados dos Estados Unidos da América, busca ajudar as comuni-

dades locais a desenvolverem uma determinada estratégia de revitalização comercial integrada, que seja capaz de estimular o desenvolvimento econômico dentro de um contexto de preservação histórica. Em linhas gerais, a intervenção busca fazer do centro um meio agradável e atrativo que estimule os visitantes a voltarem ao centro. Baseia-se na atuação em quatro grandes áreas. A primeira área é a **reestruturação econômica**, que visa fortalecer a base econômica existente, valendo-se da captação de novos investimentos. Isto para fazer com que o centro seja efetivamente uma área competitiva, contando com atividades econômicas distintas das tradicionalmente existentes como forma de diversificação da base econômica. A segunda área é a da **organização**, que deve ser responsável pela coordenação da estratégia de revitalização e buscar a cooperação dos diversos atores envolvidos. A organização deve ter a preocupação de que todas as ações dos participantes se orientem pela mesma visão de futuro para a área. Em terceiro lugar, deve ser considerada a promoção, cujo objetivo é a divulgação da área, a partir da divulgação das potencialidades e das condições de receptividade para novos investidores. A área em questão deve apresentar-se como aprazível para todos. Por fim, a última área é a do **design**, cujo objetivo deve ser o de melhorar a aparência física da área a ser revitalizada. Aqui entra em tela a questão da recuperação de edifícios históricos e formas de gestão do espaço público e privado (BALSAS, Idem).

No mesmo sentido, e também nos Estados Unidos da América, um outro programa investe na revitalização comercial, baseado em quatro áreas distintas. Em primeiro lugar refere-se aos **melhoramentos públicos** cuja idéia básica é a de que as zonas comerciais devem no seu todo ser atrativas aos consumidores. Neste sentido deve-se ter cuidados com o mobiliário urbano de modo geral, com certa padronização que o torne identificável e cuja localização seja conveniente. Todos os

outros elementos do ambiente urbano devem dar uma idéia de conjunto e uniformidade. Em segundo lugar, está o regulamento de **design** especificamente para as fachadas de edifícios. O argumento vai no sentido de que os consumidores buscam áreas limpas, seguras, agradáveis e estimulantes. O realce das características externas dos edifícios, que os valorizem, deve ser privilegiado. Depois, deve se considerar a área do **financiamento**, ou seja, a maneira pela qual se vai viabilizar economicamente a iniciativa. Há que se buscar financiamentos específicos, tal como nas reabilitações de ordem habitacional. A quarta área é a **gestão** do investimento. Preconiza-se uma gestão centralizada, principalmente pelo grande número de agentes e entidades envolvidos que, necessariamente, devem partilhar de um objetivo comum (BALSAS, *ibidem*).

BALSAS também analisa um outro programa, cuja metodologia utilizará para o estudo de caso que realizou em Portugal. Trata-se do programa conhecido como a matriz dos "4 As". É um programa que também parte da atuação em quatro áreas identificadas como críticas para o sucesso do centro das cidades e que são, portanto, elementos-chave no processo de revitalização comercial. A primeira área é a **acessibilidade**, entendida como a facilidade de se chegar ao centro, cujo objetivo principal é o de permitir a mobilidade e a criação de ligações acessíveis. Via de regra o espaço central não permite uma concentração muito grande de automóveis, em crescimento constante, motivo pelo qual se deve priorizar meios alternativos de transporte para estas áreas. Os transportes públicos devem ser priorizados e evitada a circulação de todo o trânsito pelo centro. Em segundo lugar está a área da **atração**, que é o motivo que leva os consumidores até o centro. Deve-se proporcionar diversidade e manter sempre opções para o deslocamento e a permanência no centro. Trata-se de atividades para manter a área central viva, mesmo durante a noite e nos finais de semana. Em terceiro lugar

está a área da **animação/beleza local** entendida como o grau de agradabilidade do centro. É importante manter as características históricas do centro e recuperar os aspectos de beleza da área. Em quarto lugar deve-se considerar a área da **ação**, ou seja, a execução mesmo das propostas efetivadas. Na verdade a ação compreende a organização, a gestão, os recursos e a promoção da área. Trata-se aqui de levar a cabo as iniciativas, por meio de estratégias de implementação do que foi preconizado (BALSAS, *ibidem*).

Na mesma linha de sugestões PEREIRA (2000) também propõe uma forma de intervenção de modo organizado e a partir de uma gestão que coordene as ações. Ao tratar de uma política de urbanismo comercial lembra de que a Direção Geral do Comércio Interno e alguns estudos acadêmicos já divulgavam este conceito muito antes dos anos 90, e que a Direção Municipal de Abastecimento e Consumo da Câmara Municipal de Lisboa mostrou indícios de avançar nesta área, quando fez o Recenseamento do Comércio e Restauração da Cidade de Lisboa, estudos sobre hábitos de compra e a Proposta de Modelo de Organização Comercial para a Cidade. No entanto, os Projetos Especiais de urbanismo Comercial, dentro do Programa de Apoio à Modernização do Comércio (PROCOM), é que foram de maior repercussão e conteúdo prático (PEREIRA, *op. cit.*, *passim*). A partir do entendimento de que a política de urbanismo comercial deve "*propor a organização comercial para o território do município, em articulação com a estrutura urbana, a distribuição da população e do emprego, a rede de acessibilidades e a oferta instalada (na cidade e na Grande Lisboa)*" (Idem, p.18), analisa-a sob uma lógica abrangente. Considerando que a defesa de uma política urbana não faz sentido sem a consideração do comércio que, na maioria das vezes assume um papel principal na expressão territorial, propõe a intervenção a partir da Carta de Ordenamento da Actividade Comercial para Lisboa. Entre os principais objetivos que

devem ser preconizados para a ação, resumidamente, destacam-se a articulação da atividade comercial com os demais usos na cidade, as opções de intervenção capazes de introduzir melhorias no abastecimento, e a construção de um documento que contenha as balizas para reflexão permanente acerca das mudanças no setor. No mesmo sentido, a autora propõe uma estrutura de gestão para os centros tradicionais, nos moldes do que existe nos *shopping centers*, basicamente pelas seguintes razões: primeiro, pela descoordenação das atuações da Administração Pública ou sua ausência, em muitos casos; segundo, pela atuação individualista dos comerciantes que, atuando isoladamente, não se tornam competitivos; terceiro, pela ausência de um elemento mobilizador para ações comuns; e, quarto, pela necessidade de uma atenção continuada sobre as tendências emergentes seja da oferta ou da procura (PEREIRA, op. cit., p.19).

6. Para não concluir: o possível é sempre virtual

A revalorização da Baixa Pombalina em Lisboa reflete claramente o processo de sobrevivência do capitalismo. Trata-se de um movimento que pretende garantir a hegemonia comercial de um centro que aos poucos começa a apresentar sinais de decadência. Não uma decadência explícita na paisagem, na degradação, mas sim na perda da hegemonia na disputa com novos centros e com novas formas comerciais. Aos poucos a consciência deste fato produz modificações ainda tênues nas relações sociais existentes na Baixa que, se quiserem sobreviver, precisam mudar. Não sendo substituídas por novas, mas se transformando, se re-produzindo.

Em uma época de tanta efervescência na revitalização do centro das cidades, muitas propostas vão se efetivando ao sabor do prag-

matismo, baseadas em tentativas que evoluem ou não, conforme a relação entre erros e acertos. Assim, diversas cidades têm procurado encontrar, isoladamente, seus próprios caminhos. Os exemplos de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Florianópolis, entre outros, evidenciam isto. Mas é preciso questionar: que relações tais propostas mantêm com a teoria urbana e comercial? Quais teorias e métodos poderão dar sustentação a projetos efetivos? Qual a lógica que preside os acontecimentos atuais? Além do mais, é preciso tornar claro o caráter ideológico das transformações, para que se evidenciem os propósitos que movem os seus agentes.

O papel do cientista, neste caso específico, não pode ser o de mero espectador. A Geografia, especialmente a urbana, a do comércio e do consumo, tem um campo de pesquisas e de proposições em aberto. Antes de qualquer coisa, é preciso fazer uma reflexão acerca dos caminhos percorridos nos estudos realizados, para firmar uma rota segura, amparada em um paradigma capaz de sustentar estudos que se preocupem em investigar uma série de temas que despontam como caminhos a serem investigados. CACHINHO (2001) sugere um temário relacionado com as formas do ambiente urbano comercial (incluindo suas funções, significados e simbolismos), também estudos preocupados com a produção da subjetividade (*com a dialética da qual os objetos e os lugares de consumo produzem os sujeitos e vice-versa*), e por último com a forma como o espaço e os lugares definem o mundo dos consumidores (CACHINHO, op. cit.).

Uma revisão dos estudos realizados é essencial. No entanto, há que se atentar para a natureza interdisciplinar necessária para o tema, haja vista a impossibilidade de traçar com clareza uma separação disciplinar aceitável. A compreensão do urbano no mundo da mercadoria terá que buscar amparo em concepções amplas sobre a própria natureza do espaço, assim como na especificidade da administração e da gestão de serviços. A compreensão do uso

da cidade como um serviço aproxima a Geografia da Administração, e proporciona novos horizontes para o planeamento e para a gestão urbana, onde o desejo e a satisfação do cidadão podem ser incorporados a novas teorias e métodos. A consideração do cidadão como “cliente” em uma perspectiva da moderna gestão de serviços, abre perspectivas teóricas e metodológicas ainda não experimentadas na administração pública e pouco estudadas pela Geografia. Trata-se de um horizonte por desvendar e que vai além do entendimento do cidadão como consumidor apenas.

Apesar da análise efetivada partir de um determinado pressuposto teórico que, presumivelmente, apresentará soluções dentro de uma ótica pré-concebida e apesar de se desenvolver um conjunto de considerações que culminam em sugestões e análise de casos que comportam soluções, não parece razoável que, dentro da fundamentação na qual se embase este trabalho, segundo a metodologia proposta, seja possível apresentar um único caminho a ser seguido. Pelo contrário, a análise demonstrou que as peculiaridades da Baixa apontam sim para determinadas intervenções e que o poder público pode utilizar-se de seu poder coercitivo para levar a efeito medidas disciplinadoras de uma

intervenção pressupostamente eficaz. No entanto, o possível é uma construção do cotidiano e está nas mãos dos indivíduos que interagem na sociedade, mais que na mente e na capacidade técnica dos planejadores.

Assim, preconizar uma solução não é impossível. Pô-la em prática tal como planejada dependerá de inúmeros fatores. Mas, de qualquer forma, a execução de uma solução estará sempre condicionada à ação da sociedade. O importante é não limitar ao extremo a possibilidade de realização do virtual, daquilo que não foi preconizado e não aparece como solução imediata. É preciso a maleabilidade de permitir a realização do cotidiano, das soluções imediatas, diretas, tiradas ao sabor dos acontecimentos. Esta é mesmo a liberdade dos atores, que não deve condicionar o planejador.

Seja qual for a estratégia de intervenção a ser adotada, é preciso deixar lugar para a ação individual, sob pena de se adotar medidas que não serão efetivadas ou de se ver soluções que não foram planejadas. O possível é isto, é o resultado do embate entre o concebido e o percebido, é o vivido, é o cotidiano. Entre o que as coisas foram e o que elas são sempre existirá a possibilidade do que elas poderão ser. Isto é inalienável.

Notas

- 1 Artigo elaborado durante estágio desenvolvido no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, de dezembro de 2000 a março de 2001, sob a orientação da professora Dra. Teresa Barata Salgueiro, a quem o autor agradece. O presente trabalho foi realizado com o apoio do CNPq, uma entidade do Governo Brasileiro voltada ao desenvolvimento científico e tecnológico. O autor agradece também ao Prof. Dr. Herculano Cachinho por todo apoio recebido durante o estágio em Lisboa.
- 2 Já em Marx, percebe-se que “as mercadorias são os elementos da produção capitalista e são seus

produtos; são as formas sob a qual reaparece o capital ao fim do processo de produção” (MARX, K. *O capital*. Livro I, Capítulo VI (Inédito). São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978, p.96). Fica evidente que a mercadoria não é apenas a forma elementar da riqueza, a premissa da origem do capital, mas também um resultado do próprio capital, o que demonstra sua possibilidade de transformação e aparência.

- 3 De acordo com a Lei 44/91, de 2 de agosto, o âmbito territorial, descrito no artigo 2º é o seguinte: “A área metropolitana de Lisboa tem sede em Lisboa e compreende os concelhos de

- Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira" (Diário da República, n.176, de 2 de agosto de 1991, p.3784). Um desmembramento recente acrescentou ainda o concelho de Odivelas.
- 4 Entre outros trabalhos, sobre São Paulo: FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *O Centro, Avenida Paulista e a Avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: Centralidade urbana e exclusão social*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998. ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, *Informe*. São Paulo: Associação Viva o Centro. Publicação Quinzenal, 1988. ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, *Urbs*. São Paulo: Associação Viva o Centro. Publicação Mensal, 1996. Sobre o Rio de Janeiro: IPLANRIO. *Projeto Rio Cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d. sobre Porto Alegre: PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. *Programa de revitalização do centro*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 1999. Sobre Florianópolis: CIDADHIS. *Revitalização do centro histórico de Florianópolis. Projeto Patrimônio Vivo. Projeto Piloto*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999. Sobre alguns destes e mais outros centros: VILAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.
- 5 ALBRECHT, Karl. *Programando o futuro*. São Paulo: Makron, 1994; ALBRECHT, Karl. *A única coisa que importa*. São Paulo: Pioneira, 1997; GRÖNROOS, Christian. *Marketing. Gerenciamento e serviços*. Rio de Janeiro: Campos, 1995; LOVELOCK, Christopher. *Product plus*. São Paulo: Makron, 1995; STONER, James. *Administração*. 5.ed. Rio de Janeiro: PHB, 1987.

Bibliografia

- ALBRECHT, Karl. *Programando o futuro*. São Paulo: Makron, 1994.
- _____. *A única coisa que importa*. São Paulo: Pioneira, 1997
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, *Informe*. São Paulo: Associação Viva o Centro. Publicação Quinzenal, 1988.
- ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO, *Urbs*. São Paulo: Associação Viva o Centro. Publicação Mensal, 1996.
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.
- BALSAS, Carlos José Lopes. *Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização do centro das cidades*. Lisboa: Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica, 1999.
- _____. City center revitalization in Portugal. Lessons from two medium size cities. In: *Cities*. Vol.17, n.1, pp.19-31. S/l: Elsevier Science, 2000.
- BARATA SALGUEIRO, Teresa. *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Lisboa: Afrontamento, 1992.
- _____. The urban development of Lisbon. In: FERREIRA A.B.; VIEIRA G.T. (org.). *Fifth European Intensive Course on Applied Geomorphology - Mediterranean and Urban Areas*. Departamento de Geografia, Universidade de Lisboa, 1996, pp.45-52.
- BERTRAND, Isabelle; ROBERT, Bernard. *En Europe, des villes en réseaux*. Paris : Datar/Ministère de la Ville et de l'aménagement du Territoire, 1991.

- CACHINHO, Herculano. *Centros comerciais em Lisboa. Os novos espaços de consumo. Estudos para o Planeamento Regional e Urbano*. N.37. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1991.
- _____. *Geografia do consumo. Rotas exploradas e novas linhas de rumo*. s/l: (mimeo). Lisboa, 2001.
- CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Plano estratégico de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1992.
- _____. *Plano Diretor Municipal. Estudo das Atividades Terciárias de Lisboa*. Volumes I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1995.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re) produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARVALHEIRA, José de Melo. A baixa pombalina. 250º aniversário. In: *Boletim da Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Lisboa Urbanismo*. Lisboa: CML, Ano 2, n.5, mai-jun/99.
- CASTELLS, Manuel. *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid: Sistema, 1990.
- CATTAN, Nadine; et al. *Le système des villes européennes*. Paris: Anthropos, 1994.
- CIDADHIS. *Revitalização do centro histórico de Florianópolis*. Projeto Patrimônio Vivo. Projeto Piloto. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.
- CHANDEIGNE, Michel (org). *Autrement. Lisbonne. La nostalgie du futur*. Paris: s/e, s/d.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. n.176, de 2 de agosto de 1991, p.3784.
- FERRARA, Lucrecia D'Alesio. *Ver a cidade*. São Paulo: Nobel, 1988.
- FONSECA, Maria Lucinda (Coordenação). *Lisboa: Abordagens geográficas*. Estudos para o planeamento regional e urbano, 42. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1995.
- FRANÇA, José Augusto. *A reconstrução de Lisboa e a arquitetura pombalina*. Lisboa: Biblioteca Breve/Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.
- FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. *O Centro, Avenida Paulista ea Avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: Centralidade urbana e exclusão social*. (Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 1998.
- GODET, Michel. *Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção*. Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- GRÖNROOS, Christian. *Marketing. Gerenciamento e serviços*. Rio de Janeiro: Campos, 1995.
- GUERRA, Isabel (Coordenadora). *A baixa pombalina. Diagnóstico, prospectiva e estratégia de actores*. Oeiras: Celta, 1999.
- IPLANRIO. *Projeto Rio Cidade*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, s/d.
- LEFÈBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. II. Fondements d'une sociologie de la quotidienneté. Le sens de la marche. Paris: L'Arche, 1961.
- _____. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península, 1978.
- _____. *La production de l'espace*. 2.ed. Paris: Anthropos, 1981.
- LIPIETZ, Alan. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LOVELOCK, Christopher. *Product plus*. São Paulo: Makron, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Henri Lefèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. *O capital. Livro I, Capítulo VI* (Inédito). São Paulo: Ciências Humanas Ltda, 1978.
- MORAES, Antonio Carlos Rober; COSTA, Wanderlei Messias da. *Geografia Crítica. A valorização do espaço*. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 1987

- NEVES, António Oliveira. *Planeamento estratégico e ciclo de vida das grandes cidades. Os exemplos de Lisboa e Barcelona*. Oeiras: Celta, 1996.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território. Ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho D'Água, s/d.
- PAUMIER, Cyril. *Designing the successful downtown*. Washington D.C.: The Urban Land Institute, 1988.
- PEREIRA, Margarida. Uma política de urbanismo comercial para Lisboa. In: CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA. *Lisboa Urbanismo*. Boletim da Direção Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística. Ano 3. Número 12. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2000, p.16-19.
- PORTUGAL, Luis. *Alguns aspectos da estrutura funcional do eixo avenida Guerra Junqueiro avenida de Roma*. Estudos para o planeamento regional e urbano, 25. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1985.
- PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. *Programa de revitalização do centro*. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 1999.
- SANCHEZ, Pére Lopez. *El centro histórico: un lugar para el conflicto*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1986.
- SANTOS, Maria Helena Ribeiro dos. *A Baixa Pombalina. Passado e futuro*. Lisboa: Horizontes, 2000.
- SOARES, Nunes Pires. *Terciarização das avenidas novas de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento territorial/UNL, 1990.
- STONER, James. *Administração*. 5.ed. Rio de Janeiro: PHB, 1987.
- TAVEIRA, Tomás (coordenador). *Estudo da Baixa Pombalina*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura/Universidade Técnica de Lisboa, 1993.
- SILVA, A. V. da. *As muralhas da ribeira de Lisboa*. 3.ed. Vol. 1 e 2. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987
- URBE. *Reabilitação urbana. Lisboa anos 90*. Lisboa: Núcleos Urbanos de Pesquisas e Intervenção. Lisboa, 1992.
- VILAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel/Fapesp/Lincoln Institute, 1998.



INFORMALIDADE, FLEXIBILIDADE E DESEMPREGO – NECESSIDADE DE REGRAS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O MERCADO DE TRABALHO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Maria Cristina Cacciamali*

RESUMO:

O presente trabalho tem dois objetivos. O primeiro é discutir as mudanças estruturais em andamento no mercado de trabalho, sob a ótica do processo de informalidade e de suas diferentes formas de expressão, destacando-se a flexibilização das relações de trabalho e seus efeitos, especialmente sobre a cobertura da seguridade social. O segundo é analisar, sob o enfoque teórico apresentado, as mudanças no mercado de trabalho das seis principais regiões metropolitanas brasileiras, enfatizando menor crescimento do emprego registrado e aumento do desemprego.

PALAVRAS-CHAVE:

Processo de informalidade, emprego urbano, desemprego urbano, setor informal, emprego assalariado não registrado.

ABSTRACT:

The present paper has two main objectives. The first one is to discuss the process of structural changes in the labour market, under the theoretical framework of the process of informality, and its different expressions, standing out the flexibility of the employment relationships and labour contracts and their effects, especially on the social security affiliation. The second is to analyse, under the presented theoretical focus, the changes in the labour market of the six main Brazilian metropolitan areas, emphasising the smaller growth of the registered jobs and the increase of the unemployment rates.

KEY WORDS:

Informality process, urban employment, urban unemployment, informal sector, non-registered jobs.

* Doutora e Professora Livre-docente pela Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento pelo Massachusetts Institute of Technology (USA). Atualmente é Professora Titular do Departamento de Economia e Presidente do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo, onde leciona e pesquisa na Área de Estudos do Trabalho.

Introdução

O desemprego, como é observado nos dias de hoje, é o fenômeno mais aparente de mudanças estruturais que vêm se estabelecendo no mercado de trabalho contemporâneo, à medida que se estão alterando formas de inserção dos trabalhadores, contratos de trabalho, direitos sociais e conteúdo das ocupações. O objetivo do presente trabalho é problematizar essas mudanças, focando o processo de informalidade e a flexibilização das relações e contratos de trabalho, bem como seus efeitos sobre o sistema de seguridade social vigente no Brasil. Destaca-se que a diminuição da abrangência da seguridade social é um fenômeno que não se restringe ao Brasil, haja vista a participação no número de assalariados contribuintes ter diminuído em todos os países da América Latina, na década de 1990, exceto Colômbia, México e Peru (OIT, 2000).

Este artigo foi desenvolvido e encontra-se estruturado da seguinte maneira: nas duas primeiras seções apresentam-se aspectos teóricos e conceituais sobre o tema, ao passo que na terceira analisa-se a evolução, nas duas últimas décadas, do mercado de trabalho nas áreas metropolitanas brasileira nos aspectos pertinentes a essa questão. Por fim tecem-se as considerações finais.

1. Mudanças estruturais e processo de informalidade

A sociedade contemporânea defronta-se com pelo menos cinco elementos de mudanças que criam e contextualizam o ambiente onde o trabalho e a compra e venda da força de trabalho se realizam. O primeiro é a revolução tecnológica em andamento, poupadora de trabalho, conforme o movimento secular do progresso técnico, que cria as bases para reestruturar a produção de bens e serviços, os processos e a organização do trabalho, bem como amplia de maneira infinita as possibilidades do forneci-

mento de bens imateriais. O segundo é a reorganização política e econômica rumo à sociedade de informação, na qual o conhecimento, sua produção, aplicação e difusão constituem seu pólo dinâmico, incitando mudanças e adaptações no conteúdo das atividades econômicas, relações de trabalho e teor das ocupações. O terceiro são os programas de ajustamento estrutural das economias: seguindo princípios liberais e sob a hegemonia norte-americana, sua implementação segue em cada país metas, velocidade e períodos específicos, em virtude dos objetivos e condições políticas definidas pelas suas elites. As possíveis opções, entretanto, encontram-se condicionadas pela situação macroeconômica e pela inserção internacional de cada país. Os programas de ajustamento refletem medidas de liberalização das economias – maior abertura comercial, criação de condições favoráveis para investimentos externos, privatização de empresas estatais, flexibilização do mercado de trabalho, entre outras – que mudam a composição das atividades econômica, do emprego e dos tipos de emprego. Por fim, o quinto elemento, são as restrições sobre a demanda agregada. A política monetária norte-americana impõe uma administração nacional de recursos austera, o que limita as possibilidades do crescimento econômico e do emprego; e a maior internacionalização financeira contribui em desviar recursos do setor produtivo, ratificando a restrição de demanda agregada.

A resposta a esses processos societários que mudam e constroem a sociedade contemporânea é dupla: – de um lado, corrosão ou inadequação de práticas e instituições sociais; – de outro, sua constituição, adaptação e definição. Esse processo de adaptação e redefinição das relações de produção, processos de trabalho, formas de inserção dos trabalhadores, relações de trabalho e conteúdo das ocupações implica construção de novas formas sociais e jurídicas, ou sua adaptação para o momento contemporâneo, sendo denominado na literatura de *processo de informalidade* (CACCIAMALI, 2000).

Aplicando esse conceito ao caso do mercado de trabalho, tal processo mostra-se por meio de um conjunto de fenômenos, entre os quais destaco os seguintes: maiores taxas de desemprego; maior intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; maior participação das mulheres e adaptação e surgimentos de ocupações que lhes são adequadas; novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão-de-obra assalariada; práticas de subcontratação ou de terceirização realizadas por meio de contratos comerciais; contratos não registrados – verbais acordados à margem das leis trabalhistas; maior expansão de trabalhos por conta própria ou de pequenos estabelecimentos sem delimitação da relação capital-trabalho¹

Essas expressões do processo de informalidade expandem-se, no momento contemporâneo, em praticamente todos os países do planeta, adquirindo diferentes graus de importância em cada sociedade e territórios, em virtude de seus processos históricos, instituições estabelecidas e respostas aos elementos de mudança citados anteriormente. Em um primeiro plano geral, por exemplo, nos países industrializados europeus, pelo fato de terem consolidado uma sociedade salarial (CASTEL, 1998), a reestruturação produtiva e o desemprego implicam maior predominância na reformulação dos contratos de trabalho: expansão de modalidades alternativas ao contrato individual de trabalho permanente ou contrato padrão²; mudanças nas cláusulas dos contratos coletivos orientando-os para o modelo denominado na literatura como *flexível de relações de trabalho*; desenvolvimento das práticas de subcontratação e contratos acordados à margem da legislação trabalhista para a mão-de-obra imigrante. O desemprego amplia-se, concomitantemente se registram modificações nos sistemas públicos de emprego, em suas regras de acesso, cobertura e desembolso para os desempregados, bem como se introduzem dife-

rentes tipos de políticas públicas para atenuar a ausência de trabalho para um conjunto expressivo da população (políticas locais de emprego; formação profissional; etc.). Na América Latina, por outro lado, em virtude de a maioria dos países não completar os pré-requisitos de uma sociedade salarial, as manifestações mais numerosas do processo de informalidade no mercado de trabalho são a expansão dos pequenos estabelecimentos produtivos, do trabalho por conta própria, do serviço doméstico e dos contratos de trabalho não registrados junto à Seguridade Social (CEPAL, 1998; CEPAL, 1999; LEÓN, 1999; CACCIAMALI, 1999 e 2000). Compõe o mesmo processo a criação de um ambiente favorável ao debate público sobre as novas práticas sociais orientadas para esses grupos excluídos do sistema de seguridade social, redefinindo-se políticas sociais que os compreendem.

Isso posto, pode-se afirmar que as mudanças estruturais provocam processos de informalidade com intensidades distintas nas suas manifestações. Nos países europeus o processo de informalidade expressa-se com maior intensidade nas práticas de flexibilização das relações de trabalho, apoiadas por alterações nas leis laborais vigentes, seja nos contratos individuais ou coletivos de trabalho. Na América Latina, entretanto, o processo de informalidade anuncia-se por meio da ampliação do setor informal e de relações de trabalho informais, à margem da legislação trabalhista e da seguridade social. O traço comum, contudo, é que as transformações estruturais e as decorrentes configurações do processo de informalidade estão criando um ambiente de reconstrução jurídica dos contratos de trabalho individuais e coletivos para a mão-de-obra assalariada e para as formas de trabalho por conta própria ou sob a forma de microempresas, bem como de suas relações com o Direito Social e com o Sistema de Seguridade Social, configurando novas bases para mudanças no Regime de Proteção Social.

2. Flexibilização do mercado de trabalho

Os contratos para a mão-de-obra assalariada no mercado de trabalho encontram-se estruturados a partir dos seguintes componentes: duração do contrato, local da realização do trabalho, jornada e horas de trabalho, função e hierarquia e remuneração. O conteúdo e disposições

sobre esses itens alteram-se com a mudança do modelo de relações de trabalho taylorista-fordista para o modelo de relações de trabalho flexíveis - taylorista-ohnista (DUVAL, 1998; HIRATA, 1999), conforme exposto no Quadro 1.

O contrato do modelo de relações de trabalho fordista-taylorista estabelece-se contendo duração por tempo indeterminado e tem-

Quadro 1: Definição dos componentes do contrato de trabalho
Modelos fordista-taylorista e taylorista-ohnista

Componentes dos contratos	Fordista-taylorista	Ohnista-taylorista
Duração	Indeterminada.	Diferentes arranjos.
Local	Fixo e subordinado diretamente a um único empregador.	Pode variar e estar subordinado indiretamente a vários empregadores.
Jornada	Determinada, padronizada e em tempo integral.	Variável, não padronizada e pode ser em tempo parcial.
Horas-extras	Utilizadas, remuneração maior imposta pela legislação.	Práticas de compensação de horas.
Hierarquia	Definida, predominância de níveis verticais.	Definida, predominância de equipes e níveis horizontais.
Funções e atividades	Bem definidas.	Polivalência.
Organização do trabalho	Hierarquizada, senioridade.	Flexível e exige formação profissional continuada.
Salário	Fixo.	Fixo adicionado de componente variável ou somente variável.
Aumentos salariais	Periódicos, vinculados à produtividade e indexados aos índices de preços ao consumidor.	Descontínuos, associados a metas, resultados, qualidade, adaptabilidade ou bonificações.
Estabilidade	Valorizada.	Valorizada apenas para o núcleo duro dos trabalhadores.
Rescisão de contrato por parte do empregador	Restrições impostas pela legislação.	Diminuição ou eliminação das restrições impostas pela legislação.
Negociação coletiva	Centralizada ou por setores.	Descentralizada, preferencialmente por empresa.
Contratos coletivos	Definição de um contrato "modelo"	Perda de importância do contrato "modelo"

po integral, sujeito a um único empregador, em um local fixo de trabalho, especificando funções e atividades a serem exercidas – contrato padrão ou permanente (RODGER e RODGER, 1989; TOKMAN e MARTINEZ, 1999). Quanto ao salário, ele é fixo e estabelecido no interior de uma estrutura hierárquica, incorporando ganhos de produtividade apresentados pela empresa, setor ou média do agregado da economia, em virtude do tipo e efetividade da negociação coletiva, além de, muitas vezes, encontrar-se também indexado ao aumento dos índices de preços ao consumidor³.

O modelo de relações de trabalho ohnista-taylorista objetiva propiciar ajustamento rápido no uso do trabalho às mudanças de demanda, sejam conjunturais ou nas preferências dos consumidores, sua adaptação aos procedimentos e normas para atingir padrões de qualidade a custos menores, objetivando atingir maior nível de competitividade no mercado. As principais modalidades que geram tipos de empregos não padronizados ou flexíveis – segundo denominação de OZAKI (2000) – são: em tempo parcial (número de horas inferior ao padrão nacional); temporário (contrato por duração de tempo determinada para obter uma quantidade de produtos ou serviços determinados, incluindo o trabalho organizado por agência de trabalho temporário); terceirizado (contratação realizada exteriormente à empresa por meio de subcontratação ou intermediação de uma firma); eventual (de caráter irregular ou intermitente); capacitação ou aprendizagem (inclui uma combinação de emprego e capacitação profissional); sazonal (intermitente durante uma época do ano).

Essas modalidades de contrato, aliadas a outras práticas definidas em contratos coletivos, permitem maior velocidade de ajustamento do emprego nas empresas às flutuações de demanda com menores custos, pela diminuição dos custos diretos e indiretos do trabalho, pois os custos de rescisão do contrato e a contri-

buição à Seguridade Social são menores. As contrapartidas para o trabalhador são menor cobertura na proteção social e maior insegurança de emprego e salário, fato este que levou alguns autores a denominá-los de empregos precários (TREU, 1992; OIT, 1996).

Os contratos coletivos em diferentes países vêm sendo o principal instrumento para flexibilizar as relações de trabalho, com velocidades distintas em diferentes setores de atividade e apresentando diversas combinações considerando os componentes dos contratos de trabalho, configurando maior heterogeneidade nas regras de utilização da força de trabalho. Alguns comportamentos comuns, entretanto, podem ser destacados. No caso dos salários, por exemplo, parcela variável ou aumentos encontram-se vinculados ao desempenho da empresa, seja sob a forma de lucros, produtividade, diminuição de custos ou índice de qualidade dos produtos (OZAKI, 2000). Adicionalmente, a introdução de instrumentos nas legislações laborais vem também incentivando essa prática, como no caso do Brasil, Argentina, Itália e outros (TUMA, 2000). No que se refere às horas, a jornada de trabalho padrão perde espaço para contratos que consideram horas anualizadas, trimestralizadas ou semanais de trabalho, diminuindo-se a prática da utilização das horas extras e introduzindo-se sistemas de compensação (IRS, 1991; IRS, 1997; OIT, 1997). Além disso, os governos têm incentivado a ampliação do funcionamento de atividades ligadas ao serviço público, ao comércio e ao setor bancário.

A flexibilização das relações de trabalho vem sendo implementada nas empresas por meio de mecanismos internos e externos. Os primeiros caracterizam-se por: jornada não determinada e compensação de horas trabalhadas estabelecidas por meio de contratos coletivos ou contratos individuais em tempo parcial; parte da remuneração paga por meio de participação nos resultados ou metas; e polivalência funcional, ou seja, especializações múltiplas e mudanças nos conteúdos das ocupa-

ções, atividades e tarefas. A flexibilização externa à empresa, por outro lado, mostra-se principalmente sob a forma de contratos terceirizados ou temporários nos quais a mão-de-obra contratada pode estar sujeita às mesmas condições dos funcionários contratados diretamente pela empresa, apresentando, contudo, maior insegurança na manutenção do emprego e menores salários e benefícios indiretos (OIT, 1996; OZAKI, 2000).

As reformas dos contratos individuais de trabalho, por outro lado, tiveram força legal e efetividade, no caso dos países europeus, visto que significativa parte dos empregos da região, desde os anos 80, foi criada sob a forma de contratos de trabalho alternativos ao contrato padrão, especialmente temporários e em tempo parcial (OIT, 1997). No caso latino-americano, entretanto, conforme exposto anteriormente, o grau de efetividade dessas reformas é baixo, visto predominar a prática de contratar mão-de-obra assalariada por meio de contratos de trabalho informais, não registrados junto à seguridade social. As principais causas estão associadas à perda de legitimidade política da seguridade social, menor densidade sindical, baixa ação de fiscalização do Estado e, portanto, menores custos dentre todas as formas de contrato (TOKMAN e MÁRTINEZ, 1999; GALIN, 1998; CACCIAMALI, 1999).

3. Processo de informalidade e mercado de trabalho nas áreas metropolitanas brasileiras

O mercado de trabalho brasileiro, sob a ótica institucional, vem se ajustando aos mecanismos de flexibilidade do mercado de trabalho por meio de alterações específicas em sua legislação laboral e nas cláusulas dos contratos coletivos de trabalho, especialmente nas grandes empresas e nos setores mais dinâmicos (KREIN e OLIVEIRA, 1999; DIEESE, 1999; CACCIAMALI, 1999 e 2000a).

O Ministério do Trabalho e Emprego, no ano de 1995, por meio de Portaria (865/95), impede a autuação de multas no caso de incompatibilidade ou conflito entre a legislação e os acordos ou convenções coletivas, ficando a decisão subordinada à consideração do delegado regional do trabalho, praticamente esterilizando a fiscalização por parte do Ministério. Além disso, 12 intervenções pontuais, mas de fundo, foram introduzidas na regulamentação do mercado de trabalho brasileiro, permitindo, ou ampliando, novas modalidades de contrato, em contraste ao contrato permanente, diminuindo os custos do trabalho e flexibilizando o uso da mão-de-obra assalariada. Destacamos, entre as mais importantes, as seguintes: Participação nos Lucros e Resultados (desde a Medida Provisória 794/94), Cooperativas Profissionais (Lei 8.949/94), Contrato por Tempo Determinado (Lei 9.601/98) e Banco de Horas (Lei 9.601/98)⁴.

A participação nos lucros e resultados é uma Medida Provisória editada pela administração Itamar Franco e reeditada periodicamente pela administração Cardoso. Assegura o direito dos empregados, de participarem nos lucros e nos resultados da empresa, desvinculado da remuneração. A negociação entre trabalhadores e empresas sobre essa matéria pode incluir um representante do sindicato, por opção do empregador, caso constitua uma comissão para tal fim. Esse mecanismo, juntamente com as medidas de desindexação salarial, flexibiliza os salários, pois os aumentos salariais são oferecidos nos processos de negociação sob a forma de participação nos lucros e não são incorporados na remuneração.

O Congresso Nacional brasileiro aprova em 1994 a Lei 8.949, que permite a organização de cooperativa de trabalhadores para a prestação de serviços. Os cooperados não pertencem a um sindicato profissional e sua contratação não segue as regras previstas pela legislação laboral vigente. As empresas podem, dessa maneira, contratar trabalho assalariado regular e permanente sob a forma de coopera-

tiva e eximem-se das contribuições junto à Seguridade Social, de outros direitos sociais (férias, horas extras, FGTS, gratificação de natal etc.) e dos custos de dispensa imotivada (aviso prévio, direitos sociais proporcionais etc.).

A Lei 9.601 de 21 de janeiro de 1998 e o Decreto 2.490 de 04 de fevereiro de 1998 permitem flexibilizar a jornada de trabalho ao criar um sistema de compensação de horas extras, que pode ser estabelecido por meio de negociação coletiva entre as empresas e seus empregados, em quaisquer modalidades de contrato. A jornada pode ultrapassar as 44 horas semanais definidas pela Constituição Federal de 1988, e a compensação deve ocorrer ao longo de um ano, conforme MP 1.709/98.

O Poder Executivo apresenta, em 1998, a Lei 9.601 de 21 de janeiro e o Decreto de 2.490 de 4 de fevereiro, que permitem às empresas contratar empregados, adicionais aos existen-

tes, por um período de até dois anos, por meio de contrato por tempo determinado. Para incentivar a contratação propõem-se: redução de encargos sociais⁵, redução do preço da hora extra, por meio da introdução do banco de horas; e preferência no acesso ao crédito do BNDES. Além disso, a contratação de mão de obra por tempo determinado precisará ser negociada com o sindicato e impõe limitações no volume de contratação⁶.

Essas alterações rebaixam os custos do trabalho, mas não sustam prática da contratação sem registro no mercado de trabalho brasileiro. Consoante com outros países latino-americanos, observa-se, desde os anos 80 no Brasil, contínua expansão do emprego sem registro que atinge, no ano 2000, cerca de 28% dos ocupados nas seis maiores áreas metropolitanas do país (Tabela 1). Destaca-se também que o crescimento da categoria ocupacional

Tabela 1: Ocupados segundo posição na ocupação total das áreas metropolitanas – 1982/2000

Anos	Com registro	Sem registro	Casa Própria	Empregador
1982	56,71	21,18	16,41	4,25
1983	55,89	21,93	16,49	4,29
1984	54,33	22,64	17,31	4,31
1985	55,90	21,91	16,79	4,21
1986	57,82	20,54	16,15	4,19
1987	58,02	19,98	16,76	4,29
1988	57,71	19,85	17,20	4,31
1989	58,07	18,77	17,37	4,33
1990	56,94	19,11	18,54	4,47
1991	53,74	20,77	20,11	4,41
1992	51,41	22,20	20,99	4,37
1993	50,52	23,08	21,09	4,33
1994	49,24	23,70	21,79	4,20
1995	48,39	24,09	22,02	4,47
1996	46,73	24,79	22,77	4,61
1997	46,28	24,76	23,33	4,51
1998	45,85	25,40	23,22	4,53
1999	44,53	26,36	23,57	4,57
2000	43,41	27,68	23,39	4,58

empregados sem registro supera continuamente o crescimento do total de ocupados e da categoria *empregados com registro* (Gráfico 1). O setor informal, por outro lado, também se expande. O trabalho autônomo – categoria ocupacional típica do setor informal – também cresce a uma taxa superior ao total da ocupação e ao emprego registrado, com carteira assinada (Gráfico 2), fato que amplia o número de pessoas que não participam do sistema de Seguridade Social, pois o percentual de contribuintes nesse grupo de trabalhadores na região Sudeste, região de maior abrangência no sistema, é de apenas 40%a (PNAD, 2000).

O desemprego e a inatividade também se ampliam no mercado de trabalho metropolitano brasileiro. Os ambientes macroeconômico e institucional provocam maiores dificuldades de ingresso e reinserção no mercado de trabalho, aumento da taxa de desemprego aberto como o desemprego por desencorajamento que se revela em maior inatividade (Gráficos 3 e 4). A

dificuldade para exportar que as empresas brasileiras vêm enfrentando restringe as importações e implica manutenção de taxa de juros interna elevada, limitando a captação de recursos para investimento e capital de giro e inibindo o crescimento do nível da atividade econômica e do emprego. Somam-se a isso a dependência externa histórica da economia brasileira de gerar e difundir tecnologia e de criar produtos, bem como o elevado custo sistêmico (transporte, fretes, comunicações etc.) que são fatores que tradicionalmente impedem o aumento de investimentos. Institucionalmente, a política pública de emprego, embora desde os anos 90 apresente maior abrangência e participação social na tomada de decisões, bem como melhor desempenho, é ainda limitada em suas diferentes ações. As ações podem apresentar resultados predominantemente de curto prazo, como seguro desemprego e intermediação de mão-de-obra; médio prazo, como crédito popular; e longo prazo, como formação profissional,

Gráfico 1: Evolução dos ocupados: empregados com registro e sem registro. Brasil – Total das áreas metropolitanas – 1982/2000

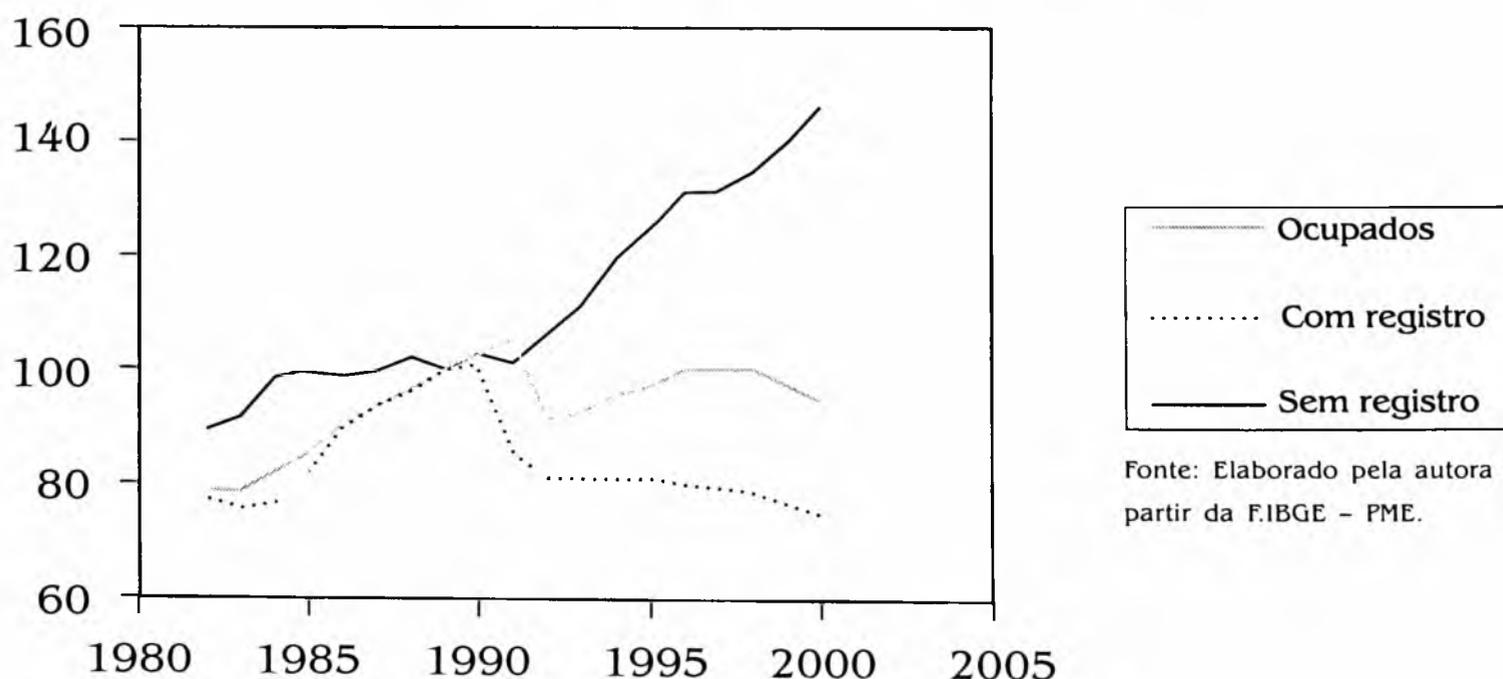


Gráfico 2: Evolução dos ocupados: empregados com registro e trabalhadores autônomos. Brasil - Total das áreas metropolitanas - 1982/2000

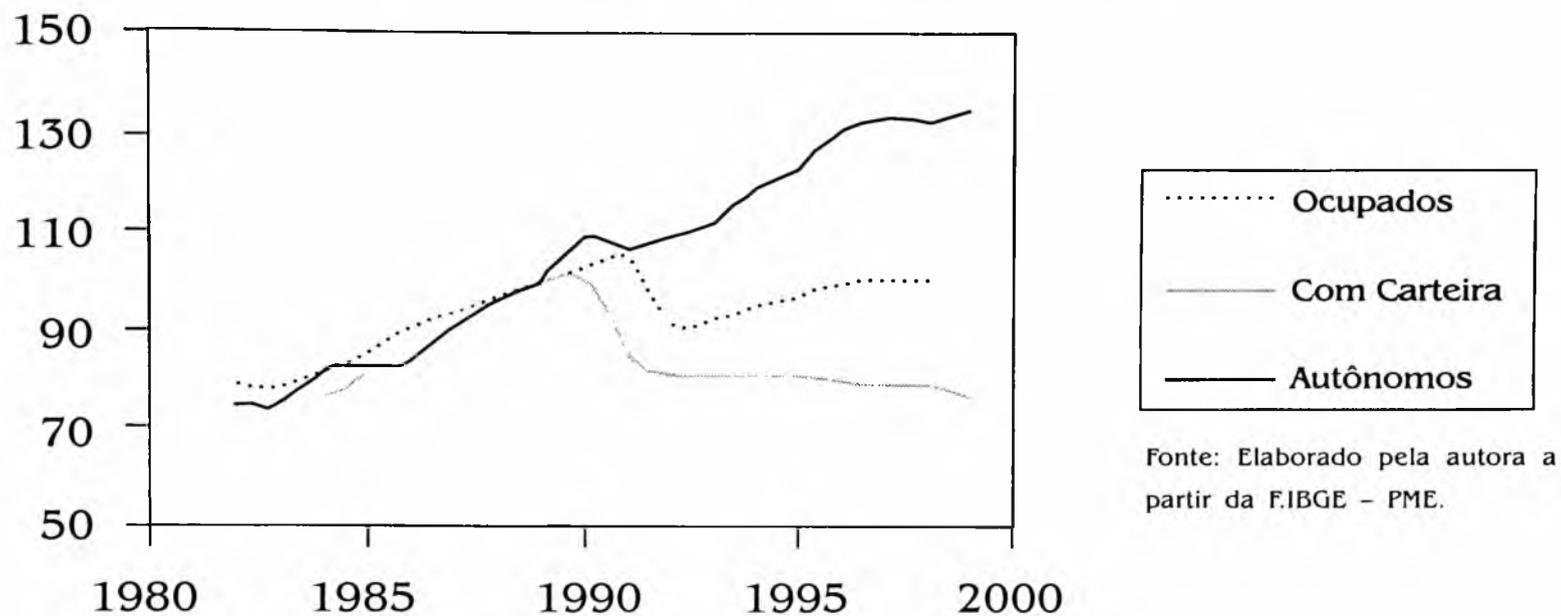


Gráfico 3: Taxa de atividade. Brasil - Total de áreas metropolitanas - 1980-2000

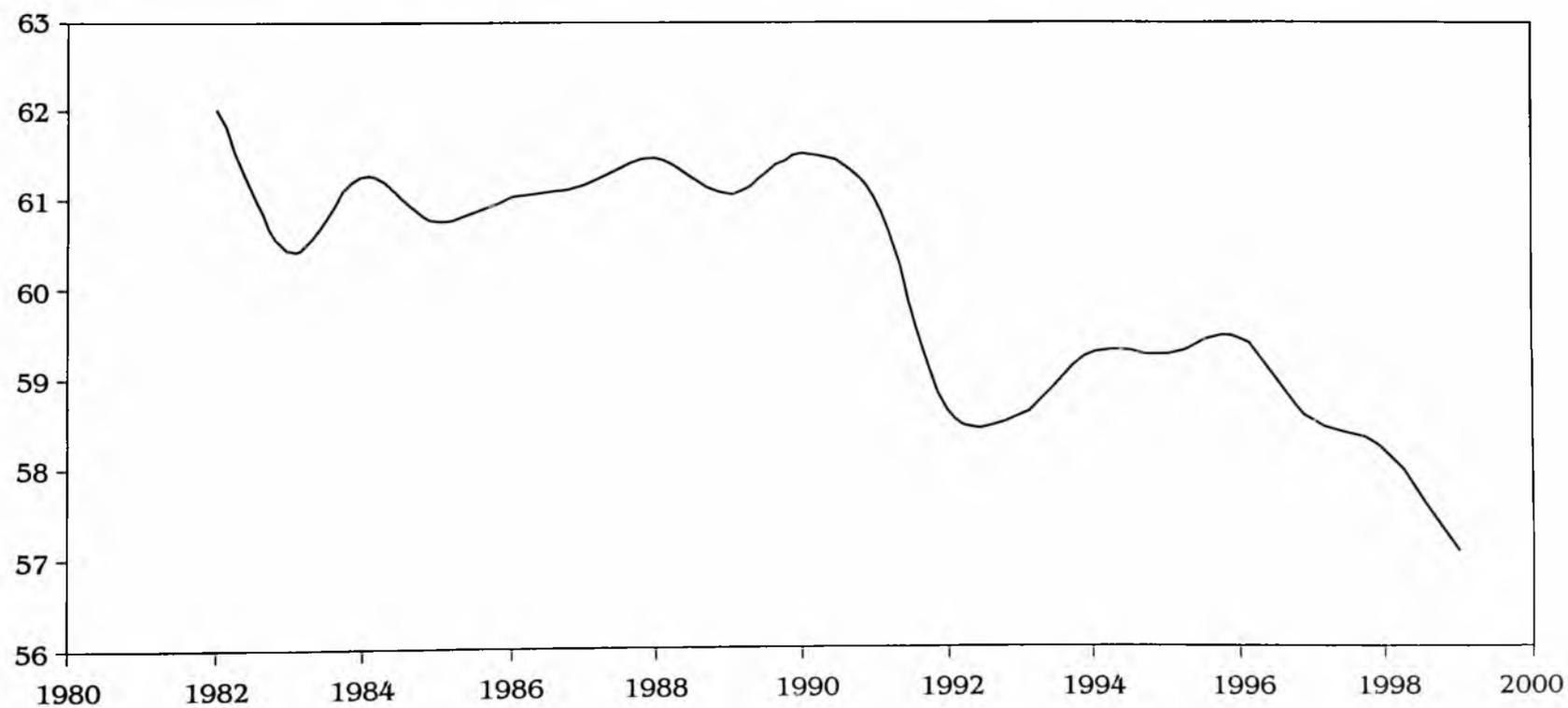
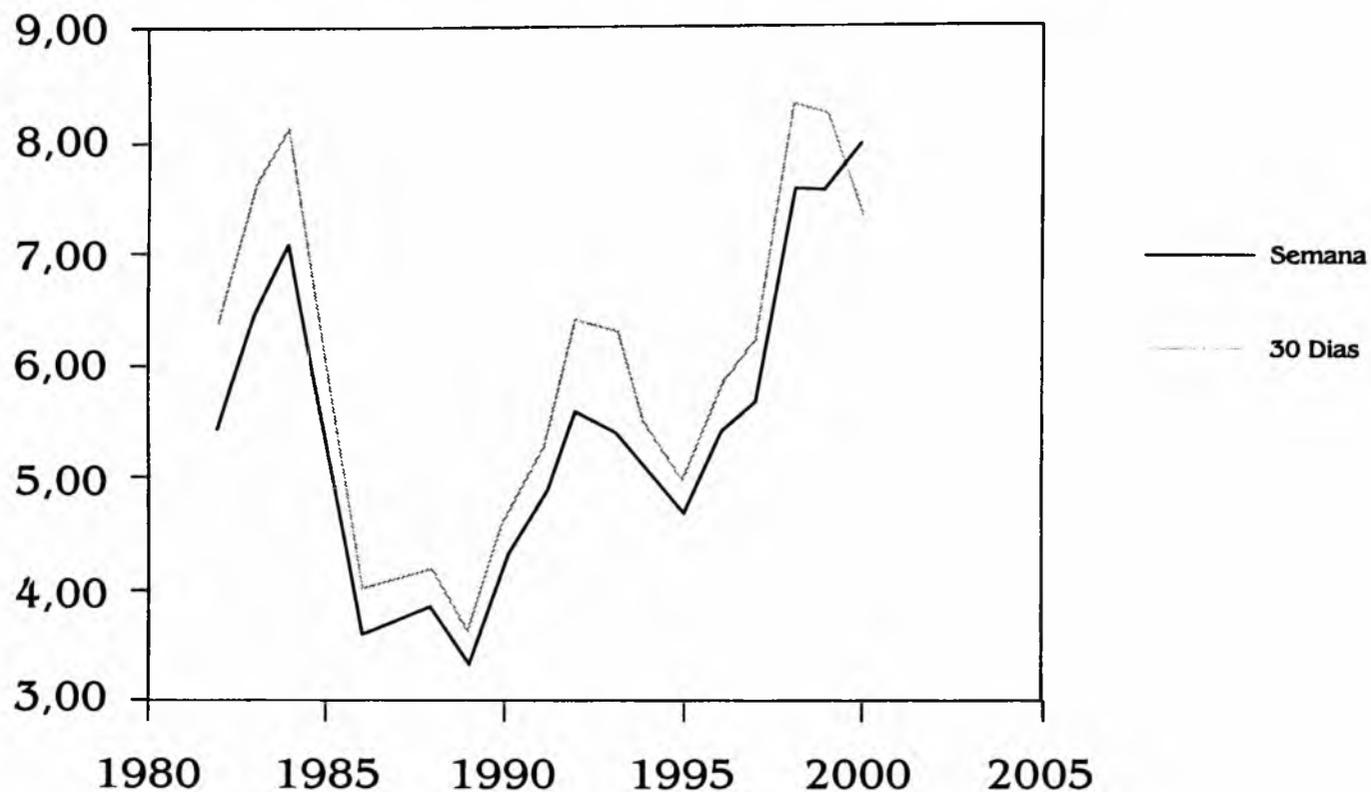


Gráfico 4: Taxas de desemprego aberto.
Brasil - Total das áreas metropolitanas - 1982-2000



representando elementos pouco intervenientes no desempenho agregado do mercado de trabalho no curto prazo. O seguro desemprego é um desembolso efetuado para os trabalhadores com contrato registrado e o sistema de intermediação presta serviços a parcela limitada do contingente de desempregados.

Somam-se a esse quadro duas variáveis intervenientes adicionais que diminuem o crescimento do nível de emprego. A primeira são mercados mais competitivos, como decorrência a contenção de custos das empresas com decisões mais cuidadosas em relação à contratação de mão-de-obra. As expectativas de instabilidade de demanda restringem a criação de novas vagas, em especial sob a forma de contratação de forma permanente. A segunda é o déficit educacional e de qualificação da mão-de-obra que bloqueia a inserção de muitos trabalhadores em empregos de melhor qualidade, renda e estabilidade.

Considerações finais

Os efeitos sociais do processo de informalidade: criação, recriação e adaptação de regras, e práticas no mercado de trabalho, em virtude dos elementos destacados na primeira seção deste estudo, são distintos nas diferentes sociedades e territórios. As características mais frequentes, que se sobrepõem às demais, são: elevação no grau de concentração da renda; privatização das regras e maior heterogeneidade nas formas de contratação, uso e remuneração de mão-de-obra e na prestação de serviços; e maior intensidade do trabalho, com decorrentes psicopatologias (HIRATA, 1999; DEJOURS, 2000; ABET, 2000). Entretanto, deve-se observar que em muitas sociedades e territórios economicamente atrasados e pobres, arranjos institucionais permitem que níveis de pobreza sejam contidos ou minorados, o acesso a bens e serviços públicos e privados venham

umentando, práticas de discriminação sejam retiradas, violações ao Estado de Direito sejam coibidas e índices de qualidade de vida se ampliem, enquanto em sociedades afluentes percebem-se o surgimento ou exacerbação de níveis elevados de exclusão social (PNUD, 2000).

O Regime de Proteção Social foi formulado na maioria dos países latino-americanos, inclusive no Brasil, a partir dos anos 30, em um contexto de autoritarismo político, em um ambiente econômico de proteção à produção doméstica e com um movimento sindical organizado demandando maior remuneração e estabilidade e regras definidas nas relações de trabalho. O direito social centrou-se na definição e posterior ampliação da proteção à mão-de-obra assalariada com contrato registrado por tempo indeterminado e sindicalizada, desde então, até os anos 80: no Brasil, a constituição cidadã de 1988 amplia os direitos sociais para esta categoria.

Esse arranjo político e institucional torna-se insuficiente a partir dos anos 80 e principalmente nos anos 90 perante a dinâmica do mercado de trabalho discutida ao longo deste artigo. O Estado incentiva práticas contratuais alternativas por meio de negociações coletivas, não fiscaliza a aplicação dos códigos de trabalho e consente, muitas vezes valoriza em nível local, formas de trabalho alternativas ao assalariamento. Os objetivos neste caso são atenuar o desemprego originário do ajuste estrutural e da reestruturação produtiva, bem como criar uma ideologia para forçar a mudança de comportamento da mão-de-obra assalariada sindicalizada e protegida pelas Leis Trabalhistas e o Sistema de Seguridade Social vigente. Além disso, o Estado promove políticas de trabalho e renda

orientadas para os trabalhadores que não se constituem em assalariados registrados, ampliando o acesso a bens e serviços públicos nos programas de intermediação e qualificação de mão-de-obra, e microcrédito.

Assim, às limitações financeiras reconhecidas para o atual Sistema de Seguridade Social soma-se a perda de legitimidade política e abre-se um campo político para o desenho de um outro Regime de Proteção Social, inserido na ordem econômica e social em construção. Nesse contexto, discutem-se: a participação e ampliação da esfera privada na prestação de serviços sob a forma mercantil e não-mercantil; a regulamentação, padronização e monitoramento público desses serviços; a organização e gestão dos serviços públicos; o papel, organização e gestão da assistência social; a universalização ou a ação focalizada em determinadas esferas; etc. Esse processo constitui a base do direito social que está em construção para atender as demandas sociais originárias do processo de mudança. Posto isto, a reformulação do Sistema de Seguridade Social, sua universalização e a garantia de direitos fundamentais do trabalho são uma meta a ser proposta e alcançada não apenas no Brasil, mas em toda a região da América Latina. A constituição jurídica das atividades dos trabalhadores por conta própria e pequenos empreendedores, o reconhecimento dos contratos para a mão-de-obra assalariada e para as relações de subcontratação, a maior abrangência e cobertura do seguro desemprego, no caso latino-americano e brasileiro, devem ser analisados e implementados como um instrumento adicional para o exercício da cidadania plena para a maioria da população.

Notas

- 1 Esse último fenômeno é denominado na literatura especializada de setor informal (CACCIAMALI, 2000; OIT, 1993; HUSSMAN, 1997).
- 2 O contrato de trabalho permanente, ou denominado de contrato clássico, típico ou padrão, prevê tempo indeterminado, jornada diária completa, subordinado a um único empregador, e a dispensa ocorre sem custos, apenas com causa justificada.
- 3 Esse conjunto de características, especialmente a forma de remuneração somada às possibilidades de promoção e treinamento por tempo de serviço nas grandes empresas, nos denominados *mercados internos de trabalho*, constitui a relação salarial do modelo de acumulação do período industrial-fordista, permitindo um círculo virtuoso entre crescimento do produto, expansão da demanda agregada por meio de consumo de massas e distribuição da renda através de aumentos dos salários e políticas de transferências públicas, que mantêm o nível de renda ou integram os mais pobres como consumidores (BOYER, 1986).
- 4 Mencionamos as demais: desindexação salarial para as categorias profissionais (MPs 1.053 e 1.079 de 1995); desindexação dos benefícios da Seguridade Social do salário mínimo (MP 1.906/97); denúncia da Convenção 158 da OIT (11/95), sobre as dispensas imotivadas; limitação da organização sindical no serviço público e punição dos funcionários em greves (Dec. 2.066/96); ampliação das possibilidades do trabalho temporário (Portaria, 29/06/96); limitação do tempo de validade dos acordos (MP 1.620/98); trabalho em tempo parcial (MP 1.709/98); suspensão do contrato de trabalho (MPs 1.726/98 e 1.779/99).
- 5 Essa modalidade de contrato reduz em 50% as contribuições patronais ao SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA, salário-educação e financiamento do seguro de acidente de trabalho. O valor da alíquota do depósito mensal ao FGTS diminui de 8 para 2% e o empregador não tem a obrigação de pagar a multa de 40% referente ao saldo total quando da rescisão de contrato.
- 6 As limitações são de 50% (empresas com até 50 empregados); 35% (empresas com 50 a 199 empregados); e 20% (empresas com mais de 200 empregados).

Bibliografia

- ABET – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRÁBALO. *Anais 3º Encontro Regional*. Recife, novembro de 2000.
- BOYER, R. *La Theorie de la Régulation: une Analyse Critique*. Paris: La Découverte, 1986.
- BOYER, R. *La Flexibilidad del Trabajo en Europa*, Madrid: Ministerio del Trabajo, 1988.
- CACCIAMALI, M.C. Proceso de informalidad y sector informal. Reexamen de una discusión. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. Caracas, v.6, n.3, 2000, pp.95-110.
- CACCIAMALI, M.C. Reform and labor adjustment in Argentina and Brazil. *Carta Internacional*. São Paulo, vol.8, n.93, 2000a, pp.8-12.
- CACCIAMALI, M.C. Dégenerescence du droit du travail est ajustement sur le marché du travail au Brésil dans les années 1990. *Cahiers des Amériques Latines*. Paris, v.31, 1999, pp.105-126.
- CACCIAMALI, M.C. Assalariamento ilegal no mercado de trabalho urbano da Grande São Paulo: características e evolução, 1985-1992. In: FIGUEREDO, J.B. (comp.). *Las Instituciones Laborales Frente a los Cambios en America Latina*. Genebra: Instituto Internacional de Estudios Laborales, 1996, pp.219-233.
- CACCIAMALI, M.C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal no Brasil. *Estudos Econômicos*. vol.19, número especial, 1989.

- CACCIAMALI, M.C.; JOSÉ-SILVA, F. Mais informalidade, menos cidadania. Considerações sobre esse círculo vicioso na América Latina. In: *Brasil – 500 anos: Desafios do Próximo Milênio*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000 (No Prelo).
- CÂNDIDO-OLIVEIRA, J. Segurança e Saúde do trabalhador - uma questão mal compreendida e equivocadamente administrada. In: *Anais do Seminário Impactos das Inovações Tecnológicas e Organizacionais na Saúde do Trabalhador*, 4 e 5 de dezembro de 1998, Belo Horizonte: NET/PUC Minas, 1999.
- CARRÉ, F. et al. *Nonstandard Work. The Nature and Challenges of Changing Employment Arrangements*. Washington: Irra, 2000.
- CASTEL R. *As Metamorfoses da Questão Sócia. Uma Crônica do Salário*. São Paulo: Vozes, 1998.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 1998, b.
- CEPAL. *Estudios Económicos de América Latina y Caribe*. Santiago do Chile: CEPAL 1998a.
- CONFEDERAÇÃO ÚNICA DOS TRABALHADORES. www.instcut.org.br.
- CORIAT, B. *Los Desafíos de la Competitividad*, Buenos Aires: UBA, 1997.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 1998.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 1999.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina*, Santiago do Chile: CEPAL, 2000.
- DEJOURS, C. *Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DEJOURS, C. *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2000.
- DIEESE. O comportamento das negociações coletivas de trabalho nos anos 90: 1993-1996. *Pesquisa DIEESE*, n.15, São Paulo: DIEESE, 1999.
- DUVAL, G. *L'Entreprise Efficace à L'heure de Swatch et Mc Donald's*. Paris: Syros, 1998.
- EATWELL, J. *Global Unemployment*. New York. M.E. Sharpe, 1996.
- FRESSYNET J. et al. *Les Marchés du Travail en Europe*. Paris: La Découverte, 2000.
- GALIN, P. Empleo no registrado en el MERCOSUR y las políticas para reducirlo. *Oficina de la OIT*, n.61, Buenos Aires: OIT, 1998.
- HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latino-Americana de Estudios Del Trabajo*, vol.4, n.7, 1999.
- HUSSMANS, R. *Informal Sector: Statistical Definition and Survey Methods*. Genebra: OIT, dezembro de 1997.
- KREIN, J.D.; OLIVEIRA, M. Mudanças institucionais e relações de trabalho: as iniciativas do governo FHC no período 1995-1998. In: *Anais da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho*. Belo Horizonte, outubro de 1999.
- INSTITUTO DE RELAÇÕES DE TRÁBALO/PUC-MINAS. In: *Anais do Seminário Impacto das Inovações Tecnológicas e Organizacionais na Saúde do Trabalhador*. 4 e 5 de dezembro de 1998. Belo Horizonte: NET/PUC, Minas, 1999.
- LEON, F. Trabajo y trabajadores en los modelos económicos emergentes. In: *Seminário Internacional: Brasil, 500 Anos: Desafios para o Próximo Milênio*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 23 a 26 de agosto de 1999, São Paulo, Brasil.
- INDUSTRIAL RELATIONS SERVICES (IRS). Annualized hours – The concept of flexible year. *Industrial Relations Services (IRS)*, vol. 488, 1991.
- INDUSTRIAL RELATIONS SERVICES (IRS). Non-standard working under review. *Industrial Relations Services (IRS)*, n.565, 1997.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Considerações sobre a Proposta do Seguro Acidente de Trabalho*. Secretaria de Inspeção

- do trabalho. Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho, versão de 26 de agosto de 2000. In: www.instcut.org.br, 12/11/2000.
- OIT. *El Empleo en el Mundo. Las Políticas Nacionales en la Era de la Mundialización*. Ginebra: OIT, 1996
- OIT. *El Trabajo en el Mundo 1997-1998. Relaciones Laborales: Democracia y Cohesión Social*. Ginebra: OIT, 1997.
- OIT. *World Employment Report – 2001. Life at Work in the Information Economy*. www.ilo.org, 2001.
- OIT. *Panorama Laboral*. Lima: OIT, 2000.
- OIT. 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho. Ginebra, janeiro de 1993.
- TOLEDO, E.G. La flexibilidad del trabajo en América Latina. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*, ano 3, n.5, 1997.
- OZAKI, M. *Negociar la Flexibilidad. Función de los Interlocutores Sociales y del Estado*. Ginebra: OIT, 2000.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. *Índice de qualidade de vida*. Brasília: PNUD, 2000.
- RODGERS, G.; RODGERS, J. *Precarious jobs in labour market regulation*. Ginebra: International Institute for Labour Studies/Free University of Brussel, 1989.
- TOKMAN, V.; MARTINEZ, D. *Flexibilización en el Margen: la Reforma del Contrato de Trabajo*, Peru: Organización Internacional del Trabajo, 1999.
- TOLEDO, E.G. La Flexibilidad del Trabajo en América Latina. *Revista Latino-americana de Estudios del Trabajo*. Ano 3, n.5, 1997.
- TREU, T. Labour flexibility in Europe. *International Labour Review*. Vol.131, n.4-5, 1992.
- TUMA, F.M.M. *Participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas no cenário da flexibilização das relações de trabalho*. São Paulo: LTr, 2000.



DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA METRÓPOLE PAULISTANA – O CASO DA ÁGUA BRANCA*

Alúcio Wellichan Ramos**

RESUMO:

Este artigo procura discutir algumas questões sobre o tema da desindustrialização na metrópole paulistana. A desindustrialização é um processo recente e sua compreensão está vinculada a um conjunto integrado de elementos ligados tanto às mudanças no processo de industrialização do Brasil quanto às mudanças no processo de urbanização da metrópole. Portanto, em última instância, é nas relações entre os processos de industrialização e urbanização que vislumbramos o entendimento, ainda que parcial, do recente processo de desindustrialização verificado.

No entanto, a desindustrialização não é um processo que atinge a totalidade da metrópole paulistana. Este processo é verificado em alguns bairros, sobretudo, da cidade de São Paulo. Trata-se dos primeiros bairros industriais da cidade, cuja gênese situa-se nas duas últimas décadas do século XIX. A industrialização destes bairros está vinculada a uma série de elementos, dos quais se destaca, sem dúvida, a presença das ferrovias. A cidade de São Paulo foi cortada pelas ferrovias do café, que levavam a produção cafeeira do interior ao porto de Santos. E foram, os bairros paulistanos cortados pelas ferrovias, que se industrializaram a partir do final do século passado. Desses bairros, este artigo trata de um, a Água Branca. Nesse sentido, a análise de suas singularidades é necessária se se quer uma compreensão da desindustrialização que aí vem ocorrendo. Mas as singularidades não são suficientes. É necessário correlacioná-las ao processo de *urbanização* da metrópole como um todo e ao processo de *industrialização* brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE:

Urbanização, industrialização, desindustrialização, bairro, metrópole.

ABSTRACT:

This article tries to discuss some subjects on the theme of desindustrialization in the metropolis of São Paulo. Desindustrialization is a recent process and its understanding is linked so to an integrated group of elements related to changes in the process of industrialization of Brazil as to changes in the process of urbanization of the metropolis. Therefore, ultimately, it is in the relations among industrialization processes and urbanization that we glimpse the comprehension, although partial, of the recent process of verified desindustrialization. However, desindustrialization is not a process that reaches the totality of the metropolis of São Paulo. This process is verified in some districts, mainly, of São Paulo city. They are the first industrial districts of the city, of which genesis is in the last two decades of nineteenth century. The industrialization of these districts is related to a series of elements, among which stands out, without any doubt, the presence of the railroads. The city of São Paulo was

cut by the railroads of the coffee, that took coffee production from the interior to the port of Santos. And it were, the districts of São Paulo cut by railroads, that were industrialized from the end of last century.

Among these neighborhoods, this article treats one: Água Branca. In that sense, the analysis of its singularities is necessary if an understanding of desindustrialization is wanted. But the singularities are not enough. It is necessary to correlate them to the process of urbanization of the metropolis as a whole and to the Brazilian industrialization process.

KEY WORDS:

Urbanization, industrialization, desindustrialization, district, metropolis.

1. Introdução

Neste artigo, examinaremos as transformações recentes do bairro da Água Branca, tendo-se em vista que, em primeiro lugar, estas mudanças estão profundamente relacionadas aos processos de industrialização e desindustrialização. Além disso, veremos que as mudanças que vêm ocorrendo na Água Branca estão vinculadas a uma grande valorização imobiliária, ao crescimento dos bairros circunvizinhos, à sua localização no conjunto metropolitano, às intervenções públicas na área ao longo da história, entre outros elementos.

Nesse sentido, este artigo, num primeiro momento, procura definir a concepção de desindustrialização adotada, na medida em que, sem a clareza do que é este processo, todas as análises seguintes podem se tornar confusas.

Num segundo momento, analisaremos este processo, tomando o bairro da Água Branca como um dos casos em que a desindustrialização vem ocorrendo e, por conseguinte, faremos uma análise das transformações que marcam este bairro da cidade.

2. Desindustrialização, desconcentração industrial, descentralização industrial e o problema das escalas espaciais

Freqüentemente, os processos de desindustrialização, desconcentração industrial e des-

centralização industrial são tratados por diferentes autores, de forma, equivocada. Em alguns casos, os termos que designam os processos são utilizados como sinônimos, ou seja, sem o menor rigor.

Os termos desindustrialização, desconcentração industrial e descentralização industrial designam processos que, apesar de intrinsecamente relacionados, são processos essencialmente distintos e que devem ser abordados na perspectiva das escalas espaciais de sua ocorrência, pois estão profundamente ligados a elas.

Entender corretamente o significado destes processos e, por conseguinte, saber correlacioná-los devidamente aos espaços adequados em suas diversas escalas é um imperativo para se evitar um mau entendimento dos problemas abordados.

Assim, a desindustrialização designa um processo específico que vem ocorrendo em algumas áreas, espacialmente delimitadas, nas quais a atividade industrial perde importância em termos absolutos. Segundo Raymond Guglielmo, que estudou o recuo da atividade industrial na periferia norte de Paris, o termo desindustrialização *"é freqüentemente empregado de maneira contestável ou contestada, para designar um desaparecimento ou um recuo das operações materiais de produção. Quando estas são substituídas no mesmo lugar por outros segmentos do processo de produção"*

(pesquisa, gestão, por exemplo) seria preferível falar de 'mutação' industrial. No caso da periferia Norte próxima, onde há vinte anos, numerosas fábricas fecham, sem que nenhuma atividade ligada à indústria lhes suceda, a desindustrialização no sentido pleno da palavra parece inegável" (GUGLIELMO, s/d, p.131). Desse modo, o termo desindustrialização sugere, portanto, que determinada área industrial deixe progressivamente de ser caracterizada economicamente por sua atividade industrial, havendo, na maior parte dos casos, um paralelo avanço do setor terciário.

O processo de desindustrialização é o que caracteriza, por exemplo, algumas das antigas áreas industriais da metrópole paulistana, como é o caso dos bairros da Água Branca (que trataremos a seguir), da Lapa, da Barra Funda, do Bom Retiro, do Brás, da Moóca, etc.

Portanto, deve ficar claro que o termo desindustrialização não pode ser aplicado à área metropolitana de São Paulo como um todo, pois existem somente algumas áreas bem delimitadas no interior da metrópole e especialmente dentro do município de São Paulo que se desindustrializam. Sendo complicado, portanto, falar generalizadamente em "desindustrialização da metrópole paulistana"

Assim, de acordo com a concepção aqui adotada, seria um equívoco diagnosticar o recuo da atividade industrial na metrópole como decorrente de um processo de desindustrialização. Não é possível fazer este diagnóstico, na medida em que este é um processo que se manifesta pontualmente, uma vez que a atividade industrial conserva uma importância muito grande na metrópole considerada em sua totalidade.

Desta forma, o que estaria ocorrendo na metrópole, considerada em sua totalidade, até o presente momento, seria um processo de desconcentração industrial em relação ao resto do país e a outras áreas do estado de São Paulo, uma vez que o processo de concentração tem-se revertido, a partir da década de 1970.

Um processo de desconcentração pode sim ser constatado em duas direções; uma primeira do Estado de São Paulo em direção ao resto do país, na qual, o Estado de São Paulo reduziu sua participação no total do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Brasil de 58,2% em 1970 para 49,2% em 1990; e uma segunda, da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) em direção a outras áreas do interior do Estado de São Paulo, na qual, a RMSP diminuiu sua participação no VTI do Estado de 74,7% para 53,3% no período de 1970 a 1990. Esta última direção do processo de desconcentração é denominada por Barjas Negri de "interiorização" da indústria paulista (NEGRI, 1996, p.13).

Desta forma, o termo desconcentração industrial, designa aqui, uma relação dinâmica interespaçial no interior de um espaço mais abrangente. Ocorre, portanto, um processo de desconcentração, quando a atividade industrial de um determinado espaço perde importância relativa em relação à atividade industrial de uma outra área. É um processo que, obrigatoriamente, deve ser pensado em termos interespaçiais.

É importante, também, levarmos em consideração que, o que se desconcentra espacialmente é, na maior parte dos casos, o setor produtivo das empresas e não a empresa ou grupo industrial como um todo. Essa característica do processo de desconcentração é de suma importância para entendermos o que vem a ser o processo de descentralização industrial.

O processo de descentralização industrial não pode ser confundido com o de desconcentração industrial. O termo descentralização industrial designa aqui, um processo de reversão da polarização em que um centro polarizador de uma determinada região deixa progressivamente de ser o pólo dinâmico central e este é transferido para outra área no interior dessa região.

Como se pode logo constatar no caso da RMSP, este processo não está ocorrendo, mas, ao contrário, com o avanço da desconcentração, *centralizam-se* na metrópole, cada vez mais, as

atividades financeiras e de gestão das empresas além de diversos serviços especializados. Portanto, *"a tendência das indústrias deixarem de se localizar na capital, em si não significa que se está diante de um quadro de descentralização industrial"* (LENCIONI, 1996, p.206).

Assim, o processo de desconcentração distingue-se do de descentralização pelo fato de que este último implica não só numa redistribuição espacial dos estabelecimentos industriais no interior de uma região, mas também das empresas como um todo e das atividades econômicas a que elas estão direta ou indiretamente ligadas. No caso da descentralização muda o pólo de influência da região e não somente redefine-se o setor produtivo das indústrias como ocorre no processo de desconcentração.

O processo de descentralização não se verifica no Estado de São Paulo, na medida em que, as indústrias que se deslocaram para o interior ou, eventualmente, para outros estados brasileiros, em grande parte, continuam a ser comandadas por seus escritórios na capital e dependentes dos serviços providos no centro, ou seja, na metrópole de São Paulo.

Nesse sentido, discordamos das análises que interpretam as transformações que vêm ocorrendo na dinâmica espacial da indústria no Estado de São Paulo como produto da industrialização do interior decorrente da desindustrialização da RMSP e da capital. A nosso ver, esta interpretação cria a idéia de que estaria havendo uma reversão da polarização e uma conseqüente descentralização industrial da RMSP. Basta uma superficial análise empírica para negar esta equivocada interpretação. Em realidade, a desindustrialização ocorre na metrópole, mas, como já havíamos salientado, é restrita a determinados espaços e não ocorre na metrópole tida em sua totalidade.

Desta maneira, para não assumirmos erroneamente a interpretação de que estaria ocorrendo um processo de descentralização industrial (ou um generalizado processo de desin-

dustrialização) é necessário atentarmos para o fato de que um estabelecimento industrial não se restringe ao seu setor produtivo, sendo preciso considerá-lo como parte integrante de uma empresa ou grupo econômico mais amplo. Assim, *"a não compreensão do que seja o processo de centralização, ou até mesmo o fato de tomá-lo sem distinção do processo de concentração, tem sido responsável pela interpretação da dispersão industrial como produto de uma descentralização industrial"* (LENCIONI, 1996, p.206).

Se a desindustrialização não fosse um processo pontual no espaço e sim atingisse a RMSP como um todo, poderíamos falar em descentralização industrial. Entretanto, *o que a análise da realidade histórico-concreta permite explicar é um processo de desconcentração industrial sem descentralização e com alguns processos pontuais de desindustrialização particularmente no município de São Paulo por motivos relacionados às transformações nos processos de industrialização e urbanização da metrópole.*

Concluindo, podemos afirmar que, conforme foi exposto anteriormente, os processos de desindustrialização e de desconcentração industrial estão intrinsecamente relacionados à escala espacial de suas ocorrências.

Desta forma, o processo de desconcentração nos remete a uma escala menor, regional ou até mesmo nacional, na medida em que se trata de um processo dinâmico que envolve uma relação inter-espacial. O setor produtivo das indústrias se desloca de um local para outro, mas no interior de um espaço mais abrangente. Já o processo de desindustrialização, nos remete à uma escala maior, local, na medida em que, como vimos, o processo de desindustrialização ocorre na metrópole de maneira fragmentada no espaço e caracterizando mudanças significativas em determinados bairros, especialmente no município de São Paulo.

3. Industrialização e desindustrialização

Acreditamos que a desindustrialização, um processo que se inicia com mais vigor na década de 1980 e efetivamente é facilmente observável, tem sua gênese no final da década de 1960 e início da de 1970 (ainda que o processo não fosse claramente visível espacialmente), momento no qual acentua-se a participação do capital estrangeiro na economia e, por conseguinte, o momento em que o empresariado nacional definitivamente sofre golpes claros da política econômica que visa tanto o favorecimento da empresa oligopolista transnacional quanto dos setores mais dinâmicos, como o de bens de capital e de consumo durável.

A tabela I, demonstra claramente que a partir, sobretudo, da década de 1950 o setor de bens de consumo não durável é o que apresenta sempre, tanto em momentos de crise quanto em momentos de expansão da economia, as menores taxas de crescimento anual. Isto por que a política econômica passou a privilegiar deliberadamente o crescimento dos demais setores.

Como vemos, o setor de bens de consumo não duráveis que, vale lembrar, caracteriza a indústria dos bairros em processo de desindustrialização, foi o que menos cresceu durante o período de 1949/77. Entre 1955 e

1962, enquanto os setores de bens de capital, de bens de consumo durável e de bens intermediários, cresciam, respectivamente, a taxas médias anuais de 27%, 24% e 12,1%, o de bens de consumo não duráveis crescia apenas a taxa média anual de 6,6%. Nos períodos de crise, em que todos os setores apresentaram baixas taxas anuais de crescimento, o de bens de consumo não durável, em particular, continuou apresentando a mais baixa de todas. Por exemplo, entre 1962 e 1967, os setores de bens de capital, bens de consumo durável e de bens intermediários apresentaram taxas médias anuais de crescimento de 2,6%, 4,1% e 6,3%, respectivamente. Por sua vez, o setor dito “tradicional” apresentou a taxa de 0,0%.

É claro que este menor crescimento não significa que este setor não se modernizou. Ao contrário, modernizou-se sim, durante todo o período (sobretudo entre 1964 e 1980 quando o crescimento passou a ser parcialmente voltado para o mercado externo), mas às custas da entrada do capital internacional que lhe incorporou novas tecnologias. Esta modernização operada não veio, em geral, do capital nacional, mas, ao contrário do capital externo que, de certa forma, retirou o enorme domínio do capital nacional neste setor.

Nesse sentido, cabe acrescentar que, segundo EVANS e QUEIROZ, as firmas nacionais,

Tabela I: Taxas de Crescimento da Indústria Paulista segundo os setores produtivos – 1949-1977

Períodos selecionados	Média das taxas de crescimento anual dos setores produtivos (em %)				
	Bens de Capital	Bens de consumo duráveis	Bens de consumo não duráveis	Bens intermediários	Total
1949 – 1955	11	17,1	6,7	11,8	8,8
1955 – 1962	27	24	6,6	12,1	11,3
1962 – 1967	2,6	4,1	0,0	6,3	2,7
1967 – 1973	18,1	23,6	9,4	13,5	13,3
1973 – 1977	8,4	5,5	4,2	8,7	6,6

Fonte: Modificado de GOLDENSTEIN, Lídia e REICHSTUL, Henri-Philippe, *Sessenta anos de economia – do complexo cafeeiro à industrialização*, In: *Economia*, CACH – UNICAMP, Campinas, s/d, p.14. (publicado originalmente no jornal “A Gazeta Mercantil”).

"*mesmo aquelas relativamente grandes e poderosas, têm dificuldade em manter suas posições dentro do setor manufatureiro moderno, mas isto não significa que a 'burguesia nacional industrial' esteja sendo eliminada. O capital local permanece forte nas finanças e nas atividades comerciais e encontrou, na indústria de construção, uma nova área de operações*" (EVANS e QUEIROZ, 1977, p.30). Ou seja, o capital nacional deslocou-se/foi deslocado, para outros setores da economia.

Além disso, vale lembrar, por outro lado, do momento em que se formaram os bairros em processo de desindustrialização para compreendermos que as mudanças urbanas neles processadas são, em parte, devidas a novas condições históricas.

Os bairros em questão (Moóca, Brás, Belenzinho, Pari, Barra Funda, Lapa, Água Branca, etc.) se formaram e foram incorporados à cidade de São Paulo, como bairros industriais e operários, no decorrer da gênese da industrialização brasileira em condições sociais, políticas, econômicas e geográficas absolutamente distintas das da década de 1980. No momento em que estes bairros se formaram, havia um predomínio das indústrias de bens de consumo não duráveis, implantadas, sobretudo, com a participação majoritária do capital e do nascente empresário nacional. Como se pode notar, as condições históricas alteraram-se profundamente no decorrer dos anos e estas mudanças alteraram, por conseguinte, a configuração tanto da industrialização (que entra, a partir dos anos 80, num novo e extremamente complicado esforço para engajar o Brasil na Terceira Revolução Industrial) quanto da urbanização (que reincorpora os bairros em desindustrialização à metrópole com novas e distintas funções).

4. Água Branca: um espaço de contrastes (das fábricas aos *shopping centers*)

No decorrer da pesquisa, logo notamos que a compreensão do processo de desindus-

trialização relacionava-se a um conjunto de elementos que estão entrelaçados numa trama complexa, difícil de ser desvendada. Nesse sentido, a explicação do processo seguiu caminhos variados.

Por um lado, de maneira geral, voltou-se à análise do processo de *industrialização*, desde a gênese da industrialização (1880-1930) até os dias presentes, percorrendo as várias fases do nosso processo de industrialização e procurando assim, discutir as mudanças que contribuíram para o atual processo de desindustrialização. Sob esta perspectiva, cumpre notarmos que foi com a industrialização pesada, a partir de meados da década de 1950, que o capital estrangeiro foi intensamente favorecido pelas políticas econômicas e as indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e bens de capital tornaram-se o centro dinâmico do processo de acumulação. Estas mudanças (favorecimento das indústrias de bens de consumo duráveis e bens de capital e do capital estrangeiro) são importantes, na medida em que, como veremos a seguir, o bairro da Água Branca, assim como os outros bairros, que surgiram no início da industrialização, tinham fábricas que produziam, ao contrário, predominantemente bens de consumo não duráveis e com capital marcadamente de origem nacional.

Num outro sentido, a pesquisa voltou-se à análise da *urbanização* em São Paulo, procurando compreender como se deu esta urbanização em seus aspectos relevantes para a compreensão do processo de desindustrialização. Nesse sentido, as análises particulares do bairro da Água Branca, relacionadas à urbanização da cidade de São Paulo como um todo, tornaram-se extremamente necessárias para a tentativa de compreendermos, sob a perspectiva da urbanização, como se dá o processo de desindustrialização. Assim, procuramos analisar o bairro da Água Branca, buscando compreender, numa perspectiva histórica, como se deu sua incorporação ao conjunto da cidade de São

Paulo, para depois analisar os fatores particulares que atuaram no bairro, contribuindo para o recente processo de desindustrialização verificado.

Para tanto, além do olhar sobre a história das transformações ocorridas no bairro em si, fez-se necessário, um olhar simultâneo sobre o conjunto da cidade de São Paulo e, em especial, de seu setor oeste próximo, que compreende os bairros circunvizinhos à Água Branca e das ações, diretrizes e propostas do poder público, sobretudo o municipal, para o bairro¹. A conjugação destes elementos de análise constitui, como se verá, uma maneira de buscar a compreensão da desindustrialização do bairro.

O bairro da Água Branca faz parte do subdistrito de Perdizes² e localiza-se na porção centro-oeste de São Paulo, entre a Vila Romana a oeste (subdistrito da Lapa) e a Barra Funda ao norte e nordeste. Ao sul, encontra-se com a Vila Pompéia (subdistrito de Perdizes) e com o bairro de Perdizes. Não propomos aqui uma delimitação rigorosa do bairro da Água Branca, considerando a fluidez que caracteriza os limites de um bairro. Conforme se verá mais adiante, no caso específico da Água Branca, a tarefa de se estabelecer limites é ainda mais complicada, correndo um alto risco de ser arbitrária e forçada.

Vejamos, pois, em primeiro lugar, como surgiu este bairro e como foi incorporado ao conjunto da cidade de São Paulo.

A primeira menção que encontramos à Água Branca, remonta a meados do século XIX (LANGENBUCH, 1971, pp.37-38), momento no qual esta área continha algumas chácaras que tinham como função o fornecimento de produtos primários à cidade e o apoio à circulação extra-regional através da existência de pousos de tropas.

Poucas informações existem a respeito destas chácaras, o que nos impede de saber qual foi sua real importância para o conjunto regional e de estender aqui sua análise. Em realidade, não sabemos sequer quantas eram

estas chácaras e o que exatamente produziam. Nesse sentido, para se ter maiores informações a respeito da área da Água Branca antes de se tornar um bairro da cidade de São Paulo, seria preciso uma pesquisa profunda, o que fugia aos limites da pesquisa realizada.

Mesmo assim, é possível afirmar que o atual bairro da Água Branca fazia parte, até meados da década de 1880, da área rural do município de São Paulo.

Quanto aos pousos de tropas de muares, segundo LANGENBUCH, dois viajantes do século XIX – D'Alincourt e Saint-Hilaire – fizeram menção à sua existência na Água Branca. O primeiro, *"referindo-se ao pouso da Água Branca assim se manifesta: ... 'passa-se o rancho e ribeiro d'Água Branca e a estalagem do mesmo nome, que é do gosto do sertanejo' A propósito do mesmo pouso, sito na área atualmente ocupada pelo bairro homônimo, Saint-Hilaire comenta: 'A cerca de meia légua da cidade encontra-se um rancho real – o de Água Branca, – extraordinariamente cômodo para os viajantes, que, em São Paulo, tanta dificuldade têm em encontrar alojamento quanto nas outras povoações do interior do Brasil'"* LANGENBUCH afirma que além da Água Branca, existiam uma série de pousos que, de um modo geral, estavam situados nos arredores mais próximos da cidade de São Paulo. Assim, este autor afirma a existência, no passado, de pousos nos atuais Bexiga, Luz, Água Fria, Brás, Penha e Vila Cerqueira César (LANGENBUCH, 1971, pp.37-38).

No que se refere às chácaras produtoras de produtos primários, LANGENBUCH constatou que foram instalados *"chacareiros portugueses em áreas que estavam sendo difusamente ocupadas pela expansão urbana, tais como Água Branca, Vila Pompéia, Lapa, Tatuapé, Penha, Itaim-Bibi, Santana, Casa Verde, etc. Êstes chacareiros produtores de legumes e verduras após 1920 passariam a se deslocar, em sua maioria, para áreas mais afastadas da cidade"* (LANGENBUCH, 1971, p.118). Assim, a expansão urbana não destruiu formas e funções ante-

riores rapidamente. Ao que tudo indica, as chácaras foram cedendo lugar a novas formas de ocupação, de maneira gradativa. No caso da Água Branca, elas praticamente deixaram de existir por volta de 1920, convivendo, por cerca de 40 anos, com as indústrias que passaram a se instalar a partir da década de 1880.

Nesse sentido, os arredores mais próximos, aos quais foi atribuída, por LANGENBUCH, a denominação de "cinturão das chácaras" além de serem penetrados pela urbanização e abrigarem inúmeras fábricas, ainda continuaram "a encerrar muitas chácaras, com suas antigas características" (LANGENBUCH, 1971, p.81).

Segundo LANGENBUCH, "no século passado as povoações, de acordo com as suas funções político-administrativas e religiosas, tinham a designação oficial de 'cidade', 'vila' e 'freguesia', em escala decrescente de importância. (...) Além dos povoados das mencionadas categorias, havia os aglomerados sem predicamento oficial, citados por cronistas e outros autores pelas designações de 'aldeia', 'arraial', 'povoação', 'capela' e 'bairro'" (LANGENBUCH, 1971, p.42). Cumpre notar que a localidade da Água Branca não aparece nem no *Ensaio Estatístico de Müller* de 1836, nem nos *Apontamentos de Azevedo Marques* de 1874, como nenhuma das categorias de aglomerados propostas acima, o que nos leva a concluir que a localidade da Água Branca como aglomeração (no caso, um bairro funcionalmente ligado à cidade) é mais recente e está ligada à implantação das ferrovias e a conseqüente atração locacional que estas exerceram sobre as indústrias.

A Água Branca tem sua origem intimamente relacionada às ferrovias "São Paulo Railway" (1867) e "Sorocabana" (1874)³ que seguem paralelas neste trecho da cidade e, por conseqüência, sobretudo, da presença destas duas ferrovias, o bairro surgiu, se desenvolveu e foi incorporado à cidade de São Paulo como um bairro industrial.

O surgimento da Água Branca enquanto um bairro paulistano está, pois, intrinsecamente

ligado à industrialização. Foi a instalação de inúmeras fábricas (dentre as quais grandes estabelecimentos) que deu identidade a este bairro.

Inicialmente, a estação ferroviária deve ter exercido uma atração maior na instalação de indústrias do que porções um pouco afastadas. Na Água Branca essa atração parece ter ocorrido, na medida em que é ao seu redor que se instalou, ao menos inicialmente, a maior parte dos estabelecimentos fabris. No entanto, isso não era uma regra. Podemos citar o exemplo da Companhia Antarctica Paulista⁴ que foi uma das primeiras indústrias a se instalarem no bairro. Esta empresa montou uma fábrica de gelo e banha (que possuía um desvio ferroviário) na Avenida Água Branca (atual Av. Francisco Matarazzo), um tanto afastada da estação ferroviária. No mesmo local, na década de 1920, instalou-se a Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo (IRFM)⁵.

Por sua vez, a Vidraria Santa Marina⁶ e o Curtume Franco-Brasileiro⁷, outros importantes estabelecimentos instalados na Água Branca, no final da década de 1890, situaram-se em terrenos nos arredores da estação ferroviária, o mesmo ocorrendo, depois, com a maior parte das outras fábricas, pequenas ou grandes.

Além da Cia. Antarctica Paulista, da IRFM, da Vidraria Santa Marina e do Curtume Franco-Brasileiro, foram sendo, com o passar dos anos, instaladas várias fábricas no bairro, como a Fábrica de Brinquedos Trol, a indústria química S.A. White Martins, a Fábrica de baterias Saturnia S.A., a Confab/Ibesa (atual Sesc Pompéia), entre outras. Cabe assinalar que Langenbuch constatou a existência de pelo menos três importantes fábricas de cerâmica na Água Branca, "com 121, 154 e 220 operários, em 1909." (LANGENBUCH, 1971, p.108). Muitos destes estabelecimentos fabris já encerraram as atividades, pelo menos no bairro da Água Branca, sendo as antigas construções utilizadas com novas funções, notadamente do setor terciário.

O bairro da Água Branca em 1907 (ver mapa I), possuía ainda um escasso arruamento e era muito pouco edificado, com um reduzido número de quarteirões e mesmo assim muito extensos, típicos de uma área industrial. Suas principais vias de circulação já existiam, como a Avenida Água Branca (atual Av. Francisco Matarazzo) e a Rua Guaicurus, que faziam e ainda fazem, juntamente com a Avenida São João, a ligação do centro da cidade ao importante bairro da Lapa. Neste propósito, segundo Petrone, estas avenidas, durante o primeiro quartel do século XX, constituíram o eixo de expansão da cidade no rumo Oeste e Noroeste, ligando o

Centro até o bairro da Água Branca e este à Lapa e Freguesia do Ó (PETRONE, 1958, p.118). Além desta radial, já haviam sido arruadas as ruas Turiassu e Itapicuru, que são importantes vias de circulação local, paralelas à Av. Água Branca.

A Água Branca, naquela data, ainda mantinha o aspecto de bairro isolado com relação à porção compacta da cidade. A oeste, a Vila Romana, que pode ser considerada uma extensão do arruamento da Lapa, começava a ser loteada. A leste, o córrego da Água Branca, ainda constituía um obstáculo natural a ser vencido, tanto é que o bairro de Perdizes terminava

Mapa I: Água Branca e Imediações – 1907



seu arruamento às suas margens. Ao sul e, sobretudo, ao Norte, existiam grandes vazios que persistiram por um longo período (notadamente no norte, entre as ferrovias e o rio Tietê).

Por volta de 1915 (ver mapa II), já existia a Vila Pompéia, ou pelo menos o seu arruamento, podendo ser considerada uma longa extensão do bairro de Perdizes, uma vez vencida a barreira que representava o córrego da Água Branca. A nova barreira à expansão da Vila Pompéia passou a ser o córrego da Água Preta.

O mapa II nos mostra que as edificações são pouco numerosas e bastante dispersas. A parte mais edificada situa-se na rua Turiassu que, por sua vez, se encontra sob a influência direta do crescimento de Perdizes, bairro este que apresenta uma maior área edificada com relação à Água Branca e Vila Pompéia. Sobre este ponto, PETRONE afirma que *"até findar o primeiro quartel do presente século, (...) ampliou-se o bairro das Perdizes, que passou a se unir ao da Água Branca, embora por estreita faixa edificada"* (PETRONE, 1958, p.122).

Segundo as análises de PETRONE, por volta de 1925, a cidade de São Paulo possuía *"um bloco compactamente edificado, limitado ao Norte pelas vias férreas, a Leste pelo vale do Anhangabaú, a Oeste pelo vale do Pacaembu e ao Sul pelo espigão da Avenida Paulista"* (PETRONE, 1958, p.123). Além deste bloco central e compacto, a expansão urbana formava blocos em todas as direções, uns maiores e outros menores, uns próximos do bloco central e outros distantes. Assim, cumpre assinalar que a Água Branca fazia parte de um bloco próximo ao central, na iminência de passar a fazer parte do central, situado a oeste do vale do Pacaembu, *"compreendendo Perdizes, Vila Pompéia, Água Branca, Lapa e início do Alto da Lapa"* (PETRONE, 1958, p.123)⁸.

Apesar da Água Branca ter surgido como um núcleo isolado da cidade, ao que tudo indica, não houve um grande crescimento horizontal deste bairro. Pelo que foi dito anteriormente, sua conurbação com os bairros nascen-

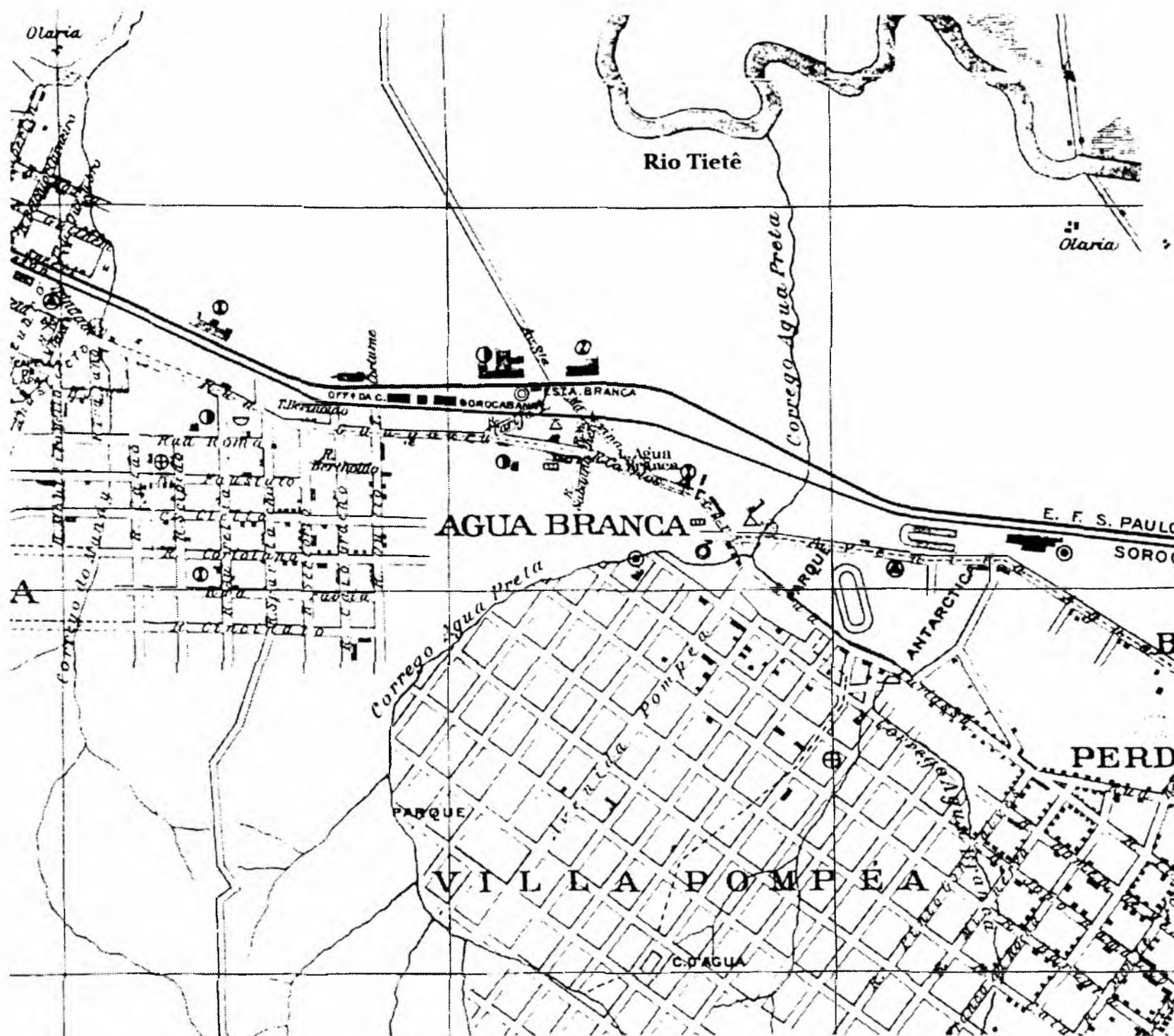
tes circunvizinhos se deu pelo crescimento dos últimos e não por seu próprio crescimento. Assim, foi o bairro de Perdizes que encontrou a Água Branca em sua expansão para sudoeste com a formação da Vila Pompéia no primeiro quartel do século corrente. Foi também a Lapa, através de sua expansão para leste que encontrou a Água Branca, com a formação da Vila Romana. A noroeste, parece-nos que foi a expansão da Barra Funda que se fundiu e se confundiu com a Água Branca. Enfim, a Água Branca foi se alterando muito mais em função do crescimento da porção central da cidade para oeste e do subúrbio da Lapa para leste, do que por um crescimento endógeno a partir do antigo núcleo de fábricas.

Este fato dará à Água Branca uma profunda heterogeneidade e seria responsável por uma fraca identidade enquanto bairro. E quanto mais enfraquecida a sua função industrial, devido ao processo de desindustrialização, mais fica enfraquecida sua frágil identidade enquanto bairro. É importante deixar claro, todavia, que a identidade de um lugar é dada por seus moradores. São eles que se identificam com os lugares. Aqui levantamos somente uma hipótese que deve, obrigatoriamente, ser confirmada ou negada empiricamente, por meio de uma pesquisa específica que deve ser realizada com muito cuidado.

De qualquer forma, somos tentados a afirmar, feitas as devidas ressalvas, que com a aceleração do processo de desindustrialização e com a paralela valorização imobiliária desta porção da cidade, o "bairro" da Água Branca, já facilmente confundido com todos os bairros circunvizinhos, tenderá, no futuro, a desaparecer, incorporando seus grandes lotes aos bairros vizinhos, sobretudo em sua porção leste e sul, onde encontra-se com Perdizes e Vila Pompéia⁹. Além disso, vale lembrar, os bairros não tem limites fixos, portanto, estes podem se alterar no decorrer da história.

Talvez somente os mapas e os nomes de parques, igrejas e estações guardem a existência

Mapa II: Água Branca e Imediações – 1914



Planta geral da cidade de São Paulo, organizada pela Comissão Geographica e Geológica, 1915. Escala 1:10.000.

e a memória do bairro, ou talvez nem isso. O córrego da Água Branca que deu nome ao bairro foi canalizado e desapareceu das vistas; a Avenida Água Branca teve seu nome alterado para Avenida Francisco Matarazzo, em homena-

gem ao homem que realizou ali o maior empreendimento do bairro, na década de 1920. É claro que estas mudanças de nomes não têm a menor relação com o processo de desindustrialização, contudo, de maneira indireta, contribuem

para acentuar uma possível perda de identidade do bairro. É importante deixar claro que estamos tão somente apontando hipóteses que surgiram durante a pesquisa, mas que precisam ser melhor apuradas numa pesquisa teórico-empírica específica sobre esta questão.

Inegável é que, a maneira como se deu o crescimento da cidade e dos bairros circunvizinhos alterou profundamente o espaço da Água Branca, acarretando-lhe uma grande valorização de seus terrenos ao longo da história.

Nesse sentido, é importante fazermos menção ao estudo de Lucila Herrmann, que analisou a extraordinária valorização da avenida/radial São João – Água Branca – Carlos Vicari-Guaicurus – Trindade (principal via de ligação do centro da cidade à Lapa, passando pela Água Branca), no período de 1914-34, decorrente da presença das vias férreas que valorizaram o bairro da Água Branca, sobretudo, para a implantação industrial.

Segundo HERRMANN, esta radial apresenta, a partir do centro da cidade em direção à Lapa, cinco zonas distintas de ocupação e, por conseguinte, de valorização do terreno urbano, sendo elas: a) “centro econômico-político-administrativo”; b) “área de transição ou deterioração”; c) “zona residencial modesta”; d) “zona residencial de luxo”; e e) “zona suburbana” das quais, as duas últimas incluem o bairro da Água Branca (HERRMANN, 1944).

A “zona residencial de luxo” estaria integralmente contida em nossa área de estudo, referindo-se à porção oriental do bairro da Água Branca. Segundo a autora, esta área “ocupa toda a Avenida Água-Branca, é habitada pela alta burguesia, constituída por famílias em geral abastadas, tradicionalistas, habitando casas confortáveis, luxuosas; por capitalistas e industriais, ou altos funcionários públicos. As residências são propriedades particulares, construídas em terreno espaçoso” (HERRMANN, 1944, p.34-35). Cabe salientar que a maioria destas casas ainda existe, no entanto, uma grande parte delas foi ocupada por escritórios comerciais. Esta área está situada, atualmente, entre o Par-

que da Água Branca (*Parque Fernando Costa*) e a Avenida Antártica, compreendendo ruas largas, arborizadas, com edificações de alto padrão, de no máximo três andares.

Por sua vez, a “zona suburbana” que “inicia-se no fim da Avenida Água-Branca, nas vizinhanças dos parques industriais, onde encontramos as fábricas Matarazzo, Franco-Brasileira, etc.” (HERRMANN, 1944, p.36); está contida parcialmente em nossa área de estudo, constituindo a porção ocidental da Água Branca, próxima da estação ferroviária, local em que encontramos a maior parte das indústrias. A partir daí, a radial se estende até o bairro da Lapa, bairro este que apresenta tanto indústrias (margeando a ferrovia), quanto um comércio popular e residências, predominantemente operárias. Situação que também vêm se alterando, na medida em que a Lapa também é um bairro que se encontra em processo de desindustrialização.

Com relação à valorização diferencial dos terrenos em função de sua localização, HERRMANN afirma que, de um modo geral, os maiores valores locativos encontram-se no centro e tendem a diminuir em direção à Lapa. A avenida Água Branca tem neste período sua valorização voltada à atração da atividade industrial em seu lado par, onde encontramos as indústrias e as ferrovias e, em seu lado ímpar, uma valorização voltada à implantação de uma zona residencial de luxo. Esta valorização refere-se ao período 1914/1934. Assim, se neste período houve uma valorização predominantemente voltada à implantação industrial na área, atualmente, notamos uma tendência oposta, com a função industrial perdendo importância para a função residencial das camadas média e média-alta e para a função comercial. O importante a notar por ora é que, por um motivo ou por outro, os terrenos da Água Branca vêm sofrendo uma grande valorização no decorrer da história.

Como se pode notar, a Água Branca é um espaço da cidade que apresenta usos do solo muito diferentes. A área apresenta desde

casas de alto padrão até grandes estabelecimentos industriais. Além disso, o bairro apresenta grandes lotes que são ocupados atualmente por *shopping centers* (o bairro possui três: o maior e mais recente inaugurado em maio 1991, é o *Shopping West Plaza*, com 220 lojas e 4 âncoras; o segundo maior e mais antigo, inaugurado em outubro de 1975, é o *Shopping Center Matarazzo* – que em novembro de 1998, teve seu nome alterado para *Shopping Center Bourbon* –, que ocupa a área da antiga *Oficina Mecânica e Fundição* da IRFM, com 95 lojas e 1 âncora; o terceiro e menor, é o *Shopping Pompéia Nobre*, inaugurado em 1990, ao lado do SESC Pompéia (PINTAUDI, 1992, p.20); pelo *Parque Fernando Costa*; pela *Sociedade Esportiva Palmeiras*, além do SESC Pompéia, das indústrias remanescentes e das ruínas da IRFM).

A nosso ver, o crescimento da Vila Pompéia e, sobretudo, de Perdizes com sua intensa verticalização, sobretudo a partir dos anos 1970, vem contribuindo muito para as mudanças processadas na Água Branca, na medida em que se cria uma grande demanda por serviços e lazer que não é satisfeita nos próprios bairros (Perdizes e, de maneira secundária, Vila Pompéia), sendo transferida para a Água Branca esta função. É possível, inclusive, afirmar que, atualmente, a Água Branca constitui uma espécie de apêndice de Perdizes. Uma espécie de área de compras e lazer. Esta hipótese fica mais patente, na medida em que, além dos *shoppings* citados, a Avenida Francisco Matarazzo, principal via do bairro, apresenta um comércio muito intenso, com lojas e serviços dos mais variados tipos. Este fato contrasta com a afirmação de HERRMANN sobre a área em 1934. Esta autora afirmou que “o comércio desaparece completamente na área residencial de luxo, para reaparecer de novo na Lapa” (HERRMANN, 1944, p.25). O comércio na Água Branca destina-se, em sua maior parte, ao atendimento da demanda das camadas média e média-alta que habitam as proximidades, ao contrário do comércio da Lapa, que se destina, em grande parte, às camadas populares.

Cumprir notar que os serviços oferecidos, sobretudo os grandes *shoppings*, na Água Branca, além de satisfazerem a demanda dos bairros próximos, ainda atendem, cada vez mais, uma demanda muito maior, devido a proximidade à marginal do rio Tietê, facilitando o acesso. A importância das vias marginais para os grandes *shoppings* é enfatizada por PINTAUDI ao afirmar que a estratégia de localização do conjunto dos *Shopping Centers* é “orientada para as marginais dos rios Tietê e Pinheiros. Construídas a partir da década de 60, essas vias expressas de circulação ‘aproximaram’ setores da cidade até então distantes” (PINTAUDI, 1992, p.36-37). E a autora conclui que “o espaço urbano passa, então, a ser concebido de acordo com as pressões do automóvel, certamente um dos principais responsáveis pela redefinição dos locais de compra” (PINTAUDI, 1992, p.29). O *Shopping Center West Plaza*, construído em 1991, é um dos exemplos dos tipos de *shopping* que são construídos visando uma grande demanda, tanto pelo seu grande porte, quanto por sua localização nas proximidades da via Marginal Tietê, o que lhe facilita o acesso, um dos aspectos fundamentais para a construção de um *shopping* de grandes proporções.

A construção das vias marginais, a partir da década de 60, alterou significativamente a paisagem urbana da Água Branca, não somente pelos motivos acima descritos, mas também por ter determinado a construção de dois grandes viadutos, sobre as linhas férreas, que fazem a ligação da Água Branca, Perdizes, Vila Pompéia e Vila Romana, principalmente, às vias marginais. Os dois viadutos (viaduto Pompéia na porção oeste e viaduto Antártica na porção leste) alteraram a paisagem do bairro, proporcionaram um incrível aumento do fluxo de veículos e, conseqüentemente, congestionamentos freqüentes.

No entanto, estas obras viárias contribuíram para atenuar a histórica divisão do bairro em dois, aquele ao sul das ferrovias (mais desenvolvido, urbanizado e integrado à cida-

de) e aquele ao norte das ferrovias (com uma ocupação escassa – grandes lotes vazios –, poucas edificações e baixa densidade populacional).

A este respeito, a proposta de “Intervenção Urbana Água Branca” realizada pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) em 1991¹⁰, constatou que *“uma das principais carências identificadas na área de intervenção foi a quase impossibilidade de transposição do leito da ferrovia, dificultando a integração física de toda a região”*, na medida em que, atualmente, só existem os dois citados viadutos e uma passagem de pedestres no final da rua Carlos Vicari, próximo da estação Água Branca da estrada de ferro. Desta maneira, a referida operação urbana propõe a *“definição de mecanismos que possibilitem a suplantação desta barreira, de maneira que a utilização da área a norte ocorra na mesma intensidade e qualidade daquela verificada a sul da ferrovia”* (EMURB, 1991, p.17). Para tanto, a operação propõe a construção de duas obras para a melhor transposição do leito das ferrovias, a saber: a) uma passagem aérea de pedestres, próximo ao encontro do viaduto Pompéia e da Avenida Francisco Matarazzo, que seria uma obra inevitável, tendo-se em vista a idéia de construir neste local a estação Água Branca do Metrô, no antigo terreno do núcleo de fábricas da IRFM¹¹ e b), uma avenida subterrânea de automóveis e pedestres, ligando a rua Carlos Vicari à Avenida Santa Marina, por sob os trilhos das estradas de ferro, local que possui atualmente uma pequena passagem aérea de pedestres. Segundo o documento, as duas obras são necessárias, pois suas localizações *“estarão revestidas de grande importância na medida em que significarão importantes eixos de circulação de pedestres pela necessidade de acesso ao transporte público, contribuindo para que em seu entorno surjam naturalmente pólos de atração comercial e de lazer, exigindo por parte do setor público uma preocupação especial com os aspectos relativos ao desenho urbano nestas áreas”* (EMURB, 1991, p.17).

Vejamos, agora, sucintamente, quais as principais diretrizes e ações empreendidas pelo poder público no bairro da Água Branca, de acordo com a proposta de intervenção urbana formulada em 1991.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a área compreendida pela operação é muito mais ampla do que o bairro da Água Branca. Ela abrange parcialmente três subdistritos, a saber, o leste do subdistrito da Lapa, o nordeste do subdistrito da Barra Funda e o norte do subdistrito de Perdizes, sendo limitada ao norte pelo canal do rio Tietê; a leste pela ponte da Freguesia do Ó, seguindo pelas Avenidas Comendador Martinelli, Santa Marina e rua Carlos Vicari; a oeste pela ponte da Casa Verde, seguindo pelas avenidas Abraão Ribeiro e Paqueta; e ao sul pela rua Turiassu. Este fato, sem dúvida, dificulta, em determinados aspectos, a análise desta operação no que tange aos problemas específicos de nosso estudo, na medida em que, apesar da operação reconhecer inúmeras subáreas e as grandes diferenças entre elas no interior da área como um todo, algumas das análises são feitas tendo-se os dados da área total. Assim, sempre que as análises e propostas são feitas genericamente no documento da operação, não podemos absorvê-las como específicas de nossa área de estudo, que se restringe a uma parcela da área total da operação.

A análise deste documento como um todo revela, explicitamente, uma preocupação constante de controlar ou, muitas vezes, diminuir consideravelmente as atividades industriais da área, e é dada ênfase para sua diminuição na área que corresponderia, grosso modo, ao bairro da Água Branca. Este “estímulo” do poder público ao recuo da atividade industrial consiste, em realidade, no reconhecimento de que a área valorizou-se e a atividade industrial vem perdendo importância e recua na área. A nosso ver, a diretriz de controlar a expansão ou mesmo estimular a saída de indústrias relaciona-se à idéia de “embelezar o espaço” e, assim, con-

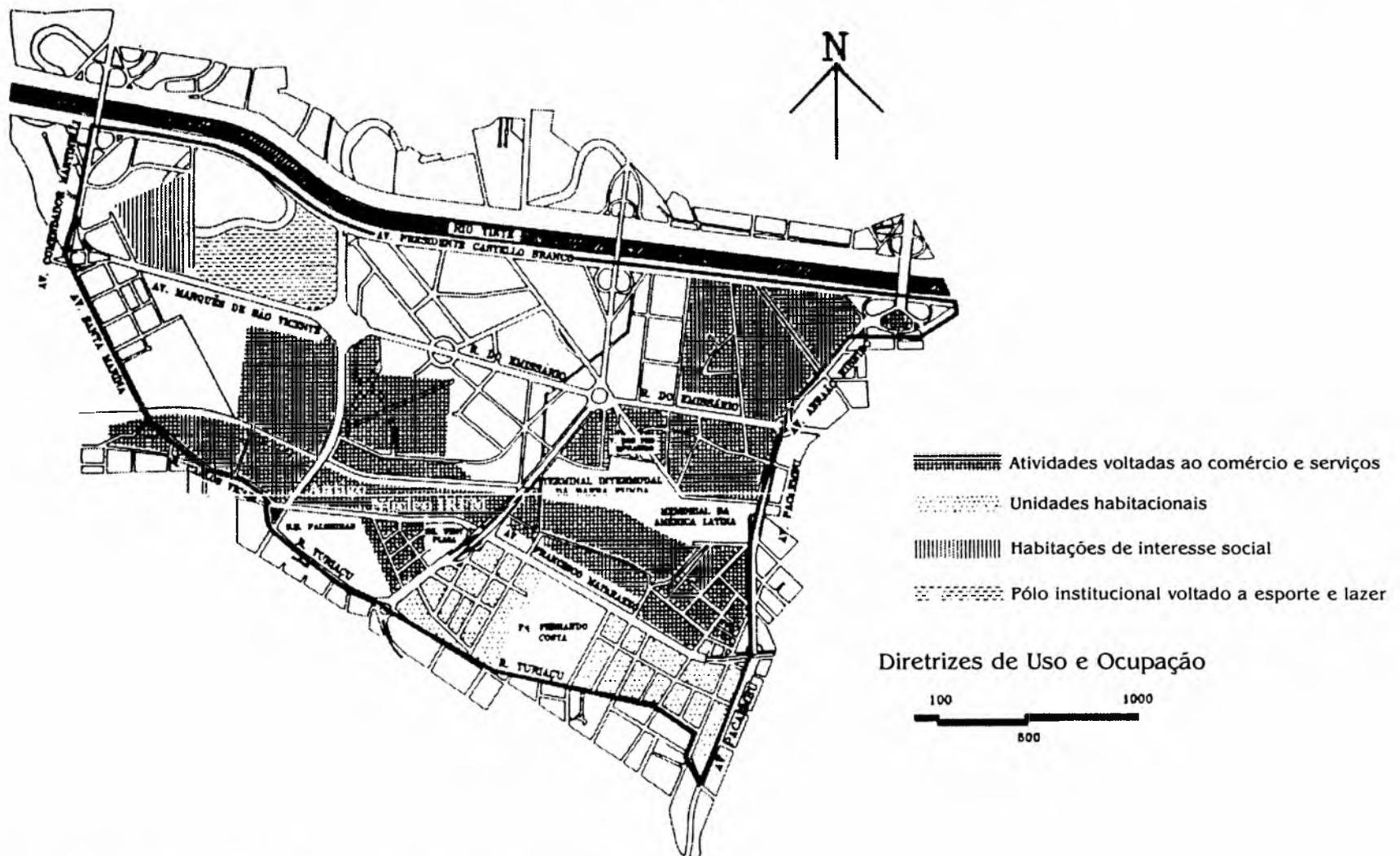
tribuir para a sua valorização, tanto para a atividade terciária quanto para a residencial destinada as camadas média e média-alta.

Assim, a operação redefine os usos prioritários da área, dando novas diretrizes de uso e ocupação (com grande estímulo à implantação de atividades terciárias) e empreendendo algumas importantes obras, sobretudo no sistema viário, o que, de certa forma, acaba também alimentando o processo de desindustrialização. Para tanto, a operação sugere mudanças no zoneamento da área, diminuindo o número de

zonas que permitam atividades industriais e criando mecanismos que induzam a ocupação dos terrenos vazios (que representam uma área de 788.655 m² ou 23% da área total objeto da operação) “através do reparcelamento do solo e da implementação de sistema viário local” (EMURB, 1991, p.2).

O mapa III demonstra este fato, mostrando as diretrizes de uso e ocupação proposta na operação urbana (ver mapa III, notando que, o bairro da Água Branca corresponde, grosso modo, à porção sudeste do mapa).

Mapa III: Diretrizes de uso e ocupação proposta pela “Operação Urbana Água Branca” – 1991



A operação propõe ainda, como dissemos, a realização de uma série de obras de infra-estrutura, sobretudo no referente ao sistema de transporte e circulação, contribuindo para a viabilização do incremento do setor terciário. Estas obras incluem a abertura de novas avenidas, alargamento e extensão de avenidas existentes, construção de passagens sobre ou sob as ferrovias, parcelamento em lotes menores de grandes áreas vazias, construção de uma nova ponte sobre o rio Tietê, no final da avenida Pompéia/Água Preta¹², obra esta já concluída (Ponte Júlio de Mesquita Neto, ou popularmente, Ponte da Pompéia); etc.

O documento da operação urbana esclarece que a viabilização financeira de um conjunto tão amplo de obras (estimativa total do gasto de US\$ 137.700.000, sendo 52% deste valor para as obras do sistema viário, 25% para as de drenagem, 10% para as de habitação, 5% para áreas verdes e 8% para a estação Água Branca do Metrô) será obtida, a partir de negociações entre as esferas municipal e estadual e o setor privado, além das contribuições de melhora da população residente na área. O prazo estabelecido para a implementação e conclusão das obras é de 16 anos e a estimativa total dos recursos arrecadados para a operação é de US\$ 155.148.000, portanto, superior à estimativa de gastos (EMURB, 1991, p.48).

A Água Branca, pelo que vem sendo exposto, além de permanecer um espaço heterogêneo e repleto de contrastes, apresenta uma excelente infra-estrutura em equipamentos urbanos, o que concorre para que este espaço seja ainda mais valorizado (pelos empreendedores imobiliários).

O mapa IV, mostra a Água Branca no início da década de 1970, momento no qual o bairro ainda apresentava grande quantidade de indústrias.

Comparando-se o mapa IV com os mapas I e II, vemos que a área urbana ao sul está muito mais edificada e o arruamento já se completou totalmente. Ao norte, no entanto, ainda

encontra-se um grande vazio, que foi ampliado em meados da década de 1980, com a demolição de grande parte do núcleo de indústrias da Matarazzo. Além disso, muitas mudanças urbanas e urbanísticas vêm ocorrendo a partir da década de 1970, contribuindo para que este espaço se valorize e se desindustrialize.

Assim, pode-se concluir, pelo que foi exposto, que a grande valorização dos terrenos do bairro, associadas à localização privilegiada deste no conjunto metropolitano, somada às grandes intervenções do poder público que garantiram ao bairro uma eficiente infra-estrutura, tanto no que se refere aos transportes (por meio da construção de grandes obras viárias – viadutos Pompéia e Artarctica na década de 60 – e da construção da estação terminal do Metrô Barra Funda na segunda metade da década de 80) quanto ao saneamento básico, iluminação pública, etc., e serviços que a metrópole e, em especial, no caso abordado, os bairros de Perdizes e Vila Pompéia, requerem cada vez mais, acentuam o seu processo de desindustrialização. Ou seja, todos esses fatores, de ordem geográfica, política e econômica, conjugados garantiram uma grande valorização imobiliária no bairro, o que, por sua vez, tem acentuado a função comercial deste, em detrimento da sua função industrial.

Quanto ao recuo da indústria, é muito difícil determinar o momento em que o processo de desindustrialização se inicia, isso porque os fatores que influem neste processo, além de serem extremamente complexos, são muitos, desde os de caráter macroeconômico até os que se manifestam na escala do bairro ou de setores do bairro.

Nesse sentido, concordamos com ANDRADE, quando, analisando o recuo da indústria “tradicional” nos bairros do Brás, Mooca e Belenzinho, afirma que “as mudanças que ocorrem na indústria estão entrelaçadas a mudanças que ocorrem na cidade numa intrincada trama de relações difícil de ser desvendada” (ANDRADE, 1991, p.212). Este fato agrava-se se levamos

nacionais que produziam predominantemente bens de consumo não duráveis. E foram, sobretudo, indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis que se instalaram, desde o final do século passado, na Água Branca.

5. Desindustrialização: um processo de múltiplas faces

Como já assinalado, a compreensão do processo de desindustrialização que vislumbramos na Água Branca está assentada numa grande quantidade de elementos que se entrelaçam numa trama complexa.

Desta forma, durante a pesquisa levantamos uma série de hipóteses que, de maneira geral, podem ser assim resumidas: por um lado, podemos compreender o processo de desindustrialização através do entendimento das condições históricas do processo de industrialização, levando-se em consideração as transformações macroeconômicas ocorridas durante todo o processo, discussão esta que nos levou à idéia de que com as mudanças econômicas advindas com o processo de industrialização pesada, a partir de meados da década de 1950, inicialmente com o Plano de Metas e num segundo momento com o "milagre econômico" do regime militar, mudaram-se os eixos de industrialização e foi dado estímulo às indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Assim, as indústrias nacionais que produziam predominantemente bens de consumo não duráveis passaram a enfrentar problemas, por um lado, pelo pequeno interesse dedicado a elas pela política econômica a partir de 1956 e, por outro lado, pela maciça entrada de empresas transnacionais (mais dinâmicas e competitivas) que lhes reduziu o mercado. Além disso, cumpre ressaltar a importante contribuição da mudança do eixo de industrialização para o rodoviário, decorrente de uma política de privilegiamento do setor rodoviário em detrimento do ferroviário, fruto, em grande parte, da implantação da grande indústria automobilística durante a industrialização pesada.

Por outro lado, a pesquisa percorreu as condições da urbanização paulistana, buscando elucidar as mudanças processadas na metrópole, mais especificamente, no bairro da Água Branca. Nesse sentido, acreditamos que a valorização imobiliária que se dá fortemente no bairro, levando este a atrair empreendimentos do setor terciário (ligados, sobretudo, ao comércio) em detrimento do secundário, particularmente o setor industrial, contribui na elucidação da desindustrialização. Acreditamos que esta idéia é decorrente, em parte, da localização privilegiada do bairro no conjunto metropolitano e das obras urbanas operadas ao longo da sua história pelo poder público. Ainda sob esta perspectiva, o grande crescimento e verticalização do bairro vizinho de Perdizes que, ao que tudo indica, parece estar incorporando o espaço da Água Branca, acentua o processo de desindustrialização. Todos estes elementos contribuem no sentido de valorizar o bairro e, por conseguinte, atrair uma grande variedade de comércio e serviços, forçando, em certo sentido, a saída de indústrias.

Analisando, pois, sob a ótica das indústrias instaladas na Água Branca, vemos que estas sofreram "pressões" em dois sentidos. Num primeiro, das macro políticas econômicas que, por qualquer ângulo que se veja o problema, as desfavoreceram em prol das empresas transnacionais e em prol das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis e bens de produção. Num segundo sentido, da grande valorização imobiliária que sofreu o bairro da Água Branca e da crescente demanda por serviços que a metrópole como um todo passa a exigir.

Em suma, é nas relações entre os processos de industrialização e urbanização que procuramos levantar uma complexa trama de elementos que contribuem para desvendar, ao menos parcialmente, o processo de desindustrialização que está em andamento no bairro da Água Branca. Vale lembrar que o fato desse processo estar em pleno desenvolvimento, acentua a dificuldade de buscar a sua compreensão.

Notas

- * O presente artigo procura ressaltar algumas das questões abordadas no decorrer de uma pesquisa realizada durante o bacharelado do autor, com auxílio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) e sob orientação da Professora Dra. Margarida Maria de Andrade, intitulado *Industrialização e Desindustrialização na Metrópole Paulistana: o caso da Água Branca*, e apresentado como Trabalho de Graduação Individual ao Departamento de Geografia da FFLCH-USP em 1998 (270p).
- 1 No que tange as ações e diretrizes do poder público para o bairro, utilizamos como fonte os documentos da proposta de "Intervenção Urbana Água Branca", da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), de setembro 1991.
 - 2 A Água Branca é o extremo norte do subdistrito de Perdizes.
 - 3 Vale lembrar que a *E.F. Sorocabana* têm na Água Branca uma oficina de reparos.
 - 4 A *Companhia Antartica Paulista* foi fundada por Joaquim Salles em 1885. Inicialmente produzia gelo e banha, mas pouco tempo depois, em 1891, foi adquirida por Von Bulow e Zerenner, passando então a fabricar cerveja e abandonando a fabricação de banha. Segundo Reis Filho, o nome Antactica (alusão ao continente gelado) está ligado a fabricação de gelo e não de cerveja, pois foi a fabricação de gelo a atividade da fábrica inicialmente (REIS FILHO, 1994, p.114). Segundo ANDRADE, a *Cia. Antartica Paulista*, a partir de 1891, deu início a "produção de cerveja em grande escala, no Estado." (ANDRADE, 1991, p.108). Na porção sul do terreno que não tinha contato direto com a ferrovia (devido à presença da Avenida Água Branca) a empresa construiu o *Parque Antartica* que, segundo Reis Filho, constituía um espaço de recreação, aberto ao público, no qual a cervejaria realizava a promoção de seus produtos (REIS FILHO, 1994, p.115). *Zerenner & Bullow*, que havia comprado a *Cervejaria Bavária* na Moóca, em 1904, e que para lá havia transferido suas instalações, vendeu as antigas instalações fabris, em 1919, para a *Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo*, que não tardou a construir ali um grande núcleo de fábricas. O *Parque Antartica*, por sua vez, foi vendido para o clube *Palestra Itália*, atual *Sociedade Esportiva Palmeiras*, que ali construiu um estádio de futebol e a sede social e recreativa do clube (ANDRADE, 1991, p.109).
 - 5 A *IRFM* instalou na Água Branca, em realidade, um grande conjunto integrado de fábricas, realizando um antigo sonho de seu idealizador, o Conde Francesco Matarazzo. Este foi, sem dúvida, o maior empreendimento industrial que o bairro teve. O núcleo de fábricas da *IRFM* foi construído num terreno que constituía-se de duas glebas contínuas, sendo a primeira de 97.296 m² e a segunda de 13.771 m² com sua frente voltada para a antiga estrada da Água Branca (atual avenida Francisco Matarazzo) e seu fundo margeado pelas estradas de ferro *Sorocabana* e *São Paulo Railway*. Sua extensão lateral pode ser delimitada, atualmente, pelos atuais viadutos Pompéia, a esquerda e, Artarctica, a direita. O terreno era de propriedade da *Companhia Artarctica Paulista* e nele funcionava uma fábrica de gelo e cervejas, como já dito na nota anterior. Neste núcleo funcionaram diversas fábricas, que produziam os mais variados produtos, como: velas e glicerinas, sabões e sabonetes, óleos comestíveis e industriais, produtos químicos variados, rações, gesso, etc. O núcleo iniciou suas atividades em 1922, teve seu auge em meados da década de 1950 e foi definitivamente fechado em 1986. Grande parte de suas antigas edificações foram demolidas e alguns poucos edifícios foram tombados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Desde 1993, o terreno pertence a uma empresa de engenharia, a *Ricci e Associados – Eng. e Comércio Ltda.*, que iniciou a construção de uma grande obra no terreno (segundo informações preliminares trata-se de quatro edifícios comerciais de alto padrão).
 - 6 A *Vidraria Santa Marina* foi fundada pelos sócios Elias Fausto Pacheco Jordão e Antônio Prado, em 1896, após terem constatado a existência de areia de boa qualidade no subsolo das proximidades de seu terreno na Água Branca. Segundo Reis Filho, o motivo principal da instalação da fábrica de vidros, era atender a demanda por garrafas da

- vizinha *Cia Antártica Paulista*, da qual o próprio Antônio Prado era membro do conselho fiscal. (REIS FILHO, 1994, p.115). De acordo com LANGENBUCH, a *Santa Marina* empregava em 1909, 408 operários (LANGENBUCH, 1971, p.87).
- 7 Segundo LANGENBUCH, o *Curtume Franco-Brasileiro* empregava 53 operários em 1909.
 - 8 Apesar de não fazer parte do bloco compacto, a Água Branca já se achava, por volta de 1925, continuamente ligada a ele, pela radial São João-Água Branca-Guaicurus.
 - 9 Vale lembrar que o bairro da Água Branca, administrativamente, é integrante atualmente do subdistrito de Perdizes, o que indica que o bairro já teve uma importância bem maior no início do século, quando foi um dos primeiros bairros da cidade a se formar com o início da industrialização (ver mapa I).
 - 10 A iniciativa de formular e executar a "Operação Urbana Água Branca", partiu da Secretaria Municipal do Planejamento em 1989, na medida em que, o Plano Diretor do Município de 1985, estabelecia a Água Branca/Barra Funda como "área de especial interesse para a implementação de operação urbana". Assim, a partir de estudos e diagnósticos preliminares realizados em 1989, a EMURB, em 1991, elaborou um documento denominado de "Operação Urbana Água Branca" que foi encaminhado à câmara dos vereadores, discutido, reelaborado na forma de Lei, votado e, finalmente, aprovado em novembro de 1994. No ano seguinte, o então Prefeito Paulo Salim Maluf, sancionou a Lei. Assim, a partir de 1996, ela deveria começar a ser executada. Cumpre ainda esclarecer, a definição do que é uma "operação urbana", segundo a EMURB: uma operação urbana é "um conjunto de mecanismos jurídicos, institucionais e financeiros voltados ao cumprimento de um plano de renovação urbana, abrangendo em seu escopo desde a adequação das infra-estruturas públicas até a definição de padrões adequados de desenho urbano." (Operação Urbana Água Branca, EMURB, 1991, p.12-13)
 - 11 Esta estação seria a primeira de uma possível extensão da linha Leste-Oeste do Metrô, a partir da estação Barra Funda.
 - 12 Originalmente, o projeto desta ponte é de 1979. Portanto, a "Operação Urbana Água Branca" de 1991, somente insiste na necessidade de realização desta obra.

Bibliografia

- ANDRADE, Margarida Maria de. *Bairros Além-Tamanduaté: o imigrante e a fábrica no Brás, Moóca e Belenzinho*. Tese de Doutorado, FFLCH – USP – Departamento de Geografia, São Paulo, 1991.
- CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro-São Paulo, DIFEL, 1977.
- DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Tradução de Otávio Mendes Cajado, 4.ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1991.
- EVANS, Peter; QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Um Delicado Equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira. In: *Multinacionais: Internacionalização e Crise*, Caderno Cebrap 28, São Paulo, Brasiliense/Cebrap, 1977.
- GUGLIELMO, Raymond. *Desindustrialisation et Evolucion de L'emploi à Saint-Denis*. Paris, s/d, (mimeo).
- HERRMANN, Lucila. Estudo do desenvolvimento de São Paulo através da análise de uma radial: a estrada do café (1935). In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano X, volume XCIX, São Paulo, Departamento Municipal de Cultura, 1944.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A Estruturação da Grande São Paulo – Estudo de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971.

- LEFÈBVRE, Henri. Industrialização e Urbanização. In: *O Direito à Cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Moraes, 1991.
- LÊNCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SOUZA, Maria Adélia A. de et al; (orgs.). *Território - Globalização e Fragmentação*, 3.ed., São Paulo, Hucitec/Anpur, 1996.
- LESSA, Carlos. *15 anos de Política Econômica*. São Paulo, Editora da UNICAMP/Brasiliense, 1975.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 6.ed., São Paulo, Hucitec, 1996.
- NEGRI, Barjas. *Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880-1990)*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1996.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. In: *Estudos Cebrap 2*. São Paulo, Editora Brasileira de Ciências/Cebrap, 1972.
- PETRONE, Pasquale. São Paulo no século XX. In: AZEVEDO, Aroldo de (direção). *A Cidade de São Paulo – Estudos de Geografia Urbana – A Evolução Urbana*. Vol. II, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958.
- PINTAUDI, Silvana Maria. O Shopping Center no Brasil – condições de surgimento e estratégias de localização. In: PINTAUDI e FRUGOLI Jr. (orgs.). *Shopping Center: Espaço, Cultura e Modernidade nas Cidades Brasileiras*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.
- RAMOS, Aluísio Wellichan. *Industrialização e Desindustrialização na Metrópole Paulistana: o caso da Água Branca*. Trabalho de Graduação Individual, FFLCH – USP – Departamento de Geografia, São Paulo, 1998.
- REICHSTUL, Henri-Philippe e GOLDENSTEIN, Lídia. *Do Complexo Cafeeiro à Industrialização – Sessenta anos de economia*. São Paulo, 1980.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e Outras Cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo, Hucitec, 1994.

Fontes

- CONDEPHAAT, *Processo n.º 24.203/1985 referente ao "Estudo de tombamento do Edifício que abriga as instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, sito à Av. Francisco Matarazzo, n.º 1.096 – Capital, São Paulo, 1985.*
- CONDEPHAAT, *Contestação ao estudo de tombamento do Edifício que abriga as instalações das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, sito à Av. Francisco Matarazzo, n. 1.096 – Capital, São Paulo, 1985.*



DO FORDISMO À PRODUÇÃO FLEXÍVEL – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM UM CONTEXTO DE MUDANÇA DAS ESTRATÉGIAS DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL¹

Adriano Botelho*

RESUMO:

O presente trabalho tem como tema a intrincada rede de relações entre o espaço da indústria e as estratégias de produção e reprodução do capital, em um contexto de transformação dessas estratégias, privilegiando o estudo da indústria automobilística instalada no Brasil. Essa transformação das estratégias de acumulação do capital foi aqui analisada como sendo a passagem do chamado *fordismo* para a *produção flexível*. Buscou-se, então, detectar quais são as principais mudanças (políticas, sociais, econômicas e espaciais) que ocorrem nessa passagem, e como ela altera os fatores de localização industrial no território.

PALAVRAS-CHAVE:

Produção do espaço, fordismo, produção flexível, indústria automobilística, espaço da indústria.

ABSTRACT:

This work aims the examination of a complex network between industry's space and capital's production and reproduction strategies, in a context of changes in these strategies, detaching the motor car industry established in Brazil. These changes in the strategies of capital's accumulation were here analyzed as being the transition of *fordism* to *flexible production*. It was sought, then, to detect what are the main changes (political, social, economical and spatial ones) which take place in this transition and how it changes the industrial location factors in the territory.

KEY WORDS:

Production of space, fordism, flexible production, motor car industry, industry's space.

Introdução

Muitas das estratégias de produção e reprodução do modo de produção capitalista passam por transformações nas últimas décadas do século XX. Essas transformações afetam

a organização do espaço da indústria (interno e externo) e também a própria produção do espaço. O presente artigo trata dessas transformações e suas relações com o espaço, trazendo idéias desenvolvidas ao longo de aproximadamente quatro anos de estudo para a elaboração

* Mestre em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Endereço para correspondência: Av. Angélica, 727 – apto. 91, Santa Cecília, São Paulo - SP, CEP: 01227-000. E-mail: adrianobotelho@usa.net.

da dissertação de mestrado do autor. O trabalho de dissertação apoiou-se em pesquisa bibliográfica, em levantamento de dados de fontes diversas e em entrevistas com representantes e operários da Volkswagen do Brasil em São Bernardo do Campo (SP) e Resende (RJ) e com membros do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Grande parte das idéias aqui apresentadas encontra-se desenvolvida ao longo do texto da dissertação. Trechos das entrevistas realizadas e a referência bibliográfica completa do trabalho encontram-se no texto da dissertação; aqui foram mencionados apenas os autores citados diretamente.

O objeto mais amplo de estudo da dissertação foi a produção do espaço da indústria, privilegiando a indústria automobilística brasileira, no contexto de passagem do chamado *fordismo* para a *produção flexível*. O trabalho teve como objetivo o exame da intrincada rede de relações entre o espaço e as estratégias de produção e reprodução do capital. Estratégias essas que estão sofrendo um processo de transformação.

A passagem do *fordismo* para a *produção flexível* foi analisada no contexto das contradições existentes entre as relações sociais de produção, o desenvolvimento das forças produtivas e a orientação da ação dos trabalhadores, com implicações e contra-ações² na produção do espaço sob o modo de produção capitalista.

Outro elemento foi levado em consideração para o estudo do modo capitalista de produção e suas implicações espaciais: o fundo público ou *antivalor* (OLIVEIRA, 1988, p.10). Ele teria se tornado um componente estrutural da reprodução do capital (sendo decisivo na formação da taxa média de lucro das grandes empresas) e da força de trabalho (através do *salário indireto* composto pelos gastos públicos com saúde, educação, moradia, transporte etc. dos trabalhadores, gastos que são denominados por Oliveira de *antimercadorias*) (OLIVEIRA, 1988, p.10). O controle das decisões de alocação das parcelas do fundo público destinadas ao capital

passou a ser um componente decisivo na análise locacional das indústrias, na medida em que o Estado, por meio de concessões fiscais às grandes empresas³ pode interferir ativamente na localização das empresas em seu território.

Aos fatores de localização industrial tradicionais – como a proximidade do mercado consumidor, das fontes de matérias-primas e recursos energéticos, da oferta de mão-de-obra e a existência de infra-estrutura adequada à produção (meios de comunicação e transportes) – foi somado, então, não somente o fundo público, mas o peso de cada classe social no controle desse fundo.

A escolha da indústria automobilística se deu por uma série de motivos. Incluem-se as empresas automobilísticas, no mundo e no Brasil, entre as pioneiras do processo de reestruturação tecnológica observado nos últimos anos (OLIVEIRA, 1998, p.182). Adicionalmente, não podemos nos esquecer do peso que tal indústria possui no Brasil, seja em termos de valor da produção (correspondente a 10,7% do PIB Industrial do Brasil)⁴, seja em termos do número de empregados⁵, sendo por isso, um dos setores líderes na indústria nacional. Tal setor foi o escolhido também por se revelar ainda um dos mais dinâmicos em nossa economia, desempenhando um papel significativo na esfera da produção e na integração das cadeias produtivas (CASTRO, 1994, p.117). Complementarmente, dado o peso do setor na economia brasileira⁶, as relações deste com o Estado também se revelaram importantíssimas, por meio da concessão de subsídios, incentivos fiscais, políticas específicas para o setor etc. Finalmente, há também uma razão política: esse setor industrial foi cenário de algumas das lutas mais importantes da classe operária no Brasil contemporâneo (CASTRO, 1995, p. 12). Essa importância econômica, política e social não deixa de ter também uma importância muito grande no estudo da produção do espaço.

Ou seja, o setor automobilístico brasileiro seria um caso paradigmático das recentes

transformações no capitalismo contemporâneo, e, dada a sua importância e influência, também um exemplo de como o espaço geográfico é produzido e reestruturado a partir de tais transformações.

O fordismo

Ao longo da elaboração da dissertação, o termo *fordismo* foi considerado como o conjunto de práticas econômicas, técnicas, gerenciais, políticas e sociais que, combinadas, formaram uma estratégia específica de o capital reproduzir-se de forma ampliada.

Na escala da firma, o *fordismo* foi caracterizado como a união entre o trabalho parcelado, fragmentado, com postos de trabalho fixos e a esteira, que levava as peças e componentes para o operário, acarretando uma economia de tempo para a produção. Também foi desenvolvida uma completa e consistente intercambiabilidade das peças e dos trabalhadores, já que estes realizavam tarefas relativamente simples e que requeriam pouco treinamento. Tais inovações teriam levado ao extremo o desenvolvimento da divisão do trabalho no interior da fábrica, ao possibilitar a padronização das peças e, conseqüentemente, aumentar a especialização da mão-de-obra. Assim, cada trabalhador, em seu posto de trabalho fixo, realizaria apenas uma tarefa específica.

Outra característica da fábrica *fordista* foi a verticalização da produção industrial. Grandes estabelecimentos industriais, verdadeiros complexos produtivos, responsáveis pela produção de parte considerável das peças utilizadas pelas grandes corporações em sua produção, utilizando uma força de trabalho com pequena mobilidade no interior da planta, são o exemplo mais bem acabado da fábrica *fordista* em sua espacialidade.

Observa-se ao longo do desenvolvimento das estratégias de acumulação *fordistas* a organização do operariado e o subseqüente

fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, fato em parte resultante do acúmulo de operários nas indústrias e da conseqüente maior facilidade de organização e mobilização dos trabalhadores. Observa-se nos países ricos o acirramento das lutas entre o capital e o trabalho pela repartição da mais-valia gerada, com um aumento na segurança no emprego, queda nos níveis de desemprego e aumentos reais do salário, seja pelos aumentos no salário direto, seja pelo salário indireto (seguridade social). A idéia de Ford de produção em massa e consumo de massa só pôde se realizar a partir do momento em que uma classe operária forte exigiu uma parcela maior da riqueza gerada e a destinou ao consumo. As especificidades históricas do pós-guerra, principalmente a “ameaça comunista” também contribuíram para que a classe que vive do trabalho pudesse extrair maiores conquistas dos representantes do capital e do Estado. O poder de barganha da classe trabalhadora tornou possível também uma participação maior dessa classe na repartição do fundo público.

Por meio de lutas e compromissos travados pelas forças sociais o *fordismo* se articulou como um *modo de vida total* (HARVEY, 1993, p.131) nos países capitalistas desenvolvidos no pós-guerra. As relações entre o sindicato forte, a grande corporação e o Estado formaram o chamado *compromisso do fordismo* nos locais em que essa estratégia de acumulação capitalista se desenvolveu plenamente. O Estado teve de assumir novos (*keynesianos*) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve de se ajustar em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O resultado desse compromisso foi que, pela primeira vez em sua história, o capitalismo nos países avançados combinou, então, crescimento econômico e pleno emprego; mecanismos de

mercado e políticas estruturantes com ampliação e diversificação da intervenção estatal; economia internacionalizada e administração da demanda agregada; descentralização das decisões capitalistas e contratação coletiva crescentemente centralizada; elevação da produtividade e distribuição de renda (MATTOSE, 1994, p.14) (distribuição que se deu principalmente por meio do chamado "salário indireto" parte do fundo público, aplicado em saúde, educação, financiamento ao consumo etc.).

O processo de centralização e concentração do capital resultante das estratégias *fordistas* materializou-se no espaço pela concentração das atividades industriais em alguns pontos do território. O local privilegiado foi a cidade, em geral a grande cidade equipada com infra-estrutura e mercados eficientes (de mão-de-obra, de capitais, financeiro, de matérias-primas, consumidor). O espaço *fordista* caracterizou-se, então, pela centralização do capital e pela concentração das atividades e da população no território.

A centralidade das grandes cidades ao longo do desenvolvimento industrial levou à formação de *economias de localização* (aquelas que resultam da aglomeração de atividades similares ou vinculadas em um espaço restrito) e *economias de urbanização* (aquelas que beneficiam toda a indústria que se instala em uma cidade importante, como acesso a infra-estrutura e meios de comunicação e transporte adequados, a existência de mão-de-obra e quadros técnicos qualificados, uma estrutura de reprodução da força de trabalho e de consumo etc.). O outro lado da moeda seria as *deseconomias externas*, ou seja, os aspectos negativos resultantes da concentração de atividades industriais em um determinado ponto do território (como a poluição, a saturação da infra-estrutura, o alto custo dos terrenos etc.).

Observa-se também a internacionalização, ou mundialização, do *fordismo*, sobretudo no período relativo à segunda metade do século XX. Para ERIC HOBBSBAWM (1996, p.272), três

aspectos dessa internacionalização foram particularmente óbvios: as empresas transnacionais (muitas vezes conhecidas como "multinacionais"), a nova divisão internacional do trabalho (por meio da industrialização de alguns países pobres)⁷ e o aumento de financiamento *offshore* (externo), ou seja, o fortalecimento do setor financeiro do capital. Esses elementos de expansão espacial do *fordismo* tiveram um efeito perturbador para o seu equilíbrio, dando lugar a uma crescente incerteza sobre o futuro do sistema capitalista.

De forma geral, a crise do *fordismo* pode ser estudada como mais uma crise do capitalismo, ligada à tendência de queda na taxa de lucro devido ao aumento da composição orgânica do capital⁸, com a conseqüente *desmedida* do capital⁹. O aumento relativo do peso do capital em relação ao trabalho acabou por forçar uma diminuição do nível de emprego de massa e de consumo de massa, o que minou as bases do *compromisso fordista*, que passou a funcionar como uma camisa de força para a acumulação do capital. A aliança entre o "grande governo" o "grande trabalho" e o "grande capital" que anteriormente contribuía para a constituição de um círculo virtuoso de crescimento das economias capitalistas, passou a funcionar como um círculo vicioso de estagnação e inflação. Isso as obrigou a entrar em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical).

A expansão espacial da indústria *fordista* também teve graves conseqüências para a sua crise. Já no fim da década de 1960 se dá um acirramento das pressões competitivas entre as grandes empresas norte-americanas e as não americanas na luta pela conquista de mercados. Ao lado da recuperação das economias da Europa Ocidental e do Japão, com a conseqüente saturação de seus mercados consumidores, ocorreram, no período, políticas de substituição de importações em países do Terceiro Mundo (em particular em alguns países da

América Latina) e o avanço das multinacionais em um processo de *manufatura no estrangeiro* (HARVEY, 1993, p. 135), em especial no Sudeste Asiático. A intensificação da competição internacional entre as empresas levou a uma pressão maior sobre o mercado de insumos (que se tornaram mais caros, como no caso do petróleo a partir de 1973) e sobre o mercado consumidor (os produtos finais tornaram-se mais baratos relativamente aos meios de produção), o que, por sua vez, afetou a lucratividade do capital. Houve também alguns sinais de diminuição na produtividade da mão-de-obra em vários países (HOBSBAWM, 1996, p.279).

As estratégias empregadas tanto pelas empresas como pelo Estado *keynesiano* não produziam mais uma resposta adequada ao novo cenário mundial. A injeção de poder aquisitivo por parte de Estado de Bem-Estar, como forma de compensar as deficiências no investimento privado com seus próprios gastos, resultou em uma inflação mundial de custos e em uma fuga maciça de capitais para os mercados mundiais *offshore* (ARRIGHI, 1996, p.316). Ou seja, o problema enfrentado pelas economias de grande parte dos países capitalistas estava ligado ao excesso de capital, e não a uma crise de subconsumo, daí a inocuidade das políticas públicas de estímulo ao consumo.

Uma nova articulação entre os elementos do modo capitalista de produção tornou-se, então, necessária para a sua sobrevivência. As mudanças quantitativas observadas ao longo do desenvolvimento do *fordismo* levaram a uma crescente *desmedida* do sistema. Uma nova articulação entre a quantidade e a qualidade passou a ser buscada pelos agentes sociais com a reestruturação das estratégias de acumulação, e essa nova articulação será tratada adiante, sob o nome de *produção flexível*.

A produção flexível

Chamei de *produção flexível* ao conjunto de estratégias que corresponderam às novas

práticas de acumulação do capital em resposta à crise do capitalismo de meados da década de 1970. Não se considerou no trabalho, portanto, que tenha ocorrido qualquer tipo de superação do *capitalismo*.

Na escala da firma as inovações organizacionais baseiam-se na produção sob o sistema *just in time* e na *auto-ativação* da produção (CORIAT, 1994, p.11).

O *just in time* consistiria na forma de administração da produção industrial e de seus materiais, segundo a qual a matéria-prima e os estoques intermediários necessários ao processo produtivo são supridos no tempo certo e na quantidade exata. Através dele, busca-se chegar a um estoque zero (LISBOA, 1997, p. 147-148). Conjuntamente à gerência pelos estoques, as empresas buscam terceirizar parte de suas atividades e criar uma rede de fornecedores subcontratados estáveis. As conexões interempresas favorecem a concentração espacial destas. Privilegia-se tendencialmente as *aglomerações urbanas* (LEBORGNE & LIPIETZ, 1994, p.235).

A *auto-ativação* da produção se constituiria pelo aumento da unidade de trabalho – a *tarefa*, o ciclo de movimentos e/ou operações a cargo de um indivíduo ou de um posto de trabalho –; a alternância de trabalhadores entre esses diversos postos, como instrumento de capacitação e motivação individuais; o trabalho em equipes ou células, celebrizado na Toyota, rompendo a própria noção de posto de trabalho e conferindo certa autonomia a coletivos de operários; a atribuição das tarefas de controle de qualidade do produto e/ou manutenção de máquinas e equipamentos aos operários da produção (XAVIER, 1997, p.158). Ou seja, trata-se de formar uma força de trabalho polivalente, multifuncional, flexível e engajada. O envolvimento necessário dos trabalhadores é conseguido a partir de um jogo de contrapartidas sutis e essenciais com os trabalhadores, o que Coriat chama de *engajamento estimulado* (CORIAT, 1994, p.108). Porém, ao mesmo tem-

po, observa-se uma “flexibilização” das relações de trabalho, tanto numérica (a facilidade de dispensar a força de trabalho excedente), quanto funcional.

Os reflexos espaciais da adoção das novas práticas de gestão no interior da fábrica são expressivos. Os postos de trabalho fixos são flexibilizados e observa-se uma maior mobilidade dos operários no interior da planta. A organização da produção em linha seqüencial, típica do paradigma *fordista*, é substituída por organizações da produção cujas fronteiras entre os postos de trabalho são mais flexíveis, como a organização do *lay-out* interno da planta em formas de “U” virtuais ou linearizadas (CORIAT, 1994, p.66).

Observa-se, num âmbito mais amplo, a tendência à migração setorial do capital, que se converte em migração espacial do valor econômico e dos meios de produção. Novos pólos e aglomerações surgem com o advento de novas tecnologias, novos ramos industriais e novas formas de produzir (como o notório caso do Vale do Silício na Califórnia). O capital, ao expandir-se, o faz em busca de novas oportunidades de investimento, mais livres dos custos de reconversão da infra-estrutura produtiva existente (meios de produção) e das regulamentações políticas (do “duro” jogo de negociação política, o *antivalor*). A expansão do capital se dá também em direção a áreas antes marginalizadas ou subutilizadas no processo de acumulação capitalista, integrando-as ao circuito mundial de geração do valor, o qual, por sua vez, é aprofundado e estreitado¹⁰. Mas o capital torna-se altamente seletivo com relação aos pontos em que se instala, abandonando grandes áreas do globo, como quase toda a África, consideráveis parcelas da Ásia, América Latina e Europa Oriental (RAMONET, 1998, p.50).

A escolha dos pontos de instalação das empresas pelos capitalistas passou, nos últimos anos, a ser influenciada pelas guerras regionais por empregos, levadas a cabo por diferentes esferas do poder público e baseadas na con-

cessão de incentivos fiscais, na presença de uma mão-de-obra mais barata e com menor tradição sindical, na proibição ou estabelecimento de empecilhos à organização sindical, na ausência ou fragilidade da legislação trabalhista e/ou ambiental. Buscam-se áreas em que a adaptação do sistema produtivo às novas condições econômicas e sociais apresente menor resistência por parte dos trabalhadores e do poder público. A infra-estrutura saturada (sobrecarga das redes de comunicação – estradas, transportes públicos etc. –, o aumento dos preços de tarifas públicas, a alta dos preços imobiliários, por exemplo) levaria a um crescente número de empresas a buscar novas áreas para as suas atividades.

As formas de organização da classe trabalhadora dependiam bastante do acúmulo de trabalhadores na fábrica para serem viáveis, e as transformações das últimas décadas nos países capitalistas avançados caminhavam no sentido do declínio das velhas indústrias do século XIX e XX, observando-se um número menor de trabalhadores no interior de cada estabelecimento e a fragmentação das unidades produtivas em pequenas unidades subcontratadas. O ressurgimento de formas pretéritas de organização do trabalho (formas familiares, paternalistas, domésticas, informais, “subterrâneas”) também tornaram o acesso dos sindicatos aos trabalhadores nelas envolvidos peculiarmente difícil.

Outro elemento do conjunto de estratégias aqui denominado *produção flexível* seria a ascensão do ideário neoliberal. Na verdade, esse ideário reuniria antes dogmas do que um conjunto de teorias que buscam explicar a realidade. É o chamado *pensamento único*, que não admite a diferença e é justificado e demonstrado antes pela repetição incessante de suas pregações do que pela eficiência de suas idéias. É a face ideológica da *produção flexível*.

O ataque neoliberal pode ser explicado, em parte, pela luta para a apropriação de parcelas crescentes do fundo público por parte dos

setores ligados ao grande capital, em detrimento dos gastos sociais. Como nos lembra FRANCISCO DE OLIVEIRA (1988, p.14), a necessidade por parte do capital de maiores recursos em uma fase tecnologicamente mais sofisticada do capitalismo (principalmente para investimentos em Pesquisa & Desenvolvimento [P&D]) aumenta a pressão exercida pelos defensores desse capital sobre o fundo público. O *Estado-Mínimo* – pregado pela ideologia neoliberal – é mínimo para o bem-estar social e não para os gastos com a reprodução do capital. Além dos gastos com Pesquisa & Desenvolvimento, o papel do Estado como credor ou operador de último recurso tornou-se crucial (HARVEY, 1993, p.159), como demonstraram as operações de salvamento a países falidos justamente por aderirem ao receituário neoliberal (México em 1995, Brasil em 1998 etc.).

O conjunto de estratégias aqui denominado de *produção flexível* ainda não forma um corpo acabado, está em construção. Podemos interpretar o conjunto de mudanças observadas na atividade econômica do modo de produção capitalista contemporâneo como parte da resposta tradicional encontrada pelo capital para sair da crise através do rebaixamento do valor correspondente à força de trabalho e do uso intensivo de novas tecnologias (revolucionando os meios de produção). E a existência de indícios de um novo conjunto de estratégias de reprodução do capital não implica o desaparecimento das estratégias aqui denominadas de *fordistas*, ambas as práticas podem coexistir no tempo e no espaço.

O caso da indústria automobilística instalada no Brasil

Após a caracterização do chamado *fordismo* e da *produção flexível*, foi realizado um estudo da indústria automobilística brasileira como forma de ampliar o estudo feito através de elementos empíricos que pudessem enrique-

cer a análise empreendida. Inicialmente, foi feito um histórico da indústria automobilística instalada no Brasil: as empresas que abriram filiais no país, a localização dessas empresas no território e as causas dessa localização, o papel do Estado nesse processo.

Em seguida, foi examinada a compatibilidade das estratégias *fordistas* com a realidade brasileira. Embora possamos falar de estratégias *fordistas/tayloristas* de organização do trabalho no interior das unidades produtivas, fica difícil estender o conceito de *fordismo* para um conjunto maior de práticas sociais e para áreas mais amplas do território nacional. O chamado *compromisso fordista* que se desenvolveu nos países capitalistas ricos não encontrou a mesma acolhida em países pobres, como o Brasil. Algumas áreas restritas do país, como a região da Grande São Paulo, por meio da organização sindical e da luta efetiva por maior participação dos trabalhadores no cenário político e econômico nacional – como o movimento denominado *novo sindicalismo* surgido durante a década de 1970 comprova – apresentaram algumas características de formação de um conjunto de práticas sociais que poderiam ser associadas ao *fordismo*. De forma geral, o processo de industrialização brasileiro foi marcado pela chamada *substituição das importações* e não pela formação de um amplo mercado de massas. Esse processo foi baseado na abertura de novos campos virgens para investimento, já que a capacidade de consumo do mercado nacional concentrou-se nos ramos produtores para as camadas de alta renda da população. Ou seja, o nível de capacidade ociosa em cada ramo industrial era rapidamente alcançado e a solução “natural” era a transferência dos investimentos para os setores produtivos em constituição, substituindo os produtos importados. A elevada taxa de exploração da mão-de-obra, por outro lado, garantia os recursos necessários ao processo.

O autoritarismo e o corporativismo presentes na relação do capital com o trabalho ao

longo da história da industrialização do país tiveram como efeito manter elevada a taxa de exploração do sistema e a não-constituição de um mercado de massa no país, na medida em que a legislação trabalhista originada e desenvolvida no pós-1930 não correspondeu a uma prática política distributivista (VIANNA, 1999, p. 188). A indústria brasileira concentrou-se espacialmente, agravando o problema da taxa de exploração, na medida em que criava vastas áreas do território nacional que nada tinham a oferecer além da mão-de-obra barata que migrava rumo aos centros industriais.

Em adição, no Brasil, em vez de falarmos em *fundo público* (o *antivalor*), seria mais apropriado falarmos em *fundo estatal*, pois a apropriação privilegiada desse fundo por alguns grupos sociais sem a participação mais ampla de todas (ou das mais representativas) forças sociais em um esquema de autoritarismo caracterizariam uma *privatização do fundo público* e não a *publicização do privado* (OLIVEIRA, 1998, p.82). Não haveria, nas palavras de Francisco de Oliveira, uma *regulação pública* do fundo público, como no caso dos países do *Welfare State*, pois embora estatal, a lógica de sua alocação (por exemplo, por meio das empresas estatais) seria privada; no outro lado da suposta fronteira, no setor privado, a propriedade é privada, mas a argamassa, os fundos para capitalização, são estatais (OLIVEIRA, 1998, p. 82). O Estado garantia ao capital grande parcela do fundo público (o *antivalor*), por meio do estabelecimento de valores de uso para serem apropriados pelo *valor*, além de uma grande quantidade de incentivos e subsídios (como a reserva de mercado para as multinacionais que aqui se instalassem, impostos reduzidos, linhas de crédito, doação de terrenos, etc.). Assim, o espaço geográfico brasileiro foi marcado nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial por uma maciça entrada de capitais que instalaram valores de uso para serem apropriados por meio do consumo produtivo pelo *valor* nas grandes metrópoles nacionais (São Paulo e Rio de Ja-

neiro) e em algumas metrópoles regionais (como Belo Horizonte).

A partir da década de 1990 o cenário econômico do país passa por mudanças profundas¹¹. Essas mudanças levaram à adoção, por parte de algumas empresas – e em grande medida pelo setor automobilístico –, de novas práticas de reestruturação, identificadas em parte com a chamada *produção flexível*.

No setor automobilístico em particular, notou-se uma modernização no núcleo da cadeia produtiva, com a introdução de novos equipamentos e métodos organizacionais, uma externalização das atividades consideradas secundárias pelas empresas, uma focalização das empresas contratadas pelas multinacionais como fornecedoras de peças e componentes¹², além de uma significativa importação de bens intermediários de alto valor agregado, em especial daqueles com algum conteúdo eletrônico (BALTAR, DEDECCA & HENRIQUE, 1996, p.101).

O processo de reestruturação possui efeitos tanto sobre a qualidade dos empregos oferecidos (criando uma mão-de-obra segmentada em um núcleo estável e bem remunerado, e uma massa de trabalhadores *terceirizados* ou *descartáveis*), quanto sobre a composição das atividades econômicas, além das transformações observadas no tamanho (menores em tamanho e em número de funcionários) e localização das plantas industriais (quase sempre fora da região de industrialização tradicional, a Região Metropolitana de São Paulo), como podemos notar a partir do quadro 1, que revela as intenções das empresas do setor de investimento em novas unidades no ano de 1998:

Para os quadros e operários (sindicalizados) da Volkswagen entrevistados, os motivos para a relativa dispersão dos novos investimentos do setor e para a instalação da fábrica de caminhões em Resende em particular seriam, em primeiro lugar, o custo mais baixo da força de trabalho nas regiões de menor tradição industrial (um consenso entre dirigentes da empresa e sindicalistas), além de uma infra-estrutura

preexistente e de uma localização estratégica (próxima aos grandes centros consumidores). A questão dos incentivos fiscais foi mencionada

apenas pelos sindicalistas, já os quadros da Volks negaram a importância desse mecanismo na escolha da localização de suas novas plantas.

Quadro 1

Montadoras	Local	Investimento (em US\$)	Capacidade de produção	Empregos projetados	Inauguração
General Motors	Gravataí (RS)	600 milhões	100 mil automóveis	2.000 vagas	Prevista para junho de 2000
Ford	Camaçari ¹⁵ (BA)	500 milhões	100 mil automóveis	Não disponível	Prevista para o final de 2000
Audi/Volkswagen	São José dos Pinhais (PR)	750 milhões	60 mil automóveis	1.500 a 3.000 vagas	Inaugurada em dezembro de 1999
Renault	São José dos Pinhais (PR)	1 bilhão	100 mil automóveis	2.000 a 3.000 vagas	Inaugurada em dezembro de 1998
Chrysler	Campo Largo (PR)	315 milhões	12 mil comerciais leves	400 a 1.000 vagas	Prevista para o 2º semestre de 2000
Honda	Sumaré (SP)	100 milhões	15 mil automóveis	Não disponível	Inaugurada em outubro de 1997
Toyota	Indaiatuba (SP)	150 milhões	15 mil automóveis	350 vagas	Inaugurada em setembro de 1999
Kia	Itu (SP)	50 milhões	10 mil comerciais leves	300 vagas	Prevista para 1999
Mercedes-Benz	Juiz de Fora (MG)	820 milhões	70 mil automóveis	1.500 vagas	Inaugurada em 1999
Fiat	Belo Horizonte (MG)	180 milhões	100 mil comerciais leves	Não disponível	Inaugurada em setembro de 1998
Iveco	Sete Lagoas (MG)	240 milhões	20 mil comerciais leves	1.000 vagas	Prevista para o 1º semestre de 2000
Peugeot/Citröen	Porto Real (RJ)	600 milhões	70 mil automóveis	Não disponível	Prevista para dezembro de 2000
Mitsubishi	Catalão (GO)	35 milhões	8 mil comerciais leves	Não disponível	Prevista para 1998
Ásia Motors	Camaçari (BA)	500 milhões	60 mil comerciais leves	2.500 vagas	Não disponível
Hyundai	Aratu (BA)	286 milhões	20 mil comerciais leves	Não disponível	Inaugurada em setembro de 2000

Por sua vez, os quadros da Volkswagen entrevistados não atribuem ao sindicalismo grande poder de repulsão das empresas das áreas de industrialização mais antiga, tal como é muitas vezes noticiado por parte considerável da imprensa. Porém, não podemos deixar de notar que as áreas escolhidas para os novos investimentos contam com pequena tradição sindical, o que revelou uma contradição entre o discurso dos representantes da empresa que elogiavam a cooperação do sindicato para a reestruturação da organização da produção nas regiões das fábricas mais antigas e a ação efetiva da empresa, instalando novas fábricas em lugares distantes da influência sindical.

A tendência de implementar unidades de produção em áreas não-tradicionais da indústria automobilística tem por efeito a ampliação de rede de transações no território, na medida em que tais fábricas necessitam de componentes para a fabricação dos automóveis, componentes importados do exterior ou provenientes das fábricas da Grande São Paulo, em sua maioria. A fábrica de Resende da Volkswagen depende do fornecimento externo dos componentes modulares: o chassi vem da fábrica de Lochpe-Maxion de Diadema, por exemplo.

Com a redução do tamanho das plantas¹⁴, a espacialidade interna das unidades produtivas é alterada, pois unidades inteiras de produção são desativadas com o processo de terceirização. Por outro lado, os fornecedores em alguns casos passam a operar no interior das plantas, alterando a rede de relações de fornecimento que antes dependia de uma infra-estrutura de comunicações e transportes. Mas, em outros casos, tais reorganizações acabam por ampliar a rede de relações em termos de distâncias, ligando fornecedores de outros estados brasileiros ou de outros países à montadora.

No caso da fábrica de Resende, a empresa resolveu partir para a radicalização do sistema de módulos, entregando aos fornecedores a responsabilidade não apenas de fornecimento dos componentes, mas também de sua

montagem, o que levou a uma enorme economia de mão-de-obra por parte da Volkswagen, sendo que os funcionários da Volkswagen em Resende se limitam às funções de engenharia, qualidade e certificação dos caminhões. A fábrica conta também com uma equipe técnica para adequar seus produtos às normas e legislações de outros países, alvos de exportação da empresa. Basicamente há uma união de um sistema modular com a linha de montagem. A flexibilidade entre as funções de cada módulo pode ser grande no interior destes, mas é impossibilitada *intermódulos* pela própria organização da planta em empresas diferentes dividindo o mesmo espaço. A flexibilidade é, portanto, interna ao módulo e com relação aos produtos, mas os funcionários de um módulo são especializados nas funções deste e não podem ser intercambiáveis entre os módulos diferentes.

O processo de *terceirização* da produção acarreta uma crescente dificuldade de articular a organização dos trabalhadores. O caso de Resende é muito interessante, pois, mesmo que os trabalhadores das diferentes empresas subcontratadas dividam o mesmo espaço, as empresas não chegaram a um consenso sobre a formação de uma comissão de fábrica, impedindo a sua instalação. A modularização cria barreiras à organização dos trabalhadores, barreiras tanto físicas quanto institucionais.

O resultado da expansão do capital no território nacional é a continuidade do processo de *desenvolvimento desigual* do espaço brasileiro, no qual a esfera pública, detentora dos poderes sobre o *antivalor*, subordina-se às necessidades de reprodução ampliada do valor econômico. O caminho de conferir incentivos com dinheiro público para gerar empregos parece ser muito caro e pouco eficiente. O caso da Volkswagen em Resende, no Rio de Janeiro, é exemplar no que diz respeito à relação entre incentivos fiscais/empregos, pois da expectativa inicial da geração de 50 mil novos empregos, foram gerados, de fato, dois mil empregos pela montadora.

Outro ponto importante é que o setor automotivo, campeão em incentivos fiscais, é um setor de baixo potencial de geração de empregos, observando-se nos últimos anos uma diminuição do número de empregados em decorrência dos ganhos de produtividade. O fechamento de postos de trabalho tanto nas montadoras quanto no setor de autopeças possui um impacto profundo na organização socioeconômica e espacial dos municípios tradicionalmente envolvidos com a produção automotiva que concentram grande parte da produção desse setor. A transferência de trabalhadores de postos de trabalho ligados à indústria automotiva para o setor terciário faz-se presente na região do ABC. Proliferam pequenos negócios abertos com o dinheiro das indenizações obtidas com as demissões e com o processo de “demissão voluntária”; investimentos em *shopping centers* e imóveis, além de grandes redes de lojas. Essa mudança, a longo prazo, pode ter um impacto negativo para a região, pois os novos postos de trabalho no setor de serviços e no comércio oferecem uma remuneração menor e, no caso dos autônomos, incerta, se compararmos com o rendimento familiar obtido pelos trabalhadores ligados ao setor automotivo.

A modernização no setor automotivo, observada ao longo dos anos 90, não foi feita buscando-se uma reestruturação das relações no interior do *complexo automotivo* (formado pelas montadoras, fornecedores de autopeças e trabalhadores), reestruturação baseada em um jogo de soma positiva. O que ocorreu foi uma *modernização defensiva* (FLEURY & FLEURY, 1995, p.87) e *conservadora* por parte das montadoras, que buscavam (e buscam) salvar sua participação no mercado nacional em face de um ambiente cada vez mais competitivo. Essa *modernização defensiva e conservadora* se faz sacrificando parcelas consideráveis de empresários-fornecedores (que vão à falência ou vendem suas empresas para companhias estrangeiras), em geral de pequeno e médio porte, e

principalmente da classe trabalhadora, por meio da redução sistemática dos postos de trabalho e da desarticulação de áreas de industrialização tradicional por um processo de deslocamento espacial dos investimentos financiado pelo Estado através de incentivos fiscais.

Conclusão

As conclusões obtidas no trabalho foram as listadas a seguir.

No que diz respeito ao espaço da indústria, o papel do urbano continua importante para a produção e reprodução desse espaço. A infra-estrutura e o mercado de trabalho, presentes nos centros urbanos, ainda são fatores fundamentais para a localização industrial. Isso não significa que o peso das grandes metrópoles continue o mesmo para a atração das indústrias; na verdade, ele caiu. Tal fato não exclui o papel crescente que essas metrópoles possuem na gestão empresarial e no consumo.

Observa-se o surgimento de novos pólos e aglomerações industriais, com o advento de novas tecnologias, novos ramos industriais e novas formas de produzir. Há uma desconcentração industrial, ampliando a rede de relações capitalistas no território, ainda que de forma bastante desigual. Basicamente, áreas livres do *peso do passado* (a infra-estrutura preexistente e as regulamentações sociopolíticas) são requisitadas na nova dinâmica produtiva do capitalismo.

Em uma escala interna à firma, observam-se também mudanças na planta fabril; na medida em que os novos paradigmas produtivos exigem maior mobilidade e flexibilidade dos trabalhadores no interior da unidade produtiva, há redução do tamanho das plantas e as relações entre as empresas e seus fornecedores são estreitadas.

Com relação às motivações do capital industrial na escolha do melhor lugar para a sua instalação no território, ou seja, no que diz respeito à teoria da localização industrial e a sua

influência na produção do espaço da indústria, as seguintes conclusões foram obtidas:

A mudança do padrão de produção industrial, envolvendo mudanças físicas nas plantas, diminuição do tamanho da unidade fabril, reformulação das relações com os fornecedores e da localização destes, estimula as empresas a fugirem de regiões industriais tradicionais que apresentam infra-estrutura saturada e comprometida com os paradigmas produtivos do passado e regulamentações políticas que tolhem o poder crescente do capital perante o trabalho e mesmo perante a sociedade como um todo. Essa fuga se dá pelas maiores possibilidades de mobilidade do capital no território e pelas novas tecnologias, tanto no âmbito da produção, quanto no âmbito da circulação.

Os incentivos fiscais concedidos pela esfera pública não são uma prática nova, mas possuem papel crescente na escolha de locais para a instalação de novas indústrias, na medida em que as diversas unidades políticas envolvem-se em guerras fiscais para atrair as empresas. Essa prática não resolve o problema do emprego, pois não há, na maioria dos casos, condicionamento para a concessão dos incentivos de geração mínima de empregos, ou mesmo a manutenção dos postos de trabalho existentes.

Um fator que cresce em peso na escolha pela empresa do lugar para a sua instalação no cenário econômico atual de crescente concorrência, é a existência de mão-de-obra barata e minimamente qualificada. Isso significa uma precarização das relações trabalhistas nas áreas tradicionais da indústria e também nas novas áreas, pois essas são atrativas, justamente, pela maior facilidade de exploração da mão-de-obra através da intensificação da extração da mais-valia relativa e absoluta.

O sindicalismo, apontado como o grande vilão pelos meios de comunicação, não parece ser a principal causa da repulsão industrial das áreas tradicionais. O crescente diálogo entre o sindicato e a empresa é um reflexo das mudan-

ças por que passa o capitalismo. Mas, sem dúvida, as áreas de atração atuais da indústria possuem uma menor, e muitas vezes inexistente, tradição sindical.

Com relação à produção do espaço, esta se dá, no caso brasileiro, a partir das necessidades do capital mundializado, não se dá por meio de elementos articulados no território. A modernização da indústria situada no país foi defensiva e conservadora. Ao *fordismo incompleto* somaram-se práticas predatórias da *produção flexível*, com perdas para significativas parcelas da classe trabalhadora. A esfera pública do Estado brasileiro, detentora do fundo público, do *antivalor*, subordina-se crescentemente às necessidades de reprodução do valor econômico, e dá as costas às necessidades dos setores da sociedade não articulados com o grande capital.

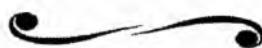
O reconhecimento do papel do *antivalor* na reprodução do capital, a formação de novas articulações da classe trabalhadora, a percepção do papel ativo do espaço na conformação das relações sociais, tanto na escala global, quanto na escala local, são formas de reequilibrar as forças que hoje tendem para o lado do capital, e transformar a nova situação do capitalismo em um jogo de soma positivo para o maior número possível de pessoas. Contra a *reação conservadora* que assume o controle do país na década de 1990, pregando o *princípio da realidade* (Oliveira, 1998, p.227) – a idéia de que não há mais futuro, há somente um presente com possibilidades dadas e limitadas – e a regressão da sociedade brasileira para o plano do contrato mercantil como princípio social regulador, deve ser reafirmado o *princípio da esperança* (Oliveira, 1998, p.227) – que não é a transferência para o futuro das resoluções dos problemas, mas ao contrário, quer dizer que os problemas são históricos, podem ser resolvidos, constituem desafios que podem ser superados – e intensificada a luta das forças sociais progressistas em prol de uma verdadeira sociedade dos direitos (civis, políticos e sociais) no Brasil.

Notas

- 1 O presente artigo, elaborado entre abril e maio de 2001, é uma síntese dos resultados finais obtidos ao longo do trabalho para a elaboração da dissertação de mestrado *Do Fordismo à Produção Flexível: A produção do espaço num contexto de mudança das estratégias de acumulação de capital*, defendida em dezembro de 2000, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Margarida Maria de Andrade.
- 2 As contra-ações com relação às ações do capital originam-se dos contra-poderes exercidos pela classe trabalhadora e por outras forças sociais antagônicas ao capital. Essa idéia é apresentada por HENRI LEFEBVRE (1991, p.381-83).
- 3 O fundo público, segundo FRANCISCO DE OLIVEIRA (1988, p.14) é decisivo na formação da taxa média de lucro do setor oligopolista do mercado, o que corresponderia ao setor hegemônico do capital, lugar das transnacionais e das grandes empresas nacionais.
- 4 Segundo dados da ANFAVEA (site).
- 5 Segundo os dados de 1998, obtidos na ANFAVEA, o número de trabalhadores do setor estaria em torno de 83 mil.
- 6 Segundo FRANCISCO DE OLIVEIRA (1998, p.182), o setor automotivo corresponderia, na atualidade, a “uns 5 a 6% do PIB brasileiro”
- 7 Mas essa industrialização não significa igualdade de “desenvolvimento” econômico e social. O “centro” do sistema mundial capitalista – os países ricos e industrializados, avançados na tecnologia e com grande poder de fogo financeiro e militar – continua com seu papel dominante, subordinando a periferia – os países pobres, com poucos recursos financeiros, baixo nível tecnológico e de industrialização tardia. A desconcentração produtiva é acompanhada pela centralização de controle, produção tecnológica, inovação de produto e gerenciamento superior.
- 8 A composição orgânica do capital “é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho” (MARX, 1989, p.712).
- 9 Para maiores detalhes sobre o problema da “desmedida” no processo de reprodução do capital, ver a obra de Jorge Luis Grespam: *O Negativo do Capital*, São Paulo: Hucitec, 1996.
- 10 Os mecanismos macroeconômicos de integração mundial (como a Organização Mundial de Comércio), a formação de blocos econômicos regionais (como a União Européia, o NAFTA e o Mercosul), as privatizações de empresas públicas em todo o mundo são alguns mecanismos, ao lado da abertura dos mercados nacionais às mercadorias e ao capital estrangeiro, que facilitaram o movimento de expansão do capital. Esse movimento foi também viabilizado pelos avanços nas tecnologias de transporte e comunicação, o que reduziu os custos de transporte e acelerou a velocidade dos fluxos de bens e serviços.
- 11 Um novo conjunto de políticas industrial e de comércio exterior foi implementado pelo governo federal em 1990, baseado em uma retórica neoliberal, na abertura comercial, desregulamentação do mercado interno (inclusive o mercado financeiro) e estabelecimento de novos regulamentos para a economia, além do esforço de estabilização da economia empreendido após o chamado Plano Real, implementado pelo governo federal após 1994. Conjuntamente a esse redirecionamento da política estatal, a atual década foi marcada por uma prolongada recessão, pelo desemprego e instabilidade econômica no quadro interno do país.
- 12 O estudo de caso em Resende é altamente ilustrativo dessa tendência, na medida em que o número de fornecedores finais para a Volkswagen em sua fábrica de caminhões ficou reduzido a sete, que trabalham em uma organização de módulos. O sistema modular também foi adotado pela General Motors em sua nova fábrica em Gravataí (RS) para a produção de um modelo de “carro popular”.
- 13 Inicialmente, os planos da empresa eram de instalar sua nova fábrica no Rio Grande do Sul, em Eldorado do Sul ou Guaíba.
- 14 Podemos comparar a fábrica da Volkswagen de São Bernardo do Campo, que possui 18 mil funcionários, com a fábrica de Resende, que emprega diretamente cerca de 2 mil pessoas. A unidade de São Bernardo não se resume apenas à produção, mas a áreas bem diversas, como engenharia, finanças, recursos humanos, *marketing*, administração. Isso explica essas cifras tão dispares; porém, a fábrica de Resende possui capacidade de produção de 125 caminhões/ônibus/dia, enquanto a fábrica de São Bernardo possui capacidade de produção de 1.600 veículos/dia (dados fornecidos pela empresa).

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora Unesp, 393p., 1996.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; DEDECCA, Cláudio Salvadori; HENRIQUE, Wilnês. "Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil" In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado?* São Paulo: Scritta, p.87-108, 1996.
- CASTRO, Nadya Araújo. Trabalho e Organização Industrial num Contexto de Crise e Reestruturação Produtiva. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol.8, n.1, São Paulo, SEADE, jan/mar, 1994, p.116-132.
- CASTRO, Nadya Araújo (org.). Introdução. In: *A Máquina e o Equilibrista: Inovações na Indústria Automobilística Brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.11-14.
- CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo Averso*. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994, 209p.
- FLEURY, Maria Tereza; FLEURY, Afonso. *Aprendizagem e Inovação Organizacional: as Experiências de Japão, Coréia e Brasil*. São Paulo: Atlas, 1995, 237p.
- GRESHAM, Jorge Luis. *O Negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1996, 287p.
- HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 349p.
- HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 598p.
- LEFÈVRE, Henri. *The Production of Space*. UK, Cambridge; USA: Blackwell Publishers, 1991, 454p.
- LEBORGNE, Danièle; LIPIETZ, Alain. Flexibilidade Ofensiva, Flexibilidade Defensiva. In: BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. *As Regiões Ganhadoras – Distritos e Redes: os Novos Paradigmas da Geografia Econômica*. Portugal: CELTA Editora, 1994, p.226-243.
- LISBOA, Naira. Just-in-Time. In: CATTANI, Antonio Davi (org.). *Trabalho e Tecnologia – Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997, p.137
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Bertrand Brasil, Livro 1, vol. II, 1989, 933p.
- MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Trabalho sob Fogo Cruzado. *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, SEADE, vol.8, n.1; jan/mar, 1994, p.13-22.
- OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor: Capital, Força de Trabalho e Fundo Público. *Novos Estudos CEBRAP*, n.22, outubro de 1988, p.8-28.
- OLIVEIRA, Francisco. *Os Direitos do Antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998, 231p.
- RAMONET, Ignácio. *Geopolítica do Caos*. Petrópolis: Vozes, 1998, 155p.
- VIANNA, Luis Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 394p.
- XAVIER, Guilherme Gaspar de Freitas. Modelo Japonês. In: CATTANI, Antonio Davi (org.). *Trabalho e Tecnologia – Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. p.156-161.



O LUGAR DO CAIPIRA NO PROCESSO DA MODERNIZAÇÃO¹

Neusa de Fátima Mariano*

RESUMO:

O texto que ora apresentamos é parte de uma pesquisa em nível de mestrado ainda em andamento. O que se objetiva, neste contexto, é o entendimento da cultura caipira em um momento da nossa sociedade em que a economia de mercado mostra-se cada vez mais agressiva no que diz respeito à competitividade. O caipira, durante muito tempo, manteve-se isolado do mundo do trabalho, não por vadiagem ou falta de oportunidade, porém pela sua desnecessidade. Em seu modo de vida não havia sentido a acumulação de capital, daí a rusticidade ser uma das suas características. Com a necessidade cada vez maior de acumulação de capital pela sociedade moderna, o caipira torna-se também um trabalhador assalariado e o seu modo de vida totalmente inserido no mundo da mercadoria. É este o processo que vem ocorrendo com o caipira de Jaú, município do estado de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE:

Caipira, cultura, mercado, acumulação de capital, trabalho, Jaú.

ABSTRACT:

The text we present now is part of a research of mastership level that is still in development. The aim, in this context, is the understanding of the "caipira" culture in a moment of our society in which the market economy shows itself increasingly aggressive regarding the competitiveness. The "caipira", during much time, kept isolated from the work world, not because of the lack of opportunities, but because of the lack of necessity.

In "caipira" 's way of life, the capital accumulation didn't make sense, that's why rusticity is one of "caipira" 's characteristics. Because the increasingly necessity of capital accumulation by the modern society, the "caipira" becomes also an employ and his way of life becomes totally inside of the market world. This is the process that is occurring to the " caipira" from Jaú, a little city of São Paulo state.

KEY WORDS:

"Caipira" culture, market, capital accumulation, work, Jaú.

* Pós-graduanda em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo/Brasil, sob a orientação do Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. E-mail: asuen@usp.br ou neusamariano@hotmail.com.

Sobre o caipira...

"Era otra fazenda. No Curuzu então, num morava ninguém na casa do patrão, ninguém, mais eu foi uma vez lá no... quando eu era sortero, então foi eu com treis colega, comigo era quatro. Só que tinha que passá na frente da casa do patrão, lá no Curuzu, nós vimo uma moça sentada no, na aba do passeio, numa caxona grande e vimo um cachorrão assim, grande tamém. E nós vimo que era noite, tudo... Passemos, quando nói passemos, nói olhemos lá num tem nada, num tinha mais. Aquela moça num tinha, num tava mai lá, aquela no passeio e a casa tava tudo fechado. Num tinha mai ninguém, nem cachorro. E esse cachorro nós via ele mai ele num latia! E ele vinha grandão atrá de nós né, e depois sumiu. Mas por que eu num sei explicá. Era isso a história de lá. Era assombração, num percebimos que jeito que era aquele negócio lá. Agora a moça nós vimo, vimo sentada no passeio, vimo a moça, vimo o cachorro, sabe, mas a rapaziada nova né num tinha medo! Nós tava em quatro, passemos aquilo por, por brincadeira sabe. Mai depois que nós fomos conversá o negócio memo, nós pergutemos os outros mais véio falô: 'Lá num mora ninguém não! Aquela casa é assombrada memo!'" (LUIZ ROGATTO – Jaú, outubro de 1999).

Este é apenas um dos muitos causos contados por Luiz Rogatto. Assim como ele, muitos outros caipiras lembram de sua mocidade, seja nas rodas de viola, seja na lida da roça, dos cafezais. Ao contarem os seus causos, revivem um passado que não volta

mais. E é pela simplicidade dessa gente que viveu do trabalho na lavoura tirando da terra o próprio sustento, que a curiosidade do pesquisador abateu sobre o seu mundo, sobre o seu modo de vida. Afinal, quem é este personagem, muitas vezes tido pela sociedade moderna como o preguiçoso², o sujo, o atrasado e que é parte formadora da nossa história, a história do Brasil?

Proveniente da miscigenação do índio nativo com o português colonizador durante três séculos (XVI, XVII, XVIII), o caipira paulista surge na nossa história como o portador de uma cultura singular, carregando consigo muito da europeia e mantendo também, e principalmente, muitos dos costumes de seus antepassados nativos. Dessa forma, as aventuras portuguesas mata adentro objetivavam encontrar ouro e prata, além de aldeias indígenas, cujas mãos escravizadas eram aproveitadas nos trabalhos de homens brancos. Tornaram-se, esses aventureiros, agricultores precários quando da necessidade de produção de alimentos para subsistência, fixando-se nas terras dos sertões paulistas e iniciando a formação de pequenas vilas e aldeias que mais tarde se tornariam grandes cidades.

O caipira possui, portanto, aspectos no seu modo de vida herdados do português antigo, o colonizador, que, longe de Portugal, permaneceram devido à lentidão no processo de transformação com a chegada cada vez mais veloz do mundo moderno.

É na etimologia da palavra *caipira* que damos o primeiro passo para a discussão acerca do entendimento sobre o seu modo de vida. Dessa forma, para Batista Caetano (Apud SOUZA, 1910) a palavra *caipira* vem do tupi: *cai* = queimada / *pir* = pele: *pele tostada*. Para Câmara Cascudo (1988), em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro*, a origem de *caipira* pode estar em *caipora*, ou seja: *caá* = mato / *pora* = habitante, morador. Portanto, *caipira* é o *habitante do mato*; ou ainda:

"Homem ou mulher que não mora na povoação, que não tem instrução ou trato social, que não sabe vestir-se ou apresentar-se em público (...). Habitante do interior, canhestro e tímido, desajeitado mas sonso (...)" (CASCUDO, op. cit. BRANDÃO, 1983, p.10).

No *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, de ANTONIO GERALDO DA CUNHA (1989), encontramos:

"caipira: *Origem controvertida. Admitindo-se que proceda do tupi, caipira poderia ser uma corruptela de caipora, com intercorrência de curupira, que justificaria a evolução – pora → pira. Semanticamente a hipótese é viável; faltam, todavia, os elos da cadeia evolutiva, pois a documentação histórica é tardia"* (p.83).

Curupira, por sua vez, significa, conforme o mesmo Dicionário:

"Diabo, entre os indígenas; ente fantástico que, segundo a credence popular, vive nas matas e tem os dedos dos pés voltados para trás e o calcanhar para frente" (p.124).

SAINT-HILAIRE, em *Viagem à Província de São Paulo*, vem concordar com a analogia do caipira com o curupira ao dizer que:

"Pelos mesmos têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela alcunha injuriosa de caipiras, palavra derivada possivelmente do termo curupira, pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes nas florestas (...)" (SAINT-HILAIRE, op. cit. BRANDÃO, 1983, p.11).

Cornélio Pires, um dos grandes divulgadores da cultura caipira, apresenta-nos um ser sem estereótipos, sem associações que lhe tragam uma imagem errônea do seu modo de vida, alicerçada na produção familiar essencialmente de subsistência e nas relações de compadrio; são diversas as manifestações culturais com as modas de viola, as danças, os causos, as adivinhas e mentiras; são singulares na culinária, na vida religiosa e nas credices, enfim, na magia que se encontra na sinceridade, simplicidade e ingenuidade do caipira ao explicar e entender o mundo. Dessa forma, este autor fala do caipira como o homem da terra, que conversa com a terra, que trabalha e vive da terra.

"Por mais que rebusque o 'étimo' de 'caipira' nada tenho deduzido com firmeza. Caipira seria o aldeão; neste caso encontramos o tupi-guarani 'capiâbiguâra'. Caipirismo é acanhamento, gesto de ocultar o rosto: neste caso temos a raiz 'cai' que quer dizer: 'gesto de macaco ocultando o rosto'. 'Capiiara', que quer dizer o que é do mato. Capiã, de dentro do mato: faz lembrar o 'capiãu' mineiro. 'Caapi' – trabalhar na terra, lavoura a terra – 'caapiára', lavourador. E o caipira é sempre lavourador. Creio ser este último caso o mais aceitável, pois 'caipira' quer dizer 'roceiro', isto é, lavourador (...)" (PIRES, op. cit. BRANDÃO, 1983, p.11).

BRANDÃO (1983) reforça os dizeres de PIRES, pois para ele os caipiras nunca são percebidos pelos viajantes estrangeiros como trabalhadores da terra, e sim como vadios, sujos e preguiçosos, e os defende dizendo que estes trabalham tanto que não lhes sobra tempo para cultivarem a si próprios, aparentando estarem sempre desarrumados, longe de qualquer trato com a sociedade, afinal

"*Cativos da terra, sem serem escravos dos senhores de terra, então, por isso mesmo, mais afastados de sua cultura civilizadora do que os próprios índios 'catequizados', ou do que os próprios escravos 'civilizados'*" (BRANDÃO, 1983, p.20, 22).

ANTONIO CÂNDIDO (1987), em *Os Parceiros do Rio Bonito*, investiga o modo de vida de um agrupamento caipira, buscando a sua compreensão a partir de uma cultura tradicional, ou seja, costumes que permaneceram daquele caipira anterior à chegada dos colonos do fim do século XIX.

Ele busca na figura do parceiro³ da década de 1950 elementos que caracterizem uma cultura rústica, isto é, tradições que se ajustaram ao ritmo da urbanização e modernidade.

Para ele, a base está na necessidade; elas movem a sociedade promovendo elementos que a satisfaçam. Dessa mesma forma acontece com os bairros caipiras. Estes mantinham-se com o que ANTONIO CÂNDIDO chamou de *mínimo vital* e *mínimo social*. Por isso, a coleta, a caça e a desnecessidade do trabalho na lavoura, não havendo a produção de excedentes para o mercado. O mínimo vital está relacionado à alimentação, enquanto o mínimo social diz respeito à sociabilidade entre as famílias e os bairros.

Os bairros eram os agrupamentos de famílias afastadas da povoação, do centro populacional e comercial, porém territorialmente subordinados a ela. As famílias formavam uma unidade devido à convivência, à solidariedade e às atividades lúdico-religiosas.

A necessidade de sal e querosene fazia com que o caipira fosse até o centro comercial mais próximo para a aquisição desses produtos, permitindo um contato com outras pessoas e outros grupos sociais ou bairros. A igreja também aparece como ponto de sociabilidade, por conta das missas, rezas, terços e festas, que

demandam uma certa organização (logo, relações sociais).

"*A sociedade caipira tradicional elaborou técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio (embora em nível que reputaríamos hoje precários), mediante o conhecimento satisfatório dos recursos naturais, a sua exploração sistemática e o estabelecimento de uma dieta compatível com o mínimo vital – tudo relacionado a uma vida social de tipo fechado, com base na economia de subsistência*" (CÂNDIDO, 1987, p.36).

Determinados costumes da cultura caipira foram se ajustando a uma nova conjuntura, a uma nova sociedade e à urbanização crescente. Uma das modificações ocorridas é o *mutirão*.

O mutirão consiste em uma espécie de ajuda mútua entre os moradores de um determinado bairro. São as atividades da lavoura, roçados, plantações e indústria doméstica que proporcionam o mutirão, o qual sempre termina com uma festa. O favor nunca é esquecido e é retribuído assim que solicitado. ANTONIO CÂNDIDO (1987) cita um velho caipira que lhe contou que no mutirão a obrigação não é com ninguém, é com Deus, por isso ninguém recusa o auxílio pedido.

CÂNDIDO (1987) nos fala sobre três comportamentos diferentes do caipira perante a civilização urbana, a saber a aceitação dos traços impostos e propostos, a aceitação só de traços impostos e a rejeição de ambos os traços.

Na aceitação dos traços impostos e propostos, o caipira revela o desaparecimento da sua cultura individual e familiarmente, seja pela desintegração (mobilidade, dispersão), seja pela aceitação de novos padrões, comportamentos, crenças etc.

A aceitação só de traços impostos diz respeito aos:

"(...) pequenos lavradores, sitiante ou parceiros, que, embora arrastados cada vez mais para o âmbito da economia capitalista, e para a esfera de influência das cidades, procuram ajustar-se ao que se poderia chamar de mínimo inevitável de civilização, procurando doutro lado preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio. Daí qualificá-los como grupos que aceitam, da cultura urbana, os padrões impostos – aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência -, mas rejeitam os propostos, os que se apresentam com força incoercível, deixando margem mais larga à opção" (CÂNDIDO, 1987, pp.218-219).

O terceiro comportamento, a rejeição de ambos os traços, leva o caipira a um certo isolamento para dar continuidade à reprodução do seu modo de vida; porém, isolado da sociedade como um todo, sua tendência é desaparecer devido à ausência de infra-estrutura que mantenha a sua reprodução cultural.

ANTONIO CÂNDIDO revela um certo receio com relação ao desaparecimento por completo da cultura caipira:

"A cultura do caipira, como a do primitivo, não foi feita para o progresso; a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social que a alteração destes provoca derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade, uma sobrevivência das formas essenciais, sob transformações de superfície que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser." (CÂNDIDO, 1987 pp.82-83).

O caipira de Jaú⁴

Em Jaú, por conta da febre do ouro por volta de 1772, estabeleceram-se alguns aventureiros portugueses bandeirantes propiciando a miscigenação étnica e cultural naquele local.

"A febre do ouro aguça desmedidamente as ambições e atiza o espírito aventureiro de homens valentes, intrépidos, rudes, cruéis, muitas vezes e quase sempre obstinados. Gente que mata e morre para garantir seu cadinho do ouro, da prata e do diamante que, generosos, brotam das minas recém-descobertas.

À procura do Eldorado, esses titãs embrenham-se por terras desconhecidas, desbravam o sertão bruto, escalam espigões, cruzam rios e abrem picadas em meio à solidão das selvas onde também degradam e escravizam o índio, seu dono legítimo e habitante soberano." (CLARO, 1998, p.5).

Essas famílias se fixaram, derrubaram as matas e instalaram várias culturas para subsistência a princípio e, posteriormente, para a movimentação da economia local. O fumo e a cana-de-açúcar tiveram papel importante no mercado jauense, sendo cultivados em muitas fazendas. No entanto, as dificuldades com a mão-de-obra e meios de transporte fizeram com que tais produtos fossem consumidos apenas na região, sendo exportada somente a aguardente de cana. Tais produtos foram sendo substituídos pelo café diante da fertilidade do solo (latossolo roxo), das condições de relevo (planalto), do clima tropical, e obviamente do mercado que se encontrava favorável para a sua comercialização.

Após a abolição da escravatura e a necessidade de mão-de-obra nos cafezais, imigrantes europeus (principalmente italianos e espanhóis) vieram compor a população de Jaú e proporcionar uma nova miscigenação, chamada

por Antonio Cândido e José de Souza Martins de acaipramento ou acaipiração. Estava implantado o colonato nos interiores das fazendas de café já por volta de 1890.

O Senhor Luiz Rogatto, filho de italianos e nascido no Brasil, foi um dos colonos das fazendas de café em Jaú. Antes de morar na cidade, em 1983, ele teve um sítio de sete alqueires e meio onde plantava algodão, milho e café. Seus filhos o ajudavam no plantio e colheita desses produtos; no entanto, quando era preciso, seus vizinhos sitiastes o auxiliavam para tal tarefa.

"Ajudava, mas era tudo, tudo colega sabe. Que nem vamo supô: eles tinha uma prantação pra coiê, eles pedia pra mim. Eu ia ajudá eles. Depois quantos dia eu levava lá no dele, depois ele me dava os dia pra mim. Tudo trocado né, tudo de colega, sabe. Nenhum pagava nada pro outro, pagava sim a troco de serviço sabe. Eu trabaivava pra ele, depois ele trabaivava pra mim"⁵.

Porém, tal forma de ajuda mútua não caracteriza o mutirão, mas este alterado, acompanhando as transformações da sociedade; seria o que ANTONIO CÂNDIDO (1987) chamou de *solidariedade vicinal*. Esta não tem a festa no final da empreitada e implica a retribuição equivalente do beneficiário – não no formato do dinheiro, porém uma dívida moral.

Atualmente, as dificuldades financeiras não permitem festas, não deixam tempo para comemorações e, às vezes, nem há o que comemorar. Ocorre a passagem de uma economia fechada com mínimos de subsistência para uma capitalista acompanhada pelos sintomas da crise cultural e social.

Em Jaú, o colonato, com o sistema de trabalho familiar, possibilitava a sociabilidade entre as famílias, que se reuniam para as modas de viola e serenatas, para as festas dos

dias santos e para os funerais, apesar da constante mobilidade por entre as fazendas na busca de contratos mais vantajosos. A remuneração era pouca, sendo efetuada, conforme o contrato, uma, duas ou três vezes ao ano, mas a fartura em alimento era permanente.

O assalariamento mobilizou ainda mais os trabalhadores da roça; famílias de caipiras foram para a cidade, além do que, muitas fazendas foram loteadas e transformadas em bairros periféricos. O que antes era café, agora é cana-de-açúcar; os fazendeiros que antes contratavam trabalhadores rurais cedem espaço às usinas que compram ou arrendam suas terras; o colono virou bóia-fria e sua comida farta precisa de muito suor para ser comprada.

Considerações finais

A individualização provocada, a princípio, pelo assalariamento é um dos sintomas de vulnerabilidade da cultura caipira em Jaú; a sociabilidade vai se tornando cada vez mais rara, existindo tão somente por meio da fé nas manifestações religiosas (missa, quermesse, festa junina, festa do padroeiro da cidade etc.).

Nesse contexto, cultura, do latim *colere*, diz respeito ao cuidado com a natureza, plantas e animais. Segundo CHAUI (1993), a cultura pode ser entendida como

"(...) ordem simbólica por cujo intermédio homens determinados exprimem de maneira determinada suas relações com a natureza, entre si e com o poder, bem como a maneira pela qual interpretam essas relações, a própria noção de cultura é aversa à unificação" (CHAUI, 1993, p.45).

Dessa forma, em cada lugar desenvolvem-se modos diferenciados para lidar com a natureza, para lidar com a reprodução da vida, ou seja, é o modo de vida específico de cada

civilização e de cada lugar que vai caracterizar a cultura de uma determinada população.

As diferenças culturais, ao entrarem em contato com o mundo da mercadoria, adquirem novos padrões, impostos pelo capital e mediados pelo Estado. Coloca-se em um único plano não só o ritmo da vida de cada lugar, mas também as relações sociais e culturais desses lugares.

Para o caipira jauense, a cultura massificada e o avanço tecnológico e informacional chegaram no campo ameaçando a sua existência, a existência da sua reprodução cultural. O acesso à educação e entendimento do mundo moderno desmistificaram as crendices e superstições; a ingenuidade cedeu lugar ao sonho e à ambição do *status* social, da qualificação profissional; as pessoas adquiriram novos valores como o consumo, o sonho do carro e da casa própria, do conforto etc.

A televisão, o rádio, a *internet* abriram o caminho para a cultura fabricada nos porões da sociedade moderna, movida e reproduzida pela economia de mercado. O caipira tende a virar o *country*, já que a sua música mercantilizada é a sertaneja.

As festas tradicionais foram deturpadas e são festas comerciais com a venda e compra de comes e bebes que simbolizavam a fartura da colheita. As conversas ao pé do fogo são sussurros em frente ao aparelho de tevê; os doces e compotas que tinham magias e mistérios na sua preparação são atualmente adquiridos no mercado⁶, rotulados pela industrialização.

E assim encontramos o nosso caipira jauense⁷ que abraçou os traços impostos e propostos pela economia de mercado; sua cultura virou memória de alguns velhos que ainda benzem com ramos de arruda e curam feridas, que acreditam em assombrações e seres fantásticos que habitam as matas, que contam histórias e lendas que ouviam de seus pais e avós; lembram que dançavam, tocavam e cantavam modas de viola como nos relata o Senhor LUIZ ROGATTO:

"Ah, fazia assim de brincadeira sabe, divertia assim. Eles fazia, toca, violão e dança e coisa... Das veiz fazia um chorrascão, churrasco assim, tudo os colega sabe, um dava uma leitoa, outro dava um frango, outro... então juntava todo nós e fazia aquele... sabe, fazia aquela festa né, uma janta um armoço... Naquele tempo a turma toda gostava muito de vinho né, tomava vinho, pinga, cerveja, tudo né. Comia carne, assava carne no fogão de lenha, forno de lenha, tudo de lenha, não tinha nada de gás. Hoje em dia, pra nós né, num tinha naquele tempo nada disso daí, fogão a gás... nada, nada tinha rodinha daquele de... eles falava rabo quente... Era um rabinho que tinha... esquentava pra daná!! Só aquele nós tinha."

É importante salientar que no campo a tecnologia (luz elétrica, água encanada, fogão a gás etc.) trouxe benefícios ao dia-a-dia das pessoas. Não podemos ser românticos e tratar da rusticidade como pura poesia, sem enxergar as dificuldades que esta trazia para os moradores e trabalhadores da roça. Estamos tratando de um modo de vida de uma determinada população (os caipiras) em um determinado lugar (Jaú), que recebeu de braços abertos novos valores e confortos domésticos.

Podemos dizer que a luz elétrica foi apenas um dos sintomas do fenômeno que aconteceria mais tarde: a incorporação pelo caipira de novos comportamentos despejados pela economia de mercado.

O problema não é a tecnologia, mas esta aliada ao mercado cuja intenção é massificar e homogeneizar a sociedade, caminhando para a destruição das diferenças e especificidades de cada lugar. Cabe, portanto, a cada grupo tradicional, manter ou não as suas manifestações e os seus valores, receber ou não a cultura de massa, persistir ou não pela sua sobrevivência.

Em Jaú, o lugar do caipira parece ser o mesmo do trabalhador e do consumidor, mesmo que precariamente. As suas manifestações são os espetáculos da sociedade de consumo; a festa profana em nome do sagrado, como, por

exemplo, as quermesses para arrecadar dinheiro para benfeitorias na Igreja.

O que resta ao caipira é a si mesmo, a sua simplicidade, o seu carisma e sua criatividade...

Notas

- 1 O artigo original foi apresentado durante o II Colóquio Internacional de Geocrítica "Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación" 24 a 26 de Maio de 2000, Universidade de Barcelona – ES.
- 2 Esses estereótipos têm a ver com modo de vida do caipira, cuja cultura não é a mesma que carregavam os colonizadores e viajantes europeus.
- 3 Segundo Antonio Cândido (1987), "a parceria é uma sociedade, pela qual alguém fornece a terra, ficando com direito sobre parte dos produtos obtidos pelo outro" (p.107)
- 4 Jaú é um município do estado de São Paulo e nossa área de estudo.
- 5 Entrevista cedida por Luiz Rogatto em outubro de 1999.
- 6 Conforme relato cedido por Dona Elsa, moradora da Fazenda Santana em Jaú, em outubro de 1999.
- 7 Não queremos dizer, de modo algum, que o caipira não existe enquanto portador de uma cultura tradicional. Podemos encontrar em algumas cidades como Dois Córregos, por exemplo, vizinha de Jaú, famílias vivendo da maneira mais rústica que se pode imaginar, permanecendo suas crendices e costumes. Isso é possível pelo fato de tais famílias estarem afastadas do convívio com a cidade, isoladas e sem acesso aos meios de comunicação e tecnologia. Cabe, portanto, uma pergunta que nos levaria a uma nova pesquisa: "É resistência consciente da cultura caipira diante da modernidade ou esses caipiras se isolam porque têm medo do novo?"

Bibliografia

- AB'SABER, Azis Nacib. A Região de Jaú: Problemas de Urbanização em Manchas de Solos Ricos. *Cadernos de Ciência da Terra*. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1972.
- AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira: Gramática, Vocabulário*. 4.ed. São Paulo: Hucitec, Brasília: INL, 1981.
- ARAÚJO FILHO, José Ribeiro. O Café, Riqueza Paulista. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo, vol.23, 1956.
- ARLANCH, Flávia. *Formação do Mercado Interno em São Paulo – o Exemplo de Jaú (1870-1914)*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1977.
- BOSI, Alfredo (org). *Cultura Brasileira. Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Os Caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, Coleção Tudo é História, vol.75, 1983.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, Colher, Comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida*. 7.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987.
- CÂNDIDO, Antonio. O Mundo do Caipira. Encarte do CD *Caipira – Raízes e Frutos*. São Paulo: Sony Music e Estúdio Eldorado Ltda, 1980.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 7.ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Edusp, Ed. Itatiaia. Coleção Reconquista do Brasil, 2. série, vol. 151, 1988.
- CHAUI, Marilena de Souza. *Cultura e Democracia: o Discurso Competente e Outras Falas*. 6.ed. São Paulo: Cortez, Biblioteca da Educação, série 6. Filosofia, vol.2, 1993.
- CLARO, Waldo. *Jaú: a Semente e a Terra*. Edição comemorativa do 90º aniversário do Jornal Comércio do Jahu. São Paulo: O Comércio do Jahu, 1998.
- CUNHA, Antonio Geraldo da. *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos – EDUSP, 1989.
- FERNANDES, José. *Vultos e Fatos da História de Jaú*. Edição Comemorativa do Centenário de Jaú (1853-1953). São Paulo: Ed. do Correio do Noroeste, Correio da Capital e Correio de Garça, 1955.
- FERNANDES, Liliana Laganá. *O Bairro Rural dos Pires*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, Série Teses e Monografias, n.5, 1971.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital*. Lisboa: Estampa, 1977.
- HILÁRIO, Freire. *O Primeiro Século de Jaú*. Jaú, s/e, 1953.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 6.ed. São Paulo: Livraria e Editora de Ciências Humanas, 1996.
- MARTINS, José de Souza. A música sertaneja entre o Pão e o Circo. *Travessia – Revista do Migrante*. São Paulo: CEM, Ano III, n.7, 1990.
- MARTINS, José de Souza. "Viola quebrada." *Debate & Crítica*. Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, n.4, São Paulo: s/e, 1974.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1984.
- MÜLLER, N. L. Sítios e Sitiantes do Estado de São Paulo. *Boletim*, v.132, Geografia n.7. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1951.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura Brasileira: As Transformações Recentes*. São Paulo: SPM/CEM, 1994.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura*. São Paulo: Ática, Série Princípios, 1986.
- PIRES, Cornélio. *Scenas e Paizagens da Minha Terra (Musa Caipira)*. São Paulo: Monteiro Lobato & C. 5.milheiro, Edição Revista do Brasil, 1921.
- PIRES, Cornélio. *Selecta Caipira*. São Paulo: Livraria Liberdade, 1929.
- PIRES, Cornélio. *Conversas ao Pé do Fogo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, Edição fac-similar, 1987 (1.ed., 1921).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, Prismas, 1999.
- SOUZA, Bernardino José de. *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*. 5.ed. da Onomástica Geral da Geografia Brasileira, 1910 (1.ed.). São Paulo: Cia. Editora Nacional.



EXPERIMENTAÇÃO DE PARÂMETROS ITS (INTENSIDADE, TONALIDADE E SATURAÇÃO) – APLICAÇÃO NA IMAGEM LANDSAT TM 5 DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR, NÚCLEO PICINGUABA, SP, BRASIL

Andrea de Castro Panizza*

RESUMO:

Este artigo apresenta uma parte dos estudos realizados na preparação do DEA, na Universidade de Rennes 2, França. Mostra o interesse da utilização das imagens orbitais na visualização de extensas áreas e a riqueza de informações que podem ser extraída dessas imagens. Com o objetivo de melhorar a visualização destas, alguns experimentos foram realizados utilizando os parâmetros de intensidade, tonalidade e saturação.

PALAVRAS-CHAVE:

Geografia, paisagem, sensoriamento remoto, imagens orbitais, processamento de imagens.

RÉSUMÉ:

Cet article présente une partie des travaux réalisés lors la préparation du DEA à L'Université Rennes 2 en France. Il montre l'intérêt de l'utilisation des images orbitales pour la visualisation de l'extension des surfaces et la richesse des informations qui peuvent en être extraites. Pour atteindre cet objectif, l'amélioration de la visualisation des images, des expériences ont été réalisées en utilisant notamment des paramètres d'intensité, de tonalité et de saturation.

MOTS-CLÉS:

Géographie, paysages, télédétection spatiale, images orbitales, traitements d'images.

*Doutoranda em Geografia Física.

Apresentação

Este artigo apresenta uma parte dos estudos realizados na França, nos anos de 1997 e 1998, durante a preparação do DEA (*Diplôme d'Etudes Approfondies*) em Geografia, Planejamento e Sensoriamento Remoto, realizado no laboratório COSTEL (*Climat et Occupation du Sol par Télédétection*) na Universidade de Rennes 2. Esta parte dedica-se ao estudo teórico de bases físicas do sensoriamento remoto, cujo objetivo maior é melhorar a visualização das imagens orbitais, assim como amenizar as interferências atmosféricas que afetam sua qualidade. O foco inicial dado aos estudos realizados na França foi de obter um conhecimento técnico do sensoriamento remoto, como também do processamento digital de imagens, para que em trabalhos futuros essa tecnologia fosse utilizada de maneira apropriada e eficaz em estudos de geografia aplicada. Dessa forma, a acurácia na visualização das imagens orbitais foi objetivo principal que direcionou os vários experimentos realizados. Deve-se ressaltar, ainda, que se trata de um estudo de gabinete, distante, portanto, do trabalho de campo.

Problemática

O avanço tecnológico proporcionou para a geografia um poderoso instrumento de pesquisa: as imagens orbitais. Esses produtos têm um papel importante nos países de dimensões continentais, como o Brasil, tanto pela visão sinóptica de um vasto território, como pela possibilidade de observações sucessivas no tempo, o que proporciona uma visão dinâmica da ocupação do espaço geográfico. A análise espacial resultante de reflexões feitas a partir desse instrumento tecnológico aparece como um dos caminhos necessários nos projetos de planejamento. Deve-se ressaltar, no entanto, que o rigor na manipulação dos dados e na precisão dos conceitos utilizados na análise dos

resultados mostra-se imprescindível, pois, em geografia, a tecnologia não substitui uma reflexão centrada no acervo teórico e na observação da realidade.

Os recursos oferecidos pelas imagens orbitais são notáveis. Uma imensa quantidade de informação é fornecida e pode contribuir para vários temas de pesquisas. Porém, a veracidade desses dados deve ser cuidadosamente verificada, pois os fatores que fazem parte da transferência dos sinais energéticos e sua captação são complexos. A superfície terrestre recebe a radiação incidente e reage segundo suas qualidades naturais. O sinal registrado pelo captor provém das características espectrais dos objetos da superfície. A radiação sofre, atravessando o manto atmosférico, o espalhamento e a absorção que acarretam uma atenuação nos sinais energéticos. Por fim, existem ainda as interferências do sistema de captação e da transferência dos dados orbitais ao solo. Esse conjunto de interferências, ligadas à transferência energética e aos fatores físicos da superfície, deve ser bem conhecido do intérprete. A ciência não domina ainda todos esses fatores; quantificar, modelizar e aplicar as correções nesse conjunto de interferências são operações que necessitam de numerosas pesquisas. A diversidade de fenômenos encontrados em cada lugar da superfície terrestre engendra condições específicas e distintas, e a isto acrescentam-se, ainda, as interações entre os componentes humanos e naturais que se dão na superfície terrestre.

Complexas operações intervêm no processamento digital de imagens. O desenvolvimento de *softwares* torna possível numerosas manipulações. No entanto, é necessário considerar a diversidade dos elementos que fazem parte do processo. A visualização de imagens de satélites é, dessa maneira, um trabalho complexo. Considerando-se a multiplicidade de elementos da paisagem, como realizar o processamento digital de imagens visando a uma melhor visualização? Uma boa qualidade visual permite

um reconhecimento mais preciso das unidades temáticas que são a base das classificações. Este estudo testa, assim, os parâmetros ITS (intensidade, tonalidade e saturação), objetivando uma melhora na visualização da imagem.

A visualização da imagem

O sensoriamento remoto mostra-se apropriado aos estudos da paisagem, pois ele integra a visão global, em que as formas e o dinamismo das transformações podem ser percebidos e, dessa maneira, *“chacun des objets identifiés s’inscrit dans le paysage avec une morphologie en trois dimensions: longueur, largeur, hauteur avec une intensité d’existence qui dépend de l’inégalité de présence de chaque catégorie d’objet, avec un rythme qui dépend de l’assemblage des formes isolées ou répétées. Chaque paysage est une composition de formes colorées. Les formes paysagères résultent de l’assemblage des données naturelles et des données culturelles”* (PINCHEMEL, 1995, p.383).

A interpretação visual de imagens orbitais pode ser feita da mesma maneira que em uma fotografia aérea. O sensoriamento remoto, por meio de vários procedimentos do processamento digital de imagens, permite ao intérprete uma visualização de imagens na qual as informações podem ser bem decodificadas. As cores são o exemplo mais simples, pois elas podem mostrar as informações, distingui-las e mesmo hierarquizá-las. A composição colorida de uma imagem, amplamente utilizada, se faz da mesma maneira que a composição de uma cor, que se dá a partir das três cores primárias: vermelho, verde e azul; ou seja, *“le principe est la superposition des matrices numériques correspondant à trois canaux spectraux colorée chacune dans une couleur primaire”* (WILMET, 1996, pp.78-80).

O sistema aditivo de cores permite sua visualização em diversas nuances. A utilização das cores incita o intérprete a trabalhar em um

ambiente mais natural no qual ele está mais familiarizado. Pode-se também trabalhar com os canais brutos em que a visualização se faz por diferentes níveis de cinza. Porém, o olho humano distingue um número reduzido de cinzas, o que complica a interpretação das informações e torna mais difícil sua decodificação.

O olho humano percebe as diferenças de intensidade e as diferenças espectrais da radiação solar refletida para distinguir os objetos. Assim, a visão das cores se faz a partir de sensações psicossensoriais cujo estímulo é definido pela claridade e pelo comprimento de onda. Essas sensações, decodificadas pelo olho humano, provêm de fatores físicos que podem ter uma representação matemática e, assim, a intensidade, a tonalidade e a saturação (ITS) podem se transformar em parâmetros de visualização no processamento digital de imagens. *“L’intérêt de passer d’un repère RVB à un repère ITS est de simuler la photo-interprétation. L’oeil n’est en effet pas capable de décomposer la couleur. Il est par contre capable d’évaluer la sensation colorée dominante (notion de Tonalité), d’évaluer si telle couleur est plus claire que telle autre (notion d’Intensité), si telle couleur est plus ou moins pure ou laiteuse (notion de Saturation)”* (ROBIN, 1995, p.201).

A intensidade é designada como o grau de claridade ou de sombreamento de uma cor. É o que define se uma cor aparece mais ou menos brilhante e luminosa. Na tela de televisão, por exemplo, o valor máximo de intensidade corresponde ao branco, enquanto o valor mínimo corresponde ao preto. O parâmetro tonalidade faz com que a luz seja percebida colorida. Esse parâmetro está ligado à radiação de um determinado comprimento de onda, ou seja, é a natureza da cor. A saturação é o grau de pureza da cor. *“Elle est inversement proportionnelle à la fraction de radiation blanche qui affaiblit la coloration du rayonnement”* (GDTA, 1991, p.37) e segundo o qual uma cor aparece mais ou menos diluída em branco. A partir dessas definições, é necessário compreender como

esses parâmetros são apresentados na imagem. Inicialmente, a representação gráfica tridimensional se impõe. A representação cúbica é a melhor representação gráfica das cores e também dos parâmetros ITS. Cada cor primária é representada por um vértice, interno ao cubo, se forma o triângulo de Maxwell, cujos vértices também representam as cores primárias.

A figura 1 mostra o cubo das cores e a representação dos parâmetros ITS para o ponto P. Todas as cores na superfície do triângulo têm a mesma intensidade, pois são medidas a partir da distância entre o ponto O e a superfície. Ao contrário da tonalidade e da saturação, a intensidade está ligada ao fluxo de energia incidente na superfície.

A tonalidade da cor é definida pelo vetor que parte do ponto branco (B) em direção a um dos três vértices ou arestas. A rotação de 360° desse vetor percorre todas as cores possíveis. Como já foi definida, a tonalidade é fortemente

correlacionada ao comprimento de onda. A saturação é determinada como a grandeza da amplitude do vetor cor, partindo do ponto branco (B) em direção a um dos vértices ou arestas. No caso da figura 1, o vetor se direciona ao vértice amarelo e define, assim, a saturação do ponto P. Pode-se observar a relação direta entre a saturação e a quantidade do componente branco de uma cor. Essa relação define se uma cor é saturada a 100%. Isto significa que: ou ela não tem nenhum componente branco e o vetor atinge o vértice do triângulo; ou a cor é diluída em branco e essa medida é definida pela amplitude do vetor.

Aplicação em ITS

No parâmetro intensidade toda a superfície da paisagem recebe a mesma claridade (da mesma maneira que na superfície do triângulo de Maxwell no cubo das cores, figura 1). Esse

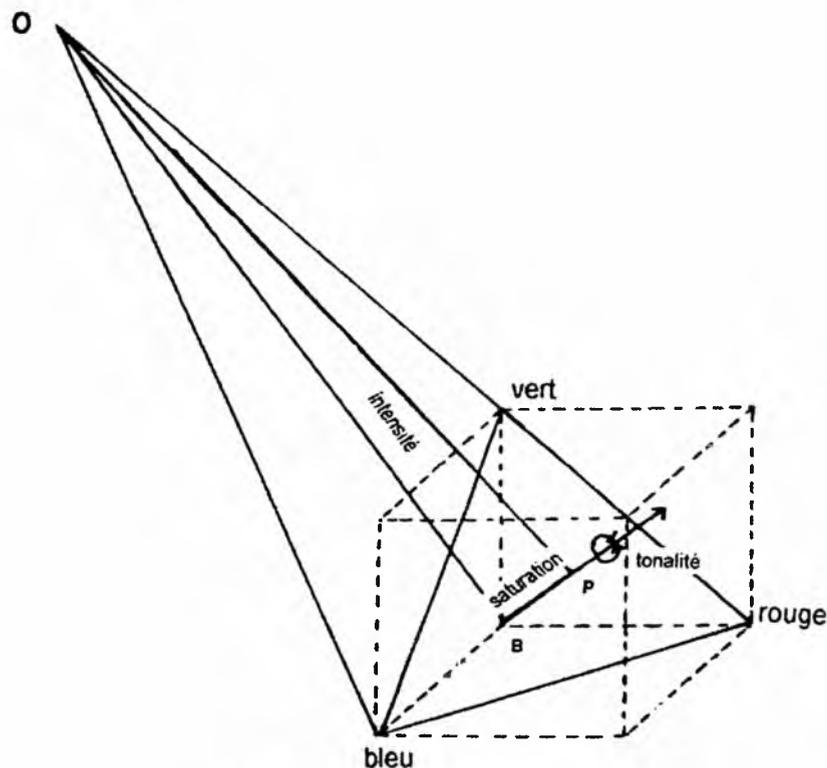


Figura 1: Representação ITS

(Fonte: Martine SILBERMANN, 1983, p.41)

parâmetro está ligado às qualidades espectrais da paisagem e não à intensidade de iluminação. Esse canal “*dégage la morphologie des paysages en présentant une répartition spatiale des valeurs radiométriques de chacun des pixels*” (CRUCHANT & LEFÈVRE-FONOLLOSA, 1990, p. 47). Por outro lado, a tonalidade está ligada diretamente ao comprimento de onda, e a pureza deste define a saturação.

A aplicação dos parâmetros ITS no processamento de imagens é feita a partir dos algoritmos de conversão. Esses algoritmos são fórmulas matemáticas de diferentes níveis de complexidade. Sua aplicação, existente em to-

dos os *softwares*, é simples. Entretanto, a análise dos resultados na imagem é mais complexa. Os algoritmos utilizados foram retirados da literatura especializada a fim de garantir maior credibilidade. Dois foram explorados com mais detalhe: GDTA (1991, pp.59-61) e LIU & MOORE (1990, pp.1521-1530), e os utilizados são de LIU & MOORE, como se mostra abaixo.

Dessa maneira, três canais foram criados: intensidade, tonalidade e saturação. Primeiramente, o canal intensidade tem um histograma de frequência dos níveis de cinza bimodal que representa dois temas, grosseiramente a água e a vegetação. Entretanto, a separação

$$I (r_i, g_i, b_i) = \left(\frac{1}{\sqrt{3}} \right) (r_i + g_i + b_i)$$

$$T (r_i, g_i, b_i) = \cos^{-1} \left\{ \frac{\left[\left(2b_i \right) - g_i - r_i \right]}{2V_i} \right\}$$

$$V_i = \sqrt{\left[\left(r_i^2 + g_i^2 + b_i^2 \right) - \left(r_i g_i + r_i b_i + g_i b_i \right) \right]}$$

$$S (r_i, g_i, b_i) = [\max (r_i, g_i, b_i) - \min (r_i, g_i, b_i)] / \max (r_i, g_i, b_i)$$

Onde:

i = índice sobre o canal

r = canal atribuído à cor vermelha

g = canal atribuído à cor verde

b = canal atribuído à cor azul

I = Intensidade

T = Tonalidade

V = fórmula auxiliar

S = Saturação

dos temas a partir do histograma não é clara, como nos histogramas dos canais tonalidade e saturação. Porém, a imagem é de boa qualidade, pois o relevo e as zonas urbanizadas são bem visíveis. A vegetação, ao contrário, não pode ser claramente distinguida (Figura 2).

Em seguida, o canal tonalidade tem um histograma com dois picos bem separados. O primeiro representa a água e é excluído da cena pela ampliação do contraste. Dessa forma, o mar aparece em cinza, a vegetação é escura e as zonas urbanizadas são pouco visíveis. As re-

giões sombreadas, ao contrário, se sobressaem, apesar de o relevo ter uma visualização ruim (Figura 3). Esse canal, ligado ao comprimento de onda, ressalta as zonas sombreadas em níveis de cinza muito contrastados, o que mostra seu interesse para estudos em áreas sombreadas. LIU & MOORE (1990, pp.1523-1524) demonstram que a tonalidade não depende da iluminação e ela pode suprimir as sombras no relevo. *"Hue is independant of illumination. The hue of a terrain slope will not differ between direct illumination and shadow. As the result, a*



Figura 2: Canal intensidade

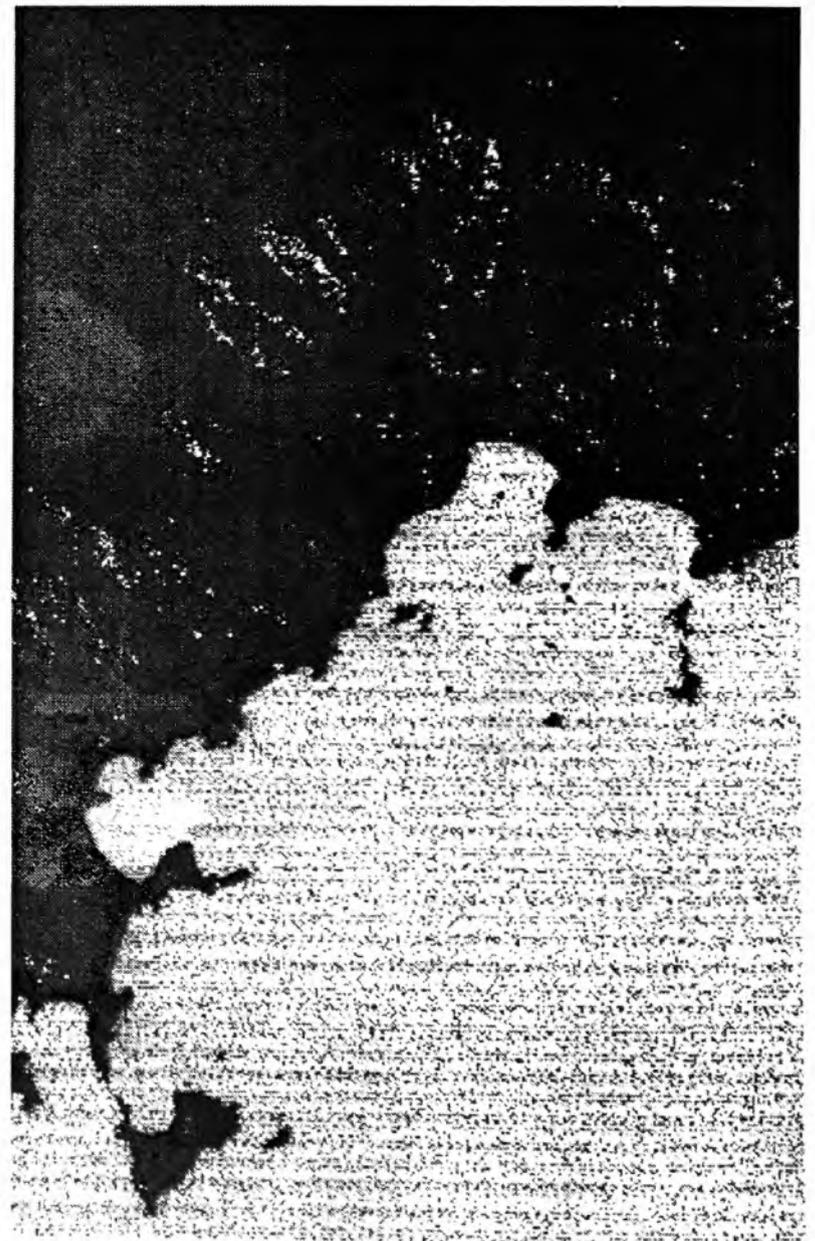


Figura 3: Canal tonalidade

hue image is not affected by shadow” Realmente, é possível calcular o canal tonalidade trocando a seqüência dos canais atribuídos às cores RGB (fórmula T). “The value of a pixel in hue image is dependent only on the shape of the original 3-band spectral signature of this pixel according to formule (...) in each hue image, the brightness (the pixel DN) changes with hues which are determined by the shapes of the spectral signatures of the source band triplet”

Enfim, o canal saturação permite uma fraca identificação das zonas urbanas, das praias e das zonas antrópicas no planalto. A vegetação é muito clara e não pode ser identificada. O mar é também claro e representa o pique isolado no valor 255 do histograma (Figura 4).

Conclusão

Os experimentos realizados mostram a complexidade e ampla utilização das informações contidas nas imagens orbitais. Para melhorar a análise dessas informações é necessário ter uma boa qualidade em sua visualização. A utilização de algoritmos de conversão deve ser enfocada como mais uma manipulação no processamento digital de imagens. Entretanto, é necessário rigor no entendimento das transformações que estes algoritmos proporcionam para que a interpretação das informações seja correta e eficaz. No caso estudado, o canal intensidade oferece uma imagem nítida, sobretudo em relação ao relevo; o canal tonalidade isola as zonas sombreadas na imagem e, por fim, o canal saturação tem um resultado pouco eficaz. Existem várias outras possibilidades de combinações de canais, as composições coloridas elaboradas com os canais ITS reagrupam os temas em classes de cores bem precisas; outra possibilidade, é a associação dos canais brutos aos canais ITS, compondo uma composição colorida que propõe maior precisão das estruturas internas das classes temáticas.



Figura 4: Canal saturação

Uma alta qualidade na visualização das imagens possibilita uma seleção mais precisa das unidades temáticas, resultando em classificações mais confiáveis. Os produtos orbitais fornecem informações para a observação das formas e da dinâmica das transformações ocorridas na superfície terrestre, proporcionando, dessa maneira, subsídios interessantes para a análise espacial, um ponto essencial da reflexão geográfica.

Nota

1 Artigo elaborado em janeiro de 2001.

Bibliografia

- BARIOU, Robert. *Manuel de télédétection: photographies aériennes, images radar, thermographies, satellites*. Sodipe, Paris, 1978, 349p.
- CASTRO PANIZZA, Andrea. *Expérimentation des paramètres pour les compositions colorées et l'étalonnage des données satellitaires*. Mémoire de DEA en Géographie, Université de Rennes 2 - Haute Bretagne, Rennes, 1998, 79p.
- CRUCHANT, Hervé; LEFÈVRE-FONOLLOSA, Marie-Josée. "Utilisation des principes de la vision des couleurs en traitement d'images Spot 1 pour l'aide à l'interprétation" *Photo-Interprétation*, Paris, n.3 et 4, p. 47-48, 1990.
- FONSECA, Fernanda F. *Avaliação do uso de processamento digital de imagens de satélite em geografia, a partir de um teste no Núcleo Picinguaba (Parque Estadual da Serra do Mar), Ubatuba, SP*. Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, São Paulo, 1995, 99p.
- GDTA. *Bases physiques de la Télédétection Aérospatiale*. Les Cahiers Pédagogiques du GDTA, version 1.2, 1992, 86p.
- GDTA. *Représentation des Couleurs*. Les Cahiers Pédagogiques du GDTA, version 1.2, 1991, 66p.
- LANGLOIS, Patrice. "Modélisation et algorithmes de traitement de la couleur" *Cahiers Géographiques de Rouen*, Rouen, n.27, 1987, p.5-44.
- LE DU, Laurence. *Image du Paysage: Télédétection, Intervisibilité et Perception: l'exemple des Côtes d'Armor*. Thèse de doctorat en Géographie, Laboratoire COSTEL, Département de Géographie et Aménagement de l'Espace, Université Rennes 2 Haute Bretagne, Rennes, 1995, 334p.
- LIU, J. G.; MOORE, McM. "Hue image RGB colour composition. A simple technique to suppress shadow and enhance spectral signature" *International Journal of Remote Sensing*, 11(8), 1990, p.1521-1530.
- LIU, J. G.; MOORE, McM. Direct decorrelation stretch technique for RGB colour composition. *International Journal of Remote Sensing*, 17(5), 1996, p.1005-1018.
- PINCHEMEL, Philippe et Geneviève. *La Face de la Terre: Éléments de Géographie*. Paris: Armand Colin, 1995, 517p.
- ROBIN, Marc. *La Télédétection*. Série Fac, Géographie. Paris: Nathan, 1995, 318p.
- SILBERMANN, Martine. *Passage des grandeurs rouge, vert, bleu aux grandeurs luminance, teinte, saturation*. Mémoire de DEA, Université Louis Pasteur de Strasbourg, 1983, 65p.
- WILMET, Jules. *Télédétection Aérospatiale: Méthodes et Applications*. SIDES, Fontenay-sous-Bois, 1996, 300p.



A decorative rectangular border with intricate floral and scrollwork patterns, framing the central text.

NOTAS DE
PESQUISA DE
CAMPO

DESEMPENHO DE REGISTRADORES DIGITAIS DE TEMPERATURA E UMIDADE DO AR EM ABRIGO METEOROLÓGICO PADRONIZADO – ESTUDO COMPARATIVO PRELIMINAR VISANDO USO EM TRABALHOS DE CAMPO

Tarik Rezende de Azevedo*
Frederico Luiz Funari**

RESUMO:

Neste trabalho é feita comparação da temperatura e da umidade relativa do ar obtida a partir de instrumentos minirregistradores digitais e dos instrumentos analógicos tradicionalmente empregados em observações meteorológicas. Todos estiveram submetidos à mesma condição ambiente de um abrigo meteorológico padrão durante um mês. Conclui-se que as séries obtidas apresentam atributos distintos e que, tomadas determinadas precauções, são compatíveis e comparáveis apenas para os valores médios diários, horários e/ou mensais.

ABSTRACT:

This paper compares air temperature and relative humidity obtained by digital minidatalog instruments and by analogical instruments, used in meteorology. Both kind of instruments were submitted to the same conditions in a meteorological shelter for a month. It was observed that the obtained series have distinct attributes, but are comparable on their medium values.

1. Introdução

Tem ocorrido a incorporação maciça de instrumental automático digital baseado em microeletrônica para aquisição e armazenagem de informações de caráter meteorológico e climá-

tico, freqüentemente em substituição ao instrumental analógico tradicional, sobretudo na última década. As principais vantagens apontadas são: a eliminação da etapa de transcrição do formato papel para o formato digital e conferência, que caracterizou a década de 1980,

* Geógrafo e professor. Colaborador do Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

** Geógrafo. Técnico especializado da Estação Meteorológica da Água Funda do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo. Mestre pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

com a popularização dos microcomputadores no meio científico; a supressão de erros humanos na leitura de instrumentos; acesso à informação sobre localidades remotas ou esparsamente habitadas; e, sobretudo, redução do custo da mão-de-obra necessária na etapa de observação, e, conseqüentemente do custo unitário da própria informação.

As principais desvantagens apontadas são: os instrumentos analógicos tradicionalmente empregados, alguns em funcionamento ininterrupto ao longo de décadas, demonstraram superar as expectativas originais quanto à durabilidade, defeitos, desgaste e confiabilidade, constituindo, portanto, um investimento já amortizado e com excelente relação custo/benefício; os instrumentos baseados em tecnologia digital são indiscutivelmente mais sensíveis se submetidos às mesmas condições que os tradicionais, apresentando uma taxa de reposição de peças maior; a rápida evolução da microeletrônica e da tecnologia digital traz a obsolescência precoce e a falta de peças de reposição em poucos anos, dando aos instrumentos um caráter descartável, que impediria a obtenção de séries longas e homogêneas de observação dos atributos da atmosfera; os instrumentos analógicos tradicionais, mesmo os registradores baseados em cronômetros mecânicos, permitem que o observador meteorológico domine o funcionamento integral do instrumento, permitindo que ele faça a manutenção, o diagnóstico de problemas e a reposição de peças, às vezes desde sua confecção, o mesmo não ocorrendo com instrumentos eletrônicos; o monitoramento constante dos instrumentos analógicos tradicionais implica, quando ocorrem, períodos curtos de interrupção das séries de dados, normalmente passíveis de reconstituição pelos próprios observadores, enquanto os outros são assistidos em intervalos que chegam a meses, tornando muito mais provável a perda irreparável de informação; e, finalmente, não há evidências suficientes para afirmar que as informações geradas pelos instrumentos automáticos digitais

sejam portadoras dos mesmos atributos que as geradas ao longo de mais de um século de observações meteorológicas sistemáticas com instrumentos analógicos tradicionais. Este trabalho se propõe a contribuir para a discussão deste último aspecto.

A observação da atmosfera não se resume à quantificação de variáveis específicas por instrumentos de medida. Muitas variáveis, mas não todas, são passíveis da mediação entre o objeto de estudo, o tempo meteorológico e o homem. Nas estações meteorológicas tradicionais completas são realizadas observações de caráter qualitativo que foram e continuam sendo essenciais para a compreensão dos processos atmosféricos. Exemplos significativos são a classificação da nebulosidade, da visibilidade e de fenômenos diversos, como raios, trovões, halos etc. Ao menos até a presente data, não há estações meteorológicas automáticas digitais que registrem essas informações. Esse tipo de registro está sendo irremediavelmente perdido onde as estações tradicionais foram simplesmente fechadas. Por outro lado, é admissível dizer que os sensores remotos instalados em plataformas orbitais permitam a reconstituição de parte dessas informações e apresentem a vantagem de sua inserção em escalas de generalização maior. No entanto, sua incorporação ao conjunto das bases de informação implica reconsiderar o custo da obtenção de informação meteorológica e climática, sobretudo em estudos de caso. Além disso, não há evidência concreta de que sejam passíveis de comparação sistemática com as séries de informações de caráter qualitativo obtidas em terra. São informações que se referem a escalas diferentes, constituindo duas bases de dados distintas mas complementares (TARIFA, 1976).

Resta investigar se determinadas variáveis quantificadas através de instrumentos distintos são de mesma natureza. Os princípios físicos de alguns dos sensores empregados nos instrumentos automáticos já haviam sido testados ao longo de décadas de desenvolvimento de

instrumentos registradores analógicos e foram descartados em função de sua menor eficiência. Um exemplo notório é o uso dos termopares. Não houve, historicamente, solução tecnológica para que esse tipo de transdutor ligado a um circuito de amplificação resultasse em um instrumento meteorológico com performance melhor que a dos melhores termômetros de coluna de mercúrio. Um fato notório é que instrumentos desenvolvidos a partir de princípios físicos distintos freqüentemente apresentam desempenhos semelhantes sob condições rigidamente controladas, o mesmo não ocorrendo sob condições reais de uso. O segundo aspecto é que instrumentos semelhantes produzidos em série também podem produzir registros discrepantes. Nas estações meteorológicas tradicionais a questão faz parte da rotina de trabalho do observador. Normalmente a substituição de instrumentos é acompanhada de longo período de observações simultâneas. Para observação meteorológica e climática torna-se imperativa, portanto, a investigação comparativa do desempenho dos instrumentos sob condições reais de uso.

Dentre os instrumentos automáticos digitais disponíveis no mercado, os minirregistratoros digitais autônomos suscitam particular interesse. Os principais motivos, além dos apresentados anteriormente: são pequenos e leves; alimentados por microbaterias, consomem quantidades ínfimas de energia, chegando a ter autonomia energética de muitos meses; são relativamente baratos ante o custo de um instrumento convencional somado ao custo da mão-de-obra da observação; em estudos de caso, permitem o registro simultâneo e regular de algumas variáveis sem que o responsável pela pesquisa tenha que empreender a tarefa de arregimentar um grande contingente de auxiliares.

Neste trabalho é avaliado o desempenho de dois minirregistratoros digitais autônomos, um de temperatura e o outro de umidade relativa do ar, por comparação com os registros produzidos por três instrumentos analógicos convencionais.

2. Instrumental empregado e procedimentos adotados

Todos os instrumentos empregados permaneceram no interior do abrigo meteorológico padronizado, segundo as normas da OMM, da Estação Meteorológica da Água Funda pertencente ao Instituto Astronômico e Geofísico (IAG) da Universidade de São Paulo, localizada no Parque das Fontes do Ipiranga, Município de São Paulo (MARQUES, 1964). Essa estação, em funcionamento ininterrupto desde 1933, mantém uma série contínua de dados meteorológicos horários de grande confiabilidade (XAVIER, 1994).

A temperatura horária do ar obtida diretamente da leitura dos diagramas diários do termógrafo¹, neste trabalho é chamada temperatura do registrador analógico (Tr).

Adotou-se a temperatura horária do ar divulgada pela Estação Meteorológica da Água Funda como a temperatura padrão do ar (Tp). A Tp é obtida em intervalos de 1 hora, das 7:00h à meia-noite (horário local) através do psicrômetro de aspiração de Assmann². A Tp dos seis horários entre 1:00h e 6:00h é obtida por interpolação a partir de Tr (temperatura do registrador analógico), distribuindo linearmente a diferença entre Tr e Tp à meia-noite e às 7:00h.

A temperatura horária, registrada pelo termômetro minirregistrator digital (TMD)³, é a temperatura do miniregistrator digital (Td). O TMD é composto de quatro partes:

- a) O programa Box Car – pró, versão 3.51 para sistema operacional Windows, que constitui a interface indispensável entre o usuário e o instrumento propriamente dito.
- b) Um cabo serial que permite a conexão física temporária do registrador a um microcomputador, inicialmente para fornecer os parâmetros e desencadear o funcionamento e, posteriormente, para recuperar os dados armazenados.
- c) Um termopar com cabo de 1,5 m e conector, eficiente no intervalo -5 a +37°C.

d) Unidade de registro embutida em invólucro plástico com dimensões 4,5 x 4,5 x 1,5 cm. Há uma entrada para conexão com o termopar e outra com o cabo serial, um botão de acionamento e um led que indica o instante do registro. A unidade de registro tem capacidade de armazenamento fixa de 1.800 registros (ONSET, 1996). O tempo máximo de registro ininterrupto é inversamente proporcional ao intervalo entre um registro e o outro. Optou-se neste trabalho pelo registro horário.

A umidade relativa do ar, obtida da leitura direta do diagrama diário do higrógrafo⁴, é a umidade relativa do ar do registrador analógico (U_r).

A umidade relativa do ar horária divulgada pela estação é considerada, neste trabalho, a umidade relativa padrão (U_p). Do psicrômetro de aspiração de Assmann, obtém-se simultaneamente à T_p , a temperatura de bulbo úmido (T_u). U_p (umidade relativa padrão) é obtida a partir de T_p (temperatura padrão do ar), T_u (temperatura de bulbo úmido) e da pressão atmosférica reduzida a zero °C no período das 7:00h à meia noite. Nos seis horários intermediários U_p (umidade relativa padrão) é obtida a partir de U_r (umidade relativa do registrador analógico) segundo a mesma metodologia adotada para T_p (temperatura padrão do ar) (IAG, 1999).

A umidade relativa do ar, registrada hora a hora pelo higrômetro minirregistrador digital (HMD)⁵, é a umidade relativa do minirregistrador digital (U_d). O HMD é composto de três partes: o programa Box Car – pró, o cabo serial, ambos descritos acima, e a unidade registradora, em tudo semelhante ao TMD, exceto pelo fato de o sensor estar incorporado à tampa frontal do instrumento. Este é composto por uma película de polímero semicondutor higrófilo cuja resistência elétrica varia em função de seu teor de umidade (ONSET, 1996).

O TMD e o HMD permaneceram no interior do abrigo meteorológico durante 38 dias. Desprezados os registros iniciais e os registros

finais, obteve-se uma série de 720 T_d e U_d correspondentes ao mês de abril de 2000. Os outros instrumentos estão permanentemente no interior do abrigo, constituindo parte do instrumental da própria estação meteorológica.

Preliminarmente foi realizada a verificação qualitativa da coerência entre os registros e o conjunto das observações meteorológicas procurando identificar discrepâncias e possíveis falhas de notação ou transcrição, sem recorrer a métodos estatísticos.

Foram calculados os seguintes parâmetros estatísticos de cada série de registros obtidos:

- a) mínimo, máximo, média aritmética simples, desvio médio, variância, curtose e assimetria sem distinções horárias e diárias;
- b) os mesmos parâmetros do item a, por horário do dia para cada série de registros e para as seguintes diferenças entre séries: d-p (registrador digital - padrão), d-r (registrador digital - registrador analógico) r-p (registrador analógico - padrão);
- c) os mesmos parâmetros do item a, por dia para cada série de registros e para as mesmas diferenças entre séries do item b.

Deve ser ressaltado que nos casos b e c a amostragem é muito menor que no caso a; 24 por dia ou 30 por hora para cada série de temperaturas, não permitindo a comparação segura dos parâmetros de simetria e dispersão, pois um único valor excepcional pode alterar significativamente os resultados, sobretudo se as variações entre os valores obtidos para cada parâmetro forem pequenas. Apesar de calculados, foram desprezados os parâmetros de simetria e dispersão, evitando a construção de conclusões pouco seguras. Priorizou-se a análise gráfica nesses dois casos.

Foram calculados o coeficiente de correlação linear, os parâmetros da reta de regressão linear pelo método dos mínimos quadrados e o coeficiente de determinação para as seguintes relações: $d = f(p)$, $r = f(p)$, $r = f(d)$.

3. Resultados

Abril de 2000 foi o mês de abril menos chuvoso e mais seco desde 1933 segundo as informações da própria Estação Meteorológica da Água Funda. Ao contrário do que se poderia supor, foi um mês propício para a investigação proposta neste trabalho. A baixa pluviosidade e a não-ocorrência de precipitação originada em processos convectivos tornaram possível a obtenção de uma série relativamente curta de registros mas com uma homogeneidade maior que a normalmente observada, simplificando a interpretação dos resultados obtidos e aumentando a segurança das conclusões. Por outro lado, os instrumentos foram submetidos a condições mais próximas às extremas para um único dia, sobretudo no que diz respeito à umidade relativa do ar. Nas horas que antecederam o amanhecer do dia 11, por exemplo, U_p (umidade relativa padrão, obtida por meio do psicrômetro) foi de 95%, caindo acentuadamente até atingir 29% às 16:00h, o mesmo ocorrendo no dia posterior com um mínimo de 30% às 15:00h.

Reconstruiu-se qualitativamente a sucessão horária das condições atmosféricas a partir dos parâmetros meteorológicos da própria estação. A análise preliminar dos dados obtidos não identificou inconsistências ou possíveis erros isolados nas séries de temperatura e umidade. Identificaram-se apenas dois erros contíguos de transcrição da nebulosidade horária, e

outro na insolação diária, devidamente corrigidos. Nos demais parâmetros meteorológicos utilizados, nenhuma retificação se fez necessária, revelando a qualidade e confiabilidade dos registros dessa estação meteorológica.

3.1 Temperatura do ar

A partir da tabela 1, na qual os dados das séries foram agregados mensalmente, depreende-se que a média das diferenças entre os três registros simultâneos é significativamente diferente para $T_r - T_p$ e $T_d - T_r$. A diferença $T_d - T_p$ estaria situada no limite da precisão instrumental, neste caso entre 0,1 e 0,2°C. No entanto, quando tomados os valores extremos de cada série, identificam-se diferenças modulares de 1,4 até 4,2°C. As maiores diferenças ocorrem entre os dois instrumentos registradores. Por outro lado, a amplitude mensal é a mesma nos dois registradores enquanto em T_p é 1,0°C menor. O desvio médio em relação à média é semelhante para os dois registradores e significativamente menor para T_p (temperatura padrão). No entanto, as variâncias são significativamente distintas, resultando em uma seqüência ordenada $T_d > T_p > T_r$. Considerando a curto-se, obtém-se um ordenamento inverso e coerente em relação ao da variância, $T_r > T_p > T_d$, sugerindo que os valores são sucessivamente mais dispersos em torno do valor médio nessa

Tabela 1: Séries de temperatura – atributos estatísticos elementares

Parâmetro	T_p	T_r	T_d	$T_r - T_p$	$T_d - T_p$	$T_d - T_r$
Mínimo	11,6	11,2	11,4	-2,7	-1,4	-2,6
Média	19,8	19,5	20,0	-0,4	0,1	0,5
Máximo	29,7	30,1	31,3	3,0	3,4	4,2
Variância	15,3	17,9	18,5	0,6	0,4	0,7
Desvio médio	3,2	3,5	3,5	0,6	0,4	0,6
Curtose	-0,51	-0,58	-0,41	1,12	4,57	2,79
Assimetria	0,37	0,37	0,46	0,62	1,61	0,69

mesma ordem. Note-se que T_r (temperatura do registrador analógico) é menos disperso em relação à T_p do que este em relação à T_d (temperatura do registrador digital). As três séries são consideravelmente assimétricas, fato conhecido e esperado para séries de temperatura. No entanto, a assimetria de T_p e a de T_r são semelhantes, ou seja, a temperatura na altura máxima da curva de distribuição em relação ao valor médio é equivalente, o mesmo não ocorrendo com T_d em relação a T_p e T_r . Que T_r apresente uma variância e dispersão menor que T_p é fato conhecido e atribuído à maior inércia térmica do termógrafo analógico, desenvolvido para homogeneizar flutuações de curta duração na temperatura do ar.

Da análise dos resultados da tabela 2, depreende-se, como esperado, que o coeficiente de correlação linear de Pearson entre os valores dos 720 registros simultâneos tomados aos pares é muito significativo, aproximando-se do índice máximo 1. No entanto, neste trabalho pequenas diferenças são significativas, já que, a rigor, pretende-se que instrumentos desenvolvidos para o mesmo fim submetidos às mesmas condições resultem em registros semelhantes. Dessa forma, T_d apresenta correlação ligeiramente maior que T_r em relação à T_p , neste caso sugerindo que, globalmente, representa a temperatura do ar de forma mais eficiente que T_r . A análise de regressão linear sugere que as correções impostas à T_d para torná-la comparável à T_p são ligeiramente maiores que aquelas impostas à T_r . Finalmente, o coeficiente de determinação para $T_d = f(T_p)$ é ligeiramente maior que para $T_r = f(T_p)$, sugerindo, novamen-

te que, uma vez corrigidas, T_d (temperatura do registrador digital) se aproxima, globalmente, mais de T_p (temperatura padrão) do que T_r (temperatura do registrador analógico).

Agregando as duas séries por dia e por hora, obtiveram-se resultados diferentes daqueles obtidos quando agregados mensalmente.

Da análise da figura 1 depreende-se que T_d é em média significativamente menor que T_p no período de meia-noite às 7:00h, enquanto no período de 9:00 às 18:00 é maior. As maiores diferenças médias ocorrem das 13:00 às 15:00h. Quanto às diferenças T_d-T_p mínimas há uma forte concordância com as diferenças médias. No entanto, as diferenças T_d-T_p máximas tendem a meio °C nos períodos noturnos enquanto atingem valores elevados, entre 2,5 e 3,0°C, nos períodos diurnos, sobretudo das 9:00 às 15:00h.

Da análise da figura 2 constata-se, como esperado, que T_r é em média menor que T_p no período da manhã e maior no período da tarde, com o pico mínimo às 8:00h e o pico máximo por volta das 16:00h em função da inércia térmica do próprio instrumento aludida anteriormente. As diferenças T_r-T_p mínimas e máximas apresentam uma concordância maior que no caso T_d-T_p (Figura 1). As máximas diferenças T_r-T_p tendem a ser progressivamente maiores com T_r-T_p maiores, mas não de forma tão acentuada quanto no caso anterior. O período em que ocorrem as maiores máximas para T_r-T_p é o das 15:00 às 19:00h.

Da observação da figura 3, onde as curvas horárias médias do mês das três séries de temperatura foram representadas sobrepos-

Tabela 2: Redução de T_d e T_r à T_p

Atributo	$T_d = f(T_p)$	$T_r = f(T_p)$
Coeficiente a	1,0894	1,0644
Coeficiente b	1,6580	-1,6530
Coeficiente de correlação linear de Pearson	0,9863	0,9691

Figura 1: Desvio da temperatura do registrador digital em relação à temperatura do ar ($T_d - T_p$) por horário

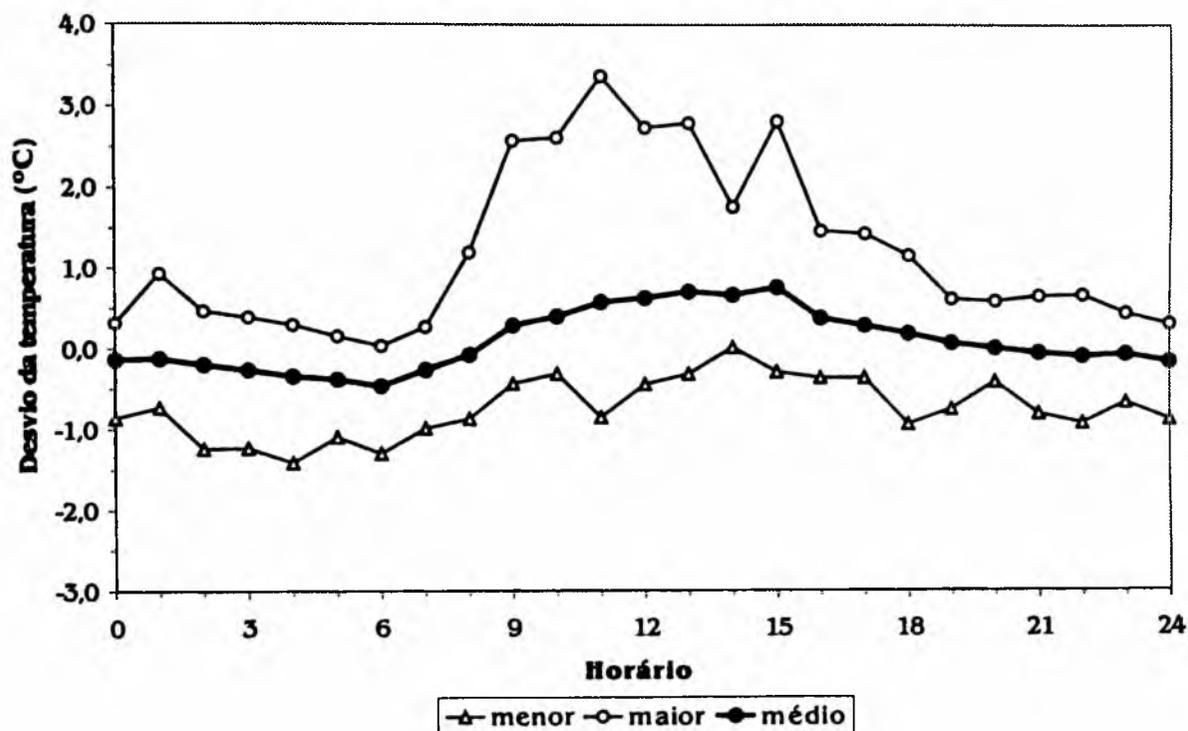


Figura 2: Desvio da temperatura do registrador analógico em relação à temperatura padrão do ar ($T_r - T_p$) por horário

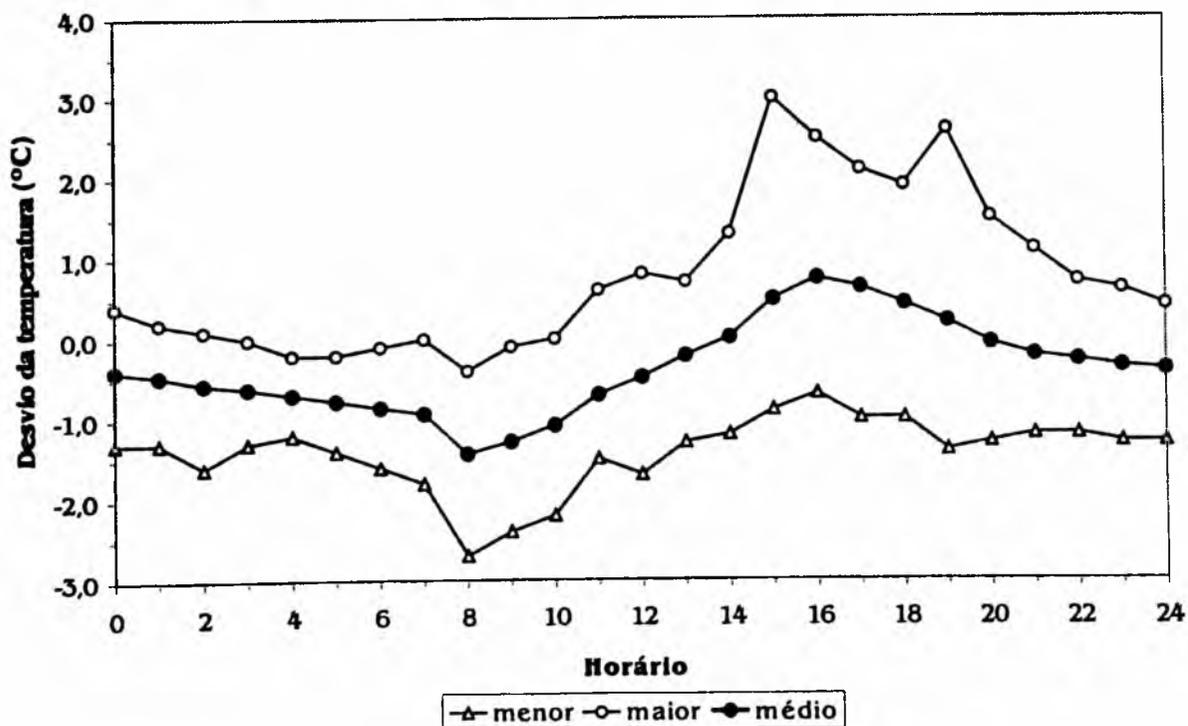
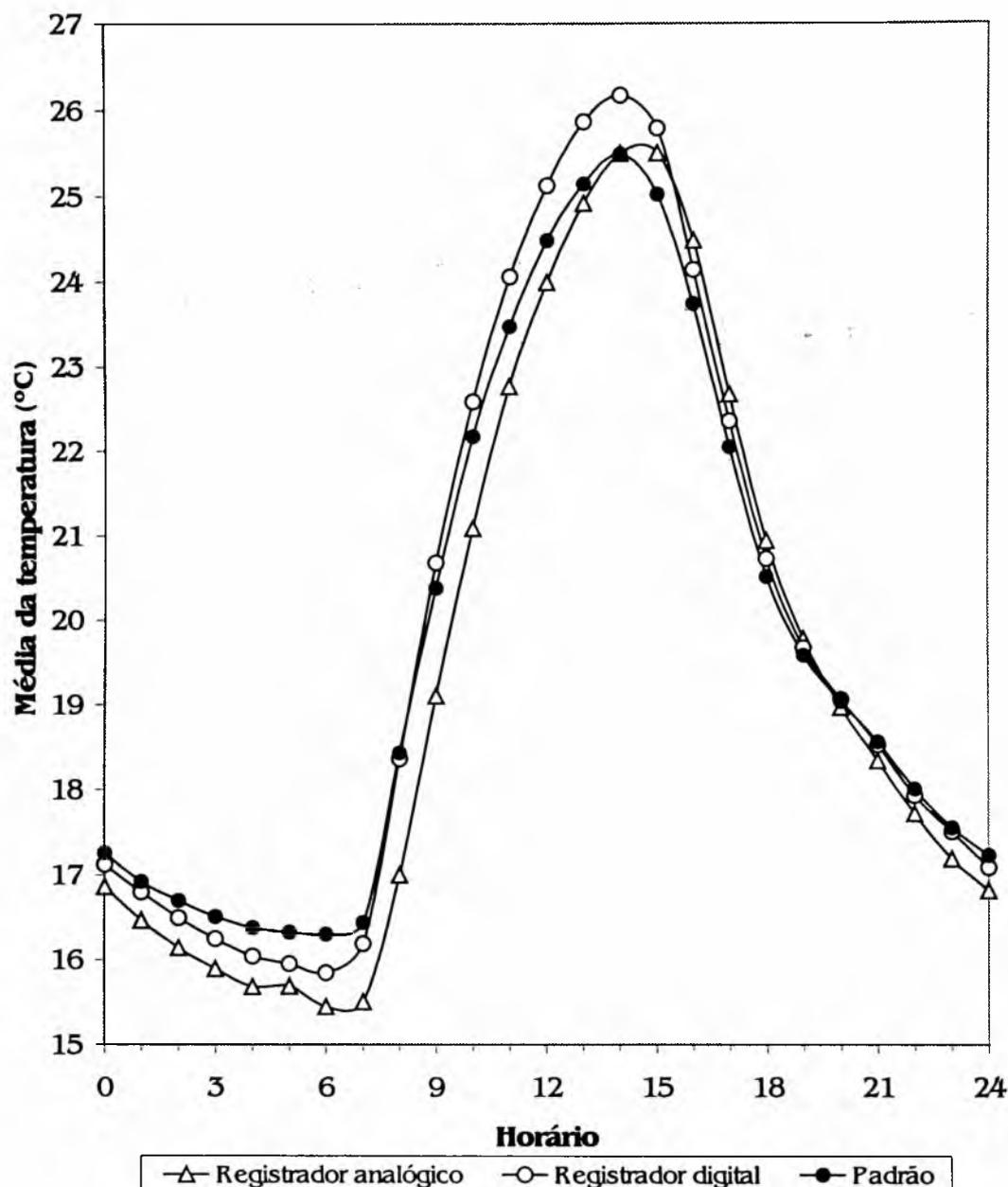


Figura 3: Média da temperatura por horário

tas, depreende-se que as curvas horárias de T_d e T_p são semelhantes na forma mas discrepantes na amplitude, sugerindo ser possível um ajuste linear de escala para corrigir T_d em função de T_p , o mesmo não ocorrendo com T_r em função de T_p . A comparação das figuras 4 e 5 permite fazer a distinção de forma mais clara. As curvas $T_r \text{ hor} = f(T_p \text{ hor})$ e $T_d \text{ hor} = f(T_p \text{ hor})$ são periódicas. No entanto, a segunda

apresenta a particularidade de o período de resfriamento do final da tarde e noite percorrer o mesmo lugar geométrico que o do período de aquecimento, além de a média horária de T_d ser linearmente proporcional à média horária de T_p , o mesmo não ocorrendo para T_r .

A tabela 3 evidencia que o coeficiente de correlação linear entre as médias horárias de T_d em função das médias horárias de T_p é

Figura 4: Média da temperatura do registrador analógico por horário em função da média da temperatura padrão por horário $mTr(\text{hor}) = f(mTp(\text{hor}))$

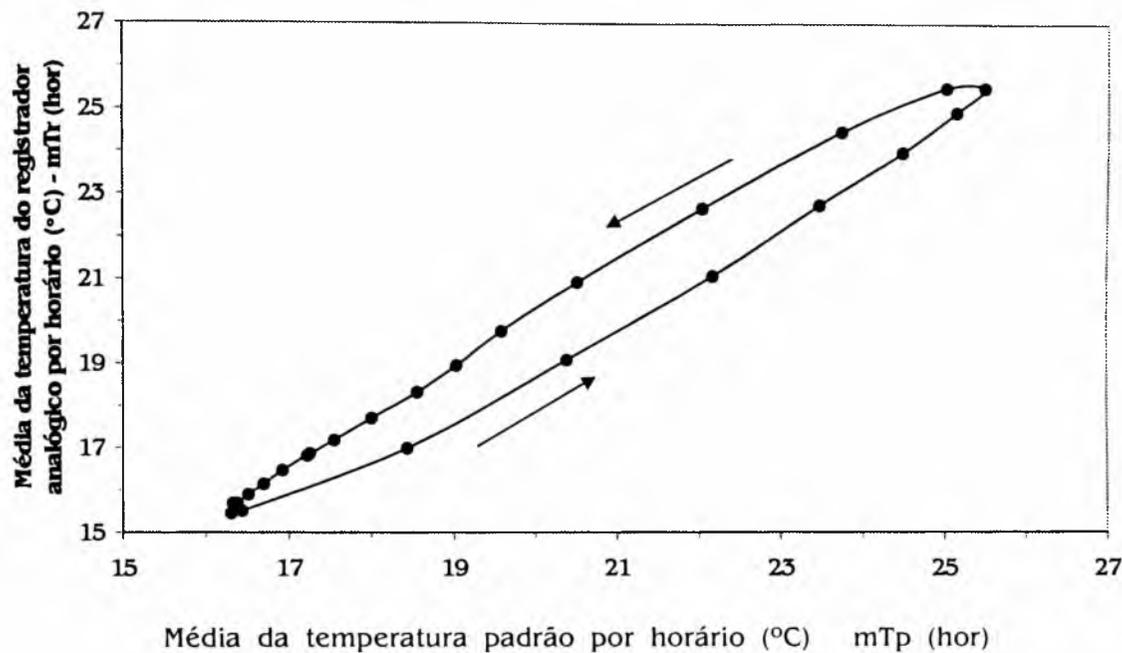
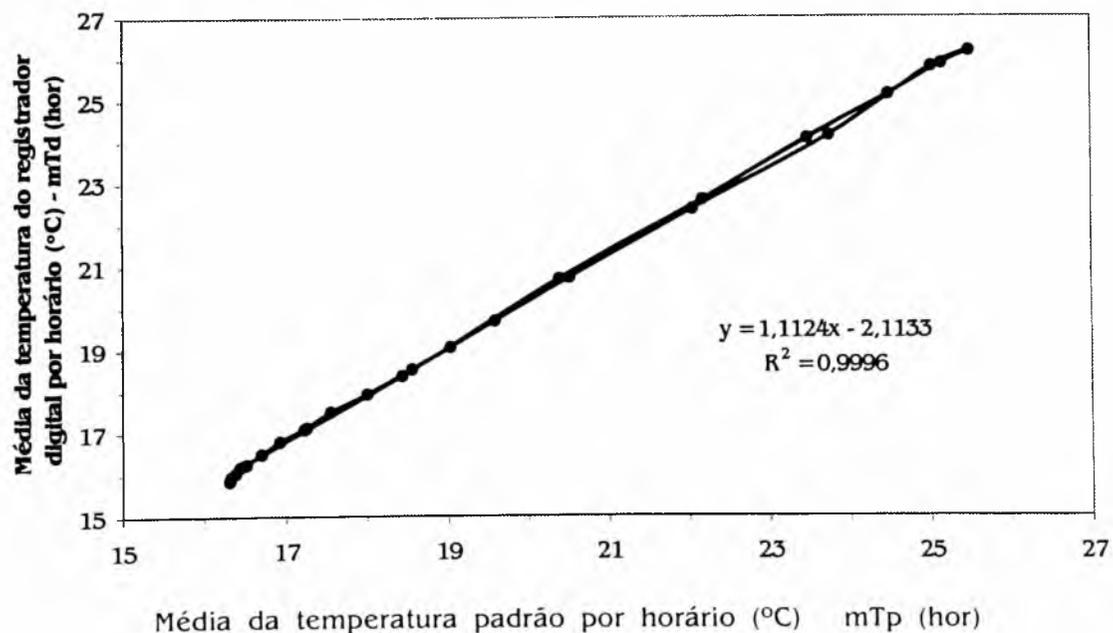


Figura 5: Média da temperatura do registrador digital por horário em função da média da temperatura padrão por horário $mTd(\text{hor}) = f(mTp(\text{hor}))$



menor que entre as médias horárias de T_r em função das médias horárias de T_p . Os parâmetros da análise de regressão linear sugerem que as correções impostas às médias horárias de T_d para que sejam comparáveis às médias horárias de T_p são mais significativas que as impostas para as médias horárias de T_r . No entanto, o coeficiente de determinação para $mT_d \text{ hor} = f(mT_p \text{ hor})$, quase igual a 1, é significativamente maior que para $mT_r \text{ hor} = f(mT_p \text{ hor})$. Para T_r horária a correção mais adequada é aquela obtida por dedução da diferença horária tabelada empiricamente ou de uma função tri-

gonométrica em que o intervalo 2π seja equiparado ao ciclo diário (Figura 4).

Nas figuras 6 e 7 estão representadas respectivamente as diferenças T_d-T_p e T_r-T_p agregadas por dia. Comparando-as, pode-se afirmar que as médias diárias de T_r-T_p são negativas em quase todos os dias, enquanto para T_d-T_p são ligeiramente positivas. T_r-T_p apresenta valores extremos mais dispersos, sendo o padrão aparentemente aleatório. T_d-T_p apresenta valores médios e máximos diários mais discrepantes concentrados no período do dia 10 ao dia 15, com picos secundários nos

Tabela 3: Correlação linear da média de T_r e T_d em função da de T_p por horário

Parâmetro	$mT_d \text{ hor} = f(mT_p \text{ hor})$	$mT_r \text{ hor} = f(mT_p \text{ hor})$
Coeficiente a	1,1124	1,0740
Coeficiente b	-2,1133	1,8297
Coeficiente de determinação	0,9996	0,9791

Figura 6: Desvio da temperatura do registrador digital em relação à temperatura padrão do ar (T_d-T_p) por dia

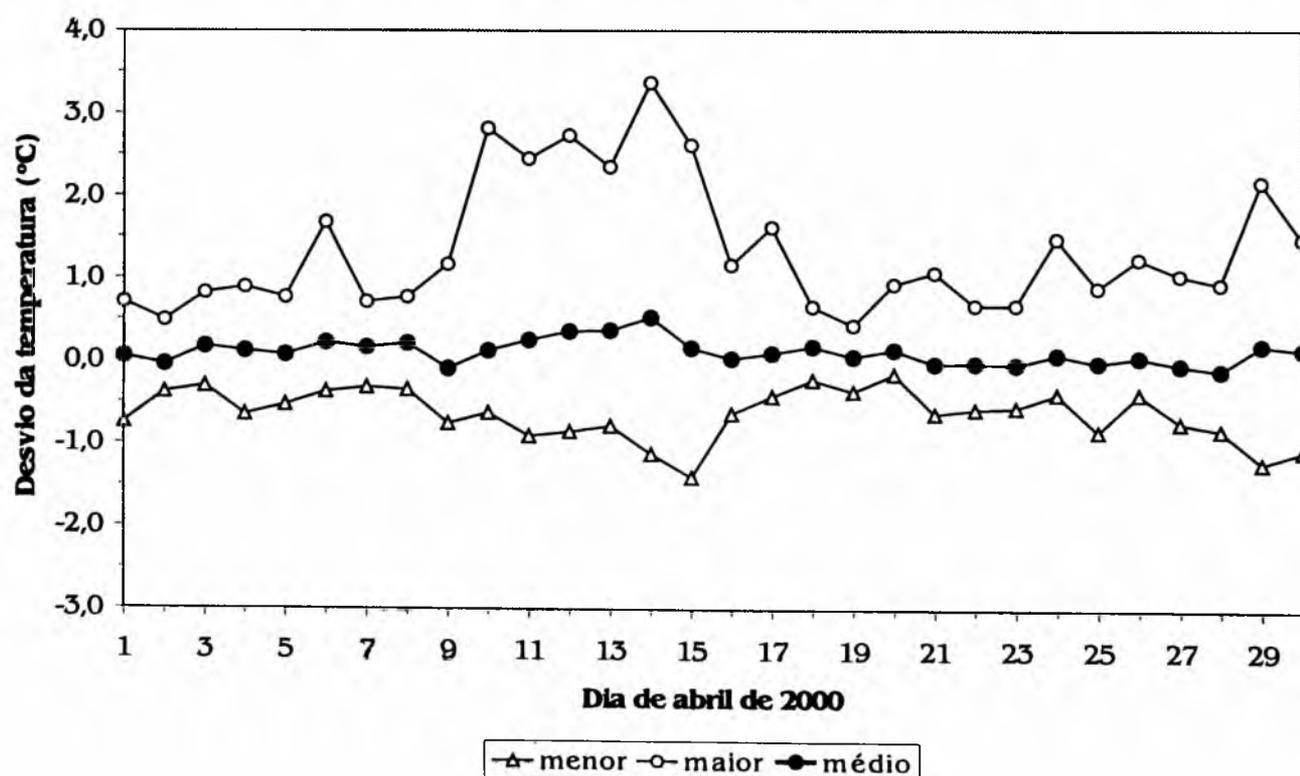
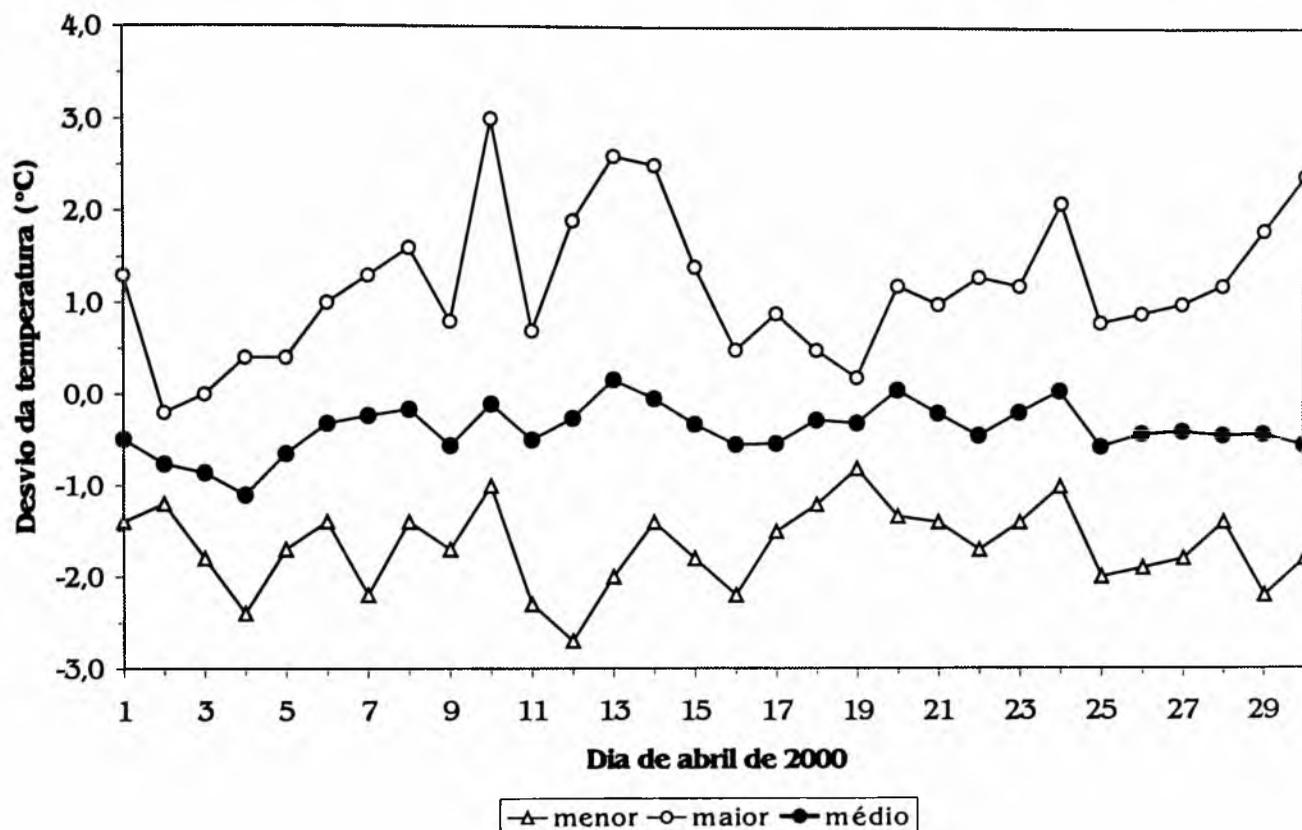


Figura 7: Desvio da temperatura do registrador analógico em relação à temperatura padrão do ar ($T_r - T_p$) por dia



dias 6 e 29, o que sugere que haja evoluções diárias do tempo atmosférico nas quais T_d apresente maior desvio em relação à T_p .

Análises de regressão linear ou polinomial não permitiram isolar satisfatória dependência de T_d de qualquer variável atmosférica quantificada tomada isoladamente, a não ser de T_p . No entanto, a análise da série $T_d - T_p$ representada como superfície contínua num campo bitemporal desenvolvido a partir de eixos ortogonais que representam os dias e as horas (Figura 8), permite identificar que há uma nítida concentração dos valores superestimados de T_d em três áreas. Estas correspondem às horas de maior insolação e aquecimento máximo, precedidas de intenso resfriamento noturno sob céu claro, em dias sob moderada a forte subsidência. A ocorrência de T_d subestimadas concentra-se nas noites e madrugadas desses mesmos dias. O primeiro caso corresponde a períodos em que se estabelece balanço de radiação de curto pra-

zo extremamente positivo na interface entre o ar e as superfícies, enquanto o segundo corresponde a balanço extremamente negativo. Em síntese, nos dias em que os instrumentos são submetidos a condições extremas de aquecimento e resfriamento radiativo é que ocorrem as maiores discrepâncias.

3.2 Umidade relativa do ar

Da análise da tabela 4, constata-se que as médias mensais de U_d (umidade do registrador digital) e U_r (umidade do registrador analógico) são iguais, pois a diferença de 0,1% encontra-se no limite da precisão dos instrumentos. No entanto, ambas são significativamente maiores que a média mensal de U_p (umidade padrão). A amplitude entre as umidades do ar extremas do mês é igual segundo U_p (umidade padrão) e U_d (umidade do registrador digital), sendo ambas significativamente maiores que a

Figura 8: Desvio da temperatura do registrador digital em relação à temperatura padrão ($^{\circ}\text{C}$) ($T_d - T_p$)

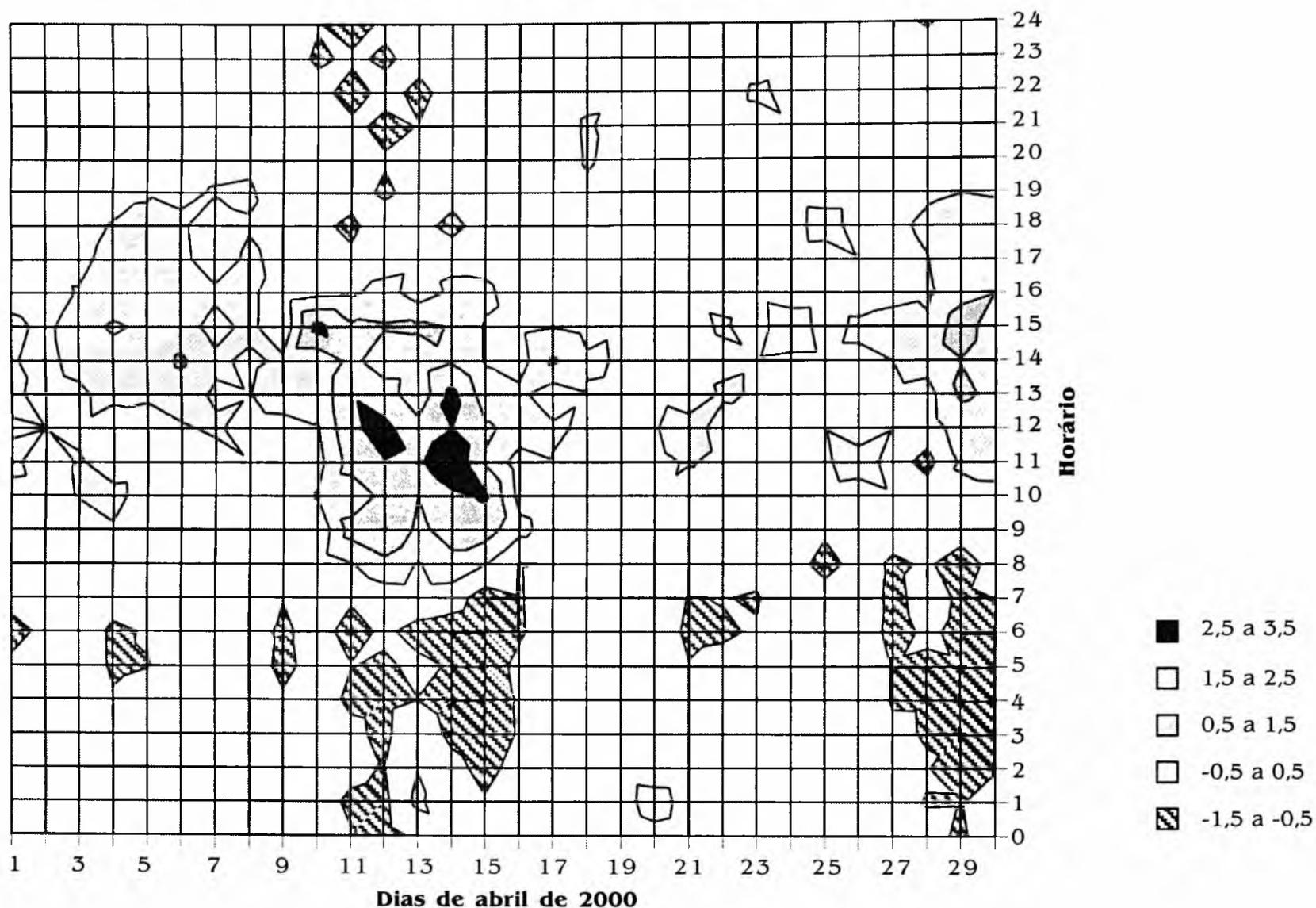


Tabela 4: Séries de umidade relativa – atributos estatísticos elementares

Umidade	Up	Ur	Ud	Ur-Up	Ud-Up	Ud-Ur
Mínimo	28,6	38,0	31,0	-3,7	-9,6	-10,3
Média	77,4	83,1	83,2	5,7	5,8	0,1
Máximo	97,8	99,0	100,0	16,1	16,7	11,3
Var	299,0	248,6	303,8	6,7	9,7	10,0
Desvio médio	14,4	13,3	14,3	2,0	2,4	2,4
Curtose	0,02	-0,12	0,45	0,58	0,98	1,08
Assimetria	-1,01	-0,99	-1,14	0,47	0,01	-0,36

obtida a partir de U_r (umidade do registrador analógico). Embora a variância de U_d seja ligeiramente maior que a de U_p , o desvio médio é ligeiramente menor, pois a média mensal é significativamente maior que a de U_p . Por outro lado, a variância e o desvio médio de U_r são significativamente menores em relação às outras duas. A curtose de U_p sugere uma distribuição muito próxima à normal, enquanto U_r é ligeiramente mais dispersa que a normal. No entanto, a dispersão de U_d em torno da média é significativamente menor que das outras duas. Todas possuem distribuição com pico em valores menores que o médio, e para U_r e U_p são equivalentes enquanto para U_d ligeiramente menor.

O coeficiente de correlação linear de Pearson entre as 720 U_r e U_p simultâneas é pouco mas significativamente maior do que entre U_d e U_p , o que, nesse caso, pode ser evidenciado pelo simples exame visual das figuras 9 e 10. A análise de correlação linear sugere que as correções impostas à U_r são maiores que as

impostas à U_d para torná-las comparáveis à U_p . No entanto, o coeficiente de determinação sugere que a relação $U_r = f(U_p)$ é mais segura que $U_d = f(U_p)$. Em síntese, globalmente U_r (umidade do registrador analógico) representa melhor U_p (umidade padrão) do que U_d (umidade do registrador digital), uma vez corrigidas.

Da análise das figuras 11 e 12, nas quais os registros foram agregados segundo o horário, depreende-se que, nos horários da noite e madrugada, as médias horárias de U_r - U_p são consideravelmente homogêneas, sugerindo uma majoração de 5% da umidade relativa do ar em relação à U_p . Das 7:00 às 15:00h a diferença aumenta gradativamente e depois diminui até o final do dia. Os valores mínimos de U_r - U_p são consideravelmente variáveis das 8:00h à meia-noite mas tendem a acompanhar os valores médios. Os valores mínimos de U_r - U_p da madrugada são consideravelmente estáveis, atribuíveis ao fato de U_p ser obtida a partir de U_r da 1:00 às 6:00h e da natural estabilidade das condições atmosféricas nesses horários. No

Figura 9: Umidade do registrador analógico em função da umidade padrão (%) – $U_r=f(U_p)$

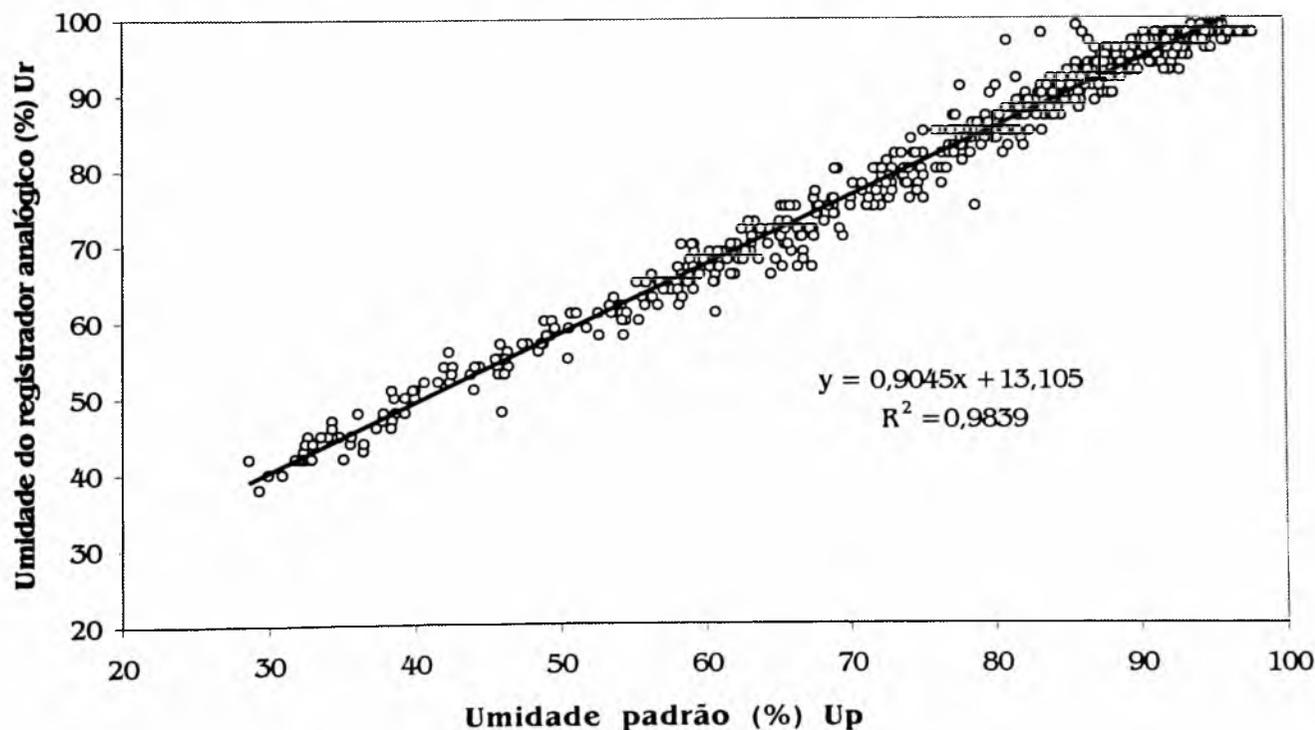


Figura 10: Umidade do registrador digital em função da umidade padrão (%) $U_d = f(U_p)$

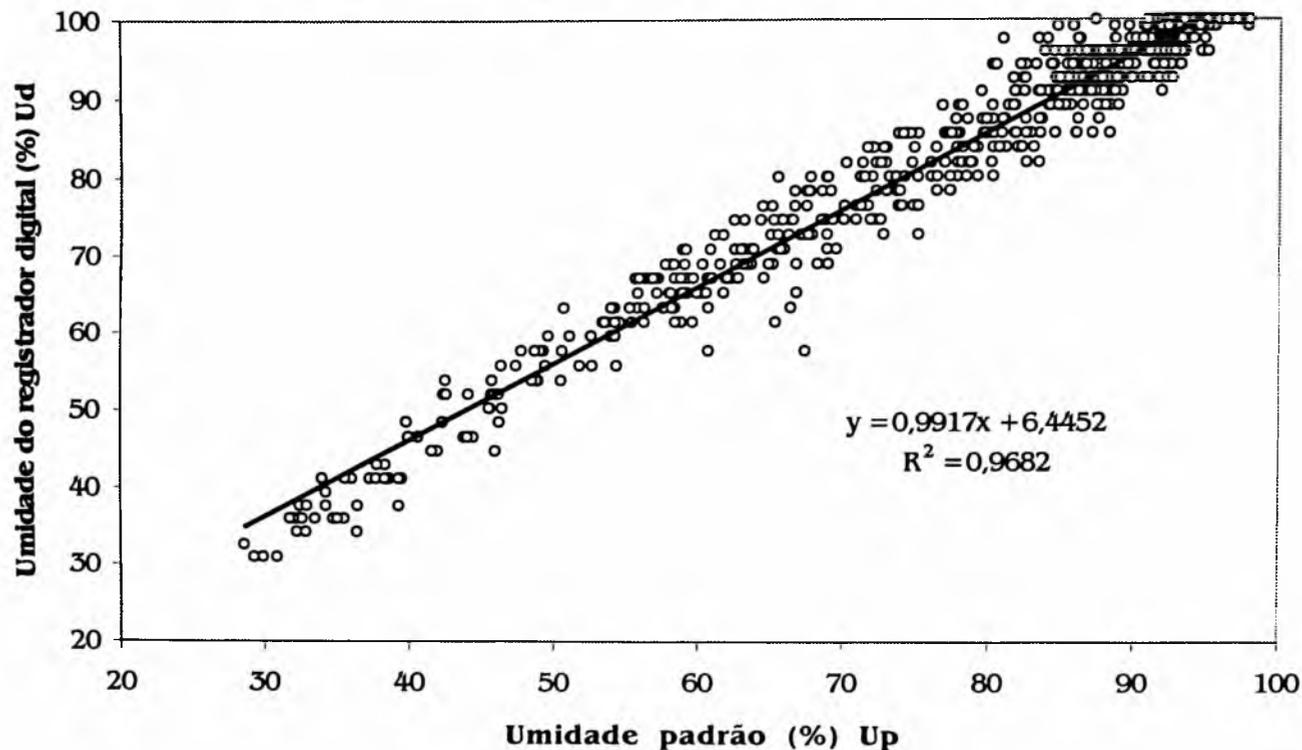


Figura 11: Desvio da umidade do registrador analógico em relação à umidade padrão ($U_r - U_p$) por horário

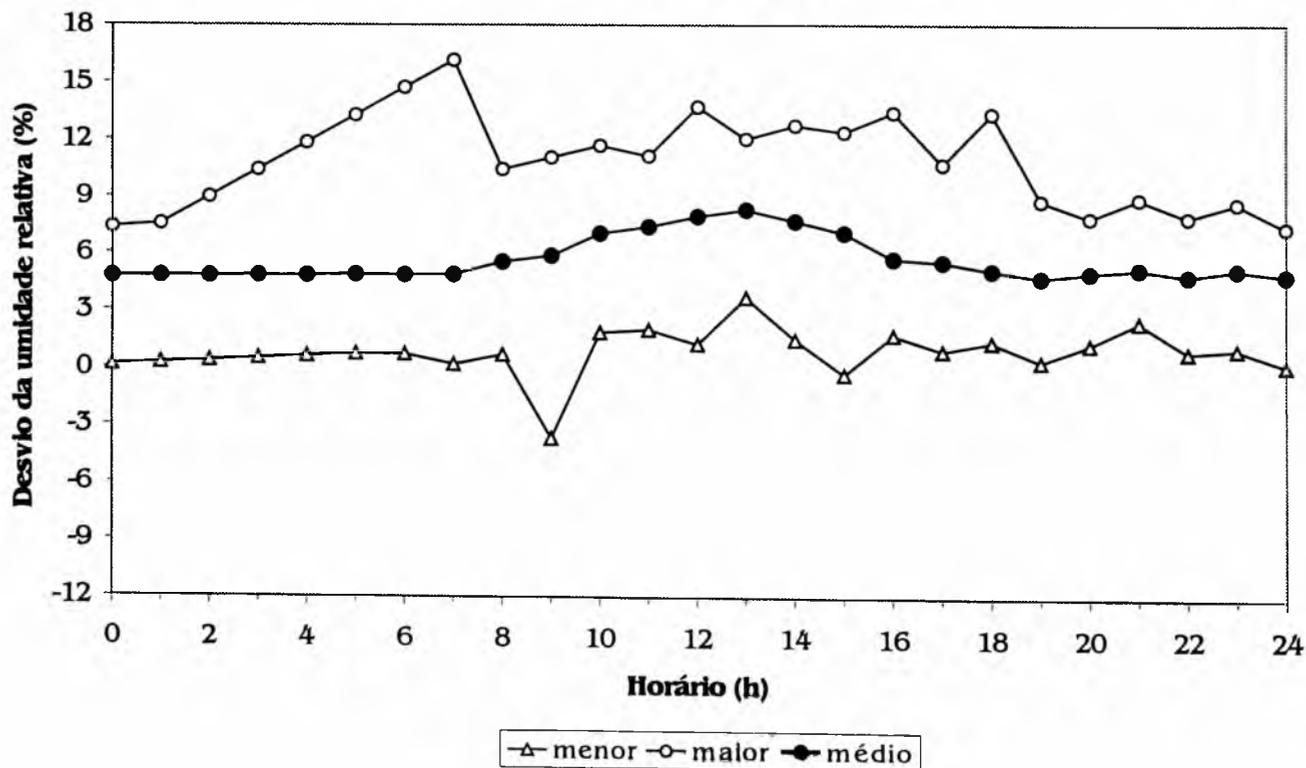
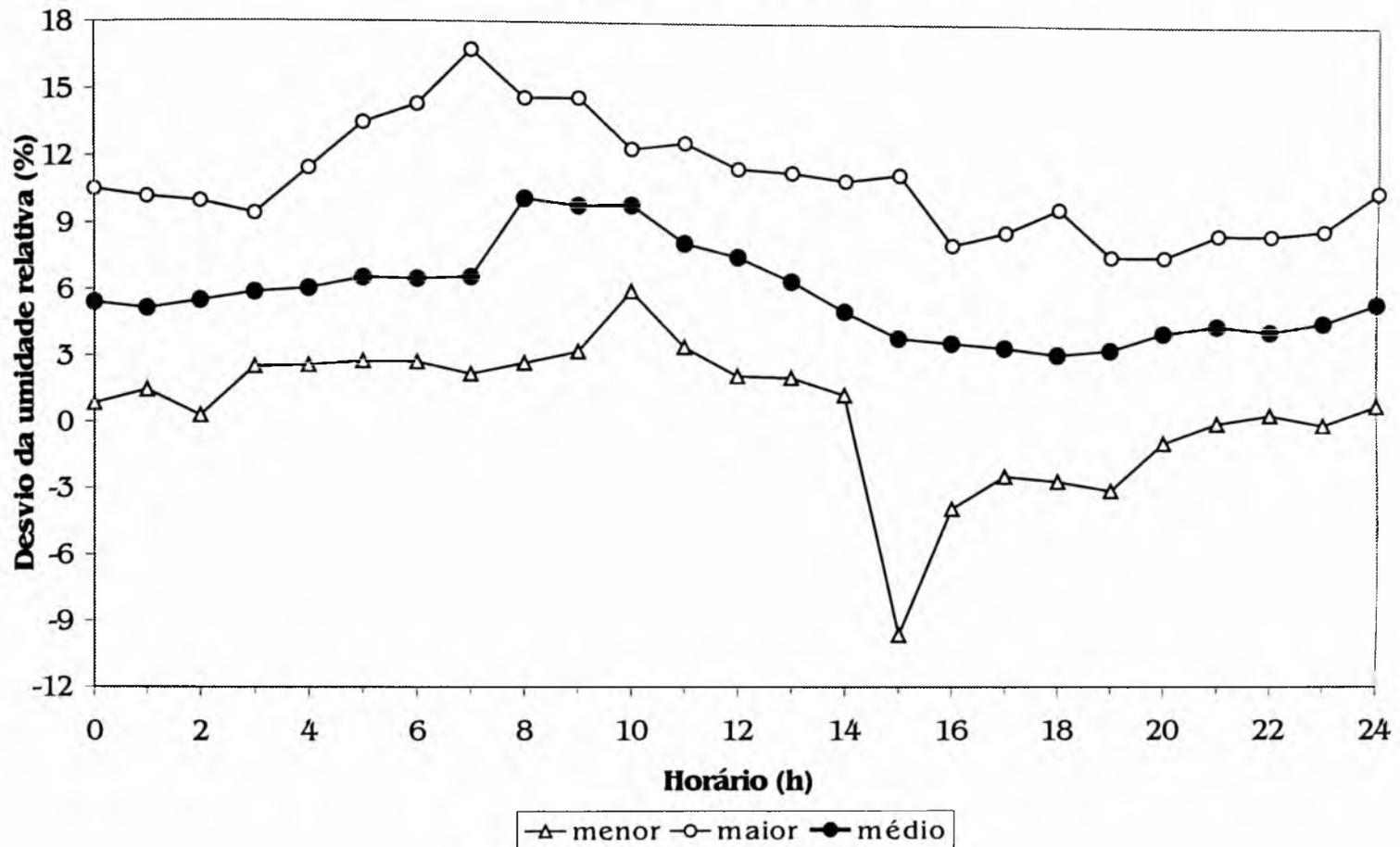


Figura 12: Desvio da umidade do registrador digital em relação à umidade padrão (Ud-Up) por horário



entanto, as Ur-Up máximas crescem linearmente nos horários em que Up é obtida por interpolação, sugerindo que, embora a metodologia adotada produza, na média, resultados satisfatórios, para valores isolados há discrepâncias. Os valores médios de Ud-Up nunca chegam a zero e apresentam uma curva horária típica de instrumento com inércia em relação à grandeza que se propõe a quantificar. Nos horários do início da manhã as diferenças são maiores, diminuindo até o início da noite. No período noturno as diferenças aumentam suave e continuamente, sugerindo que o sensor do HMD absorve água do ar com velocidade maior do que perde para gradientes horários equivalentes de umidade relativa do ar. Os valores mínimos diários de Ud-Up são razoavelmente equidistantes da média diária, havendo discrepâncias maiores nos horários das 8:00 e 9:00h da

manhã e entre 15:00 e 19:00h. São atribuíveis respectivamente a franco aquecimento do ar sob céu claro pela manhã e à entrada da brisa marítima no período da tarde, momento em que há um brusco aumento da umidade relativa do ar, sobretudo em função da redução da temperatura.

A comparação das curvas diárias da umidade relativa do ar (Figura 13) reforça a hipótese de que tanto Ur (umidade do registrador analógico) quanto Ud (umidade do registrador digital) são, em média, sempre maiores que Up (umidade padrão) e que ambas apresentam inércia instrumental em relação ao fenômeno. No entanto, a curva horária de Ur é mais concordante do que a de Ud em relação à de Up, sugerindo que Ur possa ser corrigida em função de Up por meio de ajuste linear de escala com mais segurança que Ud (Figura 14).

Figura 13: Umidade relativa do ar por horário

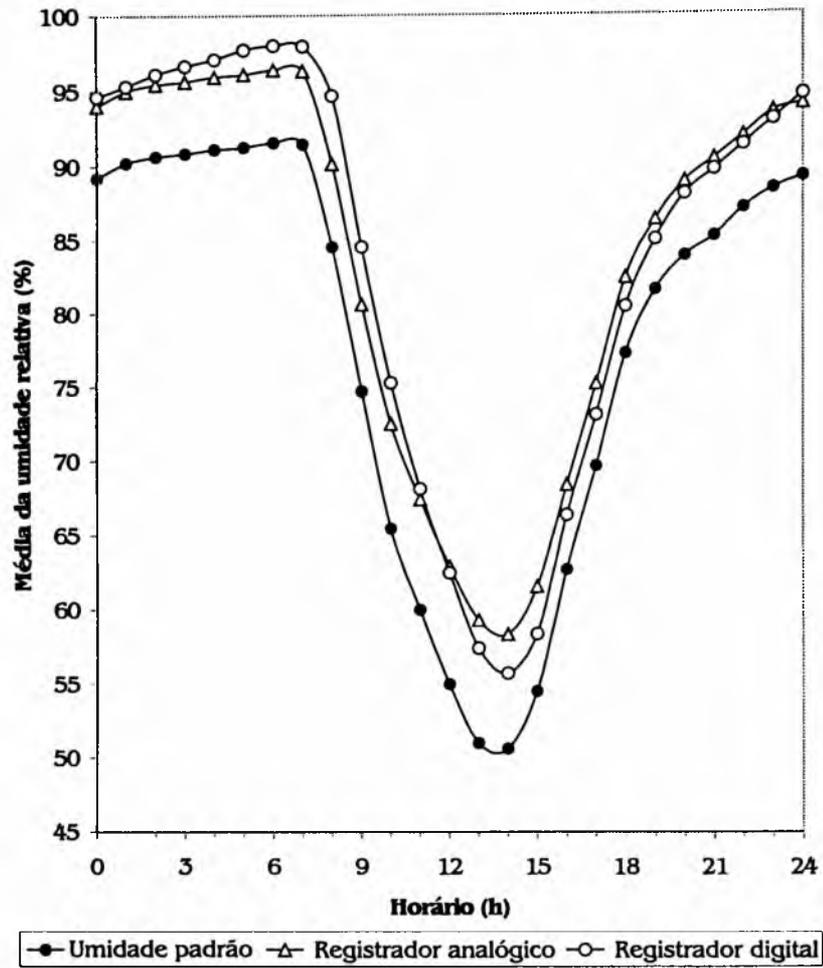
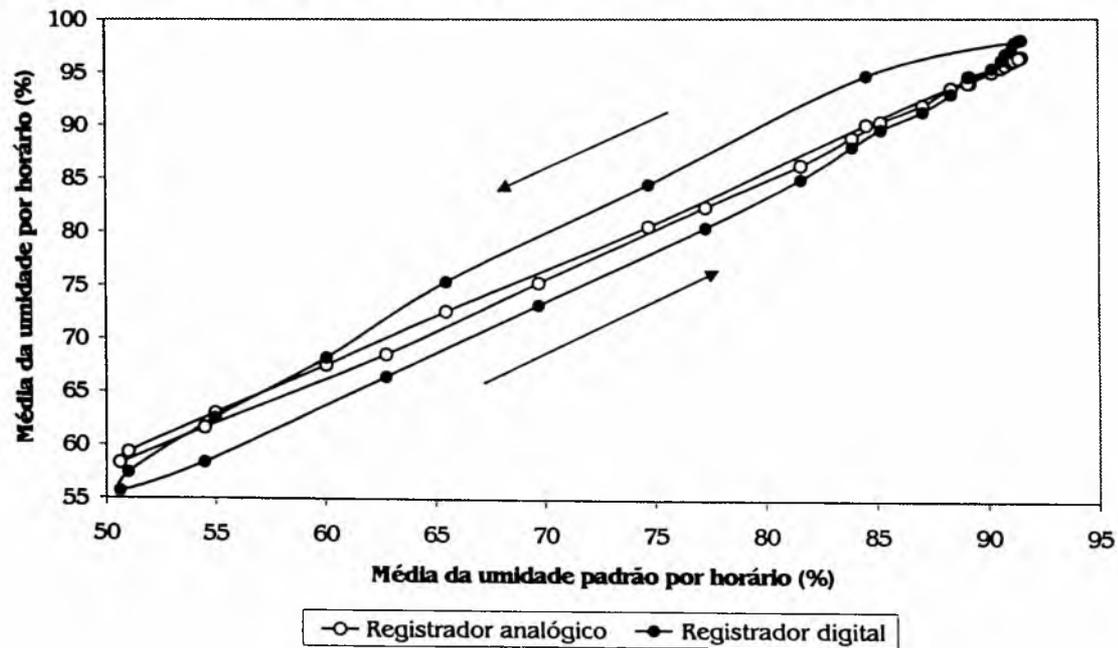


Figura 14: Média da umidade dos registradores em função da média da umidade padrão por horário



4. Conclusão

O termômetro minirregistrador digital testado gera série de temperatura significativamente distinta daquelas obtidas a partir do termômetro de bulbo de mercúrio e do termógrafo, mesmo quando submetidos às mesmas condições internas do abrigo meteorológico padronizado. No entanto, a série mensal de temperatura do ar gerada pelo TMD (termômetro minirregistrador digital), uma vez corrigida, é um pouco mais confiável que a gerada a partir do termógrafo. Os resultados obtidos sugerem que o TMD não apresenta inércia térmica instrumental em relação ao termômetro de mercúrio, no entanto, é susceptível, aparentemente, a fluxos negativos ou positivos muito intensos no balanço de radiação de curto prazo. Esse efeito, há muito conhecido para o termômetro de mercúrio fora do abrigo meteorológico e que foi base do desenvolvimento inicial da actinometria, deve ser mais acentuado no caso de trabalhos de campo que investiguem a distribuição espacial da temperatura do ar. Nesses trabalhos, comuns em microclimatologia, normalmente são utilizados abrigos simplificados que apenas impedem que a insolação direta atinja o instrumento, mas limitam muito pouco as trocas de radiação, sobretudo em ondas longas, entre o instrumento, as superfícies circundantes e parcela do céu (AZEVEDO, 2001). Deve ser assinalado que o sensor do TMD é revestido por uma membrana plástica de cor preta, o que acarreta resposta mais rápida e mais intensa aos processos de troca de calor por radiação, mesmo no interior do abrigo. Sugere-se, nesses casos, que pelo menos o sensor do TMD seja abrigado no interior de um envoltório com calor específico baixo, com alta inércia térmica e com baixo coeficiente de permeabilidade térmica, estanque à luz em que o ar seja aspirado continuamente. Além disso, aconselha-se manter um instrumento no interior de um abrigo meteorológico padrão com pelo menos um termômetro de bulbo de mercúrio padrão devidamente calibrado para obtenção posterior dos coeficientes de correção.

Os valores médios diários, horários ou mensais da temperatura do ar obtidos por meio do TMD, uma vez corrigidos, são confiáveis e comparáveis com os obtidos pelo instrumental analógico tradicional. Para os valores instantâneos, o mesmo não é verdadeiro. Donde se depreende que o TMD, do ponto de vista estritamente instrumental, não apresenta um desempenho superior aos registradores mecânicos tradicionais, mas, no máximo, equivalente.

O higrômetro minirregistrador digital testado produz uma série de umidade relativa do ar menos confiável que a produzida pelo higrógrafo tradicional. Embora ambos apresentem inércia instrumental, no caso do HMD (higrômetro minirregistrador digital) ela interfere mais nos registros obtidos. Em investigação posterior à deste trabalho pretende-se determinar se o desempenho do HMD melhora se submetido às mesmas condições sugeridas para a utilização do TMD fora do abrigo meteorológico padrão. Ambos poderiam ser acondicionados no mesmo envoltório com ar aspirado. Provavelmente, nessas condições, as trocas de água entre o ar e o sensor ocorram mais rapidamente e resultem em uma série de umidade em que as diferenças em relação à umidade relativa do ar obtida por psicrômetro de aspiração sejam mais homogêneas.

Uma vez corrigidos, os valores médios diários, horários e mensal da umidade relativa, obtida por meio do HMD, podem ser comparados com valores obtidos em estações meteorológicas convencionais, desde que seja revelada, nesse caso, possível influência instrumental, sobretudo quando forem comparações sobre pequenas amplitudes e variações. Desaconselha-se a comparação de valores instantâneos da umidade do ar obtida por HMD, o que é desde há muito reconhecido para a comparação entre valores obtidos pelos higrógrafos tradicionais e pelos psicrômetros.

Voltando à hipótese inicial, há evidências de que as séries de temperatura e umidade obtidas a partir dos instrumentos registradores digitais testados possuam atributos distintos das

produzidas a partir de instrumentos convencionais. Essas séries são compatíveis e comparáveis quando reduzidas a valores médios e corrigidas. Este trabalho contribui para a solução do problema.

5. Agradecimentos

Ao Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Uni-

versidade de São Paulo, pela cessão dos minirregistradores digitais. Ao Instituto Astronômico e Geofísico pelos dados meteorológicos da Estação Meteorológica da Água Funda e por abrigar e zelar pelos instrumentos do LCB no período desta pesquisa. À FAPESP pelos recursos necessários à aquisição dos minirregistradores digitais. Ao Prof. Dr. José Roberto Tarifa pela revisão do texto, sugestões e críticas oportunas.

Notas

- 1 Marca FUESS, modelo 79, número de série 2243, acervo da Estação da Água Funda – IAG – USP.
- 2 Marca FUESS, modelo 32e, número de série D-3727, acervo da Estação da Água Funda – IAG – USP.
- 3 Marca Onset, Modelo Stow Away XT102, número de série 223016, acervo do Laboratório de Climatologia e Biogeografia – DG – USP.
- 4 Higrógrafo de harpa de fio de cabelo, marca FUESS, Modelo 77g e número de série 2243, acervo da Estação da Água Funda – IAG – USP.
- 5 Marca Onset, Modelo Stow Away RH02, número de série 234333, acervo do Laboratório de Climatologia e Biogeografia – DG – USP.

Bibliografia

- AZEVEDO, Tarik Rezende de. *Derivação antrópica do clima na Região Metropolitana de São Paulo abordada como função do ritmo semanal das atividades humanas*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desenvolvida no Laboratório de Climatologia e Biogeografia sob orientação do Prof. Dr. José Roberto Tarifa, 2001.
- IAG. *Observações de Superfície Efetuadas na Estação Meteorológica*. Vol.3, Departamento de Ciências Atmosféricas do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo, 1999.
- ONSET. *StowAway XTI User's Manual*. ONSET Computer Corporation, Bourne, Massachusetts, 1996.
- SANTOS, P. M. dos. *O Serviço Meteorológico do Instituto Astronômico e Geofísico da Universidade de São Paulo*. Observatório Astronômico de São Paulo, São Paulo, 1964.
- TARIFA, José Roberto. Sobre um Programa de 'Climatologia Experimental' na Região Metropolitana de São Paulo. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.52, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1976.
- XAVIER, T. de M. B. S. et al. Evolução da Precipitação Diária num Ambiente Urbano: o Caso da Cidade de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Meteorologia*, vol.9(1), Sociedade Brasileira de Meteorologia, São Paulo, 1994.



MINIABRIGO METEOROLÓGICO ASPIRADO DO LABORATÓRIO DE CLIMATOLOGIA E BIOGEOGRAFIA E SEU USO NO ESTUDO GEOGRÁFICO DO CLIMA

Tarik Rezende de Azevedo*
José Roberto Tarifa**

RESUMO:

Neste texto é apresentado o protótipo do Miniabrigo Meteorológico Aspirado (MMA) desenvolvido no Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Trata-se de uma solução de baixo custo para geração de séries longas de registro de temperatura e umidade relativa do ar minimizando a interferência direta das variações da radiação na faixa do visível e do termal sobre os instrumentos de medida, adequada para a investigação da atmosfera próxima à superfície do solo, sobretudo em redes amostrais densas.

ABSTRACT:

This paper presents a working model (prototype) of the Weather Micro Shelter (WMS) developed in the Laboratory of Climatology and Biogeography, Department of Geography, University of São Paulo. This model can help to get long time and trust psychrometric data. Its low cost and its suitable protection against thermal and visible radiation interference on sensors records make this equipment an improved solution for investigation of the atmosphere near the soil surface, especially on dense network.

1. Introdução

No estudo geográfico do clima, frequentemente se faz necessário, ou é desejável, que se registrem a temperatura e a umidade relativa do ar com grande detalhamento, ou resolu-

ção, espacial e temporal. No entanto, o custo elevado dos instrumentos normalmente empregados no registro meteorológico em rede amostral densa são proibitivos. Desenvolveram-se, sobretudo ao longo das últimas três décadas, métodos alternativos de baixo custo baseados

* Geógrafo e professor. Colaborador do Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

** Geógrafo. Professor do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Coordenador do Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

em observadores humanos. Normalmente consiste no uso de psicrômetro constituído por par de termômetros de mercúrio fixos em abrigo de madeira, correntemente adotado em climatologia agrícola. Em alguns casos é usado psicrômetro de funda. No entanto, o baixo custo do instrumental tem como contraponto, nesses casos, a dificuldade em arregimentar um elevado número de pessoas, sobretudo para observação e registro horário por mais de dois ou três dias. Normalmente, os casos de sucesso são baseados na colaboração de turmas de alunos durante trabalhos de campo em disciplinas dos cursos de graduação em geografia. O que, sem dúvida, é muito salutar, conforme defende TARIFA (1976 e 1999), pois estimula a percepção e a curiosidade dos alunos e, do ponto de vista didático, favorece sobremaneira o desenvolvimento da observação e da reflexão em torno da elaboração de hipóteses explicativas no confronto direto com o objeto de estudo.

No entanto, na pesquisa acadêmica, é necessário o registro mais prolongado, pelo menos acompanhando algumas seqüências de sucessão de tipos de tempo, sobretudo porque, normalmente, se pretende estabelecer comparações entre os pontos amostrados para estabelecer uma classificação e hierarquia espacial do objeto de estudo, o que raramente pode ser feito com segurança a partir de poucas horas de observação, sobretudo em áreas urbanas. Nesse caso, instrumentos registradores de baixo custo são recomendáveis.

No caso da climatologia urbana, o problema da observação e registro é ainda mais complexo pois às "rugosidades" espaciais representadas pelo relevo e cobertura do solo somam-se a volumetria das edificações, o intrincado arranjo das superfícies e suas propriedades físicas, além dos fluxos de energia dissipada pelas atividades humanas incorporados ao ar (AZEVEDO, 2001).

O Laboratório de Climatologia e Biogeografia (LCB) adquiriu, recentemente, registradores digitais autônomos de temperatura e umi-

dade relativa do ar, modelo Stow Away XT102 e UR02, da marca ONSET, com custo unitário entre U\$100,00 e U\$150,00. Eles têm dimensões um pouco maiores que as de uma caixa de fósforos e são alimentados por minibateria que confere autonomia de cerca de um ano, segundo o fabricante (ONSET, 1996). Foram concebidos originalmente para registrar o desempenho térmico e higrométrico no interior de edificações, mas, caso sejam protegidos de insolação direta e do contato com água, podem ser usados em outras aplicações.

No LCB, os sensores e registradores de temperatura foram associados em pares e ganharam uma numeração de referência para evitar a permuta acidental, o que obrigaria a recalibração dos instrumentos (Foto 1). A calibração foi feita em cuba de gelo e água destilada em refrigerador, e resultou em coeficientes de correção para cada par sensor/registrator. Tomou-se, como valor de referência, o valor médio no período de um minuto com registro a cada segundo em que a temperatura em todos os instrumentos permaneceu estável. No entanto, as correções são relativamente pequenas e, após o arredondamento até o limite da precisão, em torno de 0,1°C, resulta ser desprezível na maior parte dos instrumentos, atestando um controle da homogeneidade e qualidade bastante satisfatória por parte do fabricante.

Os registradores de umidade têm o sensor embutido na face externa do registrator, evitando a permuta acidental (Foto 2). No entanto, foram feitas três tentativas de calibragem da umidade em recipiente fechado com vaso de cloreto de sódio e em recipiente com ar saturado, mas os resultados não foram conclusivos. Para alguns instrumentos os coeficientes de correção não são os mesmos em testes sucessivos, dentro da precisão anunciada pelo fabricante. Dessa forma, a comparação entre valores registrados simultaneamente em campo implica reduzir a precisão de cerca de 1% para mais ou menos 3% na umidade relativa do ar registrada.



Foto 1: Termômetro minirregistrator digital, Stow Away XT102, ONSET, acervo do Laboratório de Climatologia e Biogeografia, USP.



Foto 2: Higrômetro minirregistrator digital, Stow Away UR02, ONSET, acervo do Laboratório de Climatologia e Biogeografia, USP.

Em AZEVEDO e FUNARI (2001) investigou-se o desempenho dos dois instrumentos em condições reais de uso no interior de um abrigo meteorológico padrão durante um mês. Comparando com a série de temperatura e umidade relativa do ar obtida através de psicrômetro de aspiração de Assmann e registradores analógicos, concluiu-se que não é possível comparar os valores simultâneos registrados com segurança, sobretudo os de umidade relativa do ar. Quando os dados são reduzidos a valores médios diários e/ou horários, é possível sua comparação caso sejam feitas correções por regressão linear e/ou polinomial. Por outro lado, o minirregistrator digital de umidade apresenta alta inércia instrumental em relação ao psicrômetro de Assmann, o que, segundo os autores, poderia ser minimizado se o sensor fosse submetido à ventilação contínua. Da avaliação qualitativa

das discrepâncias, sugere-se que haja interferência maior dos processos de troca radiativa entre os sensores dos registradores digitais e o entorno do que no caso dos registradores e instrumentos convencionais, sobretudo em dias ensolarados sob moderada a forte subsidência. Sugere-se que os minirregistratoros digitais sejam instalados em abrigos aspirados que sejam estanques à luz.

Este texto apresenta aos pesquisadores da área o protótipo do Miniabrigo Meteorológico Aspirado (MMA) para minirregistratoros Stow Away que apresentou o melhor desempenho e melhor relação custo-benefício. Os testes preliminares sugerem que o uso do MMA resulta em ganho substancial de desempenho e maior confiabilidade dos registros em relação à instalação desses minirregistratoros no abrigo meteorológico padrão (AZEVEDO e TARIFA, 2001).

2. Material e detalhes de montagem e instalação

2.1 Tampa superior

- 1 prato de PVC branco usado para colocar embaixo de vasos de plantas ornamentais com diâmetro de 25 cm e 4 cm de altura;
- 1 disco de isopor de alta densidade com 1 cm de espessura que encaixe no interior do prato acima;
1 tampão de PVC branco para tubos de 6" para coleta de esgoto predial furado, conforme a figura 1, com auxílio de furadeira e grosa;
- 1 ventilador da fonte de alimentação de microcomputador pessoal (*cooler*) com 8 x 8 x 3,5 cm para tensão de 220 V (existem dezenas de marcas diferentes, facilmente encontradas em lojas de sucata de microcomputadores, pois têm vida útil muito maior que os próprios computadores. São os mais adequados por serem projetados para não interferir no funciona-

mento de microprocessadores por indução magnética, são blindados, não necessitam de lubrificação e suportam o eventual acúmulo de pó por longos períodos);

Fio duplo de preferência na cor branca. Comprimento de acordo com a distância da fonte de alimentação. Caso o orçamento permita, optar por cabos com revestimento duplo que resistem melhor às intempéries;

- 1 plugue simples;
- 4 parafusos com porca e arruela para fixar o ventilador ao tampão. Comprimento e espessura dependem do ventilador;
- 1 bucha de borracha (EVA ou câmara de pneu) cortada conforme a figura 2, para ser colocada entre o ventilador e o tampão para evitar trepidação;
- 4 anéis de tubo de mangueira de gás de cozinha com 2 cm de comprimento. Servem como espaçadores entre o tampão com o ventilador e o prato;
- 2 parafusos de 1/8" e 4 cm com porca e duas arruelas de 3/4" para fixar o tampão com o ventilador no prato;

Figura 1

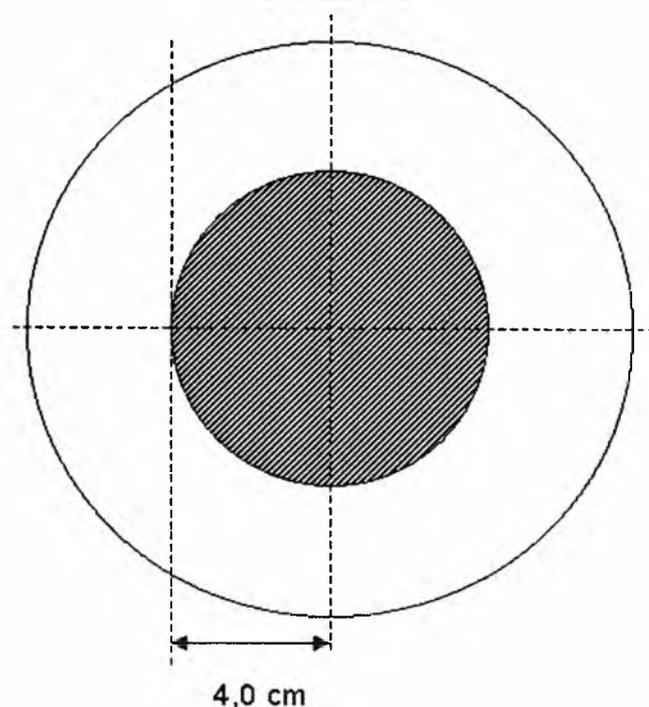
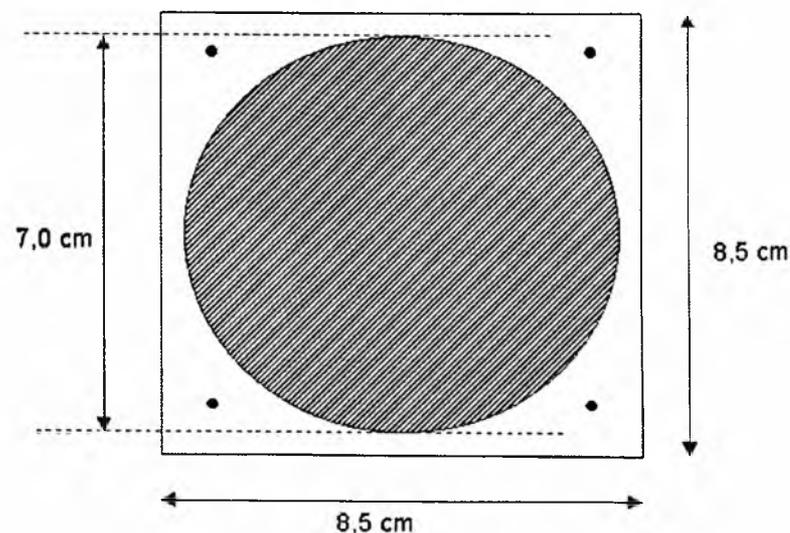


Figura 2



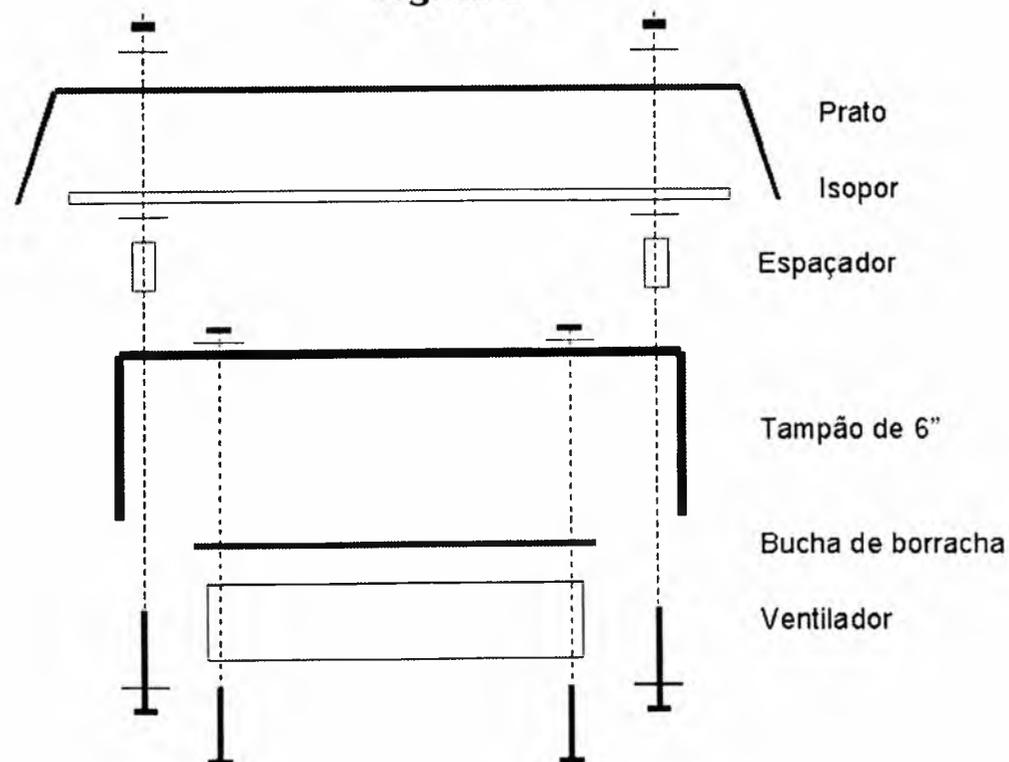
- 2 parafusos de 6 cm com duas porcas, 4 arruelas e 1 "borboleta" cada, para auxiliar os parafusos anteriores e fixar o conjunto no suporte;
- 3 pequenos parafusos de madeira com rosca contínua para fixar a tampa superior no corpo do abrigo. Normalmente o encaixe do tampão de PVC é bastante justo no anel de tubo de 6" (descrição adiante); esses parafusos são apenas para aumentar a segurança.

Montar o conjunto conforme a figura 3. Se o orçamento permitir, adquirir todos os parafusos, porcas e arruelas em latão, já que é mais resistente à corrosão e à oxidação do que o aço de baixa qualidade. Aplicar cola de silicone no ponto em que os parafusos atravessam o prato para evitar entrada de água.

Testar o ventilador antes de parafusar, certificando-se de que o fluxo de ar será na direção do prato. Normalmente o ventilador tem fiação que permite a ligação em 110 ou 220 V. Optar pela ligação como se fosse para

tensão 220 V. Ao ligar em tensão 110 V, irá resultar em potência quatro vezes menor, o que proporciona uma ventilação adequada. Quando a ventilação é intensa demais, corre-se o risco de drenar gotas de água de chuva para dentro do abrigo ou material grosseiro em suspensão. Se a rede elétrica local for de 220 V, adicionar um resistor entre o ventilador e um dos fios de alimentação. Sua resistência elétrica deve ser calculada em função da potência do ventilador. Dar no cabo de alimentação um nó depois de introduzi-lo no furo do tampão e antes de ligar ao ventilador para evitar que, caso acidentalmente seja puxado, não danifique o ventilador. Não furar o prato para a passagem do cabo: fazer com que saia entre o isopor e o tampão. Assim, a água de chuva que eventualmente escorrer por ele pingará do lado de fora. Caso a rede elétrica local apresente flutuações de tensão, instalar um fusível ao lado do ventilador. O ideal, no entanto, é que seja instalado um disjuntor no ponto onde será ligado o cabo de alimentação.

Figura 3



2.2 Tampa inferior

- 1 tampão de inspeção de PVC branco para tubulação de esgoto predial com 4" Retirar o miolo interno do cabo do tampão com o auxílio de uma furadeira e grosa conforme a figura 4;
- 1 tampa de plástico de pote grande de Nescafé® ou similar, cortada conforme a figura 5;
- Tinta látex preta.

Pintar totalmente a tampa de Nescafé® com a tinta preta. Colar no interior do tampão de PVC com Superbonder® ou similar. Pintar todas as faces internas do tampão com tinta preta. O conjunto funcionará como um labirinto para a luz e para o material grosseiro em suspensão no ar, protegendo o sensor de umidade. Por outro lado, cria turbulência dentro do abrigo homogeneizando o ar, e impede o acesso direto da radiação termal emitida do solo aos sensores.

2.3 Corpo do abrigo

- 1 tampão de PVC branco para tubulação de esgoto predial com 4" com rebaixo para anel de vedação. Com o auxílio de furadeira e grosa, furar conforme a figura 6;
- 1 tampão de PVC branco para tubulação de esgoto predial com 6" Com auxílio de

furadeira e grosa, furar de forma que o tampão anterior entre "justo" no meio deste;

- 1 anel de tubo de PVC branco de coleta de esgoto predial de 6" com 17,5 cm de comprimento;
- 1 anel de tubo de PVC branco de coleta de esgoto predial de 4" com 11,5 cm de comprimento;
- Tiras de EVA (vendida em lojas de artigos de couro e similares, é usada na confecção de cintos, brinquedos, calçados, chaves etc.) de cor escura para barrar a passagem de luz;
- Dos pedaços de PVC que sobraram na perfuração das tampas, cortar duas chapinhas com 5 cm de largura. Biselar as laterais com grosa até que assentem na face interna do anel de PVC de 4";

Figura 4

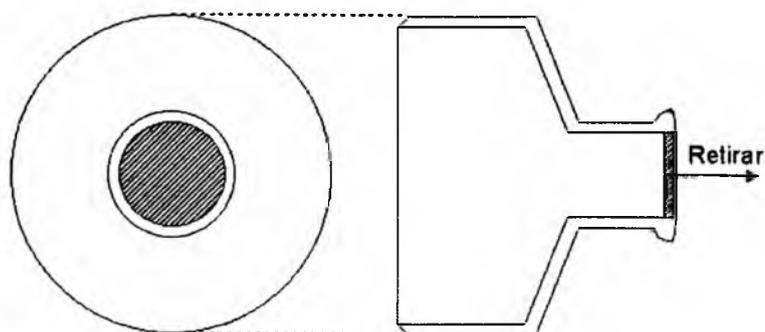


Figura 5

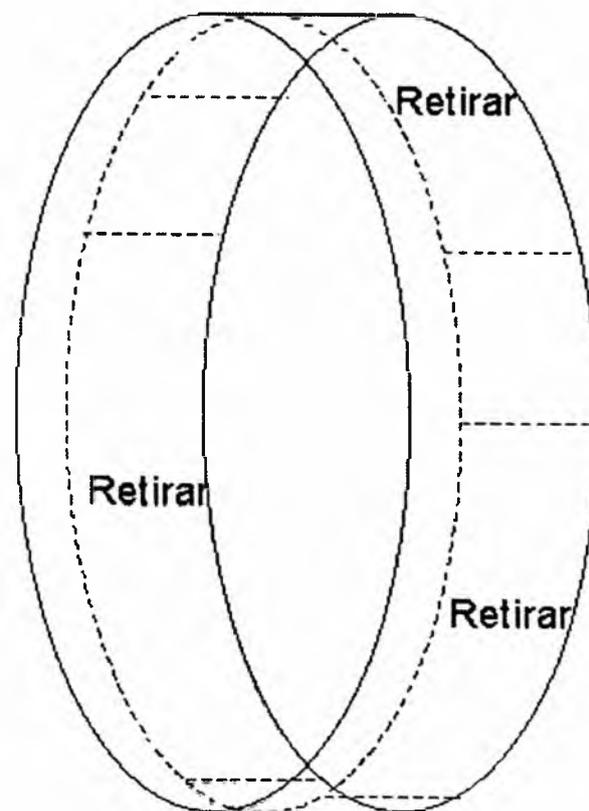
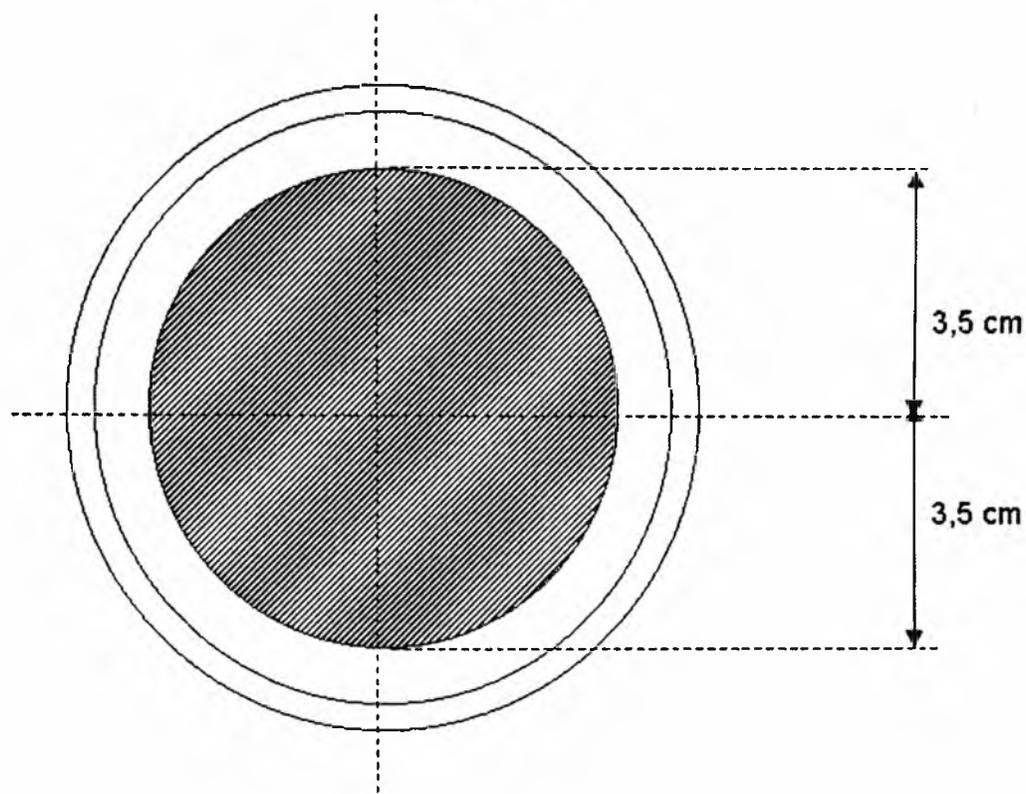


Figura 6

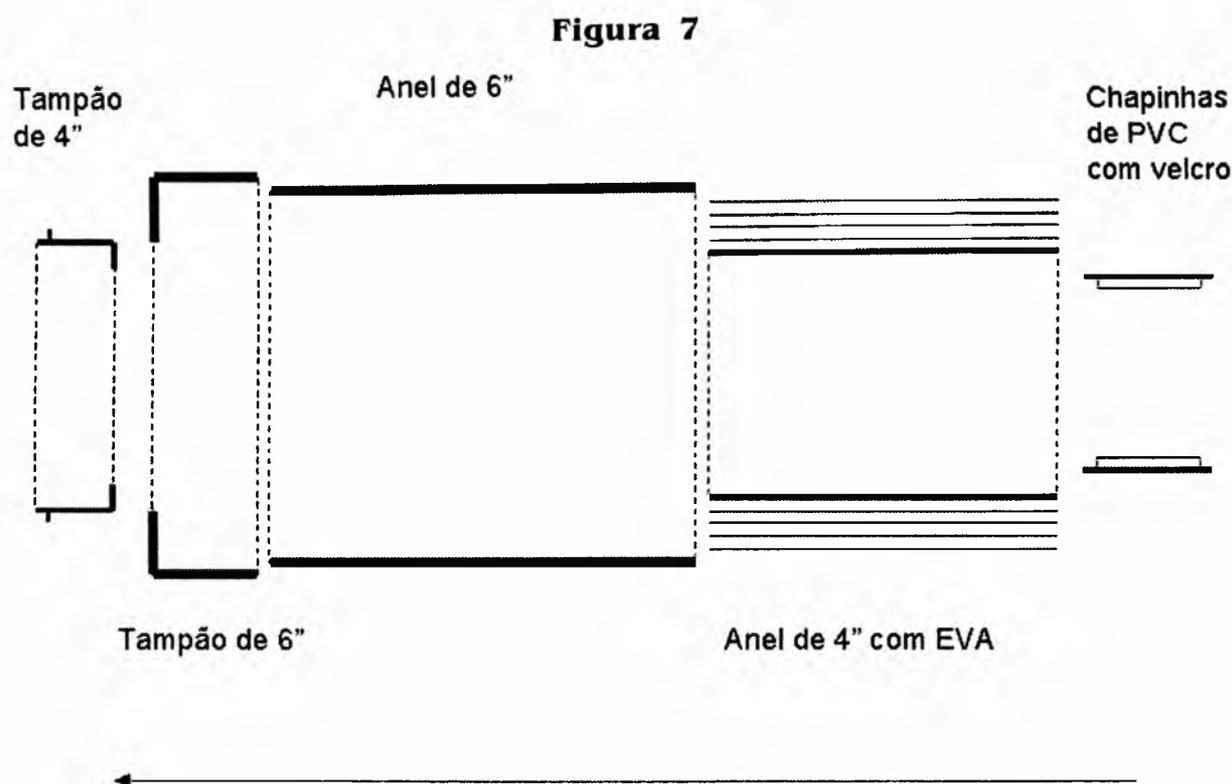


- 2 pedaços de "velcro" sintético com 2 cm de largura e 3 cm de comprimento. Colar com cola de contato uma das "bandas" do "velcro" na face interna das chapinhas de PVC. A outra "banda" do "velcro" deve ser colada no minirregistrator.

Montar conforme a figura 7. Colar com cola de PVC o anel de 6" no tampão, certificando-se de que tenha sido introduzido até o final para evitar a entrada de água de chuva. Normalmente é uma tarefa que requer força e o uso de um martelo de borracha. Colar também o tampão menor no maior para evitar que desencaixe no momento em que for retirada a tampa inferior para inspeção. Usar o tubo de 4" como "carretel" enrolando nele as tiras de EVA antes de introduzir no tubo de 6". Esta operação também requer o uso de força. Atentar para o fato de que o EVA deve preencher o espaço entre os dois tubos. Uma forma de testar se foi satisfatória a operação consiste em virar para baixo e bater algumas vezes; o anel de 4" e as tiras de EVA não devem sair com facilidade.

2.4 Suporte e instalação

A haste deve ter pelo menos 60 cm e ter dois furos na ponta para a fixação da tampa superior. O ideal é que a outra ponta seja em "mão francesa" para fixar o conjunto em um poste por meio de abraçadeiras de fita perfurada. De fato, deve-se instalar o MMA de forma que a entrada de ar da tampa inferior não fique a menos de 50 cm do poste de sustentação, evitando que o ar aquecido em contato com este, sob insolação intensa, seja aspirado pelo abrigo. Sugere-se que seja instalado na face sul do poste, minimizando o efeito aludido anteriormente. Evitar que o MMA fique a menos de dois metros de paredes para evitar a drenagem de ar diretamente em contato com estas, sobretudo se o objetivo for extrapolar as observações por áreas muito maiores que o entorno imediato do abrigo. Sugere-se, ainda, que seja instalado com a entrada de ar a dois metros do solo, dificultando o acesso de crianças, mas não impedindo que um adulto possa fazer a



inspeção pela tampa inferior. As fotos 3 e 4 mostram o MMA instalado durante teste.

Como a operação de locação dos postos de amostragem é tarefa demorada, o abrigo foi concebido para ser instalado sem os registradores. Depois de instalados os abrigos, o que pode demandar dois ou mais dias de trabalho, e resolvida toda a sorte de imprevistos que normalmente surgem em trabalhos de campo, retorna-se ao gabinete e tranquilamente se faz aferição do cronômetro interno dos registradores, além de programar-se o horário em que começarão a registrar, ponderando o tempo que será necessário para percorrer todos os pontos de amostragem. A operação de instalação dos registradores nos abrigos é muito simples e rápida, já que basta retirar a tampa inferior e prendê-los com o "velcro". Sugere-se prender o cabo do sensor ao minirregistrator com elástico de escritório.

De acordo com o tempo total de registro pretendido, ou simplesmente para acompanhar os registros obtidos, podem-se descarregar os

dados dos registradores no próprio campo, entre os horários de registro, por meio de um micro-computador portátil com bateria.

O fabricante do Stow Away disponibiliza também miniregistradores de pressão atmosférica. Não foram adquiridos ou testados no LCB, mas também podem ser acondicionados no MMA. Basta que se coloquem três suportes com "velcro" em vez de dois durante a montagem do abrigo.

3. Funcionamento e justificativas

Todas as faces externas são claras para minimizar a conversão de luz em calor. A camada de isopor aliada à ventilação constante em sua superfície inferior reduz a transmissão de calor da superfície superior do prato, aqui invertido, em direção ao interior do abrigo. O prato faz sombra na maior parte do corpo do abrigo nas horas centrais do dia, sobretudo no verão. A espessa camada de EVA associada às duas paredes de PVC tem grande resistência à

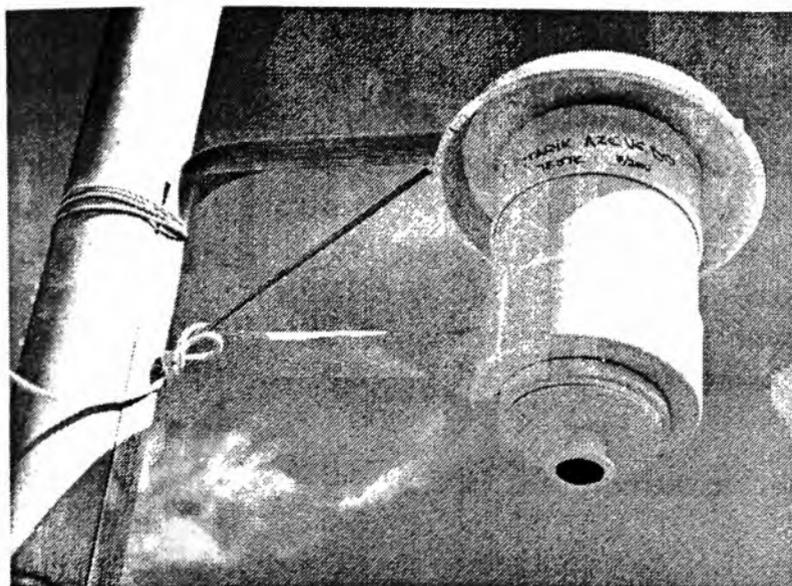


Foto 3: Miniabrigo Meteorológico Aspirado (MMA).

transmissão de calor por condução. A ventilação interna constante força a transferência de calor por condução entre a face do anel de PVC de 4" e o ar, tendendo a homogeneizar a temperatura dos dois. Como o volume interno é muito pequeno, a renovação do ar é muito intensa resultando em uma tendência da temperatura da parede interna a "acompanhar" a temperatura do ar. Nesse caso, a parede interna irradia em uma temperatura de superfície muito próxima da irradiação natural do ar nessa temperatura. Ou seja, desse ponto de vista, a parede interna do abrigo comporta-se em relação à precisão dos sensores como se fosse o próprio ar.

A borda do prato na tampa superior funciona como pingadeira da água de chuva e orvalho. A ventilação forçada no espaço entre o tampão de PVC e o isopor impede que o vento lance gotas de água dentro do abrigo, além de dificultar a entrada de insetos. A entrada de ar na tampa inferior também impede a entrada de gotas de chuva e serve como pingadeira para a água que escorre pela face externa do abrigo. Nos testes preliminares, não se encontrou nenhum inseto ou vestígio de água dentro do MMA, embora tenha ocorrido acúmulo significativo de pó nas faces internas da tampa inferior.

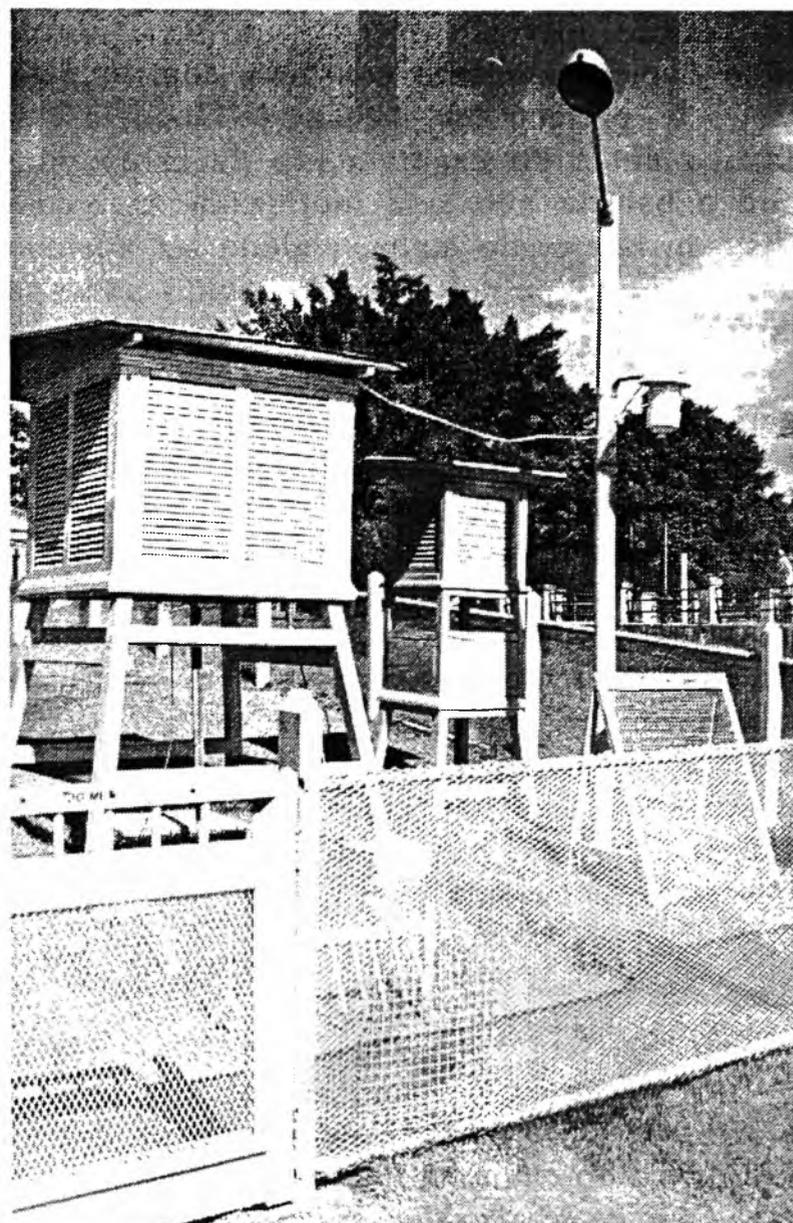


Foto 4: Miniabrigo Meteorológico Aspirado (MMA) instalado na Estação Meteorológica da Água Funda, IAG, julho de 2000.

A necessidade de alimentação elétrica contínua reduz a versatilidade no MMA. Uma outra solução autônoma baseada em ventilador de 12 V com bateria automotiva se mostrou, a princípio, inviável. O custo de uma bateria e manutenção de sua carga é maior que o de todo o conjunto apresentado anteriormente. Por outro lado, além do peso elevado que dificulta o transporte, estimou-se que uma bateria automotiva com plena carga forneceria ao MMA uma autonomia de apenas alguns dias, muito curta

em relação ao custo. Além disso, seria necessário o monitoramento constante com amperímetro ou projetar um sistema de bloqueio eletrônico antes do esgotamento da carga para que a bateria não seja inutilizada. Ou, com custo mais elevado ainda, poderia ser adotado um pequeno painel solar instalado sobre a tampa superior com uma bateria menor.

Como o MMA foi idealizado, a princípio, para investigação da atmosfera urbana, quase sempre haverá pontos muito próximos onde ligar o instrumento. O consumo do ventilador é muito pequeno, da ordem de 15 watts por hora, o que resulta num custo de menos de R\$1,00 por mês. Não é difícil encontrar consumidores de energia elétrica dispostos a arcar com esse custo, ou mesmo pagar para ter acesso. O baixo consumo permite a ligação em paralelo de dezenas de MMA num único cabo de alimentação, mesmo com fios relativamente finos, simplificando, por exemplo, a locação de "transec-

ção" em locais onde o acesso a fontes de alimentação seja mais restrito. Por outro lado, pode ser instalado em postes de entrada residencial de luz, perto de guaritas de segurança, pátios de delegacia, postos de controle de tráfego, ou quaisquer outros locais onde haja a possibilidade de contar com a colaboração de pessoas que possam simplesmente zelar pelos instrumentos.

4. Agradecimentos

Ao Laboratório de Climatologia e Biogeografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, pela cessão dos minirregistradores digitais. Ao Instituto Astronômico e Geofísico pelos dados meteorológicos da Estação Meteorológica da Água Funda e por abrigar e zelar pelos instrumentos do LCB durante os testes. À FAPESP pelos recursos necessários à aquisição dos minirregistradores digitais.

Bibliografia

- AZEVEDO, Tarik Rezende de. *Derivação antrópica do clima na Região Metropolitana de São Paulo abordada como função do ritmo semanal das atividades humanas*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desenvolvida no Laboratório de Climatologia e Biogeografia sob orientação do Prof. Dr. José Roberto TARIFA, 2001.
- AZEVEDO, Tarik Rezende de; FUNARI, Frederico Luiz. Desempenho de registradores digitais de temperatura e umidade do ar em abrigo meteorológico padronizado - estudo comparativo preliminar visando uso em trabalhos de campo, 2001 (inédito).
- AZEVEDO, Tarik Rezende de; TARIFA, José Roberto. Estudo comparativo do desempenho de minirregistradores digitais de temperatura e umidade do ar em abrigo meteorológico padrão e no miniabrigo meteorológico aspirado, 2001 (inédito).
- ONSET. *StowAway XTI User's Manual*. ONSET Computer Corporation, Bourne, Massachusetts, 1996.
- TARIFA, José Roberto. Sobre um programa de 'climatologia experimental' na Região Metropolitana de São Paulo. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n.52, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1976.
- TARIFA, José Roberto. O clima do (no) Campo. In: *Revista Geosp*, n.6, Universidade de São Paulo, 1999, p.104-114.





RESENHAS

SANTOS, Milton

POR UMA OUTRA GLOBALIZAÇÃO: DO PENSAMENTO ÚNICO À CONSCIÊNCIA UNIVERSAL

Rio de Janeiro, 3.ed, Ed. Record, 2000, 174p.

Rita de Cássia Ariza da Cruz

O mundo viveu, recentemente, momentos de total estarrecimento diante dos atentados terroristas que atingiram os EUA. Início de novo confronto mundial? Retaliações? A quem ou a que nações?

Se as respostas a essas e outras questões derivadas ainda não existem, uma verdade parece despontar como absoluta: a história das relações internacionais precisa tomar novos rumos e o respeito aos "mais fracos" e à diferença deverá ser o mote da mudança.

O título dessa obra de Milton Santos é extremamente oportuno diante dos fatos que se nos apresentam: *Por uma outra globalização!*

Naturalmente, porque a globalização que está instaurada no mundo não é apenas fábula, conforme colocado pelo autor; ela é, também, perversidade.

"De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades" (p.19).

Mas por que perversidade? Alguns problemas sociais de nosso tempo autorizam o autor chegar a essa conclusão; problemas esses frutos de questões estruturais cuja existência não se pode negligenciar.

"O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de

vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção" (p.20).

Embora não aborde questões como o terrorismo ou ações extremistas de grupos religiosos fundamentalistas, Milton Santos mostra, objetivamente, ao longo desta obra, os perigos, para toda a humanidade, do exercício tirano dos atores hegemônicos dessa globalização perversa.

"A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada" (p.65).

Em um mundo assim concebido, matar, seja por que motivo for, pode ser algo absolutamente banal.

O que está na base do processo de globalização, lembra o autor, é uma conjunção de fatores: a *unicidade da técnica* (possibilitada pelo avanço na técnica de informação), a *convergência dos momentos* (igualmente decorrente dos avanços nas técnicas e, conseqüentemente, nos sistemas de informação), a *cognoscibilidade do planeta* (devida aos progressos da técnica, que, por sua vez, são devidos aos progressos da ciência) e a existência de um *motor único* na história, representado pela *mais-valia universal* (p.24).

No que se refere aos fatores constitutivos da globalização, em seu caráter perverso atual, Milton Santos aponta a natureza despótica da informação (*"O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde"*, p.39) e a violência do dinheiro (*"Essa presença do dinheiro em toda parte acaba por constituir um dado ameaçador da nossa existência cotidiana"*, p.44).

Competitividade e consumo são, por sua vez, conforme o autor, *baluartes do presente estado de coisas*, aos quais se somam, como iguais sustentáculos desse processo, a *confusão dos espíritos* e o *globalitarismo*.

Mas o título desta obra não remete apenas à evidente necessidade de revisão de postulados e posturas; ele anuncia, também, a visão otimista do autor com relação ao futuro, claramente consubstanciada ao longo de seus capítulos, especialmente capítulo V – *Limites à globalização Perversa* –, e capítulo VI – *A transição em marcha*.

Milton Santos fala de *variáveis ascendentes* que permitem pensar que se estão produzindo as condições de realização de uma *nova história*. Neste sentido, aponta alguns fatos que lhe pareceram característicos das mudanças em curso, como o *crescente desencanto com as técnicas*, acompanhado por uma *gradativa recuperação do bom senso*, em oposição ao *senso comum*; a *impossibilidade relativamente crescente de acesso às técnicas*, em virtude do *aumento da pobreza em todos os continentes*; a *sobrevivência e criação de novas téc-*

nicas não hegemônicas apesar da capacidade invasora das técnicas hegemônicas (p.119).

Outro dado objetivo, que aponta o horizonte de mudança, seria, conforme o autor, *"o fato de que a realização cada vez mais densa do processo de globalização enseja o caldeamento, ainda que elementar, das filosofias produzidas nos diversos continentes, em detrimento do racionalismo europeu, que é o bisavô das idéias de racionalismo tecnocrático hoje dominantes"* (p.121).

Se a globalização como se dá hoje é perversa e não deve interessar ao futuro das sociedades, o que poderia substituí-la?

Uma outra globalização, como sugere inicialmente o título da obra. Uma globalização em que a *"centralidade de todas as ações seja localizada no homem"* (p.147).

"Ousamos ... pensar que a história do homem sobre a Terra dispõe afinal das condições objetivas, materiais e intelectuais, para superar o endeusamento do dinheiro e dos objetos técnicos e enfrentar o começo de uma nova trajetória" (p.173).

"A primazia do homem supõe que ele estará colocado no centro das preocupações do mundo, como um dado filosófico e como uma inspiração para as ações" (p.147).

Oxalá as indicações otimistas do grande mestre, ilustre geógrafo, professor Milton Santos não somente sejam "portadoras de futuro" mas que seu futuro seja muito próximo, pois o presente tem sido penoso para grande parte da humanidade.

Apenas para finalizar, cabe dizer que o livro está subdividido em seis capítulos que, por sua vez, contém, ao todo, trinta subcapítulos. Uma característica das obras de Milton Santos: a fragmentação do texto que, ao contrário de fragmentar as idéias, conduz o leitor, de forma ordenada, na construção de seu raciocínio.



NOTÍCIAS DE
ENCONTRO

A PRÁTICA NA GEOGRAFIA E A GEOGRAFIA NA PRÁTICA

Maria de Fátima Almeida Martins*
William Rosa Alves**

*"O sertão é o terreno da eternidade,
da solidão, onde o interior e o exterior
já não podem ser separados" (Guima-
rães Rosa)*

Foi com esta temática que o 4º Encontro Estadual de Geografia de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, em julho de 2001, abriu o debate sobre a relação entre prática e pensamento, compreendendo aquela como o fazer mediado por alguma forma deste. A insistência na importância e na presença de tal discussão permitiu que o necessário e desejável debate em torno das práticas e pensamentos que concernem ao conhecimento do mundo propiciado pela geografia fossem ampliados e debatidos para além de uma geografia fechada em si mesma.

Até que ponto os interesses que suscitaram o que vem sendo chamado de "valorização da geografia" não encerra a própria geografia nos limites formais (e conformistas)? Como trazer à discussão uma formação de professores que aprisiona o ensino de Geografia à sala de aula e à escola circunscrita a um dida-

tismo? Como lidar com uma adesão à mercantilização do conhecimento como demanda do circuito prevalecente no mundo da mercadoria, via turismo? E ainda, como enfrentar uma formação limitada à dimensão operacional e técnica, visa nas atividades identificadas como "educação ambiental" "geoprocessamento" "ecoturismo" etc.?

Foi com esta perspectiva que o evento foi organizado com os eixos temáticos *Ensino e Pesquisa em Geografia* e a *Reprodução Social e a Produção do Espaço*, que se iniciaram por meio da construção das ementas das atividades, ou seja, o diálogo se configurou mesmo antes do encontro começar. Os coordenadores das mesas redondas e os proponentes dos minicursos trouxeram desde indagações até incursões incisivas na (re)elaboração da própria reflexão sobre a prática, desde a mesa redonda da abertura, com o título do próprio evento, até a última mesa (*A produção do espaço entre o público e o privado*) e mesmo a Plenária Final. Os eixos e subeixos não foram praticados como referências isoladas e especializadas a perder de vista, mas sim realizados como formas parti-

*Doutoranda em Geografia USP

**Departamento de Geografia - UFMG; AGB BH

culares que qualificam e enriquecem o processo rumo à possibilidade de um conhecimento que se faz íntegro não só pelo discurso pretensamente coerente, mas pela prática (re)conhecida.

Outrossim, a estrutura do encontro, que teve a presença de 150 participantes, procurou dinamizar a relação entre as discussões propiciadas pelas doze mesas redondas e os conteúdos trazidos e desenvolvidos nos seis minicursos pelos proponentes e aqueles que se inscreveram com trabalhos. Dinamização esta que ocorreu inclusive com os convidados que foram (vieram) para atividades específicas e se envolveram no corpo do evento. Atividades culturais, como contação de histórias, teatro de bonecos, festa e mesmo o encontro das pessoas sem forma prefigurada (sobretudo os inscritos e convidados "de fora" no sentido Roseano), suscitaram pensar a Geografia para além de si mesma. Demais, o vídeo-debate (com o filme

Cinema Paradiso) e o trabalho de campo na metrópole Belo Horizonte (este como oportunidade de relação teórico-prática com o empírico), mesmo ocorrendo ao final do evento e com o objetivo de "fechar" das atividades, foram tornadas uma (re)abertura de reflexões sobre o conhecimento do espaço.

Enfim, o Encontro provocou a discussão do conhecimento tido como geográfico (feito e por fazer) na relação com as práticas que vêm sendo circunscritas nas diversas formas demandadas pela sociedade produtora de mercadorias. Fica o reconhecimento da necessidade (que permanece) de diferenciar as dimensões do conhecimento sobre e como prática, vale dizer, que ao repensar o mundo, considerando o empírico, que se faça com e por meio do âmbito teórico e epistemológico e que se observe que operar não é conhecer senão como o primeiro passo somente. Jamais o último.



A decorative rectangular border with a repeating floral or geometric pattern in black and white, framing the central text.

INTERCÂMBIOS

COLLABORATION AS A ROUTE TO SME COMPETITIVENESS¹

Francesco Adamo*

1.1 A multiplicity of choices

Geography and the history of economics teach us firstly that economic progress, growth and development involve multiple prime causes, entrepreneurial management styles, territorial production and distribution organisation and secondly that such processes occur in different ways since the Earth is an environmental space, physically and socially differentiated by the history of nature and peoples.

These statements may be rather peremptory and commonplace, but I should like first of all to deflate some myths of our times that stem from a rooted if not Manichean dichotomic view of the world. Three contrasts should be eliminated before attempting to properly define industrial policy lines and the analyses required for their implementation: large and small size enterprises; spatial concentration and diffusion; exogenous and endogenous development.

Firstly, I believe we can say that only large enterprises were formerly considered at academic and political levels since they were viewed as the only prospect for development, while today's only concern is small enterprises. Some underscoring of either's importance is

certainly understandable historically but we should never forget that no alternative exists between the two, since both are essential for any country's economic growth and development even though their relative weight and strategic importance change in different production areas, with demand and supply structure and geographic market size. Economic progress in fact generally comes from the integration of different enterprises.

Secondly, territorial concentration and the dissemination of economic activities (centralisation versus decentralisation) do not necessarily follow one another in time; they are selective and often simultaneous processes.

Some economic activities tend to expand and others to concentrate in different historical moments according to the business and production cycle size and functions of each. Either process can prevail both in company numbers and geographical distribution. Concentration prevailed in Italy and Europe till the end of the Sixties; decentralisation both in industry and company services as well as in family dwellings and services became rampant from 1970 to 1990. New industrial activities and rare company services concentrated in a decreasing number

of increasingly developing central areas during the past decades, marked by decentralised development and local independent growth.

Lastly, the theory of endogenous or self-centred local development based on local markets, resources and forces is certainly opposite but not alternative to exogenous or extrovert development. The latter must somehow translate into a self-propelling process for it to last and generate real local economic progress. External demand-oriented and mainly external investment-generated production growth must engender local income and demand growth to make investment in new production profitable and suitable to satisfy new demand. Historically generated conditions regarding the socio-cultural milieu, rather than the physical ones brought about by relatively fast changes such as new infrastructures and services, are needed to make extrovert development introverted and consolidated, as well as a social structure capable of enhancing and stimulating individual initiative to create local entrepreneurship in particular.

Endogenous development is not only unthinkable without some export base, however. It never leads to durable growth and local socio-economic progress without creating external demand of its own to guarantee the region plays its own competitive role in the geographic division of global labour and to make it attractive for outside investment. The different importance of the exogenous and endogenous factors marking the two models essentially holds true during the initial steps of the process; it depends on the conditions both of the local and specific world markets for the products the process is based upon.

Pluralistic views of the way to economic progress, its actors and territorial models no longer belong to economic geographers, traditionally inclined to underscore territorial peculiarities and differences; they are shared by analytical social science experts such as sociologists and economists, particularly by those who have cultivated these disciplines in application terms and have discovered the territory.

According to GIACOMO BECATTINI (1987), one of Italy's leading experts on the issues of local SME systems (1), this convergence stems from empirical studies of regional systems and was possible because "both parties tend to consider local, regional, national and international systems as subsystems inside vaster territorial systems" This convergence is certainly a matter for satisfaction on the one hand but is the cause for some concern on the other. I fear that recognition of unshakeable geographical diversity might lead to foregoing the basic functions of giving rules that are traditionally specific of economics but are also considered as a duty for other social sciences as well as geography.

This is why our contribution to this research programme does not attempt to use our studies on the Italian and other cases for drawing models automatically exportable elsewhere but at least to present some methods and procedures, concepts and industrial policy and analysis trends applicable to the CEECs considered.

This introduction chapter merely outlines the theses that are the main outcome of Italian research on small and medium size enterprises, that give a specific meaning to our participation in this programme.

The *first thesis* is that co-operation with other enterprises is the best way for small firms to be competitive for survival and growth. Such co-operation must be achieved mainly with other enterprises located in the same geographical area, that can vary according to space and economies of scale. A *second thesis* is that the birth, growth and competitiveness of a small size enterprise depend essentially on its vertical relationships with the local environment and the development conditions it offers. Briefly, *global market competition needs local integration*.

A distinction between *direct co-operation* with the intercompany exchange of information, capital, goods and persons and *indirect co-operation* through environments outside the enterprises themselves is in order here. The former can either be institutionalised with one of

many legal forms of agreements and associations among companies, such as groups, consortia, co-operatives and the like or be the informal and simple expression of the division of labour that companies reach on the marketplace. Indirect co-operation among different companies can develop into a formal association to defend common interests, or remain an informal and unwritten agreement.

1.2 From the enterprise to enterprise systems

The premise that co-operation and/or integration with other enterprises and the local environment is one of the main competitive strengths small size enterprises can count on means not only that our research is mainly interested in concentrating on the relationships each enterprise enjoys with the local and global world outside it, but also focusing analytically and formally on the passage "from the enterprise to enterprise systems" from individual elements to the system, from company demography to local development and from competition between individual companies to competition between territorial systems.

Co-operation between enterprises does certainly not imply the need for a common territorial base. Associations and groups of multilocation enterprises exist, in the sense that individual enterprises making up such systems can be located in different places, towns, regions or countries. However, the small size enterprise we are concerned with here can only face up to world competition through strong local integration with other enterprises that coexist in the same area to take advantage of mutual economies of location and common urban services.

This contribution of Italian experiences on the survival and growth of enterprises uses a systemic geographical approach and it should

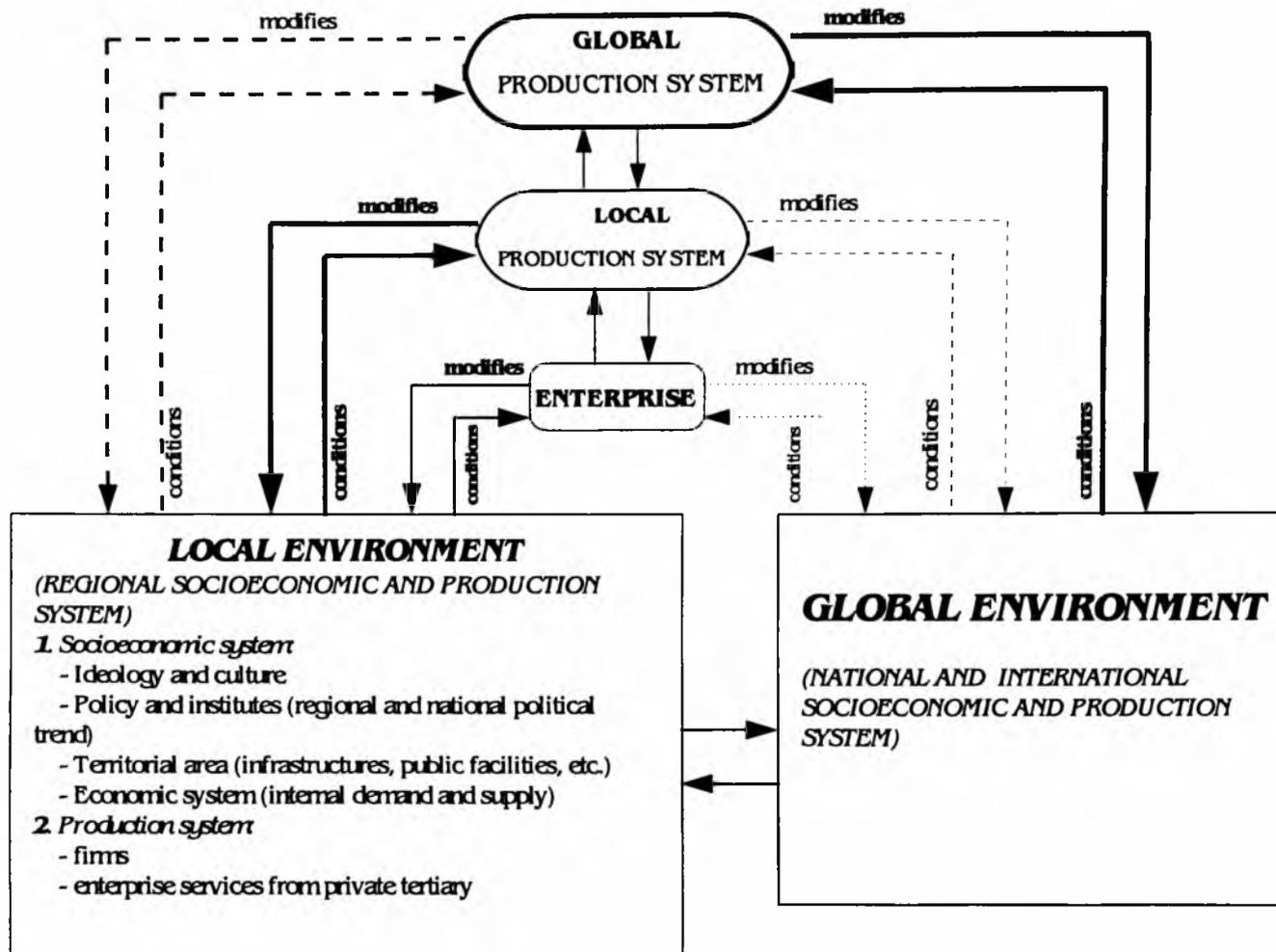
be pointed out that special emphasis is on 1) the *environment* as a whole of external factors as indicated at figure 1 that illustrates the enterprise/environment interactions in the global local context and 2) on the *structure* of the enterprise system each individual company takes part in, where each company is prevalently integrated and can thus be taken as an *element*. The approach considers the geographical environment and the enterprise system as sub-system components of an ampler reality, the *territorial system* or *Geosystem* considered in this context as room for enterprise action and as a condition and product of their growth.

Integration of the enterprise into the local production and socio-economic context is basic for its competitiveness; the greater the *environmental valences* present on the territory, the greater the company's capability to relate with them. Environmental valences are defined as all the conditions stemming from elements present on territory where the company decides to be established; they range from natural resources to local growth management policies and from the presence of companies in the same or other businesses to the efficiency of transportation and communications infrastructures.

The following presentation of the results of analyses on the Italian case will dwell on co-operation rather than competition relationships between enterprises in the various production geosystem structures. The distinction between different local systems will concentrate on *direct relationships* between enterprises in the production process of a given product or service rather than the *indirect relationships* between local enterprises *mediated* by the environment, such as complementarity or competition obtained by using local labour, service, infrastructures and the like.

Many different types of co-operation and spatial integration models exist of course, as shown by the Italian experiences in the 4 sectors chosen (foodstuffs, garments, furniture and the metalworking industry).

Figure 1: Interactions between the enterprise, the local production system and geographical space and environment



As a first approximation based on these sectorial analyses and other research work by the Authors, it can be stated that the main experiences of local development and industrial co-operation can be classed into one of the two previously mentioned models:

- the Perroux development *pole* model, in which reality offers a wide range of variants and can also include multipole industrial complexes, and
- the industrial *district* model, in which reality also offers many variants and Italian reality is very rich in, as internationally well-known (PICKE et al., 1991).

Both these organisation models can be seen and analysed as local regional industrial geosystems or industrial systems with a territorial basis as *defined above*; the most useful and valid theoretical grounds for SME competitiveness lies in contribution to *external economies* for both. The main difference lies in the system structure; namely a) the structure of a polarised system is tendentially made by *dependence* relations and b) the structure of a district system is basically made by *interdependence* relations.

As known, the first model of territorial organisation characterised the development of metal-working and chemical industries from the

end of last Century to the beginning of the Seventies of this Century, dominated by great *scale economy* enterprises concentrated in the larger cities, which a myriad local small and medium size enterprises were subordinated to.

The industrial district is an organisational model mostly typical of the growth of traditional consumer goods producers in areas with old artisan traditions but also the recent development of modern industries producing highly specialised goods for small size markets, such as machinery for instance. The origins of this geosystem model sometimes date from industrialisation of last Century; it has been one of Italy's most vital and significant economic features for the last twenty years. The creation and expansion of industrial districts has not only boomed mostly in the northern and central areas of the country over the past decades with some spread to the south, given a greater importance of SMEs, but these firms (the typically district ones especially) has also greatly contributed to bringing about outstanding results in terms of Italian exports of industrial products, such as textiles, garments, footwear, furniture, machinery and the like.

It might be interesting to dwell on the essential features that define district and polarised systems as well as any spatial agglomeration of plant and manufacturing enterprises, before underscoring the more recent transformations that are somehow involving all local production systems, changing their structure and therefore forms of co-operation.

Broadly speaking, "industrial district" is an expression applied to any spatial agglomeration of small and medium size industrial enterprises; in the extreme, to the agglomeration of small size production units with the secondary attribution of being "sectorially" homogeneous as they produce the same or different goods to be used for assembling or producing the same end item. These agglomerations, which could be simply called SME industrial areas, are referred to by practically all the economic and geographic

bibliography on Italian industrial districts, since no other criteria can be used in the absence of other available sources of information.

The concept of industrial district, as defined by ALFRED MARSHALL in 1879 and recently rediscovered in Italy by various experts, GIACOMO BECATTINI particularly (1987), is more interesting and useful both theoretically and in practical industrial policy use. Its main distinction in fact lies in its industrial structure and has therefore been assumed in this paper.

The integration relationships among district enterprises, as mentioned above, can be essentially considered as a joint interdependence, such as those which exist appropriately among equal partners. This does not at all mean that all district enterprises are the same, that a purely technical labour division exists among them and they all have the same profit margin. Leader enterprises with their own trade marks and entertaining a direct relationship with the market exist inside the same district together with enterprises that only contract or subcontract individual components of the end item or even just assemble parts for third parties. The district does however contain several leader enterprises in competition with one another for selling the same end product on outside markets and even for purchasing inputs. This means individual jobbers, contractors, subcontractors or independent individual operators are free to change customers, just as any enterprise producing end items or intermediates is free to find other local suppliers or workers.

Competition among district enterprises and independent workers is not however identifiable as a war of everybody against everybody else, which would be incompatible with cooperation and a certain degree of solidarity among the subject members of the district. It should rather be considered as the outcome of an objective value common to all the local system components, whereby "everyone incessantly tries to improve his or her individual or family status and.....no one can stand firm on produc-

tion positions markedly below those prevalent on markets external to the district" (cf. BECATTINI, 1991).

Local competition is therefore certainly another essential tool for allowing the district and its individual enterprises to win the challenge of global competition. Inside the district it cannot however occur based only on calculations of mere economic convenience; it is constrained by other social norms essential for reproducing and developing the system, first and foremost those that engender cooperation, the other basic district strength to face global competition.

These are the rules governing the existence of a local price system (for components, machinery, labour and money) separate from the one formed by competition on the global market, whereby local prices in particular fluctuate less than external ones. In other words, local market relationships are not mere exchanges as conceived on the basis of the so-called rationality of *homo oeconomicus*, since they cannot leave aside the needs of cooperation among district actors. This is direct cooperation by a myriad production and service enterprises, part-time and home workers that consists of integrated work division and therefore requires the decomposability into separate steps of production processes achieved in specialized units.

Small size, advanced specialization, ongoing training of highly qualified personnel and the existence of a market for efficient used machinery facilitate company proliferation during expansion phases.

Internal district co-operation also involves reproducing and developing the local milieu. District system actors certainly compete in exploiting the advantages pursuant therefrom but are aware of their common interest in reproducing the environmental values that allow the local system to operate and adapt them to the stimuli from the outside world. By far the most important environmental values are historical such as a certain common culture and

mental attitude, a dowry of unspoken knowledge (cf. Becattini, 1994), the awareness of common interests for all district members leading to converging political choices and the local institutions playing an important supportive role for local enterprises, which are rooted the most in the territory and cannot be exported, rather than territorial elements such as basic infrastructures, production and labour training services, specific know-how and the like, that are exportable elsewhere to a certain extent.

Local public or private banking services certainly play a major role. Banks are an essential part of the district system; bank officers know their customers very well (just as everyone in the district knows everything about everybody else) and can even afford to assess risks based on an entrepreneur's real professional worth and not just on the basis of personal property.

From the strictly technical standpoint, classification of individual enterprises by operational or component specialisation is also achieved in other industrial geosystems, including those that satisfy the original version of the development "pole" model. Marked subordination in the horizontal integration relationships of small and medium firms with major companies is typical in this case however. Also, enterprises and their relationships are only profit-oriented, unlike the Central Italian district model as exemplified by BECATTINI (1979, 1987) and by G. FUÀ (1983); supplier companies have practically no relationships with one another, as is well expressed by PRIORE and SABEL's "solar system enterprise" (1984).

Furthermore, indirect co-operation through the environment is well-nigh non-existent, not only because of competition among suppliers but because the great enterprise dominating them in polarised systems is so politically strong as to exert direct influence on the institutions in order to at least reproduce the producible external economies it needs.

A varied and complex range of different forms of industrial organisation, is being created between the Marshall's district model and the Perroux's pole model., following on the computer revolution, with the policy of development support that led to the proliferation of various types of scientific and technological parks, the popularity of various other infrastructures and services supporting the enterprise and employment, such as incubators, equipped areas and the like.

What matters more and should be stressed here is rather that *the differences between the two integration forms are getting smaller*. On the one hand, enterprises are integrating horizontally more and more and the relationships between leader enterprises and production or end consumer item suppliers tend to become more hierarchical in recession years particularly, for districts to face global competition and technical innovation and anyhow take on new forms that have little to do with Marshall-era districts; on the other, the trend to reduce enterprise size, disseminate flexible automation techniques and spread the formation of holdings companies and the organisation of groups where individual units enjoy increasing independence in large enterprise territorial systems is to be considered as the expression of the physiology of the new development model that is transforming pole or multipole geosystems into tendentially *network* ones, or anyhow into geosystems that have little to do with the Perroux model.

Despite these evolution trends on which we shall dwell in the following pages, it can be concluded that both system models still deserve attention for the political implications of their different structure.

The district in particular, conceived as the basic condition and product of co-operation and competition among enterprises and therefore their competitiveness too, deserves careful attention to identify some conditions of development from the bottom up as the enhancement

of local resources and entrepreneurial skills, even though the initial stimuli for such a development can come from the outside, as often necessarily happens.

The ongoing deverticalization of large enterprise polarised systems achieved through the processes mentioned above, particularly the decentralisation of production segments that tends to create formally and more and more substantially independent enterprises that can also be small and medium size enterprises in some cases, can certainly be useful to orient the transformation of large CEEC public companies. The reorganisation into small and medium size company groups would not only give the flexibility and common strategy required to be competitive but would also facilitate privatisation.

1.3 From flexibility to total quality: the diffusion of network structures

At the end of the Eighties, when the crisis and restructuring of big enterprises began, most local SME production systems among the "local" development models (with a variable geographical scale territorial base) specialised in conventional sectors and were then quite rightly considered "leftovers" from the first industrial revolution, or even pre-industrial and proto-industrial craftsmanship industries; those that were expanding in the central and north-eastern parts of Italy were classed as the expression of the development of "belated latter-year capitalism" typical of the Italian economy in Europe where the marginal areas used a throughwork backward process of filtering down and local revamping expressed by expansion accumulation to create "mature" or even obsolete activities, called economically marginal (ADAMO, 1979) and based on low labour costs and tax evasion. This industrialisation is connected with the so-called "submerged economy" or moonlighting. The same areas and the peripheral ones of north-western Italy witnessed

the rapid creation of SMEs producing new, mainly small batch products with small markets, called interstitial.

Not much attention was given to the fact that these activities also produced plant, tooling and special machinery for the manufacturing industries such as printing, foodstuffs, footwear, furniture and the like, namely those capital goods that have proven to be particularly significant, though produced in small batches, and one of the most significant items of Italian exports.

The polar and multiple-pole great enterprise systems had stopped expanding during the Seventies, starting at Milan and Turin. The large enterprises reacted to the increasing difficulties of being competitive in the large metropolitan areas by choosing cost reduction; this is evident from the various reorganisation processes that started in Italy at the beginning of that decade, with 1) the relocation of complete production processes or parts thereof, 2) the transformation of companies into holdings and, 3) increasing production and service decentralisation, sometimes together with territorial relocation. This latter process ties up with Schumacher's slogan that "Small is beautiful". This became even more pertinent in the Italian case, as industrial districts were expanding all over central and northern Italy, with significant expansion towards the south and involving the outer areas of the space occupied by agglomeration economies of the larger towns. Some districts were the areas of traditional light industry that reorganised and consolidated on product and process quality, such as the textile districts of Biella and Prato, and other jewellery, footwear, furniture and tile districts that also coupled the production of capital goods to their speciality end items. Others completed their structures, others were born anew and were still in their initial steps.

The Italian SME-based industrialisation and ensuing urbanisation till the end of the Seventies were certainly the pathological expression

of the crisis of large enterprises and cities on the one hand and of the delays in Italian capitalist development on the other.

The competitiveness of small industries both in prevalently endogenous and decentralised development areas was ultimately interpreted essentially by making resort to the concept of flexibility; the term "flexible specialisation" was in fact used to identify the whole new industrial development and organisation model in contrast with the oligopolistic capitalism or Taylorism that had been typical of industrial development and organisation respectively during the previous period (CRIVELLINI and PETTENATI, 1989).

These interpretations imply that the Marshall district model de facto already obsolete in the more advanced industrialised countries would have found all the ideal conditions to spread once again in the tendential saturation of markets during the recent economic phase that required great skill in differentiating products to satisfy the tastes of increasingly sophisticated and rich consumers, that is to say the flexibility afforded by small district enterprise size and more in general by the flexibility of labour to adapt to market fluctuations.

During the second half of the Eighties, the renewed competitiveness of large enterprise systems brought about by the increased use of the electronic innovations introduced during the Seventies was still interpreted in terms of so-called "flexible automation". The renewed competitiveness of large enterprises also underlined the interpretations of a pathological element of weakness in the Italian manufacturing industry, particularly those seeing SME districts specialising in traditional sectors as something destined to die out rapidly under competition from recently industrialised developing countries.

I believe it to be true that the weight of traditional sectors of the Italian economy is still excessive, is the expression of delays in its structure and is destined to diminish in real terms at least. Nothing however leads us to

believe they will disappear, as is confirmed by the resistance of traditional manufacturing districts during the crisis of the early Nineties.

The reactions by many to the new competitive challenges starting from the second half of the decade would lead us to a different opinion. District structures and functions will certainly change a lot under the stimulus of increasing innovation and decentralisation of part of their production but will remain competitive thanks to these new developments. If Italian products remained competitive even during the recent recession, and in my view will continue to be competitive in the future, this is not so much due to their intimate flexibility nor to a greater propensity to innovate. A district's strength ultimately comes from the network structure of its internal relations and co-operation among its actors. Large enterprises are somehow attempting to imitate this structure, either by reorganising into relatively independent enterprise groups, or by internal work organisation and by developing their human resources and making them more responsible, guided by the strategic objective of *Total Quality*.

After all, quality achieved through co-operation and the circulation of ideas and knowledge is the foundation of the competitiveness that Italian districts enjoy.

The new thing that emerges from recent analyses, by the Bank of Italy on the ownership structure of Italian industrial enterprises particularly (BRUSCO, 1994), is the development of groups of small and medium size enterprises in which each company often maintains high margins of independence. Large enterprises are also going the same way, as we know, through a process of destructuring and reorganisation. As VACCÀ remarked (1994), leading transnational corporations are using "methods for organising their activities based on the decentralisation of production units, to enhance articulated decision-making processes by giving them greater independence, and transforming a large internationally dilated enterprise into a co-ordinated

complex of small and medium size production units, each with decision-making responsibility especially qualified by direct individual operator-manager participation in defining the objectives each production unit is to give itself for contributing to the overall strategy of the large enterprise"

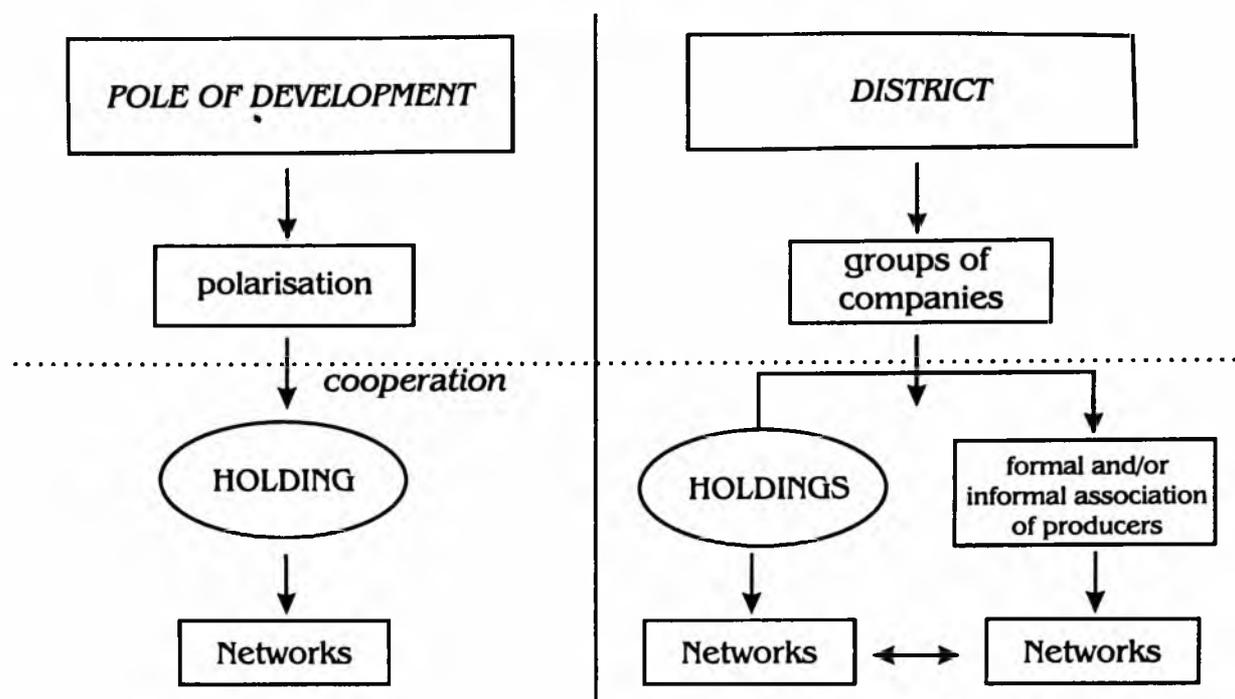
Another new thing that emerges from the analyses is that the trend towards the formation of network structures in which each node has a marked degree of decision-making independence is not merely an opportunistic legal and institutional measure to circumvent tax or labour relations rules and obtain sundry special terms. The group can effectively be interpreted as a new organisation and formal co-operation model suitable to respond to competition and company development problems, especially now when we must be able to manage increasingly high levels of complexity both inside and especially outside companies.

Just as in traditional districts, as indicated in the annexed bibliography, local large enterprise systems too have been introducing great changes over the past twenty years to such an extent that the original pole model no longer exists. The industrial systems typical of large towns and characterised by the Ford model until the end of the Sixties are also tending towards a network model and adopting some aspects of the district model, which ultimately explains their renewed vitality and physiological functionality.

With the process indicated above, the market globalisation and quality control now a highly strategic factor on more developed markets are leading companies to aggregate into simple or formal groups such as holdings organised into networks. The network structure can essentially develop starting both from poles and districts and replaces their structures when intercompany relationships explicitly become formal co-operation.

The *network* (CIBIN et al., 1988) is a more suitable and flexible production organi-

Figure 2: Pole and District Evolutions



sation model that can appreciate the relationships between strategy and production structure better. Each network enterprise can survive autonomously from the others, can self-regulate itself and interact with the other companies with a result-oriented behaviour. In essence, the network represents all the strategic interdependencies defined and consolidated inside a group of enterprises not necessarily belonging to the same local system; typically, these *interdependencies* are oriented towards a common objective, so line integration is characterised by constant and continued introduction of new technology by individual companies specialising in given production steps or processes to achieve high product *global quality* and keep competitiveness high, more in general.

This networking process accentuates the variety of different local production systems by spreading in different ways and manners.

The taxonomy of these geosystems becomes more complicated when the fundamental variable of intercompany relationship structures

considered so far is added on to by other variables such as production specialisation and degree and particularly the consideration of other processes which have intensified over the past decade and have mainly also involved most systems to different degrees: the growth of services to enterprises (notably the organisation or outright creation of scientific and technological parks) and the spreading of technical innovations such as telematics and information technology.

To properly analyse the results as presented in the following paragraphs, it is pointed out that conventional or modern local production systems integrating a technological park and districts in particular are normally classified by growth into: 1) *embryonic* (ADAMO, 1978) for concentrations of enterprises of the same business among which informal co-operation relationships, work specialisation and division and formal ones are still scant and not enough to offer a competitive edge; 2) *simple* or one-business when the local structure has already formed for final end products but enterprises

still depend on outside sources for certain important inputs such as inconsumables or services, 3) *consolidated* when the area offers enterprises all essential services and the local industrial structure has an adequate subassembly of companies manufacturing the machinery used for the area's original specialisation; 4) *complex* and multi-sectorial when the business induced by machinery production have become at least as important and export base as the original specialisation and have in their turn originated new production specialities, such as other machine types no longer connected with the area's original specialisation.

1.4 Patterns of collaboration between enterprises

The relationships among enterprises have many changing forms, even inside the same business and local production system. They can be classed into:

- a) informal co-operation, such as the simple *supply* of goods or services via the market, consisting of a normal sales and purchasing relationship in which each party is free of any production constraint and is totally free to stipulate contracts with other parties;
- b) *jobbing and sub-contracting*, which are formal co-operation relationships implying the stipulation of a written or verbal supply contract, binding on both parties, the *contractor* and the *sub-contractor*²;
- c) association relationships, such as *consortia*, *co-operatives* and *joint-ventures*, which are formalised by stipulating company papers or associations whereby each partner holds substantial formal shares of the activity and whose contractual power remains unchanged whatever market conditions may be.

This paper cannot cover the vast range of association agreements and contexts for which

the use of these co-operation tools is the most appropriate, so we shall only dwell on sub-contracting relationships, which are the commonest both in district and polarised systems, attempting to underscore their different valences.

Jobbing is a contractual formula which is normally distinct from sub-contracting, as the jobber either producing all an end item or taking part in some production step can be and generally is the owner of the tooling and equipment he uses but receives the raw or semi-finished materials from the contractor; no capital outlay is required for such purchases. The typical element of jobbing is the high incidence of labour costs and low technology use (except for some emerging cases of jobbers using highly innovative technological systems) for the operations supplied. These are generally small size artisan-type businesses working for one or two different contractors that feel market trends very strongly (while sub-contractors can sometimes be even larger than their customers and even have several ones)

Jobbers normally perform finishing and assembly operations. Similarly to sub-contractors they can also be used to diversify supply and produce part of articles normally made by the contractors allowing the latter to cope with temporary peak demand. Today this function is leading to informal associations between jobbers and sub-contractors directed at excluding the prime contractor for products requiring no trademark support, such as kits for instance.

Sub-contracting is the commonest form of co-operation and satisfies consolidated needs for production decentralisation dictated by work division and specialisation. A company may be born as already decentralised or decentralise during its life due to strategic and market needs³.

The basic premise for creating a sub-contract relationship is *reliability*⁴, namely the certainty of achieving (even with certain production steps completed outside the company) a product having a good quality standard; this is

made possible by the guarantee offered by competition between small and medium enterprises both in the pole and in the district, which also generates strong company specialisation, or exclusion from the market.

The basic reasons for choosing decentralisation of some production steps in as follows, in order of importance: 1) *cost reduction* deriving from decreased financial commitment for managing certain machinery or special production steps; 2) the greater capability to cope with peak demand periods and *increased production flexibility*; 3) *improved product quality* due to specialisation.

Sub-contracting can involve: special *operations* normally performed by very small and normally jobbing enterprises; special *components* requiring the use of special machinery the prime contractor is not equipped with; special *end products* made of different materials such as wood, metal and the like; *semi-finished and standard components*; *standard end items*. Disregarding the commercial side of the merchandise supplied, sub-contractor companies can in essence divide into:

capacity supplier companies, in a position to cope with changing contract size and allow the prime contractor to cope with temporary demand changes, not just due to small size and great flexibility but also because they can interact with companies in other districts for higher added value productions that can absorb transportation costs;

speciality supplier companies, in a position to satisfy specific prime contractor production demands, often with specific skills and plant the prime contractor cannot be equipped with. Prime contractors normally have consolidated relationships with such enterprises due to the complementarity of their respective productions (SILVESTRELLI, 1979)

For most SME sub-contractors, stable sub-contracting relationships normally mean improvement through greater cost-awareness, im-

proved products and better production organisation. They also mean lesser discretionary power in management choices and decreased attention to non-production functions such as marketing and the like, which are important factors for company growth, especially for *satellite* sub-contractor companies supplying most of their production to just one prime contractor customer.

Ad hoc investigation has shown that sub-contractors are normally with specific factors in mind such as geographic proximity, punctual delivery times, product quality, low unit costs, flexibility in contract variability, innovative and design capability present in most medium and large size sub-contractors and adequate production capacity (PIERACCIONI et al., 1995).

Sub-contracting is therefore a relationship which depends on the sub-contracting company production step; when the production step requires scant technical specialisation and low product quality, the sub-contractor's bargaining power with the prime contractor is constrained and the latter can dictate contractual terms, which means prime contractor *dependency*; when the sub-contractor is required to provide a high degree of specialisation and the availability of sophisticated technological plant subject to continued updating, its bargaining power increases and plays a highly strategic role with the prime contractor, which means sub-contractor *dominance*. Sub-contracting thus plays a strongly strategic role when it becomes irreplaceable for the prime contractor.

As mentioned earlier, contractors can act in a) interdependence and b) dominance-dependence condition in sub-contracting relationships.

Prime contractor dominance over the satellite sub-contractor occurs through the imposition by the former of technical and quality production standards and delivery times. The prime contractor is normally just one and decreased contracts can seriously jeopardise the satellite enterprise's existence. This is the typical instance of the *development pole* where there is just one prime contractor while the

many sub-contractor companies are in fierce competition with one another.

An *interdependence* relationship between the *capacity sub-contractor* and the prime contractor can exist in more advanced polarised systems, mostly due to the former's medium or average size and its capability to relate with the latter to create a solid relationship based on common production criteria and quality objectives. The interdependence of a small size sub-contractor is a strongly strategic growth and development factor: it becomes a source of ongoing technological innovation often stimulated by the prime contractors itself that demand the updating of production processes for improved production efficiency and product quality. Co-operation thus becomes an important tool for innovation and consequently a growth and development factor.

Even a small sub-contractor may enjoy dominance over the prime contractor, when it supplies special products with fast obsolescence hi-tech plant. In this case sub-contracting takes on such a strategic valence that the prime contractors has to accept sub-contractor conditions and guarantee an agreed-upon level of annual contracts and benefits in the for of services rendered to the sub-contractor to maintain and consolidate the relationship.

All the types of relationships mentioned above exist in the district, which is characterised by the co-presence of several prime contractors and greater freedom of choice for sub-contractors, even though the trend is towards interdependence that is strategically more effective than dominance, since the sub-contractor has more chances of expression and therefore to develop its human and technical resources.

Notes

- 1 Contribution to EU ACE Phare Research Project on *The survival. Growth and Support Needs of Manufacturing SMEs in Poland and the Baltic States: Developing a Policy Agenda*, coord. by D. Smallbone, Middlesex University, London, 1996.
- 2 Given the vastness of the topic, we shall only underscore that co-operation agreements today are still supported by written or verbal contacts only based on mutual contracting party trust. In short, they are *non equity agreements*, as each party retains complete bargaining autonomy. The formula of *equity agreements* is however becoming more popular, that is relationships based on shareholding by the underwriters in sub-contractor capital with the consequence of producing new virtual integration of contractors, leaving ample contractual autonomy to sub-contractors versus other companies.
- 3 The choice of decentralising production, by disintegrating it vertically and jobbing various production steps of segments to outside suppliers in other words, is in fact neither obligatory nor pure chance. It depends on the ratio between the so-called *transaction* and *co-ordination costs* borne by the company. As known, the former are costs the company encounters in the event of decentralisation or externalisation of one or more production steps; the latter are tied to management of the production process inside the company itself. The company opts for decentralisation when co-ordination are higher than transaction costs or concentrates production by integrating its different steps.
- 4 "The search for reliability is synthesised by process and/or product quality, timeliness and adaptation to and/or correspondence with contractor demands" (PIERACCIONI et. al., 1995, p.49).

Bibliographic

- ADAMO, F. *Una Periferia Industriale nell'Italia di Nord-Ovest. La Provincia di Alessandria*. Alessandria: Dell'Orso, 1979.
- BECATTINI, G. Dal Settore Industriale al Distretto Industriale. Alcune Considerazioni sull'Unità d'Indagine dell'Economia Industriale. In: *Rivista di Economia e Politica Industriale*, n.1, 1979.
- BECATTINI, G. Il Distretto Industriale Marshalliano: Cronaca di un Ritrovamento. In: BECATTINI, G. (Ed.). *Mercato e Forze Locali: il Distretto Industriale*. Bologna: Il Mulino, 1987.
- BECATTINI, G. Il Distretto Marshalliano Come Concetto Socio-economico. In: PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGEMBERGER, W. (Eds.). "Distretti Industriali e Cooperazione fra Imprese" In: *Italia in Studi e Informazioni*. Quaderni 34, Firenze, Banca Toscana, 1991.
- BRUSCO, S. Una Ricerca della Banca d'Italia Sulle Caratteristiche dell'industria Manifatturiera Italiana. In: *Economia e Politica Industriale*, n.83, 1994,
- CIBIN, R.; FALLANI, S. La Rete, Quale Nuova Modalità Interorganizzativa nei Processi di Creazione di Imprenditorialità. In: *Piccola Impresa/Small Business*, n.2, 1988.
- CRIVELLINI ; PETTENATI, P. Modelli Locali di Sviluppo. In: BECATTINI, G. (Ed.). *Modelli Locali di Sviluppo*. Bologna: Il Mulino, 1989.
- ESPOSITO, E.; RAFFA, M. Subcontracting: A Microanalytical Approach. *I.C.S.B. 39th World Conference*, Strasbourg, June 27-29, 1994.
- FUÀ, G. L'Industrializzazione del Nord-Est e del Centro. In: FUÀ, G.; ZACCHIA, C. (Eds.). *Industrializzazione Senza Fratture*. Bologna: Il Mulino, 1983.
- PYKE, F.; BECATTINI, G.; SENGEMBERGER (Eds.). *Industrial Districts and Inter-firm Co-operation in Italy*. Geneva: International Institute for Labour Studies, 1990.
- PIERACCIONI, L.; ESPOSITO, G.F. I Sistemi Locali e i Collegamenti Produttivi tra le Imprese. In: *Sinergie*, n.36-37, 1995.
- PIORE, M.J.; SABEL, C.F. *The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity*. New York: Basic Book, (1984),
- SILVESTRELLI, S. I Rapporti di Subfornitura nell'Industria dei Mobili. In: *Economia e Politica Industriale*. Milano: Franco Angeli, n.23, 1979.
- VACCÀ, S. Sviluppo Locale e Mercato Globale: tra Passato e Futuro. Workshop on *Sviluppo Locale e Mercato Globale*. Artimino, 12th-17th sept., 1994.





TESES E
DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO
DEFENDIDAS

ÍNDICE

Teses de Doutorado

- Devancir Romão **203** O Vale do Ribeira tem jeito. O ecoturismo como alternativa de inclusão das comunidades
- Marisa Teresinha M. Frischenbruder **203** Gestão Municipal e Conservação da Natureza: a bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas – Campinas/SP
- Bernardo Sayão Penna e Souza **204** A qualidade da água de Santa Maria/RS: uma análise ambiental das sub-bacias hidrográficas dos rios Ibicuí Mirim e Vacacaí Mirim
- Carmem Lúcia Rodrigues **204** Limites do Consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa
- Cilene Gomes **205** Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro
- Cláudio Benito Oliveira Ferraz **206** Geografia e paisagem: entre o olhar e o pensar
- Cleusa Aparecida Gonçalves **207** Desmatamento, urbanização do campo e variabilidade climática na Amazônia mato-grossense
Pereira Zamparoni
- Fátima Maria Soares **207** Unidades do relevo como proposta de classificação das paisagens da Bacia do Rio Curu – Estado do Ceará
- Fernanda Ester Sanches Garcia **208** A reinvenção das cidades para um mercado mundial
- Gilmar Mascarenhas de Jesus **209** A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul
- Jaime de Agostinho **209** Subsídios à discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o Estado de Roraima
- Luciana Maria Lopes **210** Caracterização morfo-pedológica e suscetibilidade erosiva dos solos de sub-bacias hidrográficas em áreas de expansão urbana de Goiânia, GO
- Márcio Antonio Cataia **211** Território Nacional e Fronteiras Internas: a fragmentação do território brasileiro
- Maria de Fátima Ferreira Rodrigues **211** Sertão no plural, da linguagem geográfica ao território da diferença

- Maria de Jesus B. da Silva **212** Santa Maria de Belém do Grão Pará: Cidade Velha do presente no olhar do passado
- Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente **213** Turismo e excursismo: o qualificativo rural – um estudo experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná
- Maria Inês Ladeira **214** Espaço geográfico Guarani-mbya: significado, constituição e uso
- Milton Augusto Pasquotto Mariani **214** Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito
- Regina Celia C. Araújo **215** A formação da memória territorial brasileira (1838 a 1860)
- Tereza Cristina C. de Souza Higa **216** Análise ambiental em unidades de paisagens na Amazônia mato-grossense: a importância do fator regional na condução do processo
- Silvana de Abreu **216** Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense. contexto, propósitos e contradições

Dissertações de Mestrado

- Alessandro Dozena **217** São Carlos e seu desenvolvimento: contradições urbanas de um pólo tecnológico
- Ana Christina Wignerón Gimenes **217** Estudo da morfologia do relevo, materiais e processos em uma estrutura de relevo cristalina: “Mestre Álvaro” município Serra, ES, Brasil
- Cíntia N. Rodrigues **218** Territórios do patrimônio, tombamentos e participação social na cidade de São Paulo
- Dario Jose Machado Ribeiro **218** Planejamento e gestão territorial: o Município de Atibaia
- Fabio César Moreira Manente **218** A moradia popular chegou à Serra da Cantareira
- Julia Santos Cossermelli de Andrade **219** Território e cultura. Uma problemática para a política dos incentivos fiscais no *marketing* cultural
- Marisa Teresinha Mamede Frischenbruder **219** Gestão municipal e conservação da natureza: a bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas – Campinas/SP

- Renata Barrocas **220** Estudo da queimada da cana-de-açúcar em Iracemápolis, SP: espacialidade, percepção e cognição ambientais
- Wladimir Cesar Fuscaldo **220** Resíduos sólidos: práticas e conceitos. Um estudo a partir da experiência de Londrina/PR
- Vanderlei Sergio da Silva **220** Identificação de unidades ambientais no Município de Atibaia/SP
- João Evangelista de Souza Lima Neto **221** O espaço do dengue: reflexões sobre a análise espacial do dengue: o espaço
- Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues **221** Representações da paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra – MG: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo
- Paulo Roberto de Albuquerque Mourão **222** Territórios e o movimento integralista: uma contribuição ao estudo das ideologias geográficas no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920 e 1930
- Célia Seri Kawai **222** Os loteamentos de traçado orgânico realizados no Município de São Paulo na primeira metade do século XX
- Larissa Mies Bombardi **223** O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa
- Lídia Antongiovanni **223** O meio técnico-científico-informacional brasileiro: a publicidade como um vetor das modernizações
- Luciana Fava Dias **223** O croqui cartográfico no ensino da Geografia: ensaio metodológico
- Christiane Spori **224** Análise da fragilidade ambiental, relevo e solo com aplicação de três modelos alternativos nas altas bacias do rio Iguari-Mirim, Ribeirão do Quartel e Ribeirão da Prata
- Carlos Alberto Pinheiro **224** Um estudo sobre o uso da água na bacia do rio Mogi Guaçu: políticas, conflitos e gestão

TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

(março a agosto de 2001)

Teses de Doutorado



O Vale do Ribeira tem jeito. O ecoturismo como alternativa de inclusão das comunidades

Devancir Romão

O objetivo deste trabalho é contribuir para o aprofundamento de um processo que resulta na busca de alternativas de desenvolvimento adequadas ao Vale do Ribeira para que possam garantir a efetiva inclusão das camadas mais pobres da população tanto nas decisões quanto nos frutos do crescimento e da renda geradas por esse desenvolvimento. Não se tra-

ta, portanto, de um trabalho de reflexão teórica sobre modelos de desenvolvimento regional, nem sobre modalidades de atividades turísticas ante o ecoturismo em regiões economicamente deprimidas. Este pretende ser, sim, um trabalho aplicado, uma reflexão sobre a Agenda de Ecoturismo para o Vale do Ribeira como instrumento de democratização do planejamento regional e de aglutinação das necessidades, anseios e propostas de diferentes atores locais, regionais e estaduais.

Palavras-chave: Vale do Ribeira; comunidades rurais; ecoturismo; políticas públicas; desenvolvimento regional.



Gestão Municipal e Conservação da Natureza: a bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas - Campinas/SP

Marisa Teresinha M. Frischenbruder

Este trabalho situa-se no campo das discussões sobre proposições e práticas de planejamento e gestão municipal brasileiras, analisando-se particularmente questões relativas a condições ambientais e Conservação da Natureza. Tem como centro da análise o processo de implementação de política ambiental, na sua dimensão territorial, realizado no município de Campinas/SP no período 1993/96 e, particularmente, em 1996, quando grande parte da concepção de

política de ordenamento municipal tinha já sido concretizada em leis, regulamentos e rotinas de trabalho no Departamento de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, representando o conjunto mais acabado dessa concepção de política. O estudo foi realizado para uma sub-bacia hidrográfica do município, a do Ribeirão das Anhumas, contribuinte do rio Atibaia, situada na porção centro-norte/noroeste de Campinas. Neste trabalho foi dada ênfase aos aspectos relacionados à Conservação da Natureza em áreas intensamente ocupadas urbanas e rurais - e consideradas algumas estratégias que podem ser desenvolvidas pelo Poder Público Municipal. Para essa análise, além do exame dos documentos relativos à política e do

traçado do percurso realizado entre as concepções e a sua concretização em práticas, técnicas e ações para implementação, foi construído um modelo cartográfico simplificado do território, procurando caracterizar a Paisagem sob gestão pública e aspectos importantes da evolução histó-

rica de ocupação da região. Foram identificados analogias entre os modelos trabalhados e processos de evolução de modelos, quando estes são utilizados como instrumentos de conhecimento e ação sobre a realidade e modificados, conforme esse processo evolui.

• • •

 **A qualidade da água de Santa Maria/RS: uma análise ambiental das sub-bacias hidrográficas dos rios Ibicuí Mirim e Vacacaí Mirim**

Bernardo Sayão Penna e Souza

Foi realizado um estudo do espaço geográfico, procurando correlacionar os efeitos das ações que a sociedade executa sobre a superfície terrestre com o seu reflexo na composição da água superficial. Para tanto, tomou-se como área de estudo, as duas sub-bacias hidrográficas que servem de área de captação da água que abastece os dois principais reservatórios que compõem o sistema de abastecimento da água destinada ao consumo pela população da cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, as quais caracterizam-se por serem significativamente diferentes entre si, tanto em suas características físicas, quanto no aspecto da ocupação e uso de sua superfície por parte da população. Caracterizaram-se ecologicamente os sistemas ambientais por meio de uma análise integrada das paisagens de cada uma das sub-bacias, sob a perspectiva estruturalista da Ecologia da Paisagem, entendendo-

se a natureza como um todo funcional. Foram considerados como aspectos físicos das sub-bacias: a cobertura vegetal original/remanescente, o clima, a hidrografia, a geologia, os solos e a geomorfologia; e como aspectos humanos: os tipos de uso atualmente aplicados à Terra nos referidos sistemas ambientais. A caracterização da água natural dos reservatórios foi realizada por determinação de suas características físicas ou estéticas: pH, cor e turbidez; químicas: condutividade elétrica, sólidos sedimentáveis, sólidos totais dissolvidos, dureza total, demanda química de oxigênio, e teores de cloretos, fluoretos, ferro, manganês, cálcio e magnésio; e bacteriológicas: presença de bactérias do grupo coliformes fecais. Como resultados, considera-se que a análise das sub-bacias através da Ecologia da Paisagem, sob o paradigma geossistêmico caracterizou eficientemente as condições ecológicas dos dois sistemas ambientais, e que os parâmetros de qualidade das águas apresentaram forte correlação com o tipo de uso aplicado à terra, respeitadas as diferenças físicas dos espaços analisados.

Palavras-chave: Geoecologia, análise ambiental integrada, ecologia da paisagem, geossistemas, qualidade da água, geomorfologia.

• • •

 **Limites do consenso: territórios polissêmicos na Mata Atlântica e a gestão ambiental participativa**

Carmem Lúcia Rodrigues

A perspectiva discursiva nos ensina que não há uma verdade única, objetiva e monolítica a respeito da relação cultura/espço. Até hoje, poucas são as informações divulgadas a respeito de saberes e ideais de uso do espaço de povos

tradicionais que vivem nas Unidades de Conservação (UCs) da Mata Atlântica – como é o caso dos caiçaras, quilombolas e de determinadas etnias indígenas. Esta lacuna leva-me a questionar o sentido do “caráter participativo” atribuído aos planos de manejo e de gestão ambiental conduzidos pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, no âmbito do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA)*. Até hoje, é o imaginário de um grupo específico de profissionais – a maioria formada nas ciências naturais – que tem se expressado e, ao mesmo tempo, orientado a grande maioria dos programas de proteção da natureza no Brasil, desconhecendo-se saberes e práticas locais. Contudo, será que não haveria outro caminho possível?

A compreensão das relações dos moradores locais com o meio onde vivem – seu *lugar* – é fundamental para apontar pressupostos de um ordenamento territorial, efetivamente participativo. O diagnóstico e o planejamento ambiental não devem se restringir ao ponto de vista meramente instrumental. Assim, este trabalho ressalta a importância de se considerar na elaboração de planos de gestão ambiental das áreas protegidas o *conhecimento tradicional*, além de levar em conta, nesse processo coletivo, aspectos que fazem parte de uma dimensão mais subjetiva do ser humano.

Palavras-chave: Mata Atlântica, conservação ambiental, territorialidade e identidade, ordenamento territorial participativo, ONGs.



Telecomunicações, informática e informação e a remodelação do território brasileiro

Cilene Gomes

Nessa busca de entender a sociedade de nosso tempo, espaço e técnica são os principais referenciais de método adotados. Em todos os âmbitos da atividade humana, a evolução técnica tem engendrado mudanças profundas e inéditas. As comunicações à distância constituem um dos universos onde essas transformações ocorrem de forma surpreendente e acelerada, e a informação torna-se não somente o princípio ativo da revolução científico-técnica e da produção da vida econômica e social em todo o seu espectro, como também uma das grandes questões da atualidade.

Em vista de reafirmar o enfoque da geografia como filosofia das técnicas (Milton Santos) e reconstituir a remodelação do território brasileiro nos últimos decênios, os sistemas técnicos de telecomunicações, informática e informação foram tomados como o objeto central da

pesquisa. Dado esse recorte, buscamos proceder a uma releitura da história recente do país com o objetivo de ressaltar alguns momentos decisivos do processo de governo que teriam demarcado o desenvolvimento geral e as sucessivas implantações desses sistemas técnicos, as suas localizações preferenciais, o rearranjo de ordem socioespacial que resulta em meio às distintas regiões do país, etc.

Nessa reacomodação das hegemonias nacionais aos tempos e modos produtivos da globalização, o processo de informatização da sociedade ascende, com força, como um dos movimentos de repercussões mais notáveis. As indústrias e as unidades provedoras de serviços e informações crescem e se diversificam, concentrando-se nos espaços mais qualificados ou deslocalizando-se a pontos estratégicos do território; recriando as formas do uso social e o contexto das atividades econômicas e sociais; induzindo ao consumo, acirrando desigualdades, suscitando questões fundamentais, etc.

Baseados em diversos inventários de natureza factual, um novo universo tende a se entreabrir às nossas reflexões, a propósito das

novas constituições científico-técnicas e informacionais e suas relações, com o permanente processo de remodelação do espaço territorial. Quer consideremos o atual estágio de integração do território brasileiro, quer contemplemos a questão geográfica da diferenciação dos contextos regionais ou locais, os pontos-chave a recobrar – não somente a título de uma conclusão para esse trabalho, mas sobretudo em vista de novos estudos e pesquisas –, apontam ao

problema crucial que supõem as defasagens socioespaciais, aos problemas reais para uma remodelação desejável à sociedade em seu todo, a um processo de conscientização social e pessoal que se espera poder, gradualmente, conduzir à idealização e construção de um espaço de localizações solidárias, um espaço efetivamente mais humano.

Palavras-chave: Espaço, técnica, informação, informatização, território.

• • •



Geografia e paisagem: entre o olhar e o pensar

Cláudio Benito Oliveira Ferraz

Esta pesquisa estuda o conceito de paisagem, de forma a contribuir para a ampliação do olhar geográfico sobre o espaço. Desde a institucionalização deste saber, na segunda metade do século XIX, que as formas e metodologias adotadas para se olhar o mundo e pensar sobre o mesmo visava, majoritariamente, a possibilidade de controle da porção do território observada e estudada. Sempre foi um olhar que buscava a objetividade, a classificação, a disposição, o rigor e o domínio, portanto, um olhar centralizador e padronizador. Atualmente, perante os avanços tecnológicos e as novas necessidades sociais, esse olhar que se coloca como absoluto, pois visa à verdade única e irrefutável do como se pensar cientificamente o real, vem expressando seus limites, o que cobra um refletir sobre o mesmo, buscando entender sua gênese e suas possibilidades futuras, de forma a melhor contribuir para um conhecimento científico que não se sobreponha ao real, mas que possa contribuir para o melhor entendimento deste.

Partindo disso, esta pesquisa identificou a origem desse olhar sobre a paisagem, a partir do longo processo de transformação do mundo feudal para as atuais condições da sociedade capitalista, principalmente no decorrer do Renascimento, período que resgatou as bases da matemática e da geometria grega, dando um sentido mais prático e científico a estas, o que muito contribuiu para a consolidação de uma determinada forma de se ver o pensar o mundo a partir dessa espacialidade então exercitada, como constatamos nas expressões arquitetônicas e em quadros, por exemplo. Por meio de análise de vários quadros, pintados ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII, XIX e XX, vamos exemplificando como esse olhar foi evoluindo, consolidando-se, demonstrando seus limites, assim como ocorreram buscas de superação às suas deficiências, chegando ao momento atual em que a ampliação de formas de representação e leitura dessa espacialidade, a partir da paisagem observada e experimentada, aponta para a geografia desafios e possibilidades de pensar o espaço, a partir da paisagem, resgatando também os necessários aspectos subjetivos e cotidianos, de forma que a vivência dessa espacialidade, produzida socialmente, seja mais bem objetivada e entendida em seus parâmetros lógicos e teóricos

Desmatamento, urbanização do campo e variabilidade climática na Amazônia mato-grossense

Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira Zamparoni

O presente estudo analisa as alterações climáticas ocorridas na Amazônia mato-grossense, derivadas do processo de colonização a partir da década de 1970, tomando como amostragem os municípios de Sinop, Sorriso e Vera, localizados na Bacia do Médio Teles Pires.

No contexto da apropriação, ocupação e transformação do espaço na Amazônia mato-grossense, os dados relativos à evolução temporal/espacial do processo de desmatamento da área de estudos, foram mapeados e quantificados, resultando em porcentagens de áreas ocupadas e áreas com vegetação remanescentes.

Os dados resultantes do acréscimo populacional da área de estudo, e o crescente processo de urbanização do campo na Amazônia mato-grossense foi enfocado à luz das correntes migratórias rural/urbana, derivadas dos processos de modernização da agricultura na região Sul do Brasil.

A análise dos resultados das tendências das variáveis climáticas analisadas no período de 1973 a 1998, subsidiou a verificação de possíveis alterações climáticas, derivadas do processo de ocupação e transformação da área estudada.

Enquanto que no município de Vera, o desmatamento de sua área total foi de 31%; em Sinop foi de 47,08%; em Sorriso chegou a 66%, até o ano de 1997, a partir do processo de ocupação da área, na década de 1970. O processo de urbanização do campo se manifestou nos três municípios objeto deste estudo, pois a maior parte da população migrante está concentrada nas áreas urbanas.

Ficou evidenciado um acréscimo nas médias anuais das temperaturas do ar, das máximas e mínimas, um decréscimo nos valores das médias anuais das chuvas e acréscimos nos valores das médias anuais da umidade relativa e evaporação.

Concluiu-se que as modificações nas variáveis climáticas possuem relações com o processo de desmatamento e o processo de urbanização do campo nos municípios de Sinop, Sorriso e Vera, localizados na Amazônia mato-grossense.

• • •

Unidades do relevo como proposta de classificação das paisagens da Bacia do Rio Curu – Estado do Ceará

Fátima Maria Soares

A presente pesquisa objetiva aplicar os métodos de pesquisa e análise utilizados no estudo integrado da Paisagem, campo do conhecimento geográfico, como área de atuação capaz de romper com a dicotomia Geografia da Natureza e Geografia da Sociedade.

Por meio do estudo integrado da Paisagem, foi possível ter acesso a diversas áreas do

conhecimento científico e com a ajuda de técnicas e tecnologias, redimensionar esses conhecimentos fracionados, que são uno e indissociáveis em suas ações e reações.

Para aplicação do estudo, selecionou-se a Bacia Hidrográfica do Rio Curu, Estado do Ceará, na Região Nordeste brasileira; o critério da escolha, constituiu-se num dos primeiros pontos a ser respeitado pelo método, que consiste a delimitação da área geográfica. As fronteiras naturais vão possibilitar o entendimento no tempo e espaço, de como as transformações de longo e curto período de tempo foram se processando e quais as variáveis que desencadearam tais mudanças.

A área selecionada terá portanto, uma dimensão escalar, que será ponto de referência. As áreas vão sendo redelimitadas em unidades menores, conforme suas características topográficas, e a cada uma delas vão sendo interconectadas informações referentes a sua geologia, que se vai constituir como suporte delimitador das formas, os agentes atmosféricos, como impulsionadores das transformações, o solo e a vegetação, como catalisadores do ambiente natural, e as ações da sociedade, como agentes ininterruptas de mudanças.

A partir da delimitação da área em unidades menores, foram incorporadas em cada uma delas, novas informações, que foram qua-

lificadas, quantificadas e analisadas. Posteriormente, foram atribuídas as variáveis, valores, conforme grau de utilização e de danos ambientais identificados. Todas essas informações possibilitaram testar técnicas de valorização da Paisagem, em que entre os critérios estão dados de caráter objetivo e subjetivo, que requer do pesquisador imparcialidade e caráter científicos para que os resultados obtidos, sejam os mais próximos do real.

O documento tornou-se um laudo técnico e científico para ser utilizado como suporte para projetos tanto de cunho socioeconômico quanto ambiental.



A reinvenção das cidades para um mercado mundial

Fernanda Ester Sanches Garcia

O presente trabalho tem como tema as políticas urbanas dos anos 90, particularmente aquelas referentes à promoção das cidades nas escalas local, regional e global. Propõe-se orientar a discussão para a produção de imagens e discursos relacionados com as mudanças nas políticas urbanas de virada de século, sobre a base da cada vez maior centralidade das ações que perseguem a promoção das cidades nas diversas escalas. O objetivo do estudo é explicitar o papel desempenhado pelas políticas de *marketing* urbano junto aos processos materiais de renovação espacial que dão emergência à cidade-mercadoria e ao mercado mundial de cidades. Na difusão transescalar das imagens de cidade identifica-se uma dimensão relevante das estratégias de construção de hegemonia do pensamento e ação sobre as cidades: a dimensão espacial. Mas o estudo mostra que a atual hegemonia do capitalismo global ao mesmo tempo em que induz alinhamentos na esfera

econômica e na produção do espaço, atinge em cheio o cerne dos processos de constituição e legitimação de paradigmas. Esta identificação define a orientação metodológica do trabalho que enfatiza a mútua dependência entre materialização e simbolização como relação que constrói as possibilidades históricas de efetivação dos interesses globais e seus agentes na nova espacialidade urbana. A leitura crítica das políticas internacionais de promoção de alguns modelos de cidade e de difusão transescalar de suas imagens, orientada por meio de planos de análise, comparação e contra-ponto, permitiu, no decorrer do trabalho, chegar a uma síntese. Esta síntese desvenda a emergência de um conjunto estruturado e estruturante de representações que configuram uma cidade-tipo, referência ideológica e prático-estratégica para novos projetos de renovação urbana em diversas cidades do mundo. Efetivamente, o trajeto percorrido nesse estudo permitiu desvendar suficientes indicadores da existência de uma rede global na qual operam fluxos informacionais associados à cidade-tipo, imbricados nos processos constituintes de um mercado global de cidades.



A bola nas redes e o enredo do lugar: uma geografia do futebol e seu advento no Rio Grande do Sul

Gilmar Mascarenhas de Jesus

Ao longo da primeira metade do século XX, o futebol se disseminou completamente pelo território brasileiro, tornando-se ingrediente indelével da tardia integração territorial e um dos mais poderosos elementos definidores da nacionalidade. Tal modalidade esportiva triunfou nas cidades brasileiras com alarde, e não obstante sua evidente expressão espacial, não existe qualquer esboço de uma *geografia do futebol* no Brasil. Por outro lado, a historiografia do futebol brasileiro ignora os condicionantes da base territorial. No sentido de contribuir na superação inicial destas limitações, almejamos construir e aplicar uma abordagem geográfica para o processo de introdução do futebol no Brasil, enfatizando o peso do lugar e da dinâmica es-

pacial, como fatores determinantes da natureza e do ritmo da adoção da inovação.

A introdução do futebol no Brasil está basicamente ligada às conexões territoriais com o Império Britânico. A presença dessas redes (que veiculam a informação "futebol") se define pela natureza da inserção do País na divisão internacional do trabalho, no bojo da grande expansão capitalista da segunda metade do século XIX. Neste cenário, o Rio Grande do Sul adotou precocemente o futebol e realizou uma difusão de ampla cobertura espacial. Nosso objetivo é verificar até que ponto a configuração territorial e a dinâmica de atuação das redes nela atuantes propiciaram o contato com esta inovação e o êxito particular de sua difusão no Rio Grande do Sul.

Em síntese, pretendemos oferecer ao mesmo tempo um novo olhar para a história do território gaúcho e uma efetiva contribuição à história social do futebol brasileiro, bem como propor uma consistente abordagem geográfica da difusão espacial do esporte mais popular do mundo.



Subsídios à discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o Estado de Roraima

Jaime de Agostinho

Dentro da filosofia que norteia um trabalho de Doutorado, esta tese visa fornecer contribuições efetivas e práticas para a sociedade, subsidiando discussões para a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para Roraima. Esse plano deve induzir as políticas de desenvolvimento econômico-social baseadas em atitudes concretas de proteção ambiental a sistemas naturais únicos ou frágeis, com mecanismos para sua preservação ou conservação, além de um adequado manejo dos recursos naturais, visando a máxima agregação de valor às matérias primas, diminuindo assim o déficit ambiental e econômico do Estado.

Em função do Estado ainda não ter uma política de governo integrada dentro de uma filosofia de ecodesenvolvimento, este trabalho pretende subsidiar discussões voltadas para o estabelecimento de estratégia de desenvolvimento que considere o racional aproveitamento dos seus potenciais, com proteção ambiental e respeito às populações tradicionais, gerando, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida a seus habitantes. Neste trabalho também são sugeridas alternativas para os tomadores de decisão no Estado, frente ao atual quadro de bloqueio institucional por que passa Roraima, fator que limita drasticamente a utilização plena de seu espaço físico à maior parte das atividades econômicas tradicionais.

Para a consecução deste trabalho, foram integradas técnicas e metodologias de diversas áreas do conhecimento dentro de uma

visão geográfica, dando uma análise mais prática e realista da atual situação do Estado de Roraima, contribuindo em paralelo para promover o

avanço do conhecimento geográfico da região, já que os poucos levantamentos de caráter global encontram-se defasados ou desarticulados.

• • •

Caracterização morfopedológica e suscetibilidade erosiva dos solos de sub-bacias hidrográficas em áreas de expansão urbana de Goiânia, GO

Luciana Maria Lopes

Em Goiânia, capital do estado de Goiás, e seus arredores, observa-se um grande contraste entre os terrenos a nordeste e sul da capital, situados, respectivamente, nos vizinhos municípios de Goianápolis e Aparecida de Goiânia. Nessas regiões foram eleitas, para estudo, duas sub-bacias representativas da fisiografia e do uso/ocupação atuais da terra: a sub-bacia do córrego Carapina, a nordeste, com altitude máxima de 1.010 m, e a sub-bacia do córrego das Lajes, ao sul da capital, a 880 m.

A sub-bacia do córrego Carapina, elaborada sobre as litologias variadas do Complexo Granulítico Anápolis-Itauçu, apresenta diferentes tipos de modelados, e uma grande diversidade de solos. O compartimento de Cimeira (1.010 a 980 m), sustentado por paragranulitos, é parte integrante de chapada regional. Aos seus trechos planos, e às vertentes longas suavemente convexiformes das suas bordas, com até 12% de declividade, associam-se latossolos vermelho escuros distróficos argilosos. No âmbito dos terrenos do compartimento dissecado da borda da chapada (980 a 780 m), sobre as vertentes médias/curtas retilíneas e/ou suavemente convexiformes, com declividades entre 12 a 35%, encontram-se cambissolos eutróficos com Podzólicos subordinados evoluídos de rochas metamórficas ácidas e básicas. O compartimento rebaixado (780 a 740 m) é caracterizado por declividades entre 5 a 12%, e presença de la-

tossolos roxos distróficos argilosos, derivados de rochas metabásicas.

A sub-bacia do córrego das Lajes situa-se a sul de Aparecida de Goiânia, conurbada ao sul com a capital. Elaborada, em sua maioria, sobre os micaxistos do Grupo Araxá-sul de Goiás, apresenta menor diversidade de modelados e de solos. No compartimento de Cimeira (880 a 820 m), sobre as vertentes longas, suavemente convexiformes, com 2 a 12% de declividade de características, encontram-se latossolos vermelho escuros distróficos de textura média/argilosa dominantes associados a latossolos vermelho escuros/vermelho amarelos, latossolos vermelho amarelos e gleis. Sobre os quartzitos da Serra da Areia encontram-se litólicos, cambissolos e areias quartzosas, todos distróficos.

Para o estudo físico-biótico das bacias procedeu-se à contextualização regional do meio físico por meio da compilação e/ou elaboração de mapas temáticos que orientaram a compartimentação morfopedológica por correlação, em escala de semidetalhe e detalhe. Caminhamentos de campo e tradagens precederam a escolha, nos diversos compartimentos, de locais para descrição e coleta de amostras de perfis-tipo representativos das unidades de solo existentes nas bacias além do que foram coletadas rochas em sua base ou em afloramentos vizinhos. Através da petrografia das rochas, bem como do estudo morfopedológico em escala de detalhe, e da ênfase na caracterização macro e micromorfológica, mineralógica, física e química dos solos, compreendeu-se sua gênese e evolução, sua filiação com as diversas litologias e suas suscetibilidades erosivas, o que se revelou particularmente útil como subsídio ao planejamento do uso e ocupação periurbanas da região metropolitana de Goiânia.

Concluiu-se que: 1) há forte filiação entre os solos e as litologias nas duas sub-bacias, que foram interpretadas como resultantes de processo morfopedogenético ligado à dissecação ainda em desenvolvimento na sub-bacia do Carapina, e mais evoluído na sub-bacia do Lajes; 2) a suscetibilidade erosiva dos solos na sub-bacia do Lajes é maior, associada à natureza arenosa fina filiada aos quartzitos, e aos teores de areia fina daqueles derivados dos micaxistos, e menor na sub-bacia do Carapina, associada à natureza argilo-arenosa a argilosa e às macro e microestruturas em blocos ou microagregados, embora o relevo seja mais suave na primeira, e mais movimentado e com presença significativa de Cambissolos na segunda; 3) a textura e a estrutura dos solos revelaram-se como atributos decisivos na avaliação da suscetibilidade erosiva

das duas sub-bacias; 4) a sub-bacia do Lajes é a mais vulnerável ao escoamento superficial concentrado (erosão linear ou em sulcos), enquanto a do Carapina é a mais sujeita ao escoamento difuso (erosão laminar).

Os usos e manejos são, portanto, bastante diferentes, recomendando-se controles preventivos próprios a cada uma. A sub-bacia do Carapina poderá continuar destinada ao uso que apresenta, porque adequado. Caso porém, venha um dia a ser urbanizada de modo não planejado, estará sujeita à ocorrência de movimentos de massa. A do Lajes, a continuar como área de expansão urbana, deverá observar atentamente a legislação para loteamentos urbanos, não apresentando riscos de movimentos de massa, a não ser nos eventuais taludes de voçorocas que certamente poderão aparecer.

• • •

Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro

Márcio Antonio Cataia

Este trabalho visa refletir sobre as fronteiras internas e a fragmentação do território brasileiro. A partir da formação e da integração do território, procura-se demonstrar como, no período técnico-científico e informacional, as fron-

teiras são manipuladas não só a partir do lugar, mas também por interesses estranhos a ele.

No atual período, a expansão das fronteiras obedece também a uma racionalidade que foge aos interesses do lugar e está atrelada à atuação de empresas que dispõem da totalidade do território à sua ação.

Novos municípios surgem, fragmentando o território, para atender a interesses corporativos, produzindo uma verdadeira alienação dos territórios.

• • •

Sertão no plural, da linguagem geográfica ao território da diferença

Maria de Fátima Ferreira Rodrigues

O tema desta tese é o sertão na história do pensamento social brasileiro. O percurso

empreendido, tendo em vista a busca de elementos que possibilitassem a sua elucidação, teve na Geografia, na História e na Literatura Brasileira, seus referenciais. Estes campos do saber são visitados por meio das crônicas de viagens, dos relatos dos viajantes, da literatura regionalista e da literatura acadêmica.

No roteiro de pesquisa delineado ao longo do que se segue, é possível observar que, nos primórdios da colonização, a noção de sertão associou-se a uma forma de nomear lugares ermos e, em geral, longe da costa. Contudo, nas primeiras décadas do século XX, seguindo o viés teórico-naturalista, essa forma de representação ganhou delimitação fisiográfica. A partir de então, predomina na história do pensamento social brasileiro, o uso da noção de sertão remetendo-a a "sertão nordestino".

Com base na literatura que serviu de suporte à composição desta tese é possível inferir que, na busca de entendimento do encontro entre duas civilizações com ideais, visões de mundo e culturas diversas, encontram-se os elementos que compõem a nossa brasilidade. Brasilidade cujas balizas remetem ao processo de formação territorial do país e à sua cena cultural, fundamento das distintas formas de representar o sertão.

Palavras-chave: Geografia, sertão, brasilidade, representação, cultura.



Santa Maria de Belém do Grão Pará: Cidade velha do presente no olhar do passado

Maria de Jesus B. da Silva

Trato neste trabalho compreender a vida social do homem e o como se dá essa relação, na formação, constituição e desenvolvimento do indivíduo, sob o modo de produção capitalista e as relações de reprodução, e como a História irrompe na vida de todo dia desse homem e travado aí o embate a que se propõe: o de realizar no tempo miúdo da vida cotidiana as conquistas fundamentais do gênero humano aquilo que liberta o homem das múltiplas misérias que o fazem pobre de tudo: de condições adequada de vida, de tempo para si, e as relações que se dão no lugar, em face aos poderes constituídos que o privam de agir dignamente,

Nesta perspectiva, busca compreender a realidade por meio de uma abordagem geográfica, relacionada ao espaço enquanto lugar das práticas cotidianas. E como situar essas práticas cotidianas na sociedade moderna, no global, no lugar específico de um homem específico, não querendo dizer que este lugar e este homem sejam exclusivos, eles fazem parte de um contexto maior, contudo os eventos que os atingem têm dinâmicas próprias. Portanto, as transfor-

mações ocorridas em Belém que afetam a vida das pessoas devem ser consideradas e analisadas como elementos do processo de reprodução das relações sociais de produção, parte de um processo social que ao destruir os antigos modos de vida traz implícitas condições de emergência de um novo modo de vida adaptado às novas determinações existentes. Estas não são apenas econômicas, estende-se ao social, cultural e ao político.

É neste contexto que a redefinição da malha política-administrativa da área de Belém se apresenta como instrumento de análise válido para o entendimento da dinâmica à qual se reporta a intenção deste trabalho.

A pesquisa *Santa Maria de Belém do Grão Pará: a Cidade Velha do presente no olhar do passado* surgiu como uma preocupação dos desencontros entre o Estado e a sociedade, nossa preocupação será entender, do ponto de vista geográfico as questões que permeiam as relações reais do dia-a-dia na cidade e no bairro tendo como ponto de partida no processo de conhecimento e suas manifestações concretas no bairro.

A realidade urbana do bairro da Cidade Velha é um desafio ao planejamento que, nos últimos anos, o conjunto histórico-cultural que perfaz todo o bairro, vem sofrendo intensa descaracterização provocada não somente pelos moradores do bairro, como também por empre-

sários locais que transformam importantes residências históricas em depósitos comerciais ou com demolições sucessivas para uso de estacionamento.

A Cidade Velha está em transe, este fato aparece de forma pouco transparente nos estudos e projetos de renovação feitos para o bairro. Intencionalmente ou não, parece-nos que estes projetos e estudos ignoram as profundas mutações ocorridas no bairro. As transformações irreversíveis pelas quais passou o bairro apresentam um descompasso com as propostas contidas nos projetos para solucionar seus problemas. Tocam na ponta de *Iceberg*. Subestimando problemas como: o desmoronamento dos velhos casarões; as condições de deterioração das edificações do início da fundação da cidade (século XVII). A Cidade Velha vive o transe de um sistema incapaz de suportar suas contradições básicas, onde os interesses do grande capital ditam as regras do sistema e onde as leis do capital definem a natureza da urbanização, fazendo da cidade o seu centro nervoso. Os problemas da Cidade Velha representam o microcosmo de um processo de urbanização que é universal ao capitalismo. Proble-

mas semelhantes são vividos em outros bairros e cidades do sistema. A anarquia capitalista é a "camisa de força do planejamento" fazendo com que o capitalismo viva em constante transe. Inviabilizando qualquer prática democrática de urbanismo. O "individualismo" é como a essência daquela anarquia, estará sempre favorecendo as classes dominantes na apropriação do espaço.

Assim, o bairro da Cidade Velha faz emergir as contradições entre o Estado e a sociedade, o individual e o coletivo, o velho e o novo

A preocupação fundamental é entender no contexto da visualização; a cidade como um problema e ao mesmo tempo como um lugar de progresso representativo de uma sociedade como um todo e montar estratégias objetivando a valorização do núcleo inicial do Município de Belém. Fica evidente o princípio de cada um em seu lugar, no tamanho e na forma propostos pelo poder instituído e considerado como competente para ditar normas, uma vez que a intervenção do Estado na sociedade não se dá por meio de seus diversos agentes.

Palavras-chave: Espaço, urbano, lugar, cidade, bairro, relações sociais.



Turismo e excursismo: o qualificativo rural – um estudo das experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente

Este estudo enfoca a diversificação contemporânea do turismo, na perspectiva da Geografia, tendo o turismo rural como tema central e como subtemas a sua potencialidade, regulamentação, impactos e perspectivas. Entre as tendências atuais da prática social do turismo está a valorização da rusticidade e de paisagens naturais – as áreas rurais passam, portanto, a ser encaradas também como um território de suporte para as atividades de lazer.

O turismo rural, no caso brasileiro, não possui um conceito já determinado, e na discussão do que é ou deve ser e na inter-relação entre os vários agentes ligados à sua regulamentação algumas possibilidades são vislumbradas: a atividade pode servir para uma modernização que exclui grandes parcelas da população brasileira, mas também pode ser encarada como uma maneira de incorporação destas pessoas nas transformações que a sociedade necessita. O texto resultante e aqui apresentado foi dividido em cinco partes: a diversificação do turismo enquanto um processo contemporâneo, investigando suas tendências atuais; as diferentes contribuições que servem à compreensão conceitual do tema principal e um levantamento dos

problemas e benefícios relatados como possíveis; as diversas ações que influem no turismo rural, nas mais diversas escalas; os elementos da potencialidade; e um quadro do turismo rural na região estudada. O trabalho de investigação empírica abordou o desenvolvimento embrionário do turismo nas áreas rurais do Norte Velho do Paraná, Brasil, a partir das modalidades que estão surgindo, das experiências que seus pro-

tagonistas estão vivenciando e do perfil das pessoas que procuram o turismo rural como alternativa econômica e como visitantes. Por meio da necessária relação entre a abordagem teórica e empírica, há uma tentativa de contribuição para o conhecimento, entendimento e análise deste fenômeno cuja expansão é recente e, portanto, ainda pouco abordada pelos estudos geográficos.



Espaço geográfico Guarani-mbya: significado, constituição e uso

Maria Inês Ladeira

Este estudo concentra-se em aspectos espaciais, ambientais e sociais referenciais na composição do mundo Guarani-mbya e nos princípios éticos que definem o modo de vida desse grupo indígena. Busca apreender quais elementos materiais e simbólicos devem se reproduzir para a existência de seu mundo físico e cultural e como as regras de reciprocidade e de convivência mantêm a dinâmica de ocupação Guarani.

Considerando as expressões e reflexões dos índios Guarani-mbya sobre a terra (mundo) e o ambiente, este trabalho procura ampliar os limites do diálogo entre diferentes sistemas de conhecimentos e saberes.

A primeira parte (Nome) apresenta: questões relativas à forma de abordagem do tema e ao contexto da pesquisa; quem são os pensadores Mbya; descrição e considerações sobre a situação fundiária e ambiental das terras Guarani; as classificações vigentes na literatura

etnográfica sobre o grupo indígena e como os Guarani se identificam e aos outros.

A segunda parte (Terra) contém abordagens sobre a ocupação territorial Tupi-guarani; enfoques teóricos sobre território e espaço; conceitos jurídico-antropológicos sobre ocupação tradicional indígena; características do espaço geográfico Guarani-mbya e como eles substanciam o território; fundamentos míticos do mundo terrestre.

A terceira parte (Vida) discorre sobre aspectos éticos que fundam o modo de vida Guarani-mbya; os lugares e caminhos dos seres que povoam o mundo; como vivem e reproduzem, no *tekoa* (aldeia), a vida coletiva.

Esta tese é uma contribuição à compreensão das tensões que se processam no interior de um grupo étnico em contato sistemático com a sociedade nacional e dos mecanismos encontrados – envolvendo tradição, memória e renovação – para reagirem às pressões no mundo atual. Manter a dinâmica territorial tem sido a forma mais efetiva de exercer sua autonomia.

Palavras-chave: Guarani, dinâmica, reprodução, território, modo de vida, lugar.



Geografia e turismo no paraíso das águas: o caso de Bonito

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Este estudo se refere ao fenômeno do turismo sobre o prisma da geografia, o que requer assumir o papel fundamental de dedicar à análise dos processos de (re)produção do espaço tu-

rístico, sua organização e aproveitamento de suas potencialidades em benefício da população local e dos que nele buscam o lazer. A abordagem geográfica do tema proposto para o município de Bonito constituiu em de análise do espaço geográfico para as investigações, sob a visão da geografia pragmática. Os resultados da pesquisa aqui apresentados procuram valorizar a realidade da atividade desenvolvida nas proximidades da Serra da Bodoquena, em Mato Grosso do Sul, que vem se caracterizando como um turismo em espaço rural, compatível com o interesse da crescente demanda sobre o território. O objetivo geral do presente trabalho é estudar o turismo, analisando, concomitantemente, a atividade turística como produto da sociedade de consumo e a questão ambiental, as políticas públicas e as ações da iniciativa privada que incidem sobre o território de Bonito. Procurou-se entender o modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo, a qual depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar. À política pública de turismo cabe o estabelecimento de metas e diretrizes que orien-

tem o desenvolvimento socioespacial da atividade, no que tange à esfera pública e iniciativa privada. Como as políticas públicas, as ações da iniciativa privada e a preocupação com a questão ambiental encontram-se no território de Bonito em fase de implementação, esta análise pautou-se, sobretudo, na capacidade ordenadora dessas ações, no que se refere ao território por elas abrangido. A valorização das políticas públicas, das ações da iniciativa privada e a preocupação com a questão ambiental basearam-se na preocupação de mostrar o quanto à idéia de desenvolvimento da atividade turística em Bonito, por meio do turismo e de seus agentes multiplicadores, vem sendo difundida de forma inadequada, para que as mesmas possam realmente se mobilizar para ordenar seus processos particulares de conquista da felicidade coletiva, não apenas pela agregação de renda, mas sobretudo pela viabilização de estratégias de promoção da qualidade de vida em âmbito local.

Palavras-chave: Turismo, meio ambiente, políticas públicas, iniciativa privada, território.

• • •



A formação da memória territorial brasileira (1838 a 1860)

Regina Celia C. Araújo

Esta tese pretende demonstrar que a formação da memória nacional, cultivada sistematicamente pela historiografia nascente e pela literatura romântica nas primeiras décadas do século XIX, baseou-se, em grande medida, na exaltação das virtualidades contidas no território. A invenção de um passado nacional, ancorado em documentos e monumentos cuidadosamente selecionados, correspondeu à apropriação real e virtual da base territorial do império, cuja memória é reconstruída neste período pelas publicações do Instituto Histórico e Geográfico e

pelos "romances brasileiros" dos escritores românticos. Por meio do estudo dos momentos iniciais da historiografia e do pensamento geográfico no Brasil, esta tese procura demonstrar que estas duas disciplinas ocuparam papéis complementares, que não podem ser explicados em separado. Buscando no passado os signos de uma protonacionalidade e integrando em uma memória territorial imaginada como brasileira o espaço fragmentado produzido pelas colônias portuguesas da América, estes dois campos disciplinares em vias de sistematização forneceram os fundamentos indispensáveis à constituição da nação brasileira.

Palavras-chave: Formação territorial, nação, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, império brasileiro, Estado.

 **Análise ambiental em unidades de paisagens na Amazônia mato-grossense: A importância do fator regional na condução do processo**

Tereza Cristina C. de Souza Higa

Neste trabalho procurou-se fazer, sob a perspectiva do enfoque regional geográfico, a análise ambiental de parte da Amazônia mato-grossense, tomando como referência de observação a unidade de paisagem e a produção de seu espaço no contexto regional. Assim, procederam-se o mapeamento da ação antrópica e

cobertura da terra da área estudada no período compreendido entre 1978 e 1999, destacando-se o avanço da ocupação agropecuária e dos desmatamentos generalizados e suas conseqüências ambientais, expressas, sobretudo, pela fragmentação das unidades de paisagens. Toda a situação vigente foi analisada sob o enfoque regional no bojo dos interesses nacionais, mega-regionais ou mesmo mundiais de caráter social, econômico e político que atuam sobre a produção do espaço local, vinculando-o com o espaço mundial.

Palavras-chave: Amazônia, paisagem, geografia regional, análise ambiental, análise regional.



 **Planejamento governamental: a Sudeco no espaço mato-grossense. contexto, propósitos e contradições**

Silvana de Abreu

O objetivo deste trabalho foi, principalmente, analisar as transformações ocorridas no espaço mato-grossense, sob a égide do planejamento e intervenção da Sudeco. O sustentáculo teórico-discursivo para as elaborações programáticas e para as ações empreendidas foi o desenvolvimento e a racionalização. O espaço mato-grossense, até 1979, constituía-se no Estado de Mato Grosso, tendo consolidado, no processo de ocupação e intervenção promovido pela superintendência, diversidades e semelhanças que foram identificadas e transformadas em argumentação científica e política de planejamento para a divisão administrativa que resultou na criação dos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Os anos 80, para o oeste brasileiro e, principalmente, para o espaço mato-grossense (já dividido em MS e MT) consubstanciaram-se como um período de

grandes transformações socioespaciais. A Sudeco implementou o projeto de "venda" da região sob sua jurisdição – a *Nova Fronteira* e a "Região Solução" –, atrelado à idéia de industrialização das matérias-primas regionais produzidas – agroindústrias –, com vistas a exportar produtos semi-acabados e não apenas *in natura*. Os limites do modelo e a crise do planejamento e intervenção governamental tornaram-se agudas, nos anos 90, no interior do processo de enfraquecimento do Estado-Nação e do projeto desenvolvimentista. Trata-se agora, de promover um "novo padrão de desenvolvimento" proposto no contexto de um limite possível de recursos e vinculado à problemática ambiental mundial que cria/alimenta uma indústria ambiental e o desenvolvimento sustentável, como um novo discurso ideológico, retomando alguns conceitos e intenções, como disparidades regionais, desenvolvimento e fomento à iniciativa privada.

Palavras-chave: Desenvolvimentismo, superintendência de desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, planejamento governamental.

Dissertações de Mestrado



São Carlos e seu desenvolvimento: contradições urbanas de um pólo tecnológico

Alessandro Dozena

O crescimento urbano em São Carlos tem sido acompanhado por problemas resultantes, principalmente, da ausência de uma política urbana claramente definida. Conseqüentemente, evidencia-se uma desigual distribuição da infraestrutura e a emergência de bolsões de ocupação nas regiões mais periféricas da cidade, mar-

cadas pela diferença da qualidade de vida em relação aos habitantes das áreas mais nobres. A partir de elementos que caracterizam a sua transformação urbana, dissertamos sobre a expansão da malha urbana; a segregação resultante desta expansão; a deficiente urbanização; a verticalização; os vazios urbanos; a intensa transformação da área central; os problemas ambientais; a incongruência entre a ocupação do solo urbano e a qualidade de vida da população local; a prioridade do econômico sobre o social, e a inserção da cidade em um contexto de globalização e de "guerra fiscal"



Estudo da morfologia do relevo, materiais e processos em uma estrutura de relevo cristalina: "Mestre Álvaro" município Serra, ES, Brasil.

Ana Christina Wignerón Gimenes.

Relativamente à definição de sistema geomórfico, fundamentado na proposição conceitual de Ab'Saber (1969) e de acordo com a interpretação apresentada por CARSON e KIRKBY (1972), é ele composto pela morfologia do relevo, estrutura e processos, concebido como uma unidade dialética dinâmica e descontínua.

Aplicados os princípios do método de abordagem sistêmica, ênfase é dada à investigação do sistema geomórfico nos limites de um compartimento geomorfológico montanhoso costeiro de formato semicircular em planta, "Mestre Álvaro" (Serra, ES, Brasil), onde a morfologia do relevo, os materiais superficiais rochosos e os inconsolidados (elúvios, colúvios, alúvios), os fluxos hídricos e erosivos atuais são considerados.

O objetivo é reconhecer o arranjo espacial desse sistema geomórfico, a começar pela identificação das formas e, averiguada sua distribuição, inferir sobre seu desenvolvimento.

As diferenças demonstradas pela morfologia de relevo em diferentes setores topomorfológicos e faces de orientação são investigadas e delas um mapeamento sintético e normativo de conteúdo geomorfológico é resultante.

Os processos geomórficos apresentam uma nítida relação entre suas disposições e os condicionantes lito-estruturais, morfológicos, biológicos, pedológicos e antrópicos que os determinam. Além disso, a expressão espacial dos fluxos hídricos, que são o principal agente modelador das formas de relevo, é importante para essa consideração.

As evidências nas morfologias, indicam a existência de etapas de desenvolvimento do relevo, seqüenciais e não lineares.

Palavras-chave: Morfologia, relevo, materiais, processos, erosão, mapeamento, morfogênese.

 **Territórios do patrimônio, tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**

Cíntia N. Rodrigues

A partir da análise das mobilizações sociais em favor de tombamentos na cidade de São Paulo, a presente pesquisa se atém à questão da diversidade de usos e apropriações do patrimônio e do território urbano.

Apontando para os limites e possibilidades que cercam essas mobilizações sociais, nossa análise se desenvolve a partir de quatro perspectivas: a construção do patrimônio como direito social; as políticas governamentais de preservação, de urbanismo e planejamento; a defesa do patrimônio relacionada com a construção e afirmação da cidadania; e as representações da cidade e do espaço urbano evidenciadas nas lutas pela preservação de *territórios do patrimônio*.

Palavras-chave: Patrimônio, território, tombamento, mobilizações sociais, preservação.



 **Planejamento e gestão territorial: o Município de Atibaia**

Dario Jose Machado Ribeiro

Esta Dissertação de Mestrado foi desenvolvida com o objetivo de analisar as políticas públicas adotadas pelo município de Atibaia, principalmente nos últimos vinte anos, e conhecer quais foram os resultados espaciais decorrentes

Partindo do entendimento de que o planejamento é um conceito a ser praticado pelas administrações municipais, ela apresenta, no seu final, uma proposta de planejamento para o município de Atibaia. Esta proposta leva em consideração, não apenas as características vocacionais do município, mas também incorpora

os novos conceitos e paradigmas do planejamento e da gestão urbana.

O município de Atibaia está localizado às margens da rodovia Fernão Dias, a cerca de 60 km da capital do estado de São Paulo e sofre influência crescente da metrópole. Com população de 111.000 habitantes, clima ameno, paisagem exuberante e localização privilegiada, está assistindo passivamente ao crescimento de sua população a um ritmo de cerca de 4% ao ano, o que coloca em risco as suas melhores qualidades.

Temos a expectativa de que, com este estudo e o entendimento de que é necessário planejar, o município de Atibaia e a sua população possam ter um desenvolvimento espacial mais harmônico e socialmente mais justo.



 **A moradia popular chegou à Serra da Cantareira**

Fabio César Moreira Manente

O desmembramento da terra destinado à população pobre, freqüentemente é realizado à margem da legalidade urbanística e fundiária. Nessa produção atuam o Estado, através dos conjuntos habitacionais não regularizados, e os loteadores, por loteamentos irregulares ou clan-

destinos. Este trabalho procura relacionar a moradia com a propriedade privada da terra, utilizando como exemplo um dos sítios que ainda compunham os arredores da cidade de São Paulo no início do século XX, para verificar como a propriedade territorial foi sendo desmembrada. O descompasso entre o tempo da urbanização e o tempo da legislação, bem como entre o tempo de vida do homem e o tempo necessário para se obter recurso financeiro para adquirir a moradia, está registrado no desenho da cidade.



Território e cultura. Uma problemática para a política dos incentivos fiscais no *marketing* cultural

Julia Santos Cossermelli de Andrade

A atual Política Cultural brasileira está pautada nas chamadas Leis de Incentivos Fiscais. Essas leis permitem que os agentes privados – empresas – deduzam parte de seu imposto devido ao governo e invistam em um produto cultural.

Essas empresas associam sua imagem à imagem de uma determinada obra de arte ou evento cultural, e desta forma praticam o chamado *marketing* cultural.

Entretanto, essas recentes leis não estão conseguindo evitar uma concentração ainda mais intensa e perversa dos recursos na Região Sudeste, em especial no Eixo Rio – São Paulo. Esses recursos públicos também estão sendo utilizados, muitas vezes, para atividades puramente comerciais e elitizadas. Esta pesquisa apresenta algumas distorções que devem ser modificadas na legislação para que se possa garantir um país com diversidade cultural e acesso aos bens públicos por toda a população, independentemente onde esta se encontre. O acesso à cultura é um direito inalienável do cidadão.

Palavras-chave: Políticas culturais, leis de Incentivos Fiscais, *marketing* cultural, cidadania cultural, lei Rouanet e lei do Audiovisual, cinema brasileiro.



Gestão municipal e conservação da natureza: a bacia hidrográfica do Ribeirão das Anhumas – Campinas/SP

Marisa Teresinha Mamede Frischenbruder

Este trabalho situa-se no campo das discussões sobre proposições e práticas de planejamento e gestão municipal brasileiras, analisando-se particularmente questões relativas a condições ambientais e conservação da natureza. Tem como centro da análise o processo de implementação de política ambiental, na sua dimensão territorial, realizado no município de Campinas/SP no período 1993/96 e, particularmente, em 1996, quando grande parte da concepção de política de ordenamento municipal tinha já sido concretizada em leis, regulamentos e rotinas de trabalho no Departamento de Meio Ambiente, da Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente, representando o conjunto mais acabado dessa concepção de política. O estudo foi realizado para uma sub-bacia hidrográfica do município, a do Ribeirão das

Anhumas, contribuinte do rio Atibaia, situada na porção Centro – Norte/Noroeste de Campinas. Neste trabalho, foi dada ênfase aos aspectos relacionados à conservação da natureza em áreas intensamente ocupadas – urbanas e rurais – e consideradas algumas estratégias que podem ser desenvolvidas pelo Poder Público Municipal. Para essa análise, além do exame dos documentos relativos à política e do traçado do percurso realizado entre as concepções e a sua concretização em práticas, técnicas e ações para implementação, foi construído um modelo cartográfico simplificado do território, procurando caracterizar a paisagem sob gestão pública e aspectos importantes da evolução histórica de ocupação da região. Foram identificadas analogias entre os modelos trabalhados e processos de evolução de modelos, quando estes são utilizados como instrumentos de conhecimento e ação sobre a realidade e modificados, conforme esse processo evolui.

Palavras-chave: Gestão ambiental, conservação da natureza em áreas urbanas, técnicas cartográficas, unidades de paisagem, biótopos.

 **Estudo da queimada da cana-de-açúcar em Iracemápolis, SP: espacialidade, percepção e cognição ambientais**

Renata Barrocas

Este trabalho chama a atenção para os efeitos da queimada da cana-de-açúcar na cidade de Iracemápolis, SP.

Procurou-se trabalhar a espacialidade, a percepção e a cognição ambientais por meio de pesquisa de campo, realizada com os moradores, durante a safra (1998) e a entressafra (1999)

da cana-de-açúcar. Com o objetivo de apresentar a manifestação da fuligem na cidade durante a safra de 2000 e o final da safra de 1999, placas adesivas ficaram expostas durante trinta dias em cada período.

Iracemápolis, localizada no interior paulista, recebe todos os anos, na safra, a fuligem oriunda da queimada da cana. Nesse período, a cidade muda de cenário. Apesar da poluição e da sujeira, há emprego na colheita e na Usina Iracema, considerada pelos moradores o símbolo do progresso municipal.

Palavras-chave: Iracemápolis, queimada da cana-de-açúcar, espacialidade, percepção e cognição.

• • •

 **Resíduos sólidos: práticas e conceitos. Um estudo a partir da experiência de Londrina/PR**

Wladimir Cesar Fuscaldo

Este trabalho procura desvendar elementos e conceitos que contribuam para a compreensão dos problemas relacionados ao gerenciamento dos resíduos sólidos, particularmente dos resíduos sólidos domiciliares, estudando o caso do Município de Londrina – Paraná. A discussão dos conceitos aborda vários tópicos relacionados: resíduo sólido, lixo, coleta domiciliar, coleta seletiva, reciclagem, compostagem, usina de triagem e compostagem, incineração, pirólise, aterros comuns ou lixões, aterros controlados, aterros sanitários, aterros energéticos e chorume ou sumeiro. A pesquisa empírica partiu da experiência de trabalho realizada, como geógrafo, na Autarquia Municipal do Ambiente, em Londrina, e procura mostrar sucin-

tamente as condições da disposição final dos resíduos sólidos urbanos no *lixão* e as tentativas realizadas para a redução dos volumes de resíduos sólidos, representadas pelos projetos de coleta seletiva e de compostagem elaborados a partir do ano de 1991, e de alguns outros projetos precursores, incluindo projetos realizados em outros municípios brasileiros. Os programas de coleta seletiva são analisados nos resultados apresentados e nas suas potencialidades para a redução dos volumes de resíduos sólidos a serem aterrados. São abordadas também a reciclagem e a compostagem, com uma breve descrição da Usina de Triagem e Compostagem adquirida pela prefeitura municipal no ano de 1996 e até o presente momento não instalada, o que encaminha para as políticas públicas. Assim, o último capítulo vai abordar, resumidamente, as políticas para o setor, necessárias para o equacionamento da questão, cada vez mais premente, dos resíduos sólidos.

• • •

 **Identificação de Unidades Ambientais no Município de Atibaia/SP**

Vanderlei Sergio da Silva

Este projeto apresenta uma caracterização ambiental do Município de Atibaia elaborado segundo critérios e procedimentos voltados à aplicação no planejamento ambiental do município.

Atibaia é uma estância turística e hidro-mineral situada em uma posição privilegiada do Estado, na porção intermediária entre os grandes centros de São Paulo, Campinas, São José dos Campos e Sul do Estado de Minas Gerais.

Seus cerca de 101.000 habitantes distribuem-se em 491 km² de área territorial, ocupando núcleos urbanos com grande diversidade so-

cioeconômica e um setor rural de relevada importância no contexto regional e estadual.

O que mais caracteriza Atibaia, no entanto, é a sua paisagem de rara beleza cênica, o clima aprazível e ameno e o conjunto integrado de componentes ambientais que emprestam ao Município sua inegável vocação para o turismo.



 **O espaço do dengue: reflexões sobre a análise espacial do dengue: o espaço**

João Evangelista de Souza Lima Neto

Este trabalho é um estudo da produção sobre o dengue realizada no estado de São Paulo, no período de 1993 a 1999.

Inicialmente foi desenvolvida uma reflexão sobre a Geografia Médica, seus principais autores e linhas de análise, bem como sua relação com a epidermiologia.

Foram analisadas dissertações de mestrado e teses de doutoramento, defendidas na

Faculdade de Saúde Pública e Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo e na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas.

Esses trabalhos foram analisados em relação aos fatores que são apresentados como determinantes na ocorrência e distribuição do dengue e/ou *Aedes aegypti*, tais como temperatura, pluviosidade, densidade demográfica, coleta de lixo, abastecimento de água, sistema viário e padrões de consumo.

Observaram-se, também, quais os conceitos de ambiente encontrados nestes trabalhos, bem como as propostas de combate ao dengue e ao *Aedes aegypti* apresentados.



 **Representações da paisagem do Parque Nacional da Serra da Canastra - MG: o olhar do viajante, da população local e do geógrafo**

Gelze Serrat de Souza Campos Rodrigues

A partir dos conceitos de paisagem e representação procurou-se analisar as representações espaciais dos turistas e da população local do Parque Nacional da Serra da Canastra - MG, a fim de se compreender quais fatores intervêm no processo de percepção ambiental dos dois grupos, bem como de que forma se engendram alguns de seus valores e atitudes condizentes à paisagem do Parque.

Após o levantamento de diversas concepções de paisagem, é proposta a adoção da acepção de Bailly que aglutina o conjunto de elementos constituintes do ambiente às formas de vê-lo, ou seja, às representações que deles fazemos, abrangendo aspectos sociais, culturais e individuais. Tomando as representações do espaço um dos referenciais teóricos, investigou-se as leituras dos indivíduos perante a(s) paisagem(s) do Parque Nacional da Serra da Canastra, obtidas em trabalho de campo por meio de entrevistas e mapas mentais.

Com o encaminhamento das análises, pondera-se sobre os efeitos do discurso veiculado pela mídia e *trade* turístico, do processo de

sacralização do Parque Nacional e das histórias pessoais sobre as representações dos dois grupos, assim como se faz uma reflexão sobre as

contribuições que os estudos acerca deste tema podem trazer para a compreensão mais refinada da paisagem.



 **Territórios e o movimento integralista: uma contribuição ao estudo das ideologias geográficas no pensamento autoritário brasileiro das décadas de 1920 e 1930**

Paulo Roberto de Albuquerque Mourão

Este trabalho tem o objetivo de analisar as ideologias geográficas (os discursos inseridos direta ou indiretamente na articulação entre pensamento geográfico e a esfera político-cultural de uma sociedade) no pensamento político autoritário brasileiro das décadas de 1920 a 1930. O principal objeto de estudo – o movimento integralista brasileiro (1932 a 1937) – é relacionado a outras tendências autoritárias de direita (antiliberais, nacionalistas e anti-socialistas) como a *jeunesse dorée* (os católicos da revista *A Ordem* – Alceu Amoroso Lima, Octávio de Faria – e Affonso Arinos de Mello Franco) e os geopolíticos (Everardo Bauckheuser, Mário Travassos e Elysio de Carvalho). Os pensadores autoritários de maior en-

vergadura do período (aqueles ligados ao Estado Novo) não fazem parte desta pesquisa, por terem sido já bastante estudados, mas percorrem – pela sua importância – grande parte deste texto. A identidade nacional ligada à formação territorial do Brasil, a questão da descentralização/centralização político-administrativa, o debate entre a alternativa econômica agrária e a industrial, a questão da ocupação plena do território nacional, e as formas de ação e planejamento do Estado são temas de nítido recorte espacial que fizeram parte das propostas de escritores políticos e intelectuais em um período que marca o impasse da velha economia de arquipélago e do liberalismo formal da Primeira República no vazio político que se segue à Revolução de 1930. Muitos destes temas seriam assimilados – com certos reajustes – à política oficial do Estado Novo (1937 a 1945) e se estenderiam no discurso político – à esquerda e à direita – por décadas.

Palavras-chave: Movimento integralista, pensamento político autoritário no Brasil, ideologias geográficas, território, Estado.



 **Os loteamentos de traçado orgânico realizados no Município de São Paulo na primeira metade do século XX**

Célia Seri Kawai

Este trabalho trata dos loteamentos com traçado orgânico, especialmente os de caráter mais popular, realizados na primeira metade do século XX, no município de São Paulo. As origens remotas desse tipo de traçado podem ser situadas nas cidades-jardins inglesas e nos subúrbios-

jardins americanos. Estes modelos, que lhes serviram de inspiração, foram transformados na sua transposição para a realidade brasileira e paulistana, assumindo primeiramente a forma de bairros-jardins destinados às elites. Mostrou-se como estes bairros foram acolhidos no contexto socioeconômico-cultural da época e como foram rapidamente imitados e disseminados na forma de loteamentos populares. Nestes observaram-se diferenças qualitativas consideráveis, variando entre a excepcional qualidade de projeto de alguns e as versões simplificadoras da maioria.

Investigou-se quem eram os promotores e projetistas destes empreendimentos, constatando-se o importante papel exercido pelas escolas de engenharia na formação dos técnicos que atuaram no projeto e na aprovação deles. Identificaram-se os engenheiros que mais se destacaram na produ-

ção deste tipo de loteamento, focalizando o engenheiro Jorge de Macedo Vieira como um estudo de caso, comentando suas obras em São Paulo.

Palavras-chave: Urbanismo, cidade-jardim, loteamentos, paisagem urbana e engenheiros urbanistas.

• • •

O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa

Larissa Mies Bombardi

Este trabalho trata do estudo de um Bairro Rural que se originou a partir de um projeto de assentamento realizado pelo Estado, na década de 1960, em São Paulo.

Procurou-se compreender o contexto histórico da aprovação da Lei de Revisão Agrária a partir da qual foi originado esse assentamento.

A análise deste projeto de reforma agrária envolveu a reconstrução da trajetória das famílias camponesas antes de adquirirem a terra por meio desta reforma agrária e, sobretudo, após tê-la adquirido.

Como o título do trabalho procura indicar, os camponeses do Bairro Reforma Agrária têm construído uma unidade territorial – diferente do território apropriado de forma tipicamente capitalista – ao longo dos mais de trinta anos desde que foram assentados, que é o resultado da inter-relação de vários elementos: o trabalho camponês, as características do meio natural, a relação dos camponeses entre si e a relação destes com o mercado.

Esta nova unidade territorial forjada pelo trabalho camponês, o Bairro Rural surge como uma fração do território mais justa do ponto de vista social e aponta, a partir de sua análise, para a necessidade da realização de uma reforma agrária ampla no país.

• • •

O meio técnico-científico-informacional brasileiro: a publicidade como um vetor das modernizações

Lídia Antongiovanni

O presente trabalho busca discutir o papel da publicidade no mundo contemporâneo,

tratando-a como elemento constitutivo do meio técnico-científico-informacional brasileiro. Procuramos mostrar a importância que esta atividade toma no período da globalização e como o Brasil se insere nesta nova divisão internacional do trabalho, ressaltando que os impactos da globalização na formação socioespacial brasileira reforçam as desigualdades historicamente construídas.

• • •

O croqui cartográfico no ensino da Geografia: ensaio metodológico

Luciana Fava Dias

Neste trabalho, procuramos discutir os croquis cartográficos como um recurso metodológico no ensino de Geografia. Encontramos nas teorias de Comunicação Cartográfica e de

Visualização Geográfica um caminho para o entendimento da eficácia dos croquis cartográficos como método didático. Em complemento, a análise da linguagem gráfica nos forneceu um instrumental para abordar a questão da construção das representações.

Estas análises nos proporcionaram uma maior compreensão da maneira como os

indivíduos extraem informações e constroem os mapas.

A partir das bases acima, procuramos desenvolver nossa pesquisa, trabalhando com alunos da 5ª série do ensino fundamental, na faixa etária de 11 a 12 anos, elaborando atividades nas quais o croqui cartográfico é utilizado como um método de ensino da Geografia.



 **Análise da fragilidade ambiental relevo e solo, com aplicação de três modelos alternativos nas altas bacias do rio laguari-Mirim, Ribeirão do Quartel e Ribeirão da Prata**

Christiane Spori

Este trabalho apresenta uma comparação de três modelos metodológicos aplicados aos estudos da fragilidade ambiental. A aplicação destes modelos resultou na confecção de três mapeamentos diferenciados de fragilidade, os quais foram analisados e comparados entre si.

Dos três modelos metodológicos aplicados, dois foram propostos por ROSS (1994), um com apoio nos índices de Dissecção do Relevo, e o outro nas Classes de Declividade. O terceiro modelo foi proposto pelo INPE (1996) baseado nas Unidades Territoriais Básicas - UTB'S.

Os três modelos de análise da Fragilidade Ambiental propostos partem do mesmo princípio: as Unidades Ecodinâmicas preconizadas por TRICART (1977) para delimitar áreas no

contexto dos diagnósticos ambientais. As áreas são caracterizadas por diversos atributos: rochas, relevo, solo, cobertura vegetal/uso da terra e pluviosidade. No entanto, estes modelos apresentam diferenças na operacionalização dos métodos, e também, nas variáveis analisadas. Destas divergências resultam três mapeamentos diferenciados.

Apesar dos diferentes resultados apresentados pelos três modelos de análise da Fragilidade, seus objetivos são os mesmos, servir como subsídio ao planejamento estratégico-ambiental. Os mapeamentos das Fragilidades Ambientais identificam e analisam os ambientes em função de seus diferentes níveis de fragilidade. Por meio destes documentos torna-se possível apontar as áreas onde os graus de fragilidade são mais baixos, favorecendo, então, determinados tipos de inserção; e áreas mais frágeis onde são necessárias ações tecnicamente mais adequadas a essas condições.

Palavras-chave: Planejamento, zoneamento ecológico, fragilidade ambiental, metodologias, modelos.



 **Um estudo sobre o uso da água na bacia do rio Mogi Guaçu: políticas, conflitos e gestão**

Carlos Alberto Pinheiro

O objetivo do presente trabalho é analisar os usos dos recursos hídricos e os conflitos

socioeconômicos regionais que interferem nos índices de qualidade e quantidade de água dos mananciais superficial e *stibtei-i-itico* da porção paulista da bacia hidrográfica do rio Mogi Guaçu,

Este estudo também abordou as principais ações político-institucionais criadas com o intuito de solucionar as questões ambientais e hídricas nessa unidade hidrográfica.

A primeira ação investigada foi a do comitê da bacia hidrográfica, criado em 1996, órgão colegiado responsável pelas atividades de gestão da política estadual do setor e pela aplicação dos estudos, planejamento e obras.

A segunda foi o Estudo do Macrozoneamento dos Rios Mogi Guaçu/Médio Grande e Pardo, um amplo levantamento socioambiental cuja finalidade é a de orientar um tipo mais harmônico de desenvolvimento socioeconômico destas regiões, que contemple a preservação e o uso racional do seu patrimônio ambiental e hídrico.

A terceira foi o Consórcio intermunicipal da Bacia do Rio Jaguari-Mirim, entidade que reúne municípios paulistas e mineiros entrecortados por este afluente do rio Mogi Guaçu. Ele foi criado com o intuito de solucionar os problemas ambientais provocados pela mineração de areia existente neste manancial.

Cabe destacar que estas duas últimas experiências surgiram da imobilização da vontade, da comunidade regional, de agentes públicos e de políticos que constataram diversos problemas sócio-ambientais que começavam a comprometer a disponibilidade e a integridade dos corpos hídricos regionais.

A par do objetivo precípua desta dissertação, pretende apresentar uma contribuição, talvez modesta, porém de reflexão e aplicação que se acredita procedente, qual seja, demonstrar que para a garantia atual e futura da água destinada ao consumo humano urge, não só esforços decorrentes do planejamento em si, investimentos apoiados em planos e obras de engenharia, mas também a concorrência relações sociotécnicas que privilegiem os usos múltiplos e racionais dos recursos hídricos dessa bacia.

Normas de Publicação

A revista GEOUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

1. Tipos de trabalhos publicados:

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisas que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão ter, no máximo, 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as Resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deverá ser encaminhado à Redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando a eventuais contatos por parte de outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e inglês ou francês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês ou francês). O original deverá ser digitado em *word for windows* preferencialmente *word 97*, em letra número 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, páginas(s) citada(s). No caso de diferentes títulos de um autor do mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme exemplo:

(SOJA, 1989, p. 32) ou (HARVEY, 1985a, p. 77-78). As citações abreviadas enviam à bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, como segue:

Livro:

SOBRENOME, Nome do Autor. *Título do Livro*. Edição. Local de publicação, data, nº de páginas.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Artigo" *Título do Periódico*, Número do Volume, data do Volume, Páginas (inicial e final).

Artigo de Coletânea:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Trabalho" In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, Data, Páginas (inicial e final).

6. Destaques:

Deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7. Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas sejam concebidas originalmente em preto e branco e tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade. Enviar os arquivos em seu formato original, separados do texto. Para fotos ou imagens ".tif, .bmp ou .jpg" é aconselhável que sejam digitalizadas em 300 dpi. Para gráficos, tabelas e mapas feitos em Excel, Corel ou semelhantes, usar traço evitando as tonalidades de cinza. Também servem as ilustrações impressas com boa qualidade ou desenhadas, em papel tamanho ofício.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da Revista.

9. Exemplos do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um exemplar em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícias de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia FFLCH/USP. No caso de Artigo, ele receberá, ainda, dez separatas de seu trabalho.

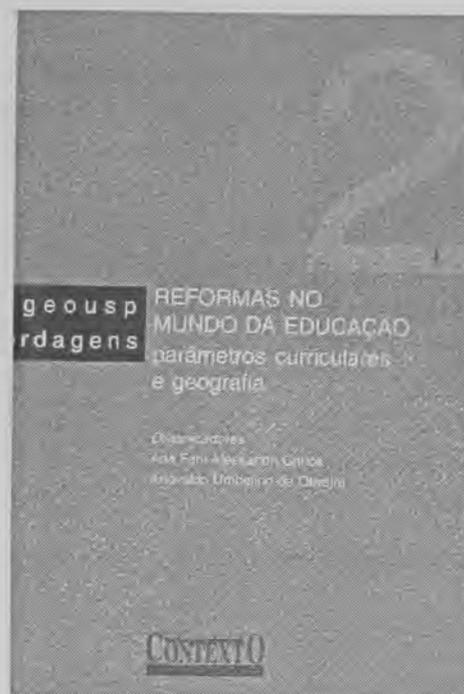
10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as Normas de Publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.

INFORMES - LIVROS



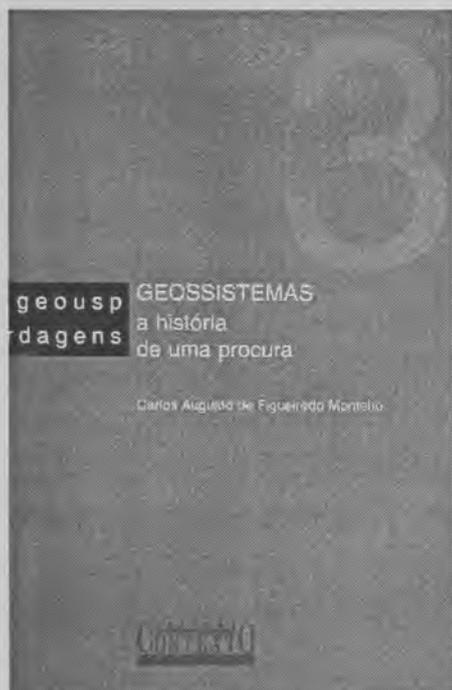
**O Espaço no Fim do Século
A nova raridade**

Amélia Luisa Damiani / Ana Fani Alessandri Carlos
Odette Carvalho de Lima Seabra (orgs.)



**Reformas no Mundo da Educação
Parâmetros curriculares e geografia**

Ana Fani Alessandri Carlos
Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orgs.)



**Geossistemas
A História de uma procura**

Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro



**Os Climas na Cidade de São Paulo
Teoria e prática**

José Roberto Tarifa
Tarik Rezende de Azevedo

Endereços para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL

Geosp – Revista da Pós-graduação do
Departamento de Geografia – FFLCH/USP
Cx. Postal 2530 – CEP 01060-970
São Paulo – SP – Brasil
Fax (11) 3818-3159
e-mail: geofflch@usp.br

VENDAS

Livraria Humanitas-Discurso
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
05508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Tel. (11) 3818-3728/3796

HUMANITAS-DISTRIBUIÇÃO

Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária
050508-900 – São Paulo – SP – Brasil
Telefax (11) 3818-4593
e-mail: pubfflch@edu.usp.br
<http://www.fflch.usp.br/humanitas>

Serviço de Artes Gráficas

FFLCH/USP

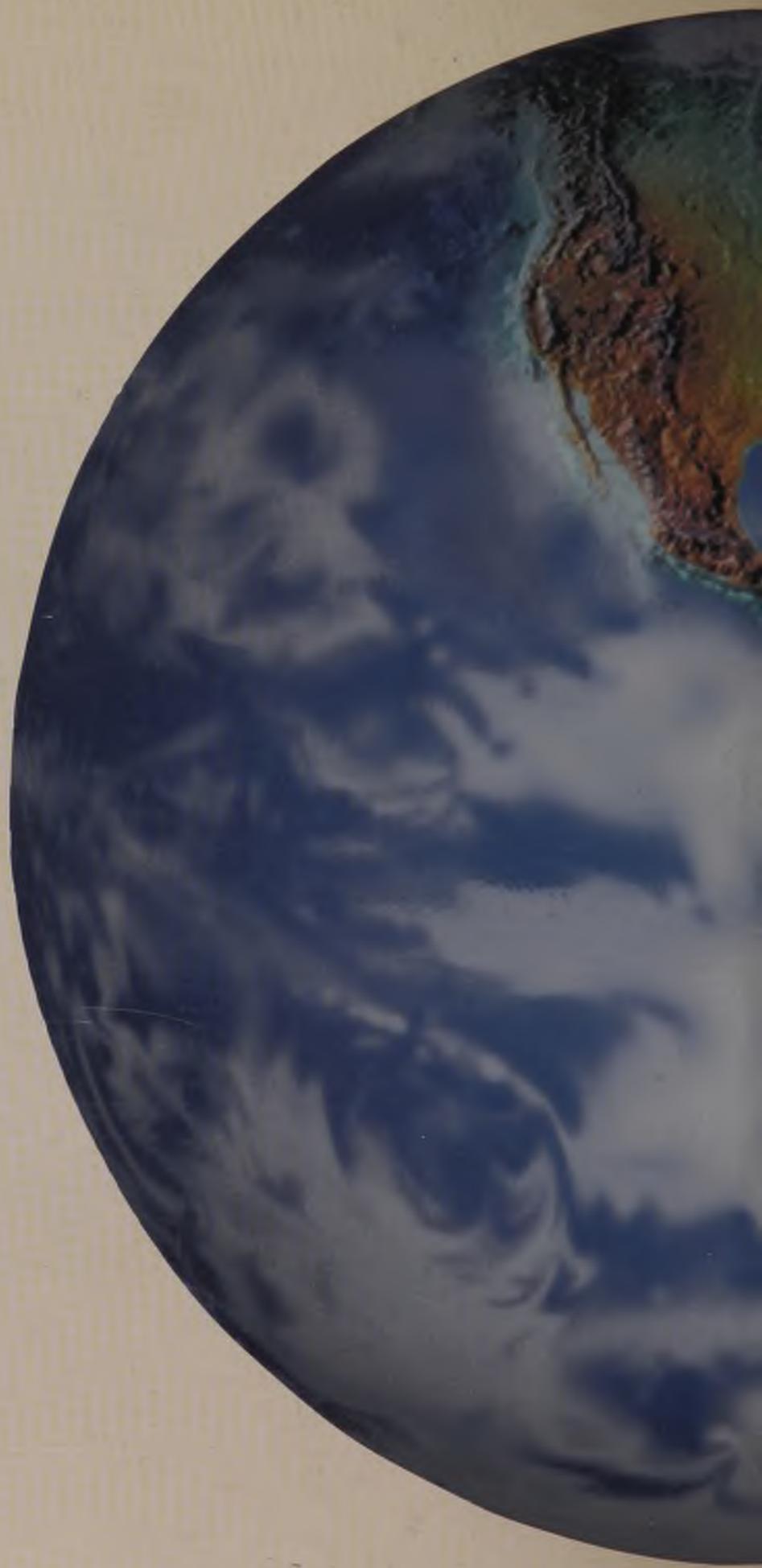
Ficha Técnica

Título	Geosp nº 10
Capa e Projeto Gráfico	Eduardo Yázigi
Diagramação/Editoração	Agnaldo C. A. Borghetti
Ilustração da capa	Sérgio Sdrous
Produção Editorial	Lilian Brazão
Revisão	Lilian Brazão e Lilian Garrafa
Divulgação	Humanitas
Mancha	17,4 x 19,7 cm
Formato	20 x 23 cm
Tipologia	Benguiat
Papel	miolo: off-set 75 g/m ²
Capa:	couchê 240 g/m ²
Impressão da Capa	Quadricromia
Número de Páginas	228
Tiragem	500 exemplares

ISSN 1414-7416



9 771414 741605 00



USP

Humanitas
FFLCH-USP